



Temporalidades

Vol 2 - Nº 02- Ago/Dez - 2010

REVISTA DE HISTÓRIA
www.fafich.ufmg.br/temporalidades



Campus FAFICH - UFMG

Ficha Catalográfica

Temporalidades [recurso eletrônico] /Departamento de História,

T288 Programa de Pós-Graduação em História. --
v.2, n. 2 (ago./dez. 2010) -- Belo Horizonte : Departamento de História
História, FAFICH/UFMG, 2010.

Semestral

ISSN: 1984-6150

Modo de acesso: <http://www.fafich.ufmg.br/temporalidades/>

I. História - Periódicos 2. Historiografia - Periódicos I. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de História.

CDD 901

Endereço:

Temporalidades – revista discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG
Av. Antonio Carlos, 6627 – Campus Pampulha
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG
e-mail: temporalidades@gmail.com / temporalidades@fafich.ufmg.br
home page: <http://fafich.ufmg.br/temporalidades>

Editor Chefe:

Prof. Dr. Magno Moraes Mello

Conselho Editorial

André Mascarenhas Pereira
Carolina Marotta Capanema
Márcio do Santos Rodrigues
Paula Elise Ferreira Soares
Rangel Cerceau Netto

Conselho Consultivo

Adriana Romeiro (UFMG)
Adriana Vidotte (UFMG)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)
Carlos Alvarez Maia (UERJ)
Eliana Regina de Freitas Dutra (UFMG)
Hal Langfur (University of Buffalo)
Henrique Estrada Rodrigues (UFMG)
João Pinto Furtado (UFMG)
Jonas Marçal de Queiroz (UFV)
José Antônio Dabdab Trabulsi (UFMG)
José Carlos Reis (UFMG)
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)
Kátia Gerab Baggio (UFMG)
Márcia Sueli Amantino (Universo)
Marco Morel (UERJ)
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)
Mauro Lúcio Leitão Condé (UFMG)
Patrícia Maria Melo Sampaio (UFAM)
Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
Pedro António de Almeida Cardim (UNL)
Regina Helena Alves da Silva (UFMG)
Renato Pinto Venâncio (UFOP)
Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Samantha Viz Quadrat (UFF)
Sérgio Ricardo da Mata (UFOP)
Tháís Velloso Cougo Pimentel (UFMG)
Virginia Maria Trindade Valadares (PUCMG)

Universidade Federal de Minas Gerais

Reitor: Clélio Campolina Diniz
Vice-reitora: Rocksane de Carvalho Norton

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Jorge Alexandre Barbosa Neves
Vice-diretor: Mauro Lúcio Leitão Condé

Departamento de História

Chefe: Luiz Carlos Villalta
Vice-chefe: Adalgisa Arantes Campos
Secretária: Kelly C. Canesso Agostini e Valteir
Gonçalves Ribeiro

Colegiado de Graduação

Coordenadora: Adriana Romeiro
Vice-coordenador: Luiz Duarte Haele Arnaut
Secretários: Marinho Nepomuceno, Paulo Afonso
Maia e Sonia Mara Pacheco

Colegiado de Pós-Graduação

Coordenadora: Kátia Gerab Baggio
Vice-coordenador: José Newton Coelho Meneses
Secretária: Edilene Oliveira

Diagramação

Carolina Marotta Capanema
Rangel Cerceau Netto

Contato:**Temporalidades**

Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em
História da UFMG
Av. Antonio Carlos, 6627 – Campus Pampulha
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
(FAFICH), 4º andar.
31270-910 – Belo Horizonte/MG
e-mail: temporalidades@gmail.com / tempori-
dades@fafich.ufmg.br
home page: <http://fafich.ufmg.br/temporalidades>

Agradecimentos aos pareceristas <i>ad hoc</i>	005
Editorial	006
Entrevista.....	009
Boticários e farmacêuticos: divergências e conflitos nas artes de curar na região das Minas Gerais na segunda metade dos oitocentos.	012
Uma questão de revisão conceitual: Romanização - Ultramontanismo - Reforma	024
A discussão do <i>Novum Militiae Genus</i> e os problemas colocados às fontes relativas aos Templários: o público, a função e a verdade do documento	034
Música Popular em Minas Gerais no século XIX: São João del Rei, um estudo de caso	043
As histórias literárias e os primeiros esforços por síntese no Brasil oitocentista. Ensaio de história da historiografia	050
Raio Negro: um super-herói brasileiro entre disputas de mercado e de identidade (1965-1966)	059
Dando voz aos anúncios: os escravos nos registros de jornais capixabas (1849-1888)	067
Clóvis Moura e o livro rebeliões da senzala. Um breve panorama sobre o debate da resistência escrava	076
Quem somos nós e quem são eles? Os <i>filhos da terra</i> e suas relações coloniais no sul de Moçambique.....	080
Uma leitura do cotidiano das mulheres no Acre (1907-1917)	088
Aníbal Mattos: fomentador das artes plásticas na Belo Horizonte do início do século XX ..	098
Resenha	
PÁDUA, José Augusto de (org.). Desenvolvimento, justiça e meio ambiente. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009	106
Resenha	
MAGNOLI, Demétrio. Uma Gota de Sangue: História do pensamento racial. São Paulo: Contexto, 2009	108
Transcrição documental	
Absolvida pela loucura: A mulata Rita e o furto dos brincos de uma imagem sagrada (Vila Rica, 1760)	110

A revista *Temporalidades* agradece aos pesquisadores que colocaram sua experiência e conhecimento a serviço da avaliação e aprimoramento dos textos acadêmicos submetidos ao nosso Conselho Editorial. Esse trabalho voluntário foi fundamental para burilarmos as contribuições que recebemos. Durante alguns meses observamos uma parceria entre autores, conselho consultivo, editores e avaliadores. Ao aceitarem nossos convites e dialogarem com os diversos artigos submetidos ao nosso periódico, os pareceristas nos proporcionaram uma reavaliação de nossos procedimentos de editoração e um aprendizado constante. Devotamos nossos sinceros agradecimentos aos consultores *ad hoc*, pois as suas colaborações foram determinantes para a qualidade dos artigos aqui veiculados.

Ademir Luiz da Silva (UEG/UNIFAN)	Liane Maria Bertucci (UFPR)
Adriana Maria de Souza Zierer (UEMA)	Luiz Felipe Falcão (UDESC)
Ana Cristina Ribeiro Marques Roque (Instituto de Investigação Científica Tropical – Portugal)	Maria da Conceição Francisca Pires (UFV)
Ana Paula Vosne Martins (UFPR)	Maria de Fátima Aranha de Queiroz e Melo (UFSJ)
André Figueiredo Rodrigues (UFJF)	Maria de Fátima Novaes Pires (UFBA)
Andréa Lisly Gonçalves (UFOP)	Maria dos Anjos Lopes Viella (UNOCHAPECÓ)
Antônio Torres Montenegro (UFPE)	Maria Martha de Luna Freire (UFF)
Betzaida Mata Machado Tavares (FPL)	Mario Cleber Martins Lanna Júnior (PUC Minas)
Cláudia de Jesus Maia (UNIMONTES)	Miriam Hermeto de Sá Motta (APCBH – FMC/UFMG)
Cristina Scheibe Wolff (UFSC)	Mônica Eustaquio Fonseca (PUC Minas)
Daniel Barbosa dos Santos (COOPEN)	Olga Maria Lopes Serrão Iglésias Neves (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – ULHT)
George Felix Cabral de Sousa (UFPE)	Petrônio José Domingues (UFS)
Eliane Cristina Deckmann Fleck (UNISINOS)	Roberta Giannubilo Stumpf (CHAM/UNL)
Elisgardênia de Oliveira Chaves (UFC)	Rodrigo Castro Rezende (UFF)
Isabel Aparecida Bilhão (UEL)	Rodrigo Osório Pereira (UFMG)
Ivan Lima Gomes (COLUNI-UFF)	Samira Peruchi Moretto (UFSC)
Jonas Soares Lana (PUC-Rio)	Sávio Queiroz Lima (UCSAL)
Jonis Freire (UNIVERSO)	Silvana Vilodre Goellner (UFRGS)
José Luiz de Andrade Franco (UNB)	Sílvia Hunold Lara (UNICAMP)
José Josberto Montenegro Sousa (UFU)	Silvia Maria Favero Arend (UDESC)
Júnia Diniz Focas (UFMG)	Vanda Arantes do Vale (UFJF)
Junia Souza Lima (CEFET-MG)	Vanessa Lana (UFJF/FIOCRUZ)
Leandro Karnal (UNICAMP)	Waldomiro de Castro Santos Vergueiro (USP)
Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez (USP)	

A Revista *Temporalidades* lança sua quarta edição cumprindo sua proposta primordial de reunir trabalhos originais relevantes para a História e áreas afins, privilegiando a produção discente, principalmente dos programas de pós-graduação de todo o Brasil e do exterior. Esta edição caracteriza-se pela diversidade temática e temporal, que vem constituindo-se como uma marca da revista. São apresentados artigos que tratam de períodos e fontes bastantes distintas - dos cartulários da Idade Média às histórias em quadrinhos do século XX - bem como de temas clássicos e tradicionais da historiografia, como a escravidão, e temas caros à contemporaneidade, como a questão ambiental e os diferentes usos e funções do conceito de raça. O quarto número marca o encerramento da gestão 2009/2010 e, com muita expectativa e honra, dá as boas vindas ao conselho que irá continuar os trabalhos da revista em 2011.

O entrevistado desse número é o professor português Nuno Gonçalo Monteiro, investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Entre novembro e dezembro de 2010 esteve de passagem por Belo Horizonte - ocupando a Cátedra de Estudos Íbero-Latino-Americanos do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT) da UFMG - quando lhe foi feito o convite para essa entrevista. Nela, discutimos sobre suas escolhas temáticas, a relação de seus estudos, e da historiografia portuguesa, com a historiografia brasileira, suas influências teóricas e sua trajetória acadêmica de maneira mais ampla.

No artigo *Boticários e farmacêuticos: divergências e conflitos nas artes de curar na região das Minas Gerais na segunda metade dos oitocentos*, Deyse Marinho de Abreu envereda pelos caminhos da ciência, da técnica e das artes de curar. A autora nos mostra como a prática da medicina e da farmácia foi se instituindo como saber científico ao longo do século XIX. Por meio da crítica documental de processos crimes e de querelas executadas pelos chamados “profissionais da cura” foi possível que a autora traçasse um perfil de reclamações que acabou delineando os limites da atuação de boticários, farmacêuticos, cirurgiões, médicos e curandeiros.

Variando a temática, dois artigos contribuem para uma reflexão teórico-metodológica acerca da prática historiográfica. Ítalo Domingos Santirocchi, no artigo *Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma*, faz uma análise sobre a política católica no mundo cristão atentando para a necessidade de rever a historicidade dos conceitos Ultramontanismo e Romanização. Para o autor estes dois conceitos universalistas tomados como sinônimos são apropriados e resignificados em diferentes lugares e momentos históricos pelos grupos de poder que operam no interior da Igreja. O leitor depara-se com uma história processual de dois conceitos clivados de temporalidades e que refletem os conflitos e as disputas de diferentes momentos históricos. Neste artigo, a história institucional da igreja é evidenciada pelos conflitos que condicionam as diretrizes de integração do catolicismo institucional e popular na Europa e no Brasil entre o período moderno e contemporâneo.

Já Bruno Tadeu Salles, em *A discussão do Novum Militiae Genus e os problemas colocados às fontes relativas aos Templários: o público, a função e a verdade do documento*, dedica-se ao estudo crítico das fontes vinculadas à Ordem dos Cavaleiros Templários. A partir de uma reflexão sobre as possibilidades e os limites da análise documental, o autor expõe três questões que se apresentam primordiais para o seu estudo, mas que são igualmente importantes para qualquer pesquisa histórica. Primeiramente, a avaliação do(s) público(s) a quem se destinavam as fontes no período em que foram produzidas, visando à delimitação do caráter específico de cada mensagem e a compreensão da intencionalidade dos testemunhos. Em segundo lugar, destaca a impossibilidade e os limites de um documento ser a representação da “verdade”, afigurando-se muito mais como um discurso sobre o real. Em terceiro lugar, mas não menos importante, assevera a necessidade de se pensar as funções atribuídas às fontes não somente no passado, mas também na pesquisa histórica.

O artigo de Marcelo Crisafuli Nascimento Almeida investiga os espaços de produção, inserção e circulação de práticas musicais populares em São João del Rei entre o final do século XIX e o início do XX. A partir da análise de um jornal local, o autor constata que, a despeito dos gêneros musicais populares se darem em espaços restritos e periféricos da cidade, eles circulavam entre variados setores daquela sociedade. Segundo Almeida havia um trânsito das autoridades nos espaços citadinos. Estas frequentavam tanto as festas das elites quanto os folguedos populares e batuques, bem como os músicos que estavam presentes no “pagode das vendas” também compunham as orquestras que se apresentavam nos elegantes salões, igrejas e teatros do centro da cidade.

A historiografia literária no Brasil oitocentista e sua importância para a construção da identidade nacional é abordada no artigo de Pietro Detoni, *As histórias literárias e os primeiros esforços por síntese no Brasil oitocentista. Ensaio de história da historiografia*. O autor constata que através das histórias literárias se articularam ideologias na tentativa de valorizar a formação histórica brasileira. À historiografia literária coube a função cívica de construir o sentido da trajetória do Brasil no tempo, uma vez que se despontava recentemente como nação independente de Portugal.

No artigo *Raio Negro: um super-herói brasileiro entre disputas de mercado e de identidade (1965-1966)*, Aline de Castro Lemos analisa a construção de um super-herói brasileiro, moldado nos parâmetros norte-americanos durante a década de 1960. O que se percebe é como um modelo que só tem funcionalidade dentro da cultura dos Estados Unidos recebe uma nova significação para atender demandas configurando-se para formar uma identidade brasileira. Os valores norte-americanos que estão condensados no super-herói são diluídos e tomam outros contornos por causa do contexto nacional. A autora coloca em questão que tal super-herói não se compatibilizaria com a realidade sócio-cultural brasileira.

No artigo de Heloisa Souza Ferreira, *Dando voz aos anúncios: os escravos nos registros de jornais capixabas (1849-1888)*, são analisados anúncios de fuga, compra, venda e aluguel de escravos editados nos jornais do Espírito Santo durante o século XIX. A autora observa que os anúncios que denunciavam a fuga de escravos funcionavam como um veículo de coação aos infratores da lei. Também observa que as relações entre senhores e escravos, pautadas em um sistema rigidamente hierárquico, ditavam um conjunto de códigos morais e valores, formulando um ideário do que era “justo” nesta sociedade. Desta forma, ao delatar uma fuga, muitas vezes o senhor tinha conhecimento do motivo da “escapada”. Sobre os anúncios referentes à venda e aluguel, nos quais os escravos são coisificados, constata-se que as transações de cativos levavam em conta apenas os interesses econômicos da elite senhorial.

No artigo *Clóvis Moura e o livro Rebeliões da Senzala: um breve panorama sobre o debate da resistência escrava*, Gustavo Orsolon de Souza aborda a influência desta obra na historiografia da escravidão entre as décadas de 1930 e 1960. Um dos fatores mais relevantes do trabalho apresentado é a recuperação da historicidade dos debates acalorados sobre a escravidão no Brasil. O autor nos apresenta um panorama sobre as interpretações historiográficas dos principais intelectuais brasileiros sobre a obra *Rebeliões da Senzala* envolvendo os conceitos de resistência e revoltas escravas.

Fernanda do Nascimento Thomaz, no artigo *Quem somos nós e quem são eles? Os filhos da terra e suas relações coloniais no sul de Moçambique (1908-1925)*, retrata a exploração colonial a partir da imigração portuguesa nas últimas duas décadas do século XX. Para a autora, o surgimento em Moçambique de um grupo de africanos descendentes de europeus contribuiu para uma nova estrutura sócio-jurídica, identitária e cultural favorável ao processo de colonização. Através da análise de jornais que veiculavam ideais do grupo de afro-portugueses foi possível observar a valorização do imaginário europeu sobre a cultura local. O trabalho constitui uma crítica às questões raciais e à valorização da cidadania aos moldes da cultura ocidental.

Ruth Lucimar Gomes faz uma leitura do cotidiano das mulheres no Acre entre os anos de 1907 e 1917 por meio do estudo de periódicos regionais. Parte de uma perspectiva teórica que não con-

sidera a mulher como objeto da história, mas sim o lugar que ela ocupa, suas condições de vida e os papéis que assume. A autora revela, assim, o lugar do gênero feminino na formação da incipiente sociedade acreana, discutindo os espaços por elas ocupados e as representações sobre elas construídas em um mundo marcadamente masculino.

Os autores Cláudia Ayer, Danielle Uchoa, João Ivo Duarte Guimarães, Raquel Rodrigues e Sarah de Barros Viana Hissa contribuem com uma importante reflexão sobre a história das artes plásticas mineira no artigo *Aníbal Mattos: fomentador das Artes Plásticas na cidade de Belo Horizonte no início do século XX*. Nesse trabalho é enfocada a atuação do pintor Aníbal Mattos no circuito artístico belo-horizontino, apontando sua contribuição para a cultura da capital mineira. Os autores ainda lançam a pertinente questão de como aquele artista se portou diante das correntes modernistas emergentes que colidiam com as suas tendências acadêmicas.

Esta edição conta ainda com duas resenhas que abordam temáticas bastante distintas, mas muito relevantes para a contemporaneidade. A primeira trata da questão ambiental e é dedicada ao livro *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*, organizado por José Augusto Pádua e prefaciado por Ignacy Sachs, com edição original de 2009. Manuel Amaral Bueno analisa os capítulos escritos por autores de diversas áreas do conhecimento sob uma perspectiva bastante crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável defendido na obra, apresentando, assim, um interessante exercício reflexivo sobre o assunto.

A segunda resenha deste número dedica-se ao livro *Uma Gota de Sangue: História do pensamento racial*, de Demétrio Magnoli. Fernando Mattioli Vieira aborda uma questão que se desenvolve no Brasil desde o período colonial e na atualidade se revela como um dos maiores problemas étnico-sociais do país. Assunto polêmico, mas de grande relevância, Mattioli aponta como o autor do livro recorreu à historiografia para desmistificar as ideias de superioridade étnica e de raça que foram difundidas em todo mundo desde o início do século XIX. Terminado esse percurso histórico são apontadas soluções apresentadas por países que sofreram com problemas raciais na criação de medidas de compensação aos grupos que foram lesados. Dialogando com autores como Gilberto Freyre e outros sociólogos e historiadores, o autor levanta a polêmica questão sobre o racismo no Brasil refletindo sobre os malefícios e benefícios que as políticas inclusivas podem gerar na sociedade brasileira.

Para finalizar esta edição contamos com a transcrição documental de Daniel Precioso sobre o furto de brincos de ouro ornados com diamantes de uma imagem de Nossa Senhora do Parto, em 1760, em Vila Rica do Ouro Preto. O autor faz uma análise comentada do processo jurídico e do imaginário social envolvendo a produção do auto de devassa civil aberto no Juízo Ordinário do Senado da Câmara de Vila Rica contra a mulata Rita acusada pelo furto dos brincos.

André Mascarenhas Pereira
Carolina Marotta Capanema
Rangel Cerceau Netto

"Um diálogo com o além-mar": entrevista com o Professor Nuno Gonçalo Monteiro por Carolina Marotta Capanema (Bolsista CAPES) e Márcio do Santos Rodrigues (Bolsista CNPq).

Esta edição da *Temporalidades* traz uma entrevista com o professor português Nuno Gonçalo Monteiro. Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa desde 2007, tem doutorado em História Moderna pela F.C.S.H/Universidade Nova de Lisboa e é autor de, entre outros livros, *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo* (2003). Esteve de passagem por Belo Horizonte entre novembro e dezembro de 2010, ocupando a Cátedra de Estudos Íbero-Latino-Americanos do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (IEAT) da UFMG, e ministrou conferências e um mini-curso sobre aspectos da monarquia dos Bragança (1640-1820) no reino português e no Atlântico. Em virtude de agenda bastante atribulada, o professor se dispôs a responder algumas de nossas perguntas via e-mail. Na entrevista que se segue podemos vislumbrar algumas de suas ideias e influências historiográficas.

Temporalidades - Professor Nuno, como o senhor veio a se interessar pelo campo da História? O senhor começou sua trajetória universitária após a Revolução dos Cravos, um momento muito delicado para a vida política portuguesa. O senhor percebe alguma influência entre o momento político que o país atravessava e as demandas pela produção historiográfica?

Nuno Monteiro - O contexto político e, depois, a Revolução dos Cravos marcaram e, de algum modo, determinaram o meu interesse pela História. Faço parte, juntamente com alguns outros colegas historiadores (como Bernardo Vasconcelos e Sousa,¹ António Costa Pinto² e tantos outros) da última geração de jovens portugueses que enfrentaram militantemente a ditadura do Estado Novo e os espectro da Guerra colonial ainda antes do 25 de abril de 1974. No meu caso, isto ainda aconteceu no ensino secundário (ensino médio) quando era muito jovem e isso acabou por marcar decididamente a minha opção pela História como a de muitos outros de minha geração. Em 1974, o único curso de Lisboa, o da Faculdade de Letras, nem sequer abriu. Em 1975, quando por fim pudemos ingressar, éramos mais de mil estudantes.

Movíamos-nos, pelo menos os que vinham da militância, não por qualquer expectativa de emprego nem sequer por imediatas motivações políticas, mas pela vontade de compreender melhor o que se passava à nossa volta e o que nos arrastara para a militância ativa. Escolhemos a História por paixão intelectual, e esse é um privilégio que ninguém nos tira. Quase ninguém nesta altura, na nossa geração, estudou o Império. Tínhamos acabado de combater e encerrar uma guerra colonial e durante uns anos vivemos com os trau-

mas da horrenda propaganda do Estado Novo sobre estes assuntos. Só mais tarde se deu a viragem para o que podemos chamar estudos sobre história colonial.

Temporalidades - Com a proposta de uma "História vista de baixo" ou de uma "Historia das minorias", as elites tenderam a ser vistas no campo da História como um objeto pouco ou nada valorizado. Sendo assim, que fatores foram determinantes na escolha das elites como seu principal tema de estudos?

Nuno Monteiro - Ao contrário do que se possa pensar, não comecei a estudar as elites, mas ao invés delas as revoltas populares. Em especial, os movimentos camponeses. Meu primeiro tema de interesse foi a economia agrária da Baixa Idade Média, tendo como guia inquestionável Georges Duby. Depois interessei-me pelos movimentos populares em Portugal do início do século XIX, extremamente violentos e dominados pela política da Contra Revolução. Depois acabei por ir parar ao seu contraponto, ou seja, aos movimentos contra os direitos senhoriais ou feudais, mais permeáveis à cultura política do liberalismo. Publiquei assim em 1984, um estudo sobre a maior revolta anti-senhorial portu-
gue-



¹Bernardo João da Silveira de Vasconcelos e Sousa. Doutor em História da Idade Média e professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL). Autor de *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico* (Livros Horizonte, 2006, 2ª ed.).

²Doutor pelo Instituto Universitário Europeu de Florença e agregado pelo ISCTE (1999). Organizador, ao lado de Nuno Severiano Teixeira, de *Portugal e a Integração Europeia, 1945-1986: a perspectiva dos actores* (Temas & Debates, 2007).

sa que teve lugar em 1824 nos coutos de Alcobaça. Curiosamente, foi o estudo do regime senhorial que me levou a interessar-me também pelos senhores. Durante algum tempo, hesitei entre senhores e camponeses acabando por estudar os primeiros, mas a opção poderia ter sido perfeitamente a outra. Na escolha não pesaram quaisquer afinidades eletivas, pois qualquer uma das opções seria legítima, interessante ou relevante. Assim, nunca escolhi a “História vista de baixo” ou a “História vista de cima”. Trata-se, aliás, de uma opção frequentemente demagógica e algumas vezes mentecapta. Não tomamos partido em função do objecto de estudo que escolhemos e sim pela forma como o estudamos.

Temporalidades - *Em que pontos o seu trabalho desafia as visões clássicas sobre as elites e a monarquia portuguesa?*

Nuno Monteiro - Em primeiro lugar, acho importante sublinhar que não existiam visões verdadeiramente clássicas, pelo menos da historiografia portuguesa. Tendo mais a considerar que existia um grande desconhecimento da matéria. Em todo caso, penso que houve algumas questões que meus trabalhos ajudaram a perceber. Desde logo, o facto de não existir uma nobreza, mas uma hierarquia complexa e ampla de diversas nobrezas com poucos atributos comuns, para além de todos pertencerem ao mundo das elites. Na base, existia uma categoria ampla e difusa, que incluía o que se costuma chamar de nobrezas das terras. No topo, uma elite aristocrática concentrada em torno da Corte do Rei e extremamente fechada, regulada por uma rígida disciplina familiar. Muito do que se diz sobre as nobrezas em geral, aplicava-se apenas a este grupo, entre outras coisas o facto de não depender basicamente da propriedade da terra, mas de direitos cobrados sobre quem a explorava e detinha. Boa parte destes direitos era obtida através de bens da Coroa e comendas, ou seja, da remuneração de serviços. Era por isso que os ofícios mais importantes da monarquia tendiam a ser monopolizados por este grupo, sobretudo depois da restauração

de 1640. O estudo das elites me ajudou também a perspectivar de uma maneira diferente a monarquia, coincidindo com vários outros na importância a conferir aos mecanismos de remuneração de serviços e na revisão de uma imagem de um absolutismo centralista e burocrático, no sentido weberiano do termo. Por fim, o meu trabalho tendeu a demonstrar que o triunfo liberal em Portugal depois da guerra civil de 1832-34, ao destruir as bases económicas e políticas da alta nobreza, foi uma autêntica revolução. Desse ponto de vista, creio que contribui para modificar a ideia de que o século XIX nada modificou em Portugal.

Temporalidades - *De que maneira suas pesquisas contribuem ou podem vir a contribuir para uma melhor compreensão das relações entre o Reino e seus domínios nos estudos coloniais?*

Nuno Monteiro - Em primeiro lugar, devo ser modesto e reconhecer que há muito mais produção no Brasil sobre a matéria do que em qualquer outra parte e que é daí que parece legítimo esperar-se as maiores inovações. No entanto, penso que posso ter ajudado a conhecer melhor algumas dimensões. Em primeiro lugar, não só a minha tese doutoral, mas depois o estudo que desenvolvi, com Mafalda Soares da Cunha, ajudou a mostrar que o topo da hierarquia no espaço ultramarino, ou seja, os vice-reinados, os governos gerais e as capitânias principais, eram monopolizados por essas famílias e casas mais destacadas do reino. Neste ponto de vista, não só as elites locais no Brasil, mas também as elites e fidalguias nas províncias do Reino tinham dificuldades em chegar a estes postos destacados. Em estudos mais recentes, influenciado também pela leitura de muitos trabalhos produzidos no Brasil tenho vindo a notar não apenas que também existia uma relação de remuneração de serviços envolvendo a monarquia e as elites locais nas conquistas, mas ainda uma outra dimensão. A saber: a intensíssima emigração de reinóis para o Atlântico, e em especial para o Brasil, acabou por dificultar a cristalização de identidades sociais autônomas e contrapostas, que polarizassem de forma per-

manente naturais da América e reinóis. Todos eles se defontrando com uma população majoritariamente constituída por escravos, libertos, e seus descendentes. Não só este último aspecto, mas também os vínculos com a monarquia e o padrão de emigração do Norte de Portugal e de circulação de pessoas, no século XVIII, sobretudo, fazem com que a América portuguesa se distinga, não só da inglesa, mas também da espanhola, no início do século XIX. Foi isto que quis dizer no artigo que publiquei no número da Tempo de homenagem à minha querida e falecida amiga Fátima Gouvea e em outros estudos a publicar.

Temporalidades - *Quais as influências historiográficas ou de diferentes áreas do conhecimento têm sido marcantes em sua trajetória acadêmica?*

Nuno Monteiro - Antes do mais, a minha formação intelectual começou... antes, lendo Marx e muitos autores conexos. Ainda hoje penso que conhecer os clássicos do pensamento social, sobretudo Marx, Tocqueville e Max Weber é uma condição necessária para se ser historiador. Depois, quando me tornei estudante de História, é difícil estabelecer uma hierarquia indiscutível, mas começaria, talvez, pelo medievalismo francês, com especial destaque para George Duby. Depois pela historiografia sobre movimentos sociais e as revoltas populares. Em seguida, destacaria a influência dos dois historiadores que trabalharam sobre Portugal e que mais me influenciaram: o francês Albert Silbert e o português António Manuel Hespanha. Embora discorde dele em muitas coisas, a influência de Hespanha foi sem dúvida nenhuma muito importante. Por fim, destacaria as minhas leituras da história social anglo-saxónica, incluindo autores clássicos tão contrapostos como E. P. Thompson ou Lawrence Stone. Fora do campo restrito da historiografia, as influências mais marcantes foram a de alguma antropologia social, mas, sobretudo da obra de Pierre Bourdieu. Curiosamente não tanto o seu livro A distinção, mas os seus trabalhos sobre as sociedades camponesas, que afinal se pareciam bastante com a dos meus aristocratas.

Temporalidades - Na época em que cursou a graduação em História na Universidade de Lisboa, ao estudar a História moderna de Portugal e suas relações com seus domínios, vocês liam os historiadores a ter maior penetração em Portugal e como isso se deu?

Nuno Monteiro - No meu tempo de estudante, penso que para além de referências clássicas e de influências difusas (como a de Gilberto Freyre) o único historiador brasileiro que teve uma enorme penetração em Portugal, onde foi publicado, foi Fernando Novais, tendo um capítulo da sua tese sido publicada em Portugal em 1976, se não estou em erro. A grande penetração da historiografia brasileira deu-se sobretudo nos últimos quinze anos. Neste processo, para além da enorme vitalidade da produção brasileira, considero ser justo reconhecer o papel muito significativo que tiveram os intercâmbios científicos entre Portugal e Brasil e, numa certa fase, a Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, e os seus presidentes, em particular Hespanha e Romero Magalhães.

Temporalidades - No livro “As muitas faces da história”, em que a historiadora Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke entrevista nove ícones da historiografia internacional, há uma pergunta recorrente aos seus entrevistados que certamente revela muito sobre as escolhas e o perfil académico de cada um deles. Tomando emprestada a questão da historiadora, gostaríamos de saber: dentre os livros de sua área de interesse, quais gostaria de ter escrito?

Nuno Monteiro - Vai mudando com o tempo, tal como os romances, os filmes ou a música! Mas há livros escritos no Brasil que me servem de inspiração, para o que ainda gostaria de fazer. Por exemplo, quando aliam a narrativa política com a análise estrutural...

Temporalidades - Professor, os estudos sobre as relações entre os territórios coloniais e o Reino suscitam várias questões e dificuldades interpretativas traduzidas, muitas vezes, na simplificação do uso de conceitos sem muita reflexão teórica, tais como metrópole e colônia, centro e periferia, conquista e domínio, sociedade estamental e sociedade de ordens, entre outros. Em seu curso ministrado na UFMG, na ocasião de sua estadia na Cátedra de Estudos Ibero-Latino-Americanos do IEAT, o senhor demonstrou grande preocupação em chamar a atenção para a importância da diferenciação entre esses conceitos. O senhor poderia nos contar um pouco mais sobre isso?

Nuno Monteiro - Metrópole e colônia, centro e periferia... as categorias dicotômicas tendem a ser redutoras. Neste caso, são também anacrônicas. Por exemplo, a oposição metrópole/colônia apenas se difunde muito tardiamente, já bem dentro da segunda metade do século XVIII. A sua utilização sugere uma homologia total entre o governo dos domínios ultramarinos no século XVIII e no século XX que é, no essencial distorcida, pois as colônias antigas repousavam, em boa medida, no governo dos que lá estavam. Não se trata de defender posturas relativistas ou, no polo oposto, de reabilitar ficções luso-tropicalistas, mas de ter em conta o que se vai conhecendo sobre a época e os seus contextos.

Temporalidades - Considerando a assertiva de um historiador como Marc Bloch de que “tudo parte do presente e retorna ao presente”, em que medida o estudo das linguagens e categorias do Antigo Regime, livre de anacronismos, pode servir como matéria de reflexão para a compreensão de práticas da contemporaneidade?

Nuno Monteiro - Certamente. Ajudamos a pensar que o mundo não tem que ser só A ou B, mas também pode ser C. Não sou relativista, mas acredito que os

passados plurais nos ajudam a pensar que os presentes possíveis têm mais alternativas do que aquilo que se costuma sugerir. Sabemos cada vez menos bem o que é ser moderno. O que não nos deve fazer renunciar a certos valores modernos, como a defesa incondicional das liberdades individuais ou de uma mais justa distribuição da riqueza. Mas nos faz pensar mais na diversidade de caminhos que se podem percorrer num contexto em que os equilíbrios globais do planeta sofreram mudanças radicais, não previstas por ninguém, acima de tudo, não previstas pelos economistas... os únicos que ainda têm essa pretensão.

Temporalidades - Quais seriam os seus próximos projetos e objetos de pesquisas?

Nuno Monteiro - Acabei de colaborar numa História de Portugal (2009), com a parte da época moderna, e de coordenar o volume sobre a mesma época da História de Vida Privada em Portugal (no Natal de 2010...), que acabei quando ainda estava em BH! Em ambos os casos, foram dois esforços enormes, mas com grande impacto e muitas vendas. Agora vou fazer uma pausa. Empenhar-me no projecto sobre comunicação política na monarquia portuguesa que tenho com a Mafalda Soares da Cunha, o [Pedro] Cardim,³ o João Frago, ⁴ o Jucá,⁵ a Fernanda Bicalho,⁶ o [Ronald José] Raminelli,⁷ o Zé Damião,⁸ a Carla Almeida,⁹ o [Francisco Carlos Cardoso] Cosentino¹⁰ e outros. Também desafiei a Júnia Furtado para alguns temas. Talvez vá escrever sobre Pombal e sobre a ilustração em Portugal. Talvez sobre criados e escravos em Portugal... Enfim, talvez vá escrever o livro que ninguém me encomendou!

3 Doutor em História Moderna pela UNL; professor associado à UNL. Co-organizador, com Maria Fernanda Rollo e Ana Isabel Buescu, de *O Terramoto de 1755. História e Ciência da Catástrofe* (Colibri, 2008).

4 Pós-doutor pela Universidade de Lisboa e professor titular da UFRJ. Autor de *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)* (Civilização Brasileira, 1998).

5 Antonio Carlos Jucá Sampaio. Doutor em História pela UFF; professor adjunto do Departamento de História da UFRJ. Organizador, ao lado de João Frago e Carla M. C. Almeida, de *Conquistadores e Negociantes: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII* (Civilização Brasileira, 2007).

6 Maria Fernanda Bicalho. Atual coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFF; pós-doutora pela Universidade de Lisboa. Uma das organizadoras de *Cultura política, memória e historiografia* (Fundação Getúlio Vargas, 2009).

7 Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Autor de *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassallos e governo a distância* (Alameda, 2008).

8 José Damião Rodrigues. Coordenador do Núcleo da Universidade dos Açores do Centro de História de Além-Mar (CHAM). Organizador, ao lado de Francisco José Aranda Pérez, de *De Re Publica Hispaniae: Uma vindicação da cultura política em los reinos ibéricos en la primera modernidad* (Madri, Silex, 2008).

9 Carla Maria Carvalho de Almeida. Doutora em História pela UFF e professora adjunta da UFJF. Autora de *Ricos e pobres em Minas Gerais: produção e hierarquização social no mundo colonial, 1750-1822* (Argumentum, 2010).

10 Doutor em História pela UFF e professor adjunto da UFV. Autor de *Governadores Gerais do Estado do Brasil (séculos XVI-XVII): ofício, regimentos, governação e trajetórias* (Annablume, 2009).

Boticários e farmacêuticos: divergências e conflitos nas artes de curar na região das Minas Gerais na segunda metade dos oitocentos¹

Deyse Marinho de Abreu

Mestre em História/UFMG - Bolsista de Apoio Técnico I Fapemig
admhis@ufmg.br

Resumo: Este artigo analisa as querelas entre os boticários/farmacêuticos e demais atuantes nas artes de curar na região das Minas oitocentistas a partir de documentos relacionados à saúde pública. Nesta documentação estão registradas as denúncias, os desabafos, as divergências e conflitos entre boticários ou farmacêuticos acadêmicos e práticos, entre estes, os médicos e os comerciantes. Estes documentos enfatizam a busca dos oficiantes habilitados, respaldados pela legislação, por uma delimitação e afirmação profissional, uma vez que seu campo de atuação era invadido por práticos da cura. Tais fontes constituem-se em vestígios que contribuem de maneira ímpar para a história da medicina, da farmácia e da saúde. Com a análise proposta, serão conhecidas as queixas, o comportamento das personagens envolvidas, as relações construídas entre os boticários desabilitados e a população, a postura das autoridades, as diferentes atuações dos boticários e a diversidade no universo da cura no tempo e local assinalado.

Palavras-chave: boticários/farmacêuticos, divergências nas artes de curar, Minas oitocentistas

Abstract: This article analyzes the quarrels between the apothecaries / pharmaceutical and others working in the healing arts in the region of Minas nineteenth century, from documents related to public health and with the support of bibliographical sources. In this documentation are registered reports, the complaints, disagreements and conflicts between apothecaries or pharmacists scholars and practitioners, among them, doctors and merchants. These documents emphasize the search for qualified officiants, backed by legislation, by delimiting and asserting a professional, once their playing field was invaded by practical cure. Such sources are traces in a unique way of contributing to the history of medicine, pharmacy and health. With this analysis, the complaints will be known, the behavior of the characters involved, the relationships built between the pharmacist and the disabled population, the attitude of the authorities, the different performances of apothecaries and diversity in the world of healing in time and place indicated.

Key-words: apothecaries, healing arts, Minas nineteenth century

Considerações iniciais

A *Fiscatura Mór do Reino*, que atuou no Brasil de 1808 a 1828, foi um órgão responsável pela regulamentação e fiscalização das diferentes atividades ligadas às artes da cura. Diversos atuantes no ramo como cirurgiões, médicos, dentistas e boticários, sangradores, curandeiros e parteiras, recorriam a ele para procederem ao exame de conhecimentos sobre sua arte a fim de receberem as licenças e cartas profissionais. Por meio deste órgão público, estes oficiantes, inclusive terapeutas populares, tiveram seu saber reconhecido como legítimo e foram autorizados a exercerem suas atividades.²

Com a extinção da *Fiscatura Mór*, ocorreram alterações no exercício das artes de curar. Os chamados terapeutas populares já não estavam mais autorizados a exercerem seu ofício de forma legal.

³ Aqueles que adquiriam seus saberes de maneira informal já não detinham tanta facilidade de regularizarem sua situação e exercerem a profissão. A responsabilidade de inspecionar a saúde pública, incluindo exames e visitas em boticas e em casas de comércio onde se vendiam drogas, ficou a cargo das câmaras municipais. A partir do limiar da década de 1830, somente aquele que apresentasse sua “carta de confirmação na arte” à Câmara municipal, para ser devidamente registrada, poderia atuar legalmente. Aqueles que não a tivessem estariam

exercendo ilegalmente o ofício. Por outro lado, estes também poderiam solicitar à Câmara que fossem examinados por “professores examinadores”, para obtê-la. O problema é que nem sempre as câmaras dispunham destes examinadores.⁴

Para agravar a situação dos oficiantes práticos do Império, foi fundada a *Sociedade de Medicina da Corte*, em 1829, que, em 1835, passou a ser referida como *Academia Imperial de Medicina*. Seus membros, os chamados médicos científicos, buscavam obter a legitimidade de sua ciência e o respaldo das autoridades para se estabelecerem,⁵ hegemonicamente, no mercado profissional, desautorizando assim qualquer outro atuante na arte da cura.

A lei do Império de 3 de outubro de 1832, que organiza as *Academias Médico Cirúrgicas*, aponta em seu artigo 11 que somente serão concedidos, pelas Faculdades de Medicina, títulos de médicos, farmacêuticos e parteiras, excluindo-se o título de sangrador. A partir dos decretos imperiais de 29 de julho de 1835 e de 4 de julho de 1836, estas faculdades estavam autorizadas a conceder o título de farmacêutico aos práticos desta arte que estavam habilitados a fazer os exames antes da lei de 3 de outubro de 1832. Os candidatos passariam por avaliações e, sendo aprovados, receberiam seus títulos para exercerem a arte boticária legalmente, dispensando-se assim a necessidade da frequência nas aulas do curso.

¹Este texto contém dados obtidos na pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/UFMG, que deu origem à dissertação intitulada “Arte boticária: Uma análise a partir de boticários e boticas da Comarca do Rio das Velhas na segunda metade do século XIX”, defendida em 2006. Foram também incorporados ao texto novos dados resultantes de pesquisas recentes.

²PIMENTA, T.S. Barbeiros-sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28). In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. V.1 n.1 (jul-Out. 1994). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa Oswaldo Cruz, 1997, p.351-352.

³PIMENTA, T. S. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. 11 – Suplemento 1, p.67-92, 2004, p.68.

⁴PIMENTA, T. S. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos, p.70.

⁵SAMPAIO, GR. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas do Rio de Janeiro Imperial*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001, p.24-25.

Tratando-se da Província mineira, em 1839 é criada a *Escola de Farmácia de Ouro Preto* e, a partir desta data, de acordo com a legislação provincial, ninguém poderia exercer a arte de farmácia sem o título dado pelos cursos oficiais. Os boticários que atuavam sem este documento, mas que desejavam oficializar sua prática, teriam seis meses para realizar os exames na referida escola.⁶ O sonho dos profissionais habilitados, de uma delimitação e afirmação no exercício profissional, começa a ficar mais próximo, pelo menos em teoria.

A partir de 1850, com a criação da *Junta Central de Higiene Pública*, houve uma fiscalização mais intensa no que dizia respeito aos assuntos de saúde pública. Este órgão baixou normas que visavam o controle da formação e prática dos profissionais da cura, o controle das boticas por meio de visitas sanitárias, a restrição do exercício da cura somente a profissionais habilitados e outras normas relacionadas à saúde e higiene.

O regulamento da Junta Central, de 29 de setembro de 1851, previa que ninguém poderia exercer a medicina, ou qualquer dos seus ramos, sem título conferido pelas Escolas de Medicina do Brasil. Com esta norma, boticários destituídos de diploma estavam proibidos de exercer o ofício. Aqueles que já possuíam este documento teriam que apresentá-lo à *Junta de Higiene Pública* na Corte do Rio de Janeiro, e, quem não residisse na capital, poderia dirigir-se à Comissão e Provedoria de Saúde Pública nas Províncias. O boticário seria matriculado nestas instituições e, no verso do diploma, o visto seria lançado e assinado.⁷ Mas, ao mesmo tempo em que a legislação restringia o exercício da profissão aos formados, também liberava a atuação dos práticos já em exercício, desde que cumprissem as exigências estabelecidas. Anos depois, o Decreto Imperial nº 2055 de 19 de Dezembro de 1857 estabelecia que os farmacêuticos não habilitados poderiam receber licenças para permanecer com suas farmácias de portas abertas, desde que elas já existissem antes do Regulamento de 1851.

Entretanto, compartilhando da análise de Gabriela dos Reis Sampaio,⁸ mesmo com a criação destes órgãos, instituições e leis com a tentativa de normatizar e delimitar o exercício da cura, o que se observa neste universo do oitocentos é um cenário com a presença de diversos atuantes e profissionais, habilitados ou não, que ocuparam ilegalmente, em muitos momentos, o campo alheio. A historiografia é unânime em afirmar que os boticários e farmacêuticos assumiram, por muitas vezes, as funções de médicos e de outros atuantes na cura durante o século XIX.⁹ Essas eram práticas que acabavam acontecendo no decorrer do tempo e com recorrência, sobretudo em sítios nos quais a presença de um médico se tornava rara. De acordo com Lycurgo de Castro Santos Filho, “Realmente, o boticário exerceu a Medicina – e por vezes a Cirurgia – por todo o decorrer do século XIX”.¹⁰

Betânia Gonçalves Figueiredo constata que, por diversas vezes, os farmacêuticos diagnosticaram e medicaram, indicando, assim, a inexistência de uma delimitação clara entre as profissões.¹¹ À medida que os enfermos iam à sua botica buscar remédios, o farmacêutico analisava os sintomas, comparava-os aos de outros clientes, relacionava-os aos possíveis remédios e, como detinha conhecimento das substâncias integrantes das fórmulas com maior aceitação, também prescrevia.¹²

Regina Xavier comenta que as práticas de cura oitocentistas detinham fronteiras indistintas. Os enfermos, em momentos de aflição, não identificavam que a possível solução de seus males estava na figura de um médico diplomado.¹³ Nos estudos de Gabriela Sampaio também é visto que o século XIX foi um período no qual diversos atuantes da cura exerceram a medicina e outras práticas de curar sem a habilitação formal e, com a tentativa de delimitar os espaços de trabalho destes sujeitos, uma grande arena de disputas se formou no Império brasileiro. Segundo esta autora, todos aqueles que praticavam a chamada medicina ilegal foram alvos de uma perseguição por parte dos órgãos legisladores e dos profissionais habilitados.¹⁴ Esta perseguição pode ser visualizada na abundância de documentos enviados às câmaras municipais, inspetorias de saúde pública e demais órgãos responsáveis de todo o império, que enfatizavam as denúncias e rusgas entre os diferentes atuantes, todos com o intuito de defender seu espaço de atuação.

O exercício da medicina e de outras artes de curar por farmacêuticos da Província de Minas corrobora a historiografia. Ademais, o exercício da farmácia por aqueles que não detinham um saber especializado nas academias também foi muito frequente no território e tempo em análise. A quantidade de denúncias e queixas levadas às Câmaras municipais, às *Delegacias de Polícia* e à *Inspetoria de Saúde Pública de Minas* foi muito grande durante todo o século XIX, sobretudo a partir da segunda metade do século quando surgem vários regulamentos de saúde pública.

Os documentos destes órgãos trazem textos nos quais médicos acusam boticários de exercerem a medicina ilegalmente e queixas de médicos abrirem boticas ou terem sociedades nelas. É possível ver ainda farmacêuticos denunciarem negociantes de armários de venderem drogas em sítios onde existiam boticas, habilitados acusarem práticos de abrirem boticas sem terem licenças ou diplomas para tal e fiscais da saúde pública não tomarem as devidas providências para conterem as irregularidades.

Neste cenário de numerosas e constantes rusgas e denúncias poderá ser notado como era o universo da cura em Minas naquele momento, quem eram os personagens que o ocupava e como faziam para se manterem ou tentarem se legitimar no campo de trabalho. Poderá ser percebido que os boticários, ao mesmo tempo em que também

⁶Coleção das Leis da Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais. Resolução Nº140 de 04/04/1839. artigo Nº11, 16, 17.

⁷Coleção das leis do Império. Decreto nº 598 de 14 de Setembro de 1850, artigo 3º e Decreto nº 828 de 29 de Setembro de 1851.

⁸SAMPAIO, GR. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas do Rio de Janeiro Imperial*, p.122.

⁹SANTOS FILHO, L. C. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo: HUCITEC: Editora Universidade de São Paulo, 1991.vol.2; FIGUEIREDO, BG. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro:Vício de Leitura, 2002; SAMPAIO, GR. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas do Rio de Janeiro Imperial*; NAVA, P. *Capítulos de História da Medicina no Brasil*. Cotia, São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. Estas são apenas algumas das bibliografias que discorrem sobre o tema.

¹⁰SANTOS FILHO, L. C. *História geral da medicina brasileira*, p. 369.

¹¹FIGUEIREDO, BG. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*, p.22

¹²FIGUEIREDO, BG. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*, p.111.

¹³XAVIER, R. Dos males e suas curas: práticas médicas na Campina oitocentista. In: CHALHOUB, S. *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Capítulos de História Social. Campinas: Unicamp, 2003, p.335-337.

¹⁴SAMPAIO, GR. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas do Rio de Janeiro Imperial*, p.24.

exerciam outras artes de cura de maneira ilegal, ainda lutavam para ter seu campo de atuação livre de outros concorrentes. A relação estabelecida entre boticários/farmacêuticos e a população, bem como o respaldo desta e das autoridades aos primeiros também poderá ser verificado nas linhas que se seguem. A abordagem deste trabalho pretende ser mais uma contribuição para a historiografia contemporânea que trata de temas da história da medicina, da farmácia e da saúde.

Boticários/farmacêuticos, médicos e negociantes no universo da cura

Na região das Minas Gerais havia uma diversidade de divergências e conflitos entre médicos e boticários e entre estes e negociantes. Neste sentido era muito comum as autoridades de Saúde Pública receberem denúncias e solicitações de averiguações sobre o exercício ilegal da medicina e da farmácia.

A partir de acusações, feitas geralmente por médicos, os Presidentes das Câmaras municipais e demais autoridades locais enviavam ofícios aos fiscais para tomarem providências quanto ao fato de os boticários exercerem a medicina. Detectada a irregularidade, o fiscal deveria multar o infrator em cem mil réis, valor este estipulado pelo decreto nº828 de 29 de setembro de 1851, artigo nº 25. No caso de reincidência, a multa seria duplicada e o indivíduo passaria quinze dias na cadeia.¹⁵

Communico a VS que indo a casa do Sr. Antonio dos Santos e Silva, ahi deparei com um vidro de remedio que remetto a VS e que foi aviado na pharmacia do sr. Antonio Severino de Castro e Silva, residente n'esta Freguesia. Examinando o rótulo desse vidro, VS não encontrará ahi, nem o nome do doente, nem o do medico. Ora, sou o unico clinico d'esta Freguesia. Não me consta que tenha sido chamado antes medico para vêr esse doente. Portanto, VS queira ter a bondade de averiguar se esse remédio foi formulado por medico, ou por algum alheio a arte de curar.¹⁶

Na denúncia de exercício ilegal da medicina, feita em 1888, contra o farmacêutico Antônio Severino de Castro e Silva, o médico reclamante, Emilio Gomes da Costa Miranda, aproveitou o momento para se identificar como o único clínico da Freguesia. Obviamente, este doutor, por meio de sua queixa junto à autoridade, visava assegurar a sua supremacia médica na localidade onde exercia sua profissão, um campo do saber no qual somente ele era autorizado por lei e pelos conhecimentos acadêmicos a atuar. Quanto ao comportamento do farmacêutico, ia para além dos limites de seu ofício de boticar para atender àqueles que o procurava para obter a cura. Mesmo havendo um clínico munido de todas as qualificações no lugarejo, era este boticário, sem a devida instrução acadêmica

ou título, quem receitava e formulava o medicamento para a população.

O artigo 55 do Regulamento baixado com o decreto nº 9554 de 3 de fevereiro de 1886 determinava que os boticários deveriam transcrever em rótulos as receitas que fossem manipular. Nestes, deveria constar também o nome do farmacêutico e de sua botica, o modo de usar o medicamento, o nome da pessoa que iria fazer uso da substância e o nome do médico que fez a fórmula do remédio. Assim, além de infringir o artigo 55, Antônio Severino estaria desobedecendo ao artigo 41 do mesmo regulamento ao receitar e formular medicamentos.

A providência tomada pelo Delegado de Higiene da Cidade de Sabará, Alfredo Magno Sepúlveda, para o caso foi enviar um ofício ao seu superior, o Inspetor Geral de Higiene, Manoel de Aragão Gesteira, descrevendo detalhadamente a denúncia do Doutor Miranda, como pode ser visto a seguir.

Illmo sr. Incluso remette-o a VS um officio do Illmo sr. Dr. Emilio Miranda médico clinico em Mattosinhos denunciando o pharmaceutico Castro e Silva por exercer a arte de curar sem titulo que o habilite; existe tambem em meo poder um vidro lacrado com (...) rotulo (...) [que] esta contra o artigo 55 do Regulamento sanitario pois não tem o nome do medico nem do doente.¹⁷

O inspetor prossegue em seu relato dizendo,

(...) peço a VS mas [sic] ordens, pois se um médico não pode reger uma pharmacia, um pharmaceutico muito menos pode exercer a ardua e difficil tarefa de curar. Desejo para o Doutor Miranda a justiça (...). O pharmaceutico Castro e Silva; não sendo este punido pelas leis higienicas, quero desde já a minha demissão. O pharmaceutico Castro e Silva não pode receitar e nem aviar formulas sem a responsabilidade do medico (...).¹⁸

No entanto, havia quem não considerasse esta prática como exercício ilegal. Sampaio disserta sobre um caso ocorrido na Vila de Dois Córregos, em São Paulo no ano de 1888, no qual um boticário também foi acusado de exercer ilegalmente a medicina. De acordo com o subdelegado deste lugarejo, não existia crime no fato de um farmacêutico sem diploma de medicina receitar medicamentos. Ao contrário, esta era uma prática recorrente naquele sítio e muito estimulada através da busca de ricos e pobres por este tipo de atendimento.¹⁹ Independentemente da condição financeira ou instrução dos enfermos, eles preferiam os cuidados indicados pelo boticário.

Em 1866 o *Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Sabará* ainda não tinha botica. Os boticários da cidade se reuniam na instituição para

¹⁵Coleção das Leis do Império do Brasil. Decreto nº828 de 29/09/1851, artigo nº.25.

¹⁶Saúde Pública: CASTRO e SILVA, Antônio Severino. SP/PP1, 26. Cx.11; doc. 12. 1888. APM.

¹⁷Saúde Pública: CASTRO e SILVA, Antônio Severino. SP/PP1, 26. Cx.11; doc. 12. 1888. APM.

¹⁸Saúde Pública: CASTRO e SILVA, Antônio Severino. SP/PP1, 26. Cx.11; doc. 12. 1888. APM.

¹⁹SAMPAIO, GR. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas do Rio de Janeiro Imperial*, p.124.

concorrerem à arrematação de fornecimento de medicamentos. Aquele que fornecesse os remédios constantes no livro de fórmulas pelo valor mais acessível às condições financeiras da instituição venceria a concorrência e produziria as drogas em sua própria botica.

Nessa época, o médico que ali prestava assistência criou incômodos ao boticário do hospital. Francisco Gonçalves Rodrigues Lima havia sido contratado para fornecer os remédios prescritos em um livro confeccionado pelo médico e receberia por este serviço um valor fixo, estipulado no contrato. Entretanto, o médico acabou produzindo outro livro, no qual as fórmulas resultavam em medicamentos com preços superiores aos inicialmente estabelecidos.

O farmacêutico, que se prejudicaria com a produção dos novos remédios, sentindo-se perseguido pelo médico, comunicou ao Hospital que iria rescindir o contrato. Os dirigentes da casa de saúde constataram a irregularidade do médico e o demitiram. Quanto ao boticário, este continuou a exercer sua arte na Santa Casa de Sabará.²⁰ Em muitos momentos este farmacêutico, na ausência de médico, também assistiu aos doentes desse hospital e provavelmente foi este o motivo do problema entre ambas as personagens.²¹

Nota-se neste episódio que o médico não teve perdão dos administradores da casa de saúde. Ele poderia apenas ter sido alertado sobre a má conduta e refeito o livro de remédios, mas foi logo demitido. Estes dirigentes preferiram apoiar o farmacêutico, permitindo a ele fornecer os medicamentos e até atuar como médico na instituição em alguns momentos, ainda que não tivesse o saber especializado. Esta preferência pode estar relacionada a questões de caráter, afetividade, de amizade e confiança.

Sem dúvida, o fato de muitos boticários exercerem o ofício dos médicos era motivo de sérias brigas, embora tal prática fosse tão comum. O que se assiste durante o período imperial, por meio das fontes, é que o universo da cura ainda era um vasto campo ocupado por diferentes personagens, diplomadas ou não. Do ponto de vista da população em geral, não havia uma delimitação clara entre as profissões no século XIX, nem o entendimento de que seria possivelmente benéfico preferir o atendimento de um acadêmico ao de um prático.

O que as pessoas desejavam era obter a cura pelos meios que suas crenças ensinaram e também pela fácil acessibilidade ao curador. O moribundo desejava receber a cura daquele prático que sempre cuidou de sua saúde e da saúde de seus antepassados. Ele buscava a cura por meio daqueles que ele conhecia e confiava, por aqueles que eram autorizados pela prática e pelos saberes dos ancestrais transmitidos através das gerações. E,

muitas vezes, estes eram os boticários, pois, conforme Betânia Figueiredo, o farmacêutico lograva desenvolver laços de proximidade, uma relação de intimidade e de confiança com os clientes que iam até seu estabelecimento. Era esta figura quem assistia e acudia os enfermos, quem ouvia as lamentações e prestava os primeiros socorros²².

Sendo assim, o universo da cura era um espaço em constante litígio no qual, uns buscavam sua afirmação e legitimidade através de um título profissional e, assim, suprimir de seu caminho outros, que os impediam de atingir seus objetivos. Por isso foram tão frequentes as denúncias e exigências do cumprimento da lei. Contudo, neste campo, estava incluída também a confiança, a afetividade, a acessibilidade a estes profissionais, a competência, que muitas vezes não era garantida pela posse de um diploma, somadas à visão particular de mundo dos enfermos e dos oficianes, além de interesses de várias ordens.

Tratando especificamente da medicina, esta era ainda uma área a ser conquistada pelos próprios médicos, era um campo que ainda passaria por um processo de delimitação e legitimação profissional. Protagonistas desta história, os médicos oitocentistas precisavam ainda convencer a população de que eram os únicos autorizados, por lei, e talvez pela capacitação acadêmica, a exercer a medicina. Para essa população, como bem demonstra a historiografia e a documentação, pelo menos para aquele momento, o médico era apenas mais um atuante na arte da cura.

Ao buscar seu próprio espaço de atuação, os médicos se defendiam com o saber científico a fim de se diferenciar dos demais.²³ Todavia, o fato destes profissionais levantarem a bandeira de sua ciência não significava muito, até porque, os moribundos, sem recursos financeiros, teriam dificuldades em buscar um médico. Por outro lado, não era somente a condição financeira e a escassez de médicos que fazia a população optar por um prático de medicina. A bibliografia indica que as famílias mais abastadas também buscavam pessoas destituídas de formação formal para realizar os processos terapêuticos.

A cultura destas pessoas e o modo de elaborar a cura faziam com que um médico fosse sempre preferido.²⁴ A população entendia a doença e a cura de um modo que passava mais pelas questões pessoais, afetivas, religiosas e sobrenaturais²⁵ que patológicas e anatômicas. Regina Xavier chama a atenção para o fato da religiosidade da sociedade estar próxima da busca pelos procedimentos terapêuticos e, por conseguinte, da obtenção da cura. A percepção setecentista de que as enfermidades do corpo e da alma somente seriam verdadeiramente curadas por meio da intervenção divina ainda estava em voga na população do oitocentos.²⁶ As práticas

²⁰A botica na Santa Casa foi instalada somente em 1879. PASSOS, ZV. *Notícia histórica da Santa Casa de Sabará*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1929, p.174, 200, 202.

²¹PASSOS, ZV. *Notícia histórica da Santa Casa de Sabará*, p.202.

²²FIGUEIREDO, BG. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*, p.190, 206.

²³XAVIER, R. *Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista*, p.343.

²⁴XAVIER, R. *Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista*, p.342. SOARES, MS. *A doença e a cura: saberes médicos e cultura popular na corte imperial*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1999, p.322.

²⁵SOARES, MS. *A doença e a cura: saberes médicos e cultura popular na corte imperial*, p. 319 e XAVIER, R. *Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista*, p.344.

²⁶XAVIER, R. *Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista*, p.345.

de cura estavam mais próximas dessa realidade que da ciência pregada pelos médicos acadêmicos. E nesse sentido, era o boticário quem, muitas vezes, com sua inserção social, diminuía a aflição entre a dor e a cura dos enfermos, fazendo o diagnóstico, indicando os meios para se curar e preparando os remédios a preço mais acessível.²⁷

Outro ponto de conflito existente neste universo da cura envolvia os boticários e os negociantes de outros gêneros que faziam o comércio de drogas. Os farmacêuticos denunciavam todos aqueles que colocavam drogas à venda em estabelecimentos destinados a outros fins como casas de secos e molhados. Entretanto, os proprietários de vendas e de lojas²⁸ que comercializavam tais substâncias também eram amparados pela legislação de saúde pública. Pela Resolução nº1604 de 3 de agosto de 1868 foi permitido que as casas de negócios do município de Sabará tivessem licença anual para vender drogas e outros medicamentos não manipulados. Muitos tinham as permissões e pagavam impostos para comercializar estas composições em seus estabelecimentos, como foi o caso do negociante Manoel Pereira de Mello e de Gabriel Arcanjo Semeão Estelita.²⁹ Tais licenças teriam, a partir desta resolução, o valor de 2000 réis, além dos impostos.³⁰ Por outro lado, a legislação proibia que estas casas de negócios colocassem à venda substâncias corrosivas, narcóticas e drásticas como as preparações mercuriais e antimoniais.³¹

O boticário Eduardo José de Moura, na década de 1870, sentindo-se lesado pelos mercadores que vendiam drogas pediu providências.

(...) Permita-me V^{as} que lhe dirija este unicamente para pedir a V^{as} na qualidade de comissário da saúde pública para que hoje de proteger a Classe Pharmaceutica principalmente neste Município de Sabara onde somos tão guerriados em Fazenda, molhados, Ferragens, calçado e Perfumaria e objetos de Armarinho, todos negociação também em drogas vendendo purgantes de saes oleos e todas qualidades de especiarias, preparações Quimicas Pharmaceuticas, especialmente aquelas que os jornaes continuamente anunciação à venda, muitos delles athe vendem medicamentos corrozivos como seja Solimão, Arsenico, Opio, tartaro, mercurio, pos de Joanes e muitas Drogas das mais treviaes, tirando assim o direito e interesse aos Pharmaceuticos (...).³²

Os comerciantes estavam vendendo as substâncias corrosivas como solimão, arsênico, ópio, tártaro emético, mercúrio e pós de Joannes que faziam parte das listas de substâncias perigosas, elaboradas pela Junta Central de Higiene Pública.³³ Estes produtos, se administrados em doses excessivas, poderiam causar sérios danos já que alguns eram narcóticos como o ópio, outras cáusticas como os

pós de Joannes³⁴ e o solimão - uma massa composta de azougue, sal amoniaco, salitre e vitriolo sublimado - um veneno letal.³⁵

No artigo 70 do Regulamento de 1851 da mesma Junta de Higiene, essas substâncias, por serem tão perigosas, somente poderiam ser vendidas quando misturadas a substâncias inertes. O comércio de composições ameaçadoras pelos negociantes indignava o farmacêutico, pois, era exigido um conhecimento especializado para saber administrá-las, manipulá-las e vendê-las. A atitude ilegal destes comerciantes tirava do boticário aquilo que lhe era de direito, bem como de interesse e que caberia somente a ele.

Em seus relatos, o boticário Eduardo de Moura ainda expõe que

(...) As Posturas deste Município nunca permitirão a venda de Drogas aos Negociantes em lugares em que houvessem Boticas, porém elles forão abusando, não se importando com [as] Posturas, e como isto tem feito aquelas pessoas de maior importancia das localidades, os Fiscais temem de cumprir seus deveres comprometendo-se com elles, de maneira que não há pejo algum em negociarem em drogas, athe mesmo muitas de que não tem conhecimento (...).³⁶

Outro ponto apresentado na denúncia foi o fato de o Código de Posturas de Sabará, daquele período, proibir a venda de drogas pelas casas de negócios onde existissem boticas. No entanto, de acordo com o farmacêutico, a exigência não era cumprida porque muitos fiscais tinham receios de se comprometerem com os grandes negociantes da região e de sofrerem represálias de homens tão influentes. O boticário continuava a reclamar alegando que

(...) Hum imposto novo se vai lançar nas Boticas que venderem drogas, cobrando-se 66.000 réis nas Cidades e Villas e 50.000 réis nos Arraiaes, nós que somos da Arte, conhecemos a Materia Medica, Pharmacia e Quimica para podermos vender drogas devemos pagar 66.000 réis e 50.000 réis de imposto, entretanto que homens ignorantes sem conhecimento algum podem vender drogas sem responsabilidade nenhuma, pagando somente o que lhe é imposto em seos negocios. Como é possivel não poder o Pharmaceutico vender drogas e os negociantes venderem purgantes de saes oleos, manná tamarindos e tudo quanto é consernete a uma botica. Se V^{as} como nosso cheffe nos não proteger, estamos perdidos, não temos na Provincia outro recurso só V^{as} poderá nos livrar dos Abutres (...).³⁷

Em 1870, na Cidade de Formiga, Comarca do Rio Grande, situações similares também podiam ser vistas.³⁸ O farmacêutico Joaquim Carlos Ferreira Pires faz a seguinte denúncia à Inspetoria de Saúde Pública da Província mineira em 1870.

²⁷FIGUEIREDO, BG. *A arte de curar: cirurgões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*, p.201.

²⁸De acordo com Clotilde Andrade Paiva, as Vendas faziam o comércio de aguardente e de molhados; já a Loja, estabelecimento de maior porte, era responsável pelo comércio de aguardente, secos, molhados e remédios e outros produtos. *apud*: CHAVES, CMG. *Perfeitos negociantes: mercados das Minas Setecentistas. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, 1995*, p.60.

²⁹Profissões urbanas: LIMA, Manoel Corrêa. CMS. 229. 1869, e Produtos comerciados: ESTELLITA, Gabriel Arcanjo Semeão. CMS.229. 1869. APM, respectivamente.

³⁰Coleção das Leis da Assembléa Legislativa da Província de Minas Gerais. Resolução nº1604 de 03/08/1868, artigo nº3. Os impostos pagos na Província mineira por estas Casas de negócio eram referentes às mercadorias de secos e molhados, no valor de 10.000 a 14.000 réis, mais o valor de 5.000 réis para as drogas. No mesmo período, as boticas pagavam de imposto a quantia de 8.000 réis. Resolução nº1462 de 31/12/1867, artigo nº141.

³¹Coleção das Leis da Assembléa Legislativa da Província de Minas Gerais. Resolução nº1:459 de 31/12/1867, artigo nº97.

³²Saúde Pública: MOURA, Eduardo José. SP/PP1, 26. Cx.03; pac. 05. 1871. APM.

³³Coleção das Leis do Império do Brasil. Decisões do Governo nº12 de 19/06/1882.

³⁴CHERNOVIZ, PLN. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessorias*. 5ª edição. Pariz: Em Casa do Autor, 1878. vol.2, p.450 e 391 respectivamente.

³⁵FAGUNDES, BFL.; PAULA, SG. (orgs). Glossário. In: FERREIRA, LG. *Erário Mineral*. FURTADO, JF (org.). Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais; RJ: Fiocruz, 2002, p. 801.

³⁶Saúde Pública: MOURA, Eduardo José. SP/PP1, 26. Cx.03; pac. 05. 1871. APM.

³⁷Saúde Pública: MOURA, Eduardo José. SP/PP1, 26. Cx.03; pac. 05. 1871. APM. As boticas, além de venderem os medicamentos manipulados, podiam vender as drogas utilizadas para produção dos mesmos.

³⁸Saúde Pública: PIRES, Joaquim Carlos Ferreira. SP/PP1, 26. Caixa 02, doc. 36; 1870. APM.

(...) O abaixo assignado [o farmacêutico Joaquim Carlos Ferreira Pires] tendo já representado a essa Inspectoria sobre os abusos tolerados no exercicio da medicina, e nenhum resultado colhido de sua representação (...), vêm á presença de VS reclama-las, rogando respeitosa e dignamente cohibir esses abusos attentatórios dos direitos dos Pharmaceuticos (...).³⁹

Este boticário, que já havia denunciado à Inspectoria as irregularidades quanto ao exercício da medicina e seus ramos, e nenhuma atitude havia sido tomada, pronunciou aos órgãos de fiscalização com um tom mais incisivo.

(...) Aqui, como em muitos pontos da Província, há, por assim dizer, tantas boticas quantos negocios de fazendas, molhados, louça estabelecidas; porque não contentes de negociarem nestes generos, os seus administradores trazem do Rio de Janeiro sortimentos de drogas e remedios compostos na importancia de um e dois contos de réis.

Quem deve merecer mais atenção? A saúde pública, ou os negociantes especuladores em prejuizo d'ella? A Ley de Egiene Publica é morta? Toda tolerancia é permittida em bem dos negociantes e contra os pharmaceuticos que exercem uma arte, contra as quaes a dita Ley fulmina penas muito severas, quando sáhem da prescrição dela?

Como póde, Illmo Snr, um pharmaceutico se alimentar e ter uma botica bem montada, menosprezado das autoridades e suplantando por taes especuladores? Comparai, Illmo Snr, e vê de se entre os negociantes e pharmaceutico é possível um equilíbrio, o que paga o pharmaceutico de direitos geraes e provinciaes, que tem um só genero de negocio demandando estudo; finalmente uma séria habilitação, e sujeito á penas mais ou menos graves, e que não acumula, e por ley não póde acumular outro modo de interesse.⁴⁰

De uma maneira geral as queixas de Joaquim Pires são semelhantes às de Eduardo Moura. São a venda de medicamentos por comerciantes sem respeito à lei, a ausência de conhecimento dos negociantes sobre as drogas, a falta de fiscalização incisiva por parte das autoridades (a ponto de indagarem "A ley de Egiene Publica é morta?"), temor na relação entre comerciantes e fiscaes, altos impostos e penas severas aos farmacêuticos.⁴¹

A medicina deve estar ao alcance? A estar, ou dever estar, então féchem-se as Academias, não hajão Medicos e Pharmaceuticos, deixe-se ao pôvo o livre exercicio da medicina, então haverá saúde pública.

Como póde viver o pharmaceutico sómente de preparações, perdendo e empatando remedios de altos preços, pondo fora annualmente medi-

camentos por deteriorados causado por semelhantes abusos?

(...) é necessário um paradeiro, é necessário uma compensação aos pharmaceuticos que tem imensa responsabilidade, um trabalho insano que são a salvaguarda da saúde pública, sendo fácil haver propinações ainda que indirectas, não obstante ser um crime, por estar a medicina ao desdem.

Deve prevalecer o interesse particular em detrimento da saúde pública? (...) porque os negociantes são mais garantidos, sem carregarem o onus aos pharmaceuticos que é: o longo e fastidioso estudo, a consciencia illibada que se requer, a devida aptidão para um laboratório de que a saúde pública é carecedora.

Em que é compensado o pharmaceutico que á todas as horas da noite é obrigado a estar as ordens dos doentes para os soccorrer, embóra com interesse? (...) Quem quer, vende remedios indistintamente, applica-os sem habilitação alguma, e vai-se frouchamente consentindo como que a saúde pública seja uma quimera.⁴²

No final da denúncia do farmacêutico Joaquim Pires, o último apelo:

(...) Snr, damos a cada um o seu ramo; quem quiser se prover de remedios, assim como nos provemos, quem de'elles precisarem que se provehão nas pharmacias, não fação por assim dizer um monopólio, nem queirão abarcar o Mundo com as pernas.⁴³

Ao mesmo tempo em que era proibida a venda de medicamentos por quem não detinha título ou licença de boticário, era permitida, aos negociantes, o comércio destes produtos em locais onde não existissem boticas. E por constantes abusos e ausência de fiscalização adequada, esta prática de comércio foi estendida por vários sítios nos quais poderiam ser encontradas diversas farmácias com seus respectivos administradores habilitados. Além de enfrentarem médicos e negociantes de remedios, os farmacêuticos da província mineira também encontravam problemas com seus pares.

Farmacêuticos e boticários

Os termos boticário e farmacêutico foram, durante quase todo o século XIX, empregados indistintamente⁴⁴ para designar aquele que trabalhava manipulando medicamentos em um estabelecimento. No findar do período imperial, quando houve a substituição oficial dos termos,⁴⁵ a palavra boticário passou a ser utilizada como cognome do indivíduo sem instrução acadêmica e sem diploma, relacionando-o assim à época colonial, à idéia de atraso, de charlatanismo e distinguindo-o daquele que adquiria conhecimento em uma faculdade. Certamente, a conotação charlatanesca do boticário passava ao largo da população e das próprias

³⁹Documentos diversos; SP/PP1, 26; caixa 02. Documento 36; APM.

⁴⁰Documentos diversos; SP/PP1, 26; caixa 02. Documento 36; APM.

⁴¹O vínculo entre negociantes e fiscaes indica uma ligação de interesses, uma relação estabelecida pelos homens poderosos da região que subornavam funcionários públicos. Este tipo de relação pode ser vista desde os tempos coloniais. FAORO, R. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 8ªed. São Paulo: Ed. Globo, 1989.

⁴²Documentos diversos; SP/PP1, 26; caixa 02. Documento 36; APM.

⁴³Documentos diversos; SP/PP1, 26; caixa 02. Documento 36; APM.

⁴⁴FIGUEIREDO, BG. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*, p. 226.

⁴⁵Este fato ocorreu através do Regulamento constante no decreto imperial nº 9.554 de 3 de fevereiro de 1886. VOTTA, R. *Breve História da Farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro: Laboratório Enila S. A., 1965, p.29.

autoridades.

Foram muitos os boticários habilitados que denunciaram aqueles que não detinham a devida documentação profissional. Um caso curioso ocorreu entre dois boticários e envolveu a defesa de um deles por um médico. Em 1888, o Delegado de Higiene da Cidade de Sabará, Alfredo Magno Sepúlveda, apresentou a seguinte situação ao Inspetor Geral de Higiene, Manoel de Aragão Gesteira.

(...) Quanto a denuncia dada pelo pharmaceutico Silva e Castro contra Carlos Martins, tenho a responder a vossa senhoria o seguinte: [exigindo] para apresentar-me o seu título de pharmaceutico competentemente legalizado, o senhor Carlos Martins apresentou-me somente um Diario Official, que traria um Decreto que lhe concede licença e a outros para continuar com a pharmacia aberta independente de outra e qualquer licença; não quis acceitar semelhante decreto como Título, ele porem pediu-me um prazo para ir a Côrte buscar os seus documentos (...) concedi-lhe o prazo conservando porem a pharmacia fechada, ate exhibirme sua licença. O doutor Emilio, medico Clinico no Arraial de Mattosinhos, officiou-me pedindo abertura da pharmacia pois della sahião os medicamentos com prestesa, asseio e cuidado ainda mais que faria grande falta aos pobres (...) a pharmacia que os socorreu gratuitamente; respondi-lhe que podia ficar a pharmacia aberta porem, da gerencia e responsabilidade do mesmo Doutor Miranda. Em toda essa questão ha paixão e entregas. Consta-me que o senhor Carlos Martins ja ha muito exerce a arte Pharmaceutica e que fornece os seus medicamentos da primeira qualidade, com especialidades aos pobres, a quem ele os fornece gratuitamente.⁴⁶

O boticário que faz a denúncia, Antonio Severino Castro e Silva, referido neste trecho como Silva e Castro, e o médico Emilio Gomes Costa Miranda, que defende o farmacêutico acusado, estão envolvidos em uma lide, exposta no limiar deste artigo, que se passara um mês depois desta. Como observado neste fragmento, o denunciado não ficou a frente de seu estabelecimento. A farmácia ficou sob a responsabilidade de um médico, fato este que também não agradaria ao denunciante, uma vez que o clínico não detinha título de farmacêutico. Esta situação evidencia, mais uma vez, a ausência de delimitação entre as profissões. Infelizmente o documento não apresenta sequência, impossibilitando conhecer o desfecho de tal caso. Mas pode-se supor que o médico que defendia o acusado detinha algum parentesco ou qualquer outro laço, além de ainda poder ser sócio da botica, o que também era comum na época, como expõe o fiscal do Distrito de Congonhas, Manoel Rodriguez Vasconcellos, em 1853 ao Presidente da Câmara de Sabará.⁴⁷

(...) E quanto a 2ª parte do mesmo officio, isto é, [a] respeito [de] terem os Medicos boticas ou sociedade n'ellas, e os Boticarios exercerem a arte de curar Contra a expressa determinação da Lei; tenho a responder q. ficando ciente cumprirei o q. me é determinado (...).

Este trecho também não apresenta continuidade, não sabendo assim se as providências foram realmente tomadas pelos fiscais. Mesmo assim, é percebido que o universo da cura no período era ocupado por diferentes personagens, habilitadas ou não, que assumiam indistintamente os diversos ofícios da arte de curar e, para conter este campo ainda não delimitado, aqueles que se sentiam ameaçados e atingidos buscavam todos os meios para atacar ao outro. Isso foi o que ocorreu com alguns dos envolvidos na denúncia precedente. Como explanado anteriormente, o médico Emilio Gomes Costa Miranda, em sinal de represália, acusou, um mês depois, o boticário Antonio Severino Castro e Silva, de exercício ilegal da medicina.

Em outros casos é possível também observar o apoio de médicos a um prático. Em 1891, boticários práticos atuaram na farmácia da *Santa Casa da Misericórdia de Sabará* por recomendação de médicos e Delegados de Higiene municipais.

O Presidente comunica à Casa o falecimento do Farmacêutico José Marciano Gomes Batista e pede providências da Mesa para a sua substituição, fazendo ler uma carta do Doutor Joaquim Aureliano Sepúlveda, Delegado de Higiene do Município e Médico da Santa Casa, onde diz do prático que, atualmente serve na Farmácia: que as habilitações do senhor Comendador Jerônimo Kalazans o colocam a par dos mais hábeis profissionais. Resolve-se contratar o prático comendador Jerônimo pagando-se-lhe a gratificação anual de setecentos e vinte mil réis.⁴⁸

A comunicação foi dirigida a todos os médicos e farmacêuticos que prestavam serviços ao hospital. Jerônimo Kalazans, destituído de um saber advindo das academias, logrou demonstrar suas habilidades àquela comunidade acadêmica, a ponto de ser contratado para trabalhar na farmácia. Possivelmente, além de seu ofício ser desenvolvido de maneira que atendia às expectativas das autoridades da época, sua inserção na pequena rede de relações sociais do local pode ter colaborado para a contratação no hospital. Não somente o Kalazans assumiu a direção da botica daquela instituição, muitos práticos ali exerceram seu ofício até o limiar do século XX.

A partir da segunda metade do século XIX, como já observado, houve permissões, por parte dos órgãos legisladores, para os boticários práticos adquirirem licenças especiais para exercerem a profissão e manter a botica aberta, desde que comprovassem que eram proprietários das mesmas

⁴⁶Documentos diversos; SP/PP1, 26. Caixa 11; Documento 12. APM.

⁴⁷Documentos diversos; SP/PP1, 33. Caixa 250; Pacote 59. APM.

⁴⁸PASSOS, ZV. *Notícia histórica da Santa Casa de Sabará*. BH: Imprensa Oficial, 1929. p.226.

antes do ano de 1851.⁴⁹ Ademais, poderiam também obter o título profissional em uma faculdade desde que apresentassem uma Carta de aprovação profissional emitida por antigos órgãos de atuação no Império.

Certamente, este foi outro ponto que facilitou a legalização da situação dos boticários não acadêmicos e a permanência dos mesmos no mercado, acirrando ainda mais a concorrência. Ao verem seu campo de atuação ainda ser ocupado por seus rivais, os farmacêuticos acadêmicos ficaram mais descontentes e não poupavam esforços para desqualificá-los.

Transmittindo a Vmce. a incluza copia do Aviso do Ministerio do Império datado de Novembro findo, acompanhada de diversos documentos, dos quaes se vê que Jose Nunes Moreira e Silva obtivera ob e subrepticamente na Faculdade de Medicina um diploma de Pharmaceutico calando maliciosamente o cognome - Silva -, afim de aproveitar-se de um auto de exame pertencente a seu [corroído / palavra] [tio] José Nunes Moreira, tenho a recomendar que dê as necessarias providencias, a fim de que tenham inteiro cumprimento ás ordens do dito ministério (...).⁵⁰

Esta denúncia partiu da Comarca do Pará em 1867 e se trata de um longo processo de autoria do farmacêutico Cândido José Coutinho da Fonseca que obteve seu diploma na *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro*. Ele, além de atender a população em geral em sua botica, forneceu seus remédios à farmácia da *Santa Casa da Misericórdia de Sabará*.⁵¹

De posse de seu diploma, o farmacêutico se mudou com sua família para a Vila do Pará, para montar botica e, quando ali chegou, encontrou um concorrente muito requisitado pela população, o prático José Nunes Moreira e Silva. Por prestar assistência a toda à população, Nunes Moreira e Silva não deixava freguês para aquele acadêmico. Ademais, ele gozava de reputação exemplar na cidade, onde ocupou importantes cargos. Diante desta situação e duvidando da autenticidade da habilitação do denunciado, o farmacêutico Cândido colhe informações e começa as acusações.

Este cidadão Nunes he homem maior de 50 annos, aqui reside cazado, e Pai de menor e família, de regulares condutas, e estimação pública, [h]a trinta e sete annos mais, ou menos, tem tido Botica aberta neste lugar com toda aceitação, durante o tempo maior de 33 annos mais ou menos não teve outra. Neste lugar ele vem mostrando conhecimentos na arte, e mesmo tendo-se exonerado tem ganho um conceito publico digno de confiança a ponto de no tempo mencionado não existir Medico ou Cirurgião; elle por humanidade os tem prestado muitos dignos socorros aos ricos, e aos pobres salvando aos acometidos de q. qq. enfermidade ou feridas por armas, ou instrumentos perfurantes levando-

os a perfeita saúde, sempre foi chamado como perito pelas Authoridades de q. qq. seita para factura [sic] de autos [de corpo de Delito] clacificando tudo em termos anatomicos, e consta nos autos que tem corrido este tempo por ser escrupulozo, em suas declaraçoins, e nunca se deo a alcolizar-se, he assim que se tem ganhado estima e consideração, de sorte que tem merecido exercer o lugar de segundo substituto de Juiz Municipal, Eleitor, Camarista, que ainda o hé, e Tenente Cirurgião deste 15º Batalhão (...).⁵²

O delegado de polícia local, João Moreira dos Santos, autor dos trechos anteriores, torna pública sua opinião sobre o caráter e as habilidades médico-farmacêuticas do boticário Nunes Moreira e Silva. Ele segue expondo ao Inspetor da Saúde, Domingos Eugenio Nogueira, sobre a conduta ilibada do boticário em detrimento do caráter de Cândido José Coutinho da Fonseca.

(...) Ora o Snr Dr Candido aqui chegado a pouco com Butica, o qual de acordo com um afilhado do Pde José Marciano o qm o Snr Dor proteja, logo qui aqui chegou foi convidado para ver enfermos, e este não obtendo milhoras, e preços caros de remedios, havendo nesta para chamorasas [?] reflexoins e com isto retirou-se a concorrencia, he de notar qe. o dito Nunes he comedido pa. com todos como ja expendido fica; sendo certo qe. o senhor Dor. recebe da Camara um ordenado para tratar a pobreza, e a pouco foi chamado para ver um prezo pobre, enfermo, negou-se, e recorri ao dito Nunes para trata lo na Cadéia, promptamente o socorro; e assim outros casos. Neste lugar e Termo existem outros de menos conhecimentos, e não estão no caso do Dor. Nunes que tem prestado como dito fica. O dito Nunes, quando os enfermos lhe procurão mdo [ilegível] para o dito Dor. [Cândido], e estes recusam a cura do dito Dor. [Cândido] aceitando a cura do dito Nunes, e outros preferem não tomarem do m [ilegível] remedios [do Doutor Cândido] (...).⁵³

Segundo o delegado, Cândido José Coutinho da Fonseca, que tinha sua botica no local, não possuía uma reputação tão elevada junto à população e ainda se negava a atender os feridos na cadeia. Ele elegia as pessoas a quem iria prestar assistência, cobrava caro por seus remédios e os doentes não tinham resultados benéficos.

(...) nestes termos suspendo o meo Juizo, e levo a alta concideração de VS certificando que o dito Nunes está com a porta de sua Botica feixada, e [h] a do povo infinitas reclamaçoins; acresce que o dito Dor [Cândido] sahe para fora como para Sabara, e demora-se, e as imfermidades não admitem espera, (...). O dito Nunes soffrendo gravissimos prejuizos com sua Botica feixada tratou de enviar seos documentos a essa capital acompanhado de um nós abaixo assinados das milhores pessoas deste lugar, e fazendeiros, espe-

⁴⁹Coleção das Leis do Império do Brasil. Decreto Nº2055 de 19/12/1857.

⁵⁰Saúde Pública: SILVA, José Nunes Moreira. SP/PP1, 26. Cx.02; Doc.13. 1867. APM.

⁵¹PASSOS, ZY. *Notícia histórica da Santa Casa de Sabará*. p. 201.

⁵²Saúde Pública: SILVA, José Nunes Moreira. SP/PP1, 26. Cx.02; Doc.13. 1869. APM.

⁵³Saúde Pública: SILVA, José Nunes Moreira. SP/PP1, 26. Cx.02; Doc.13. 1869. APM.

ra obter a conservação de sua Botica, e aprezen-
tou-me Cartas de pessoas dessa Capital. Nestes
termos suspendo qualquer execução a respeito, e
espera que VS tomara em alta concideração a res-
peito; afinal ordenar-me o que lhe parecer justo;
o certo he que o povo, a excepção de poucos
individuos, soffre, e soffrerá com a falta da Botica,
e remedios do dito Nunes, embora a Camara ou
parte della proteja ao Sr Dor Candido.⁵⁴

Independentemente da confirmação da denún-
cia, a população e a autoridade daquela cidade
apoiavam e buscavam o retorno do boticário Nunes
Moreira e Silva, em quem depositavam confiança há
37 anos. A situação foi se tornando cada vez mais
tensa, a ponto de ser constituída uma Comissão de
professores da *Faculdade de Medicina do Rio de
Janeiro* para estudar o ocorrido. Esta banca julgou o
caso do boticário “grave e melindroso” por se referir
a “direitos adquiridos por ventura” e porque
dizia respeito “a um ato emanado d’esta mesma
Faculdade”. Esse episódio se tornou algo muito
sério para aquela instituição, que acabou traçando
um longo histórico de como tudo teria ocorrido.

Em requerimento (...) dirigido à Directoria d’esta
Faculdade o nosso distincto collega, o Snr Dor.
Luiz Carlos da Fonseca, como procurador de
José Nunes Moreira e Silva, sollicitou uma Carta
de Pharmaceutico para este ultimo, allegando ter
elle sido approved em Pharmacia no tempo da
Physicatura Mor do reino e achar-se estabelecido
com botica ha cargos annos na Comarca do Rio
das Velhas na Província de Minas Gerais, onde
exerce a sua profissão com zêlo e caridade, o que
tudo provou com documentos.

Apesar dos documentos exhibidos, e de proceden-
tes estabelecidos em cazos identicos, o
Exmo. Snr. Conselheiro Jobim dignou-se consular
esta Faculdade, o que teve lugar em Sessão de
Congregação (...). A vista disto passou-se o diploma
solicitado.

Não mais pensava-se em semelhante questão,
quando em dias do mez de Julho [de 1869] o Snr
Dor. Candido Jose Coitinho da Fonseca, gradua-
do por esta Faculdade e domiciliado na Província
de Minas Gerais, dirigiu um requerimento ao
Exmo, Snr. Conselheiro Director, representando
contra o Diploma conferido a José Nunes
Moreira e Silva, e pedindo que seja elle cassado,
visto ter sido obtido ob e subrepticamente [sic].
Para provar a verdade do que allega, o supplicante
apresenta as seguintes razões, que transcreve-
remos (...).⁵⁵

É claro que a semelhança dos nomes do tio,
José Nunes Moreira, e do sobrinho, José Nunes
Moreira e Silva, facilitou a ação e ousadia do boticá-
rio para adquirir tal documento na Faculdade de
Medicina. Outra situação que facilitou a obtenção
do Título de Farmacêutico foi o fato de Nunes e
Silva não ter ido à instituição pessoalmente, enviando
em seu lugar um médico formado, o Doutor

Luiz Carlos da Fonseca, o que indicaria certa credi-
bilidade na relação de ambos. O fato de receber os
documentos que comprovavam a regularidade na
profissão farmacêutica pelas mãos de um distinto
procurador parece não ter dado motivos à faculda-
de para desconfiar da má fé.

A Comissão de Professores da Faculdade de
Medicina da Corte apresentou seis razões para anu-
lar o diploma adquirido por José Nunes Moreira e
Silva. Tais razões foram obtidas por meio das provas
que o Doutor Cândido José Coutinho da Fonseca,
como suplicante, forneceu contra os argumentos de
José Nunes Moreira e Silva, o impetrante.

1ª razão: Houve no Antigo Arraial de Patafufo,
hoje Villa do Pará, um individuo de nome Jose
Nunes Moreira, irmão do cirurgião Manoel
Nunes Moreira e Silva, pae do impetrante Jose
Nunes Moreira e Silva. Aquele Jose Nunes
Moreira, tio do impetrante, mudou-se para
Campo Bello, onde exerceu a profissão de boti-
cário (...). A Camara Municipal affirma com efeito
que Jose Nunes Moreira e Silva, unico que existe
com este nome, sempre usou o agnome = *Silva*
= e que existiu na Vila do Tamanduá, outro indi-
viduo de nome José Nunes Moreira, irmão do
Cirurgião Manoel Nunes Moreira, pai de José
Nunes Moreira e Silva.

Affirma mais a mesma Camara que Jose Nunes
Moreira e Silva, teve botica no Municipio de
Tamanduá, segundo pessoas fidedignas, ao passo
que este ultimo abriu botica na Villa do Pará; vê-
se que Jose Nunes Moreira e Silva sempre assign-
nou assim. A Commissão querendo esclarecer
melhor o seo juizo a fim de descobrir a verdade,
recorreo aos numerosos documentos que acom-
panhão a petição dirigida á Directoria d’esta
Faculdade pelo distincto Snr Doutor Luiz Carlos
da Fonseca, como procurador do impetrante, e
em todos estes documentos encontrou sempre a
assignatura de José Nunes Moreira e Silva (...);
sendo notavel que na propria procuração figura a
assignatura de Jose Nunes Moreira e Silva dando
poderes á terceiros para tirar um Titulo de phar-
maceutico que por direito pertence a Jose Nunes
Moreira (...).⁵⁶

O texto que se apresenta ligeiramente confuso
quer colocar à luz a existência de duas pessoas com
nomes semelhantes, mas não iguais. Tio e sobrinho
não eram homônimos e ambos assinavam seus pró-
prios nomes em diversos documentos relacionados
à arte. Como descrito nesta primeira razão, a pró-
pria procuração dada pelo acusado a seu procura-
dor para ser entregue e analisada pelos professores
da Faculdade de Medicina estava firmada com seu
nome completo, José Nunes Moreira e Silva.

Nos estudos de Gabriela Sampaio ficou eviden-
te que muitos acadêmicos, além de reclamarem da
ação dos práticos, denunciavam também a ineficá-
cia das leis. Segundo os acadêmicos, as normas
eram muito brandas e acabavam permitindo o
exercício de muitos daqueles que não adquiriam

⁵⁴Saúde Pública: SILVA, José Nunes
Moreira. SP/PP1, 26. Cx.02; Doc.13.
1869. APM.

⁵⁵Saúde Pública: SILVA, José Nunes
Moreira. SP/PP1, 26. Cx.02; Doc.13.
1869. APM.

⁵⁶Saúde Pública: SILVA, José Nunes
Moreira. SP/PP1, 26. Cx.02; Doc.13.
1869. APM.

conhecimentos em uma escola.⁵⁷ Além de os regulamentos serem considerados ineficientes, a própria atuação dos funcionários dos órgãos fiscalizadores não era considerada muito eficaz pelos profissionais da cura.

Por outro lado, como já apresentado, a autora observa que era comum as autoridades não concordarem com os regulamentos que impediam os farmacêuticos de exercerem o ofício de botica sem diploma ou de exercerem a medicina já que esta era uma prática comum para a população.⁵⁸ Em outras palavras, tais representantes reconheciam o valor e a necessidade do trabalho destes indivíduos para a sociedade, por isso se mostravam tão tolerantes e não punitivos ou ineficazes. Nesse sentido, é visto que estas leis, na prática, possuíam muito mais um caráter controlador que rígido ou punitivo. O que ainda pode ser observado, diante da documentação consultada, é que os próprios acadêmicos também cometiam erros, enganos e ineficácias a ponto de não observarem a diferença da assinatura na procuração e o nome de quem recebeu a Carta de farmacêutico pela Fisicatura Mór.

A segunda razão apresentada era que, ao demonstrar o atestado de aprovação no exame de farmacêutico do tempo da Fisicatura, José Nunes Moreira e Silva teria omitido o sobrenome *Silva* para enganar a Faculdade de Medicina, embora este estivesse presente na procuração. Dessa forma, ele provaria que já tinha a aptidão nas Matérias de Farmácia. A Comissão concluiu que José Nunes Moreira e José Nunes Moreira e Silva eram, de fato, pessoas distintas.⁵⁹ Na terceira razão apresentada pela Comissão,

Allegou o impetrante [José Nunes Moreira e Silva] e exhibio documento de um exame feito na Villa Real de Sabará. O Título de Villa Real de Sabará foi substituído pelo de Fidelissima por Alvará de 17/03/1823. Ora tendo ele 55 annos de idade, como se prova com o documento (...), torna-se evidente que foi o dito exame feito quando tinha apenas a idade de 8 annos. O documento (...) que serve de prova á esta allegação é uma certidão de Baptismo (...) em que o respectivo Parocho declara que em 7/02/1814 baptisou em caza, por se achar em perigo de vida o innocente José (...)

Ora, como nesta certidão não se declara o dia do nascimento, a Comissão não pode afirmar que se tratava de um recém nascido, que deveria ter hoje 55 annos, como argumenta o supplicante [Dr. Cândido da Fonseca], se bem que o zêlo e o espirito religioso muito desenvolvidos na Provincia de Minas levem os paes a baptisar muito cêdo as crianças; admittindo porem que tivesse um ou dous ao tempo em que foi baptisado, ainda assim o exame teria sido feito aos 9 ou 10 annos, o que é inadmissível.

4ª razão: Allegou mais o impetrante, servindo-se do mesmo exame, que elle foi feito em presença do Juiz Delegado Physico Mor do Reino. O Brasil

foi elevado a Cathegoria de Imperio em fins do anno de 1822, logo d'esta época em diante desapareceu essa entidade chamada Physicatura Mor do Reino; do que resulta que o exame foi feito o mais tardar no anno de 1822 [embora, como visto anteriormente, este órgão tenha funcionado até 1828], e teria então o impetrante 8 annos de idade. Aceitando a argumentação do supplicante por ser logica, porem admittindo que o innocente José baptisado em 7/02/1814, tivesse então 2 annos, chegaríamos então a conclusão de que prestou elle o exame de Pharmacia aos 10 annos, de que não é possível.

5ª razão: Allegou tambem o impetrante que um dos examinadores foi o pharmaceutico Manoel de Paiva Moreira, mas este faleceo em 15/11/1826, como se prova com o documento (...). Consequientemente n'essa epocha tinha 12 annos, idade em que estaria apprendendo ainda as primeiras lettras. Provavelmente o exame não seria feito no anno do fallecimento do examinador Paiva, e então menor seria a idade do impetrante. A legislação patria não permite que um menor de 12 annos exercite a profissão de pharmacêutico. 6ª razão: A certidão nº 4 da qual consta o exame de José Nunes Moreira, vem confirmar o que o supplicante tem allegado, isto é, que o impetrante não é o individuo examinado e aprovado nemine discrepante no ano de 1817 ou 1818 por que n'essa ephoca tendo apenas de idade 3 ou 4 annos não podia estar habilitado para a melindrosa e tão importante profissão pharmaceutica, maxime na Provincia de Minas, onde só na Capital existe uma Escola de Pharmacia, que o impetrante nunca frequentou (...).⁶⁰

Os documentos apresentados corroboravam sempre as denúncias do suplicante

(...) O documento nº 4 a que se refere o supplicante é uma certidão passada pelo digno secretario d'esta faculdade do acto de exame feito por Jose Nunes Moreira, perante o cirurgião Florencio Francisco dos Stos. Como consta d'este documento, o papel esta rasgado e completamente destruido no lugar em que existia a dacta, podendo-se porém pôr alguns traços conhecer que o exame tivera lugar em 1817 ou em 1818, quando o impetrante devia ter 3 ou 5 annos de idade. Diante de tudo isso, conclue o supplicante que o individuo examinado em 1817 ou 1818 foi o tio do impetrante José Nunes Moreira, que do Patafufo se mudou para Campo Belo, onde exerceo a profissão de boticario, e que José Nunes Moreira e Silva, residente da Vila do Para, supprimo do seo apelido o agnome – *Silva* – para fazer-se passar por José Nunes Moreira, seo tio; que o exame em que se fundou, foi falso em relação a sua individualidade e por consequinte o diploma foi obtido ob e subreptiamente [sic].⁶¹

Segundo a lista de boticários aprovados que receberam a carta de confirmação pela Fisicatura Mór, José Nunes Moreira, o tio, recebeu a sua em 23 de julho de 1811 em Sabará, após ter se submetido aos exames de perguntas teóricas e práticas

⁵⁷SAMPAIO, GR. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas do Rio de Janeiro Imperial*, p. 54.

⁵⁸SAMPAIO, GR. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas do Rio de Janeiro Imperial*, p.124- 125.

⁵⁹Saúde Pública: SILVA, José Nunes Moreira. SP/PP1, 26. Cx.02; Doc.13. 1869. APM.

⁶⁰Saúde Pública: SILVA, José Nunes Moreira. SP/PP1, 26. Cx.02; Doc.13. 1869. APM.

⁶¹Saúde Pública: SILVA, José Nunes Moreira. SP/PP1, 26. Cx.02; Doc.13. 1869. APM.

sobre a arte boticária.⁶² Assim sendo, levando em consideração as suposições de datas de seu nascimento feitas pela Comissão, em 1811 o impetrante não teria nem mesmo sido concebido, sendo então impossível fazer o exame naquele ano. Quando José Nunes Moreira e Silva nasceu, o tio já exercia a profissão devidamente legalizada há anos. As provas do acusador Doutor Cândido Fonseca somadas aos argumentos não convincentes do impetrante acabaram por convencer a Comissão de professores.

O diploma de Pharmaceutico passado por esta Faculdade pertence a Jose Nunes Moreira, e não ao indivíduo que firmou uma procuração e numerosos documentos com a assignatura de Jose Nunes Moreira e Silva, illudindo grosseiramente ao honrado Snr. Dor. Luis Carlos da Fonseca, e a propria Faculdade. Opinando por este modo a Comissão não pode deixar de propor que se officie d'esde já ao Governo de SM Imperial referindo-se o ocorrido, e pedindo que faça cassar meios legaes o Diploma expedido (...).⁶³

Mais tarde, a mesma banca faz uma emenda à conclusão já exposta,

A vista das observações da Comissão sendo liquido que José Nunes Moreira e Silva, impetrante do diploma em questão, o obteve illudindo a Faculdade, propondo que seja o diploma considerado nullo, e que nesse sentido se officie á Junta de Hygiene e ao Governo para tomar as providencias que for convenientes.⁶⁴

E em outro documento, apresenta (um dia depois) a decisão de anular o diploma.

(...) esta Faculdade reconhece liquido de José Nunes Moreira e Silva, impetrante do Diploma em questão o obteve illudindo a Faculdade, e considera nullo o mesmo Diploma(...).⁶⁵

A partir da segunda metade do século XIX a *Câmara Municipal de Sabará* passou a ordenar que seus fiscais e os subdelegados dos distritos visitassem duas vezes por ano os estabelecimentos farmacêuticos e, muitas vezes, durante estas visitas, era solicitado ao boticário seu título de confirmação da profissão. O fiscal da Câmara, Manoel Rodriguez Vasconcellos, visitou em 1853, no Distrito de Congonhas do Sabará, a farmácia de José de Miranda Correia e observando que este até então não havia apresentado seu título profissional, lhe deu o prazo de oito dias para que o fizesse.

O farmacêutico, atendendo ao pedido do fiscal, encaminha à Câmara seu título e não deixa passar a oportunidade para tecer os seguintes comentários.

Illmo Sr. Presidente e mais vereadores. Illma Câmara da digníssima da Cidade Sabará. Cheio de contentamento recebi hoje um officio do Fiscal deste Distrito transmittindo-me por copia, o que recebeu de VSS com datta de 9 do corrente, ordenando-lhe que me marcasse o praso de 8 dias para dentro d'elle apresentar eu o Titulo que tenho e pelo que me julgo habilitado para exercer a Arte de Pharmaceutico. Digo que cheio de contentamento, por ver que a Camara deste Municipio supposto que tande [sic] procura cumprir com seo dever, e so tenho de lamentar que ela não seja igual nesta exigencia; porque sendo eu o ultimo que aqui cheguei, dos que se dão a est'arte, fui o primeiro de quem ella se lembrou, tendo-lhe o presente guardado silencio quanto a diversos Medicos da Companhia Inglesa, que curão publicamente à Brasileiros; à um Boticario que aqui existe; à outro Boticario impregado na mesma Cia e a outros que haverão para fora do Destricto; cujos nenhum preivillegio tem para se lhes dispensar esta justa, e legal exigencia, na qual a Ley nos compreende à todos, e que lhe apresente so se exerceona [ilegível] minha pessoa. Incluso apresento meo Titulo para em concideração o reparo que tomo a liberdade apresentar a respeito dos indicados.⁶⁶

Como observado, José de Miranda Correia, ao encaminhar seu documento, envia também uma carta às autoridades manifestando seu pensamento a respeito de algumas arbitrariedades que estavam ocorrendo no campo profissional da saúde. Ele comenta que médicos da Companhia Inglesa estavam atendendo aos brasileiros. Para que isso ocorresse sem problemas, estes estrangeiros deveriam estar munidos de diplomas devidamente regularizados no país. O farmacêutico também expõe que havia boticários atuando fora dos regulamentos de saúde existentes no Império.

Os relatos deste profissional exprimem sua indignação ao ser cobrado pela Câmara Municipal, uma vez que cumpria as exigências dos órgãos de fiscalização. Enquanto isso, ele assistia ao cenário de desordem que se encontrava o campo da saúde onde atuava, mediante a ausência de atuação mais firme e ampla das autoridades. Ele deixa claro em suas confissões que a fiscalização não atingia aqueles que exerciam o ofício à margem da legislação.⁶⁷

Relatar ou denunciar oficialmente às autoridades o exercício ilegal da medicina e da farmácia não foi a única alternativa encontrada pelos acadêmicos oitocentistas. Gabriela Sampaio também encontrou nos periódicos correntes no período, em especial os da *Academia Imperial de Medicina*, e nas teses médicas, a preocupação de seus autores com a questão. Segundo estes detentores do chamado saber científico, o Império estava repleto de charlatães e o charlatanismo deveria ser completamente destruído para que pudessem atuar plenamente.⁶⁸

⁶²Relação dos boticários providos das cartas profissionais pela Physicatura Mor do Brasil. MOREIRA, José Nunes. 1811. Fundo: Fisicatura – Mor. Seção de guarda: SDH. Código: 2 O CODES, Fichário 76, Gaveta: 06, Caixa 480, pacote 04. Arquivo Nacional.

⁶³Saúde Pública: SILVA, José Nunes Moreira. SP/PP1, 26. Cx.02; Doc.13. 1869. APM.

⁶⁴Saúde Pública: SILVA, José Nunes Moreira. SP/PP1, 26. Cx.02; Doc.13. 1869. APM.

⁶⁵Saúde Pública: SILVA, José Nunes Moreira. SP/PP1, 26. Cx.02; Doc.13. 1869. APM.

⁶⁶Documentos diversos. SP/PP1, 33. Caixa 250, pacote 59, 60. APM.

⁶⁷Saúde Pública: CORRÊIA, José de Miranda. SP/PP1, 33. Cx.250; pac. 60. 1853. APM.

⁶⁸SAMPAIO, GR. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas do Rio de Janeiro Imperial*, p.57-59.

Na província de Minas, as denúncias, geralmente anônimas, eram também realizadas por meio de veículos de divulgação popular. Em Sabará, um jornal de 1869, o *Noticiador de Minas*, alertava à sociedade sobre a contratação de práticos que trabalhavam na farmácia da *Companhia Inglesa de Mineração*. Ao ler a notícia, o representante da Companhia muniu-se de explicações à Junta de Higiene.

Ilustríssimo snr Presidente da Junta de Higiene Publica. O Noticiador de Minas de 15 do corrente, rezára uma publicação datada da Cidade de Sabará (...) censurando as Compia [sic] Inglezas instaladas no Brasil, por ter empregados não titulados em suas Pharmacias, e com quanto o Pharmaceutico desta Compia [sic] seja titulado, tem por encomodos de saude mandado um substituto somente pratico faser suas vezes emquanto se acha enfermo: se porem, VS^a entender que ha nisto alguma cousa de inconveniente, com seo avizo tomarei as precisas providencias.⁶⁹

Curiosamente, a Companhia depositava alguma credibilidade no prático, a ponto de interceder por ele perante o órgão de saúde, mas, ao mesmo tempo, tentava resguardar a imagem da empresa. Outro ponto que pode ser levantado é que, mesmo com a possibilidade de adquirir licença especial para exercer o ofício, eram muitos os práticos que decidiam não obtê-la e assim acabavam por atuar na ilegalidade, sendo alvos de denúncias e xingamentos. Este parece ter sido o caso do prático da farmácia da Companhia Inglesa.

A documentação e a bibliografia mencionam alguns adjetivos relacionados à figura dos boticários para o século XIX. Dentre eles podem ser citados alguns como confiáveis, prestativos, caridosos com os pobres, habilidosos, escrupulosos, estimados, honestos, conscientes, discretos, modestos, probos, pontuais, prudentes, o ofício farmacêutico era nobre e honroso.⁷⁰ No entanto, outros predados também cunharam sua imagem como charlatão, falador, imperito, ignorante, mentiroso, impostor, inescrupuloso, explorador da incredulidade pública, charlatão, usurpador⁷¹ e dulcamara. Esta era uma planta medicinal com propriedades sudoríficas, indicada, à época, ao tratamento da sífilis e moléstias da pele.⁷² Contudo, sua relação com os denominados charlatões era outra.

O termo dulcamara passou a ser apropriado pelos membros de associações farmacêuticas, especialmente as da Corte, na segunda metade dos oitocentos, para denunciar aqueles que eles consideravam serem impostores. Essa associação passou a ser feita a partir da ópera bufa italiana chamada *Elixir de Amor*, de Gaetano Donizetti, na qual uma de suas personagens, *Dulcamara*, era vendedor de elixires capazes de curar várias doenças, até mesmo as do

coração. Ao agirem desta maneira, os farmacêuticos acadêmicos objetivavam desqualificar o trabalho dos boticários práticos e buscar assim a construção de uma identidade profissional, baseada na formação acadêmica. Desta forma, pretendiam legitimarse junto à população como “profissionais da ciência”, o que para eles os diferenciava daqueles que não tiveram nenhum tipo de formação formal.⁷³

Considerações finais

Os nomes pejorativos, as leis, os descontentamentos, as divergências e os conflitos entre aqueles que atuavam na arte de medicar e na arte de farmácia compunham o cenário do universo da cura da Província mineira. Através das rusgas entre médicos e farmacêuticos, entre boticários habilitados e desabilitados, entre estes e os negociantes de gêneros, percebe-se como era o universo da cura nos oitocentos.

Este era um espaço ocupado por diferentes personagens no qual, por muitas vezes, alguns invadiam o campo de trabalho que, por regra, não lhes dizia respeito, enquanto outros agiam a sua maneira ou com o auxílio da lei para se legitimar em sua área de atuação. Mas, o que pode ser destacado é que os boticários/farmacêuticos, habilitados ou não, para se manterem nas artes de curar, lograram o apoio da população e foram favorecidos por aqueles que, em outros momentos, poderiam representar seus inimigos ou concorrentes.

No universo da cura, além do respaldo que estas personagens obtiveram para se manter na arte de boticar e medicar, havia a ausência de uma fiscalização adequada e a falta de delimitação clara entre as especialidades profissionais. A demarcação mais nítida do espaço de trabalho começou a se concretizar apenas no decorrer do século XX, com o crescente número de farmacêuticos formados pelas faculdades brasileiras, que tenderam apenas em manipular medicamentos.⁷⁴

Com seus diferentes comportamentos, os boticários/farmacêuticos aqui mencionados, destituídos ou não dos títulos competentes, também almejavam a sua projeção, legitimação e estabelecimento no campo das artes da cura, campo este ainda não claro nem delimitado. E, nem sempre, esta legitimação ou projeção se deu a partir da obtenção de um saber especializado na academia, de um diploma, de uma licença especial ou do apelo aos órgãos de fiscalização. O estabelecimento destas personagens no campo profissional se deu, muitas vezes, por meio das relações estabelecidas com algumas autoridades locais, médicos e, principalmente, com a população, nas quais a confiança, o afeto, a acessibilidade e o modo de solucionar os problemas que afligiam seus clientes estavam em primeiro lugar.

⁶⁹Documentos diversos. SP/PP1, 26. Caixa 02; Documento 13. Ano 1869. APM.

⁷⁰Saúde Pública: SILVA, José Nunes Moreira. SP/PP1, 26. Cx.02; Doc.13. 1869; MARTINS, Carlos; CASTRO e SILVA. Cx. 11. Doc. 12, 1888; APM. FIGUEIREDO, BG. *A arte de curar*: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais, p.194, 202 passim.

⁷¹FIGUEIREDO, BG. *A arte de curar*: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais, p.61; SOARES, MS. *A doença e a cura*: saberes médicos e cultura popular na corte imperial, p.295.

⁷²CHERNOVIZ, PLN. *Diccionario de Medicina Popular e das ciencias accessorias*. 5ª edição. Pariz: Em Casa do Autor, 1878. vol.1, p.870.

⁷³VELLOSO, VR. *Farmacêuticos, médicos, e as representações do charlatanismo*. In: FIGUEIREDO, BG; JEFFERSON, B; VITORINO, JC (coords). *Seminário nacional de História da Ciência e da Tecnologia*. SP: Sociedade Brasileira de História da Ciência, 2005, p.47-48.

⁷⁴VOTTA, R. *Breve História da Farmácia no Brasil*, p.29.

Uma questão de revisão de conceitos: Romanização – Ultramontanismo – Reforma

Ítalo Domingos Santirocchi

Doutor em História/Pontifícia Universidade Gregoriana-Roma

italosantirocchi@hotmail.com

Resumo: Este artigo pretende chamar a atenção sobre a necessidade de uma revisão do conceito de *Romanização*, considerado, atualmente, como “consolidado” na historiografia sobre a Igreja Católica no Brasil, no período que vai, aproximadamente, entre a metade do século XIX e a terceira década do século XX. Tal movimento foi realizado por católicos de tendência *ultramontana*, encontrando como adversários: o clericalismo liberal, o regalismo imperial (até 1889) e o liberalismo político. Este movimento reformador buscou demarcar a própria identidade e autoconsciência dos católicos, neste sentido atingiu também as práticas religiosas populares herdadas da tradição lusitana, quando buscou integrá-las as diretrizes dos Concílios de Trento e Vaticano I. Pretende-se chamar a atenção dos pesquisadores sobre os limites do referido conceito de *romanização* e convidá-los a uma séria reavaliação do mesmo, procurando outros que sejam mais abrangentes e englobem toda a complexidade do período histórico e dos seus agentes, como por exemplo o de *Reforma Católica*.

Palavras-chaves: Romanização, Ultramontanismo, Reforma Católica.

Abstract: This article approaches the necessity of a revision about the concept of *Romanization*, considered today as a “consolidated” concept in the historiography of the Catholic Church in Brazil during the mid-nineteenth and early twentieth centuries. Such a movement was undertaken by catholics of the *ultramontana* tendency, facing adversaries such as the liberal clericalism, imperial regalism (until 1889) and political liberalism. This reform movement aimed to demarcate catholic identity itself, affecting also popular religious practices, inherited from the Lusitan tradition, in an effort to integrate them in the directives of the concilia of Trento and Vatican I. The intention is to call the attention of researchers to the limits of the concept of *Romanization* and also to invite them to a serious re-evaluation of this concept, in a search for others that may be broader in scope, covering the entire complexity of the historical period and of its agents, such as, for example, the concept of *Catholic Reformation*.

Keywords: Romanization, Ultramontanism, Catholic Reformation.

Ultramontanismo

A palavra ultramontanismo deriva do latim, *ultra montes*, que significa “para além dos montes”, isto é, dos Alpes. A verdadeira origem do termo se encontra na linguagem eclesiástica medieval, que denominava de ultramontano todos os Papas não italianos que eram eleitos.¹

A palavra foi novamente empregada depois da reforma protestante, entre os governos e os povos do norte europeu, onde se desenvolveu uma tendência a considerar o papado como uma potência estrangeira, de modo especial quando o Papa interferia nas questões temporais. O termo ultramontanismo também foi utilizado na França para identificar os defensores da autoridade pontifícia em contraposição às “liberdades da igreja galicana”. O termo era utilizado de forma difamatória, pois também sugeria a falta de apego à própria nação.

No século XVII, o *ultramontanismo* foi associado àqueles que defendiam a superioridade dos papas sobre os reis e os Concílios, mesmo em questões temporais. Neste período, a Companhia de Jesus foi fortemente identificada com o ultramontanismo. Na Alemanha, no século XVIII, o conceito se ampliou e passou a ser usado para identificar os defensores da Igreja em qualquer conflito

entre os poderes temporais e espirituais (Igreja-Estado).²

O *ultramontanismo*, no século XIX, se caracterizou por uma série de atitudes da Igreja Católica, num movimento de reação a algumas correntes teológicas e eclesiásticas, ao regalismo dos estados católicos, às novas tendências políticas desenvolvidas após a Revolução Francesa e à secularização da sociedade moderna. Pode-se resumir-lo nos seguintes pontos: o fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as igrejas locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicanismo, jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais), culminando na condenação destes por meio da Encíclica *Quanta cura* e do “Sílabo dos Erros”, anexo à mesma, publicados em 1864.³

O fortalecimento da autoridade pontifícia, consolidado com a definição da infalibilidade papal nos pronunciamentos *ex-cathedra* durante o Vaticano I (1869-1870), foi um dos momentos culminantes da vitória ultramontana no âmbito eclesiástico, mas não nas suas relações com os Estados do século XIX. O processo de separação entre os dois pode-

¹HASTENTEUFEL, Zeno. *Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Acadêmica, 1987, p. 88 nota 18.

² Cf. MARTINA, Giacomo. *Storia della Chiesa: dal Lutero ai nostri giorni*. Brescia: Morcelliana, 2001, vol. III; SCHATZ, Klaus. *Storia della Chiesa*. Brescia: Editrice Queriniana, 1995, vol. III e HASTENTEUFEL, Zeno. *Dom Feliciano na Igreja do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Acadêmica, 1987, p. 88 nota 18.

³VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Ed. Editora Universidade de Brasília, 1980, p. 32.

res, o indiferentismo estatal, o anticlericalismo, o regalismo exacerbado tolhendo a liberdade da instituição eclesiástica e a autoridade de sua hierarquia, teve como contrapartida a busca de um “centro” que tivesse melhores condições e interesses em proteger os membros da comunidade clerical. E qual “centro” poderia ser este senão o Papa, o mais tradicional chefe da Igreja Católica?

A partir dessa ótica é compreensível que se tenha difundido uma eclesiologia que fortalecia a função e as prerrogativas do Sumo Pontífice, considerando-o, praticamente, como a fonte dos ensinamentos da Igreja e como a autoridade da qual emanavam, de modo indiscutível, todas as decisões. Essa centralização, na prática, levou a uma intervenção mais sentida das congregações romanas na vida de cada diocese e uma maior uniformização da disciplina eclesiástica.⁴

No entanto, não se pode desconsiderar que o movimento não foi de mão única, pois a própria piedade religiosa reforçou essa tendência de modo espontâneo, buscando, mais intensamente, desenvolver na comunidade católica o sentimento de pertencimento à Igreja Universal, abandonando as tendências de catolicismo bairristas ou nacionalistas. O maior exemplo disso foi o nascimento de várias novas Ordens Religiosas em diversos países, durante o século XVIII e XIX, que buscavam fortalecer a autoridade pontifícia e reformar a comunidade na qual se desenvolviam, no sentido de se alinharem ao catolicismo ortodoxo, que via em Roma o seu centro doutrinal e disciplinar.⁵

Outro exemplo de espontaneidade do *ultramontanismo* vindo “de baixo” é D. Antônio Joaquim de Mello (1791-1861), simples padre de Itu, que se formou durante o episcopado do regalista D. Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade (1775-1847), recebendo influência direta do catolicismo tradicional e iluminista, e tendo como colega o liberal, político e heterodoxo padre Diogo Antônio Feijó (1784-1843). O episcopado ultramontano de D. Antônio Mello foi uma reação às invasões regalistas do Estado no âmbito eclesiástico e às várias correntes de catolicismo nacionalista e bairrista que se desenvolviam em São Paulo e no Brasil. D. Antônio buscou em Roma as diretrizes para integrar o catolicismo paulista aquele universal, fortalecendo a identidade de Católico Apostólico Romano defronte às tendências heterodoxas e descentralizantes.⁶

No seu processo de desenvolvimento o *ultramontanismo* expurgou as tendências liberais que se desenvolviam no seu interior, principalmente daquelas provenientes da Alemanha. Isto ocorreu de forma mais decidida a partir da encíclica *Mirari vos* (15-8-1832). Daquele momento em diante a Igreja tomou um posicionamento defensivo contra o avanço da “mentalidade do tempo”, marcada pelo liberalismo, positivismo e pelo progresso da

secularização; mas, como não podia ignorar a realidade social e política circundante, teve de usar de novos meios, tais como associações, imprensa e partidos, para atuar junto à sociedade. Isso levou a uma aliança “fiéis-hierarquia Católica”, que teve suas origens na Alemanha a partir da Conferência dos bispos de Würzburg,⁷ em 1848, e do nascimento das associações católicas pró Papa Pio IX. O apelo à população simples e à sua mobilização, no que as mulheres tiveram um papel importante, foi um traço fundamental do movimento ultramontanista.⁸

O choque entre o ultramontanismo e os outros “ismos” do século XIX era inevitável e se manifestou nos mais diversos âmbitos da sociedade ocidental. A luta, às vezes, assumiu aspectos de confronto violento, especialmente na Itália, onde o liberalismo se misturou com as aspirações italianas de unificação política. Pelo menos, em um país latino-americano (a Guatemala) as primeiras lutas entre o liberalismo e o ultramontanismo resultaram em guerra religiosa.⁹

Esse contexto reforçou, ao interno da Igreja, uma tendência a se auto-considerar uma “fortaleza assediada”, fechando-se ao “mundo moderno”, o que encontrou sua máxima expressão no *Syllabus* de 1864. Entretanto, desde 1850, em todos os países as teorias papais se haviam consolidado tanto no direito canônico quanto na teologia. Isso não aconteceu sem intervenções coerentes e miradas por parte de Roma, sobretudo, por meio dos seus Núncios. Porém, se tratou de uma evolução que foi intensamente sustentada pelas igrejas locais, por meio de suas necessidades e esforços, com algumas características próprias nos vários países e dioceses.¹⁰

É difícil estabelecer com exatidão a data em que entrou no Brasil a corrente de pensamento que no século XIX se chamou de *ultramontanismo*. É certo que, entre os primeiros ultramontanos deste período estavam os religiosos da Congregação das Missões, ou lazaristas, de carisma vicentino, que se estabeleceram na província de Minas Gerais no início do século XIX. O primeiro bispo foi provavelmente D. fr. José da Santíssima Trindade (1762-1835), da diocese de Mariana, pertencente também à referida província de Minas. O *ultramontanismo*, entretanto, não encontrou, neste período, um clima muito favorável no Brasil, já que desde os dias de Pombal e da expulsão dos jesuítas do Reino português, as ideias jansenistas e um forte regalismo político tinham dominado o cenário brasileiro, desaparecendo quase que por completo o escolasticismo do currículo das escolas brasileiras.¹¹

O *ultramontanismo* foi algo que cresceu vagarosamente no Brasil, porém, em menos de um século conseguiu o controle da Igreja no país. David Gueiros Vieira defende que a referida corrente

⁴Tal característica do movimento ultramontano levou alguns estudiosos da história da Igreja Católica no Brasil, na segunda metade do século XX a ressuscitarem o termo romanização, para descrever o processo de reforma que teve como agentes os ultramontanos. Este tema será retomado logo a seguir [ndr].

⁵MARTINA, Giacomo. *Storia della Chiesa: dal Lutero ai nostri giorni*. Brescia: Morcelliana, 2001, vol. III, p. 106.

⁶Cf. FONTOURA, Ezechias Galvão da. *Vida do exmo. e Revmo. Senhor D. Antônio Joaquim de Mello bispo de São Paulo*. São Paulo: Escola Tip. Salesiana, 1898; CAMARGO, Paulo Flôrencio da Silveira. *A Igreja na História de São Paulo*. São Paulo: IPHAR, 1952-53, vol. VI; WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX. A reforma de D. Antônio Joaquim de Melo*. São Paulo: Ática, 1987.

⁷De 22 de outubro a 16 de novembro de 1848, foi realizado em Würzburg, uma conferência dos bispos alemães, com a participação de alguns prelados austríacos, entre eles o Cardeal de Viena, Joseph John Schwarzenberg (1809-1885). A assembléia foi realizada sob sugestão do Núncio Apostólico na Áustria, Michele Viale Prelà (1799-1860) e por iniciativa do engenhoso Joahannes von Geissel (1796-1864), Arcebispo de Colônia. Duas preocupações dominaram o evento: a reivindicação da libertas Ecclesiae frente aos velhos e novo regimes e a reorganização da Igreja na Alemanha de acordo com as diretrizes romanas e as exigências do tempo. Em um amplo memorial que serviu de base para a discussão, Geissel chamou a atenção sobre as relações entre Estado e Igreja, sobre o problema das escolas, sobre as relações com os acatólicos, sobre os sínodos diocesanos, sobre a organização dos católicos e sobre a ação social. Geissel conseguiu, graças à sua crescente influência, fazer prevalecer os seus pontos de vista, conseguindo a desaprovção geral do placet e do padroado e a afirmar a necessidade de organizar um ensino católico livre, tomando como exemplo a Bélgica. Os documentos produzidos pela conferência dos bispos alemães influenciaram as relações entre Igreja e Estado tanto na Alemanha quanto no Império Austríaco [Sobre a conferência dos bispos de Würzburg ver: *Atti de' vescovi di Germania congregati in Würzburg l'anno 1848*. Tradotti dal tedesco, Praga: Haase, 1849; FELICIANI, Giorgio. *Le conferenze episcopali*. Bologna: Il Molino, 1974, p. 17-18; AUBERT, Roger. *Il pontificato di Pio IX (1846-1878)*. Torino: S.A.I.E., 1969, p. 101-102].

⁸SCHATZ, Klaus. *Storia della Chiesa*. Brescia: Editrice Queriniana, 1995, vol. III, p. 58-69.

⁹VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*, p. 32-33.

¹⁰SCHATZ, Klaus. *Storia della Chiesa*, vol. III, p. 6.

¹¹VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*, p. 32-33.

entrou no país por meio da influência estrangeira, e que tais ideias algumas vezes eram trazidas por clérigos oriundos da Europa, e noutros casos, também se estabelecia graças à atuação de clérigos brasileiros formados no continente europeu. No entanto, os dois focos de ultramontanismo citados acima, apesar de provenientes de Portugal, chegaram ao Brasil no tempo em que o país ainda fazia parte do “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”, ou seja, ainda era parte dos domínios da Metrópole, não sendo, portanto, “estrangeiros”, ainda mais porque aderiram à independência e se tornaram, efetivamente, brasileiros.¹²

Os clérigos que tomaram parte na Constituinte (1823), e depois foram eleitos para o Parlamento, de 1826 em diante, se dividiram em duas correntes, uma inicialmente mais numerosa, influenciada pelo liberalismo e fortemente regalista, e outra, que paulatinamente adotou postura bem diversa. Eram os ultramontanos. Eles se afirmaram neste período, envolvendo-se, como os demais, na política, nos cargos eletivos e na imprensa polemista. Dois bispos se destacaram nas suas hostes: D. Romualdo Antônio de Seixas (1787-1860), Arcebispo da Bahia e D. Marcos Antônio de Souza (1771-1842), bispo do Maranhão. Os publicistas mais importantes foram os padres Luís Gonçalves dos Santos (Padre Perereca, 1767-1844) e o inglês William Paul Tilbury (?-1862).¹³

Os ultramontanos brasileiros durante o Segundo Império atuaram principalmente por meio do episcopado, que logo formou um grupo de padres reformados que os coadjuvavam com muitos leigos. Eles, no entanto, não atuaram sozinhos, pois tiveram grande ajuda dos representantes pontifícios, das ordens religiosas reformadas, como os lazaristas, capuchinhos e jesuítas, bem como de congregações femininas como as Filhas da Caridade e as Irmãs de São José. A partir do final do primeiro Império se presenciou no Brasil um esforço contínuo, por parte dos ultramontanos, para reformar a Igreja brasileira e levá-la à plena ortodoxia de acordo com a Igreja Católica Apostólica Romana, a qual pertenciam.¹⁴

Reforma católica ou romanização?

Ao contrário da Europa, onde as reformas definidas pelo Concílio tridentino no século XVI era um fato antigo, no Brasil, até o início do século XIX, tais inovações se resumiram a tentativas. A primeira delas foi levada a cabo pelos jesuítas, ordem imbuída do espírito reformador tridentino. Eles chegaram à América portuguesa em 1549, e logo edificaram uma igreja em Salvador da Bahia, dedicada a Nossa Senhora da Ajuda. Isso se repetiria em Porto Seguro, onde outro jesuíta, pe. Francisco Pires, ergueu mais um templo de igual invocação.¹⁵

Ao pe. Pires sucedeu o pe. Manoel da Nóbrega, que com outros vultos da Companhia de Jesus,

como os padres Ignácio de Azevedo, José de Anchieta e Gabriel Malagrida, de norte a sul do país estenderam seu campo de ação aos engenhos e fazendas, e aos índios das missões e reduções.¹⁶ Rapidamente os frutos desse labor se manifestaram numa grande quantidade de capelas, igrejas e nas centenas de santuários marianos que a piedade da jovem terra levantou. Criaram, também, colégios e seminários para educarem e catequizarem a população colonial como um todo. Todas imbuídas de estreita observância diretrizes da reforma tridentina.¹⁷

Os jesuítas foram expulsos, pelo Marquês de Pombal, dos domínios portugueses em 1759, mas, nesse meio tempo, uma segunda tentativa de implementação da reforma tridentina havia sido realizada pelo bispo D. Sebastião Monteiro da Vide (1643-1722) que tentou realizar um Sínodo Provincial, mas na impossibilidade, realizou apenas um Sínodo Diocesano em 1707, elaborando as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, primeiro código canônico brasileiro e único até o fim do Império. Realizadas sob os preceitos tridentinos, estas constituições regeram todas as dioceses brasileiras durante todo o Período Imperial, sendo constantemente citadas pelos bispos e na legislação civil. A obra foi reeditada em 1853.¹⁸

No entanto, sem a presença dos jesuítas, e sob os influxos do “pombalismo”, o regalismo de inspiração jansenista se infiltrou largamente na Igreja brasileira, ao que se juntou uma forte influência do iluminismo e, posteriormente, na primeira metade do século XIX, também do liberalismo. Quando o *ultramontanismo* começou a prevalecer no episcopado brasileiro, a tendência de adaptar a Igreja no país aos ditames tridentinos foi retomada. Fizeram-no, porém, em sintonia com o espírito do seu tempo, razão pela qual, sucessivamente, se alinharam com as orientações do Papa Pio IX contidas na *Quanta Cura, Syllabus*. O mesmo aconteceu em relação ao Concílio Vaticano I. Em suma: as bases da reforma eclesial conduzida pelo clero no Brasil foram os preceitos tridentinos e o *ultramontanismo* desconfiado de certos aspectos da modernidade.¹⁹

Durante o decorrer do século XIX, os eclesiásticos ou leigos católicos opositores do liberalismo e do regalismo no Brasil, eram chamados pejorativamente pelos seus adversários de “ultramontanos” e “jesuítas” (ou jesuítas disfarçados). Eles aceitaram a denominação de “ultramontanos”, após esboçarem alguma resistência, quando entenderam que isso significava plena adesão à ortodoxia e fidelidade ao Papa. Foram eles os agentes da implementação da reforma eclesiástica que vingou, enquanto falhara aquela de cunho liberal-regalista intentada pelo liberalismo eclesiástico liderado pelo pe. Feijó durante a Regência e pelo regalismo Imperial. Daí que os termos *ultramontanismo* e *reforma* foram aceitos e utilizados por ambas as partes por todo o

¹² VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*, p. 33.

¹³ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*, p. 34-35.

¹⁴ VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*, p. 36-38.

¹⁵ LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1838-1850, vol. I, p. 22-205; PIMENTEL, Alberto. *História do culto de Nossa Senhora em Portugal*. Lisboa: Guimarães Libânia e Cia, 1899, 217.

¹⁶ LEITE, Serafim. *Monumenta Brasiliae*. Roma: Monumenta Storica SI, 1956, vol. II, p. 62-64; LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. IV, 242-247.

¹⁷ LIMA, Fernando de Castro Pires de. *A Virgem e Portugal*. Porto: Edições Ouro, 1967, vol. I, p. 219.

¹⁸ Cf. VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Tip. 2 de Dezembro, 1853.

¹⁹ Um recente trabalho sobre a reforma da Igreja nessa linha é: VIEIRA, Dilermando Ramos. *O processo de Reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*. Aparecida: Editora Santuário, 2007.

século XIX.²⁰

No entanto, na década de 1870, outro termo foi introduzido, ainda que pouco difuso na época. A sua popularidade chegou somente no século sucessivo, nas décadas de 1950-60. Este termo era o de *romanização* da Igreja brasileira. O criador deste pejorativo neologismo foi o teólogo alemão Johann Joseph Ignaz von Döllinger (1799-1890), sacerdote da Baviera. Entre 1850 e 1870, ele publicou uma série de artigos nos jornais alemães *Allgemeine Zeitung* e *Nuue freie Press*, contendo restrições ao magistério pontifício e ao pontificado de Pio IX.²¹ Sua crítica era dirigida principalmente contra o que ele definia como “romanização da Igreja alemã”, propondo como alternativa a instituição de uma igreja nacional sob a autoridade de um primaz, com sínodos diocesanos, provinciais e nacionais. As suas *Papstfabeln des Mittelalters* (1863) foram condenadas pela Santa Sé, mas ele não se retratou, pelo contrário, publicou outras obras sobre o mesmo tema. A mais famosa delas – *Der Papst und das Konzil* (O Papa e o Concílio) – criticava veementemente a proposta de transformar em dogma a infalibilidade papal, sem se esquecer de repetir que “o ideal dos ultramontanos era a ‘romanização’ de cada uma das igrejas”. Ele enviou uma cópia deste livro à assembleia conciliar reunida em Roma em 1870, por ocasião do Concílio Vaticano I.²²

A tentativa foi inútil, já que a definição dogmática sobre a infalibilidade pontifícia foi aprovada no Concílio Vaticano I. Döllinger a refutou e acabou sendo excomungado em 1871. Seu pensamento, contudo, atravessou o Atlântico e foi instrumentalizado em benefício de um objetivo que, provavelmente, ele nunca havia previsto: a defesa da submissão da Igreja no Brasil ao regalismo institucionalizado do Segundo Império. O autor desta proeza foi Rui Barbosa de Oliveira (1849-1923), que traduziu o *Der Papst und das Konzil* em 1875, escrevendo uma introdução duas vezes maior que a própria obra. Ele se serviu do termo *romanização* para legitimar o regalismo liberal vigente no Império do Brasil. Rui atacou tudo aquilo que supunha ser os sustentáculos da reforma eclesiástica que vinha acontecendo no país – e que tinha rompido com a tradição regalista – entre elas, o “jesuitismo”, o “romanismo”, a “repugnante ortodoxia romanista”, e o “sacerdócio romanista”, vistos como manifestações “da doença universal” ultramontana. Superando Döllinger em agressividade verbal, ele levou a sua defesa da autocefalia eclesial as últimas consequências:

A crença tradicional no Catolicismo, crença até por declarações pontifícias justificada mais de uma vez, de que o Papa é capaz de resvalar à heresia e de que a soberania eclesiástica que está nos concílios perpetuou-se na mais ilustre das igrejas nacionais, a Igreja Galicana. Não houve talvez, antes da sua recente *romanização* (o grifo

do autor), um sínodo importante que ali não afirmasse a subalternidade dos papas à autoridade do Concílio Geral. (...) O episcopado abdicou, é certo, afinal, à consciência e ao dever aos pés do ídolo ultramontano. (...) A primeira consequência dessa nova fase, aparentemente religiosa, é a absorção da Igreja pelo papado.²³

Joaquim Saldanha Marinho (1816-1895), o grão-mestre maçom do *Grande Oriente do Vale dos Beneditinos*, no Rio de Janeiro, sabendo do trabalho que estava sendo realizado por Rui Barbosa, o procurou e lhe ofereceu a cifra de 50 contos de reis e a promessa de adquirir 1500 exemplares da obra para a sua loja maçônica, se ele a publicasse.²⁴ Rui Barbosa, então um exaltado jovem de 27 anos, aceitou imediatamente e, em 1877, o livro foi impresso no Rio de Janeiro pela Brown & Evaristo editores. No entanto, não trouxe para a maçonaria os frutos esperados e a Rui Barbosa trouxe somente desprazeres: Saldanha Marinho não lhe pagou os 50 contos prometidos, a loja maçônica devolveu 350 volumes do total enviado e Rui Barbosa recebeu a oposição política dos católicos até o final do Império. Mais tarde, reconciliado com o catolicismo, Rui Barbosa renegou a referida obra, fazendo uma confissão de desconcertante sinceridade: “Escrevi aquilo [*O Papa e o Concílio*] no início da minha vida para sustentar minha esposa. O Saldanha Marinho me prometeu cinquenta contos, que seria uma fortuna para mim. Recebi imediatamente o castigo, já que o Saldanha nunca me pagou”.²⁵

A partir de 1950, alguns estudos acadêmicos ressuscitaram o termo *romanização*, com a intenção de se fazer uma análise sociológica da Igreja Católica no Brasil. Os responsáveis por isso foram os brasileiros: o sociólogo francês Roger Bastide (1898-1974) e o historiador estadunidense Ralph Della Cava, professor da Universidade de Colúmbia. A *romanização* é discutida no artigo clássico de Roger Bastide, *Religion and the Church in Brasil*. Ralph Della Cava a partir dos aportes de Roger Bastide apresentou e desenvolveu o seu conceito de *ultramontanismo* e *romanização*.²⁶

Roger Bastide usa a expressão “igreja romanizada”, que seria a afirmação da autoridade de uma igreja institucional e hierárquica estendendo-se sobre todas as variações populares do catolicismo. No Brasil ela vem através do movimento reformista do episcopado, em meados do século XIX, para controlar a doutrina, a fé, as instituições e a educação do clero e laicato, levando a uma dependência cada vez maior, por parte da Igreja brasileira, de padres estrangeiros, principalmente das Congregações e Ordens missionárias, para realizar “a transição do catolicismo colonial ao catolicismo universalista, com absoluta rigidez doutrinária e moral”. Na busca destes objetivos o episcopado

²⁰Para encontrar estes termos em utilização na época, basta uma rápida consulta nos *Anais do Parlamento Brasileiro*, quando se discutia qualquer tema religioso, sem falar nos vários jornais católicos ou anticatólicos que circulavam na época. No decorrer da dissertação vários trechos dos *Anais do Parlamento* contendo estes termos serão apresentados [ndr].

²¹ALBERTAZZI, Liliana – et al. *Dizionario dei teologi dal primo secolo ad oggi*. Casale Monferrato: Edizioni Pieme, 1998, p. 390.

²²VON SRBIK, Heinrich. *Cultura e storia in Germania dall'umanesimo ad oggi*. Roma: Jouvence Società Editoriale, 1996, vol. II, p. 533-534.

²³BARBOSA, Rui. *O Papa e o Concílio*. Rio de Janeiro: Brown e Evaristo Editores, 1877, p. 11-12, 46, 73, 76, 91-167.

²⁴VIANA FILHO, Luiz. *Rui & Nabuco*. Rio de Janeiro: José Olympio editora, 1949, p. 133-134.

²⁵VIANA FILHO, Luiz. *Rui & Nabuco*, p. 134. Sobre a divulgação do conceito de *romanização* no Brasil por Rui Barbosa e as suas consequências políticas para seu formulador consultar: VIEIRA, Dilermando Ramos. *O processo de Reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*, p. 294-296.

²⁶BASTIDE, Roger. *Religion and the Church in Brasil*. SMITH, T. L.; MARCHANT, A. *Brazil: Portrait of Half Continent*. New York: The Dryden Press, 1951, p. 334-335; DELLA CAVA, Ralf. *Milagre em Juazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 31-34, 43-44; Cf. PARENTE, Francisco José. *Camelo. A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses*. Fortaleza: UFC/UVA, 2000, p. 36-37.

agiu independentemente e mesmo contra os interesses políticos locais, que se baseavam no regalismo de tradição lusitana.²⁷

Segundo Luciano Dutra Neto, Roger Bastide dava ênfase à identidade e universalidade do catolicismo,

termo que em sua conotação primeira (ΚΑΤΟΛΙΚΟΣ) encerra tal significado. Deixa claro também que o esforço reformista buscava uma absoluta rigidez doutrinária e moral deixando entender a inexistência de tal identidade.

É de se registrar, entretanto, que a adoção do nome “romanização” [grifo do original] para denominar o esforço de reforma católica ocorrida no Brasil, traz em seu nascedouro a marca de um estudioso que, como protestante, denominava os católicos de romanistas, em sentido francamente pejorativo.²⁸

Ralf Della Cava no seu celebre livro *Milagre do Juazeiro*, reforça e amplia o sentido acenado por Roger Bastide. Para ele, D. Luis Antônio dos Santos, primeiro bispo do Ceará (1854), foi a encarnação dos ideais da *romanização*. Segundo o autor o objetivo era: “Restaurar o prestígio da Igreja e a ortodoxia de sua fé e remodelar o clero, tornando-o exemplar e virtuoso, de modo que as práticas e crenças religiosas do Brasil pudessem ficar de acordo com a fé católica, apostólica e romana de que a Europa se fazia então estandar-te”.²⁹ Como observa muito bem Luciano Dutra Neto:

Aqui já se pode notar que o autor deixa de destacar a identidade e universalidade da Igreja como primeiro objetivo da “romanização” [grifo do original] para enfatizar a restauração do prestígio da Igreja e a adequação das práticas e crenças religiosas com a fé católica. Evidencia-se com isto que o autor prepara-se para colocar o movimento reformista como algo que há de se opor ao “milagre em Joazeiro”, no qual privilegiará o devocionismo, as crenças populares e, até mesmo a indisciplina hierárquica.³⁰

Roger Batiste ressalta a centralização da Igreja Católica em torno do pontífice, o reaparelhamento da sua burocracia administrativa e a clara definição da sua doutrina e disciplina, eliminando interpretações heterodoxas que nasciam das ingerências estatais e políticas, definindo assim os traços de sua identidade perante o mundo moderno, traços estes que deveriam ser comuns em qualquer lugar do mundo, ou seja, universal.

Della Cava, ao invés, dando menor consideração a definição da identidade do catolicismo, ressalta os mecanismos utilizados para adequar as práticas e crenças religiosas locais à ortodoxia católica, enfatizando a disciplina do clero, como por exemplo o combate ao seu envolvimento em polí-

tica partidária, com os potentados locais, com o comércio e os padres concubinários. Na sua análise, Della Cava coloca o movimento de reforma ultramontana como a europeização da cultura religiosa brasileira, que buscava eliminar os traços nacionais e populares do catolicismo, fazendo também parte destes a indisciplina clerical. Nessa linha de oposição entre o catolicismo *romanizado* e o catolicismo nacional, popular ou tradicional, seguirá o desenvolvimento do conceito de *romanização*.

Atualmente grande parte da historiografia produzida no Brasil utiliza o termo *romanização* como “lugar-comum nos estudos acerca do catolicismo durante os séculos XIX e XX”.³¹ A difusão do conceito *romanização* no ambiente católico, aconteceu na década de 1960, quando existia uma certa oposição entre certa corrente eclesial e teológica que se desenvolvia no Brasil e a Santa Sé. Esta corrente foi a Teologia da Libertação, que teve um acentuado envolvimento com movimentos políticos e sociais de tendências socialistas e marxistas. Um dos primeiros a reutilizar o conceito em questão foi o sacerdote belga radicado no Brasil, e teólogo da libertação, José Comblin, no seu texto *Situação histórica do catolicismo no Brasil*, de 1966.³²

Este autor defende que existiu uma progressiva europeização das elites brasileiras a partir de 1822 até meados do século XX, e que um processo similar aconteceu com o Catolicismo, ou seja, uma europeização cultural e religiosa. Na sua abordagem ele distingue um Catolicismo urbano, afinado com a europeização da religião e da cultura laica, e um catolicismo rural, no qual resiste o “Catolicismo tradicional”.³³

A partir daí, o conceito de *romanização*, de uma característica da reforma eclesial, foi-se transformando, praticamente, em sinônimo do mesmo processo, ou até mesmo, em sinônimo de *ultramontanismo*. Isso aconteceu por meio dos filiados à CEHILA (*Comissão de Estudiosos de História da Igreja na América Latina*) que pretenderam analisar a história das religiões na América Latina “a partir do pobre”, dos membros do CERIS (*Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social*) e em publicações da REB (*Revista Eclesiástica Brasileira*). Partindo da análise sociológica de Roger Bastide, continuada por Ralph Della Cava e José Comblin, autores como José Oscar Beozzo, Pedro A. Ribeiro de Oliveira, Riolando Azzi e outros, implementaram a “hegemonia” do conceito de *romanização*.

Na REB, em 1974, Riolando Azzi publicou um artigo intitulado *O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX*,³⁴ no qual descreve que uma das características da reforma realizada pelos bispos ultramontanos era de ser um movimento “romanista”. Esta era a sua definição:

Durante os séculos XVIII e XIX os católicos da

²⁷ DELLA CAVA, Ralf. *Milagre em Juazeiro*, p. 43, citando BASTIDE, Roger. *Religion and the Church in Brazil*, p. 334/355

²⁸ DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas: Uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais*. Juiz de Fora: UFJF, Tese de Doutorado, 2006, p. 30-31.

²⁹ DELLA CAVA, Ralf. *Milagre em Juazeiro*, p. 33

³⁰ DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas*, p. 31.

³¹ RIBEIRO, Emanuela Souza. *Igreja Católica e Modernidade no Maranhão*. Recife: UFFER, [Tese], 2003, p. 33.

³² COMBLIN, José. *Situação histórica do catolicismo no Brasil*. REB, vol. XXVI, fasc. 3, p. 575-601.

³³ COMBLIN, José. *Situação histórica do catolicismo no Brasil*. REB, vol. XXVI, fasc. 3, p. 595.

³⁴ AZZI, Riolando. *O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX*. REB, vol. XXXIV, fasc. 135, 646-662.

Europa se cindiam em dois grupos: os chamados católicos regalistas, galicanos ou jansenistas, que defendiam os interesses de uma igreja mais vinculada à sua nação, sob certa dependência do poder civil e com cunho de ação marcadamente político, e os designados como católicos “romanos” ou “ultramontanos”, que apregoavam uma adesão incondicional ao Papa, dentro de uma Igreja de caráter universal, mas sob a orientação exclusiva da Santa Sé.³⁵

Ele explicou o desenvolvimento desse movimento desta maneira:

No Brasil, a vinculação com Roma fora muito débil no período colonial, pela forma que a Igreja assumiu dentro do regime de padroado. Mas, a partir do século passado, especialmente por influência do novo espírito trazido pelos lazaristas, a Igreja do Brasil passa a proclamar sua adesão total ao Papa, tentando desvincular-se das poderosas malhas do padroado imperial. Esse *cunho romanista* [grifo do autor do artigo] que marca a renovação católica, representa uma opção consciente dos bispos reformadores. É para Roma que D. Viçoso envia seus melhores alunos e colaboradores, afim de completar a formação sacerdotal, capacitando-se para a direção dos seminários [...] É também em Roma que se forma D. Macedo Costa, o grande líder da Reforma da Igreja no Brasil.³⁶

Riolando Azzi por muitas vezes se referiu ao movimento que teve como agentes os ultramontanos e que se iniciou em meados do século XIX, como um movimento de *reforma* e, também, se referiu aos bispos que o conduziam como bispos *reformadores*. Isso porque ele tinha plena consciência que durante quase toda a história religiosa do Brasil, desde a implantação do primeiro bispado em 1951 até o primeiro concílio plenário brasileiro em 1939, o episcopado teve como ação pastoral prioritária a implantação da *reforma tridentina*, como acenado precedentemente. Neste movimento se colocava ênfase na vida sacramental e os bispos mantiveram em geral uma atitude de reserva com relação ao “catolicismo tradicional” do Brasil, que, além de haver um caráter marcadamente devocional, era fundamentalmente marcado pelo *regalismo*, ou seja uma grande intervenção do Estado em âmbito eclesiástico. Ambas as características herdadas de Portugal. Os bispos reformadores do século passado buscavam a reforma da Igreja do Brasil, para moldá-la aos princípios tridentinos, colocando ênfase na organização hierárquica eclesiástica e na praxe sacramental, levado-a avante nas diversas classes de membros que compunham a estrutura da Igreja: clero, ordens religiosas e leigos.³⁷

Mas foi José Oscar Beozzo, em seu artigo *Irmandades, Santuários, Capelinhas de beira de estrada*, quem decretou o domínio do conceito *romanização* quando, em 1977, afirmou que:

Já se tornou clássico chamar de “romanização” [grifo do autor do artigo] o processo a que foi submetida a Igreja do Brasil entre 1880 e 1920, processo que já encontra suas raízes na ação dos bispos reformadores, tendo à frente Dom Viçoso de Mariana, e que já se inicia praticamente em torno dos anos cinqüenta. Este processo encontra sua contrapartida na decisão de Roma de cuidar melhor da América Latina, através de uma formação mais acurada e romana de seu clero e que se traduziu pela fundação em 1854 do Colégio Pio-Latino-Americano em Roma onde será formada boa parte do episcopado latino-americano das décadas posteriores.³⁸

Como nota Luciano Dutra Neto, ele avança ainda mais na conceituação de *romanização* levando o conceito “ao quase paroxismo de uma luta dentro do Catolicismo”.³⁹ Beozzo afirma que: “uma das descobertas fundamentais do atual debate sobre a História da Igreja no Brasil é o aspecto crucial de que se revestem as transformações por que passou a Igreja num curto período que vai de 1880 a 1920” e delimita um novo período histórico, acentuando o aspecto do que acredita ser o aspecto crucial que envolveu tais transformações:

Podemos dizer que neste período rompe-se o equilíbrio entre o abasileiramento do catolicismo pela sua convivência com a senzala e o índio, pelo cruzamento de tradições reinóis e da terra, catolicismo mestiço e barroco, convivendo com reizados e congadas, com Irmandades de Nossa Senhora dos Pretos e São Benedito e a sua “europeização” embutida na luta por um catolicismo mais “puro”, mais “branco”, mais ortodoxo, mais próximo de Roma. Dizemos que o equilíbrio se rompeu pois um dos dois catolicismos passa a ser considerado ilegítimo e supersticioso, um mal a ser extirpado enquanto o outro impõe-se como o único legítimo e reconhecido pela hierarquia da Igreja.⁴⁰

A esta visão contra argumenta Luciano Dutra Neto:

A visão de Beozzo deixa entrever que as medidas, antes vistas por Bastide como uma busca de identidade doutrinária e moral, desaguardariam numa quebra de equilíbrio, numa luta em que o catolicismo mais “puro”, isto é menos sincretista, mais “branco”, isto é menos ligado às religiões africanas, mais “ortodoxo, mais próximo de Roma”, isto é mais identificado à doutrina católica, e que, por fim, sufocaria o catolicismo mestiço e barroco. Ora, no desenvolvimento de seu artigo em que explicita as medidas através das quais a hierarquia pretendeu sufocar o catolicismo “mestiço e barroco” o autor destaca as medidas disciplinares que visavam a identidade doutrinária e moral do catolicismo. Não se pode afirmar categoricamente que a Igreja considerou as manifestações populares e autóctones como um

³⁵AZZI, Riolando. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. *REB*, vol. XXXIV, fasc. 135, 649.

³⁶AZZI, Riolando. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. *REB*, vol. XXXIV, fasc. 135, 649.

³⁷AZZI, Riolando. *O episcopado do Brasil frente ao catolicismo popular*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 111-112.

³⁸BEOZZO, José Oscar. *Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada*. *REB*, vol. XXXVII, 1977, p.745

³⁹DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas*, p. 31.

⁴⁰BEOZZO, José Oscar. *Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada* p. 743.

“mal a ser extirpado”. As medidas apontadas por Beozzo, no artigo acima citado, visavam principalmente coibir abusos que, ao longo do tempo, buscou-se eliminar em tais manifestações. Entretanto, estão aí as congadas, os reizados, as romarias, os leilões, as procissões, a devoção aos santos, as promessas, as salas de milagres anexas aos centros de devoção e outras mais o que comprova que os nos ditos abusos não estavam compreendidas manifestações populares e até mesmo folclóricas da religiosidade popular. Para facilitar a compreensão do termo “abusos” valho-me de Abreu⁴¹: “É bem verdade que algumas festas religiosas tradicionais foram condenadas, mas, significativamente, poucas vezes. E, além do mais, não em seu aspecto de culto externo e entusiasmo do povo, mas nos perigos de não possuir autorização clerical ou reunir muitas barracas de jogos, bebidas, como já vimos”.⁴²

Em 1979, em uma tese de doutorado intitulada *Religião e dominação de classe: Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*, de Pedro Ribeiro de Oliveira, procurou desenvolver uma hipótese sociológica que explicasse a *romanização* como um processo de transformações religiosas condicionados pelas transformações econômicas, políticas e sociais.⁴³ Na sua análise ele afirma que:

Este processo de reestruturação do aparelho religioso católico tem um duplo aspecto. Por um lado, os bispos brasileiros reforçam seus laços com a Santa Sé e fazem vir da Europa numerosas congregações religiosas masculinas e femininas (...) por outro lado eles pautam sua atividade pastoral pela adaptação do catolicismo brasileiro ao modelo romano, travando acirrado combate contra o catolicismo popular tradicional (...) Dada a influência marcante da Santa Sé nesse processo – já que Roma envia *agentes religiosos para o Brasil e dá o modelo religioso a ser aqui implantado* [grifos do autor deste artigo] – ele tem sido chamado de “romanização”.⁴⁴

Pedro Ribeiro de Oliveira passou a colocar a *romanização* como um movimento que pretendeu sufocar o catolicismo popular:

Analisando a romanização, vimos que o conjunto de transformações operadas por seus agentes [grifos do autor deste artigo] tem por fim a reestruturação do aparelho religioso, colocado sob o controle clerical, e a substituição do catolicismo popular pelo catolicismo romano.⁴⁵

Contra a posição de Oliveira são os resultados das pesquisas de Luciano Dutra Neto, que estudou a ordem religiosa dos redentoristas, ou seja, uma destas congregações que supostamente seriam “agentes de Roma”. Ele percebeu a estreiteza do conceito *romanização*, não vendo em tais religiosos enviados “romanos” com ordens pré-estabelecidas, mas missionários que criaram soluções derivadas

do ambiente social, religioso e políticos que encontraram no Brasil:

Tal choque foi vivido com as naturais hesitações, dúvidas e incertezas de homens que não traziam fórmulas prontas e definitivas o que lhes permitiram incorporar, ou seja, inculturar aquilo que muitas vezes se lhes apresentava como estranho ou, até mesmo, inaceitável [...] Ao se enquadrar o fato das “santas missões” num esquema generalizante como de *romanização* corre-se o risco de não perceber as motivações internas de seus promotores, as especificidades e meandros, bem como, o ethos missionário da Congregação do Santíssimo Redentor [...] Por quê identificar a vinda dos religiosos que aportaram ao Brasil de então como “agentes da romanização”, como enviados de Roma para sufocar o catolicismo popular? A verdade é que muitos estudiosos têm apontado a vinda de missionários estrangeiros para o Brasil, dentre eles os redentoristas, como *agentes da romanização*. Quando se afirma que os missionários estrangeiros vieram como *agentes da romanização* da Igreja no Brasil, pretende-se desfigurar seu trabalho e mesmo, desconhecer os projetos internos que marcam a história de cada instituto [grifo do original].⁴⁶

O conceito de *romanização* apareceu já formulado no tomo II/2 da clássica obra *História da Igreja no Brasil*, publicado em 1980.⁴⁷ Riolando Azzi, Oscar Beozzo e Pedro Ribeiro se apoiaram neste conceito para desenvolverem uma linha de raciocínio que evidencia um suposto antagonismo entre o Catolicismo tradicional e popular predominante até meados do século XIX, e o Catolicismo renovado, cujo caráter, segundo eles, era “nitidamente romano”. Mais que isso, o conceito *romanização* foi assumido dentro de uma concepção sociológico-histórica que não dispensava certa inspiração marxista, a qual, em alguns casos, se tornava *comprometida e militante*. Partindo deste pressuposto, o Catolicismo tradicional era entendido como proveniente dos “pobres” e do “povo”, e o Catolicismo “ultramontano” ou “romanizado”, como oriundo das “elites” e dos “ricos”, aliados da Igreja romana. Tal interpretação simplista induzia a crer que durante o Segundo Império, por exemplo, houve uma real e premeditada aliança entre o “Trono e o Altar”, para controlar e dominar o “povo”.⁴⁸

Em um trabalho recente, que entrou diretamente no tema de metodologia da História da Igreja no Brasil, Antônio Lindvaldo Sousa, num artigo intitulado *Da História da Igreja à História das Religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica*, trata do conceito de *romanização*. Ele aceita passivamente o processo que sofreu o termo, passando de uma característica da reforma, a significar um sinônimo de ultramontanismo ou, pior ainda, sinônimo da reforma num sentido ainda mais amplo.⁴⁹ E não só: o autor coloca o conceito na pena de

⁴¹ABREU, Martha. *O Império do Divino, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 329.*

⁴²DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas, p. 31-33.*

⁴³Posteriormente publicada pela editora Vozes: Cf. OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil. Vozes, Petrópolis 1985.*

⁴⁴OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil, p.12.*

⁴⁵OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: Gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil, p. 326-327.*

⁴⁶HOORNAERT, Eduardo (org.), *História da Igreja no Brasil – Segunda Época, Petrópolis: Vozes, Tomo II/2, 1983, p. 9,144.*

⁴⁷Cf. AZZI, Riolando. *Catolicismo popular e autoridade eclesiástica na evolução histórica do Brasil. Religião e Sociedade. n.1, p. 125-149.*

⁴⁸Cf. AZZI, Riolando. *O catolicismo popular no Brasil e a Autoridade Eclesiástica na evolução histórica do Brasil – Religião e Sociedade. São Paulo: Paulinas, 1992; Cf. AZZI, Riolando. O Altar unido ao Trono: um projeto conservador. São Paulo: Paulinas, 1992; Cf. OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de – et al. *Evangelização e comportamento religioso popular. Rio de Janeiro: Vozes, 1978; Cf. BEOZZO, José Oscar. Irmandades, Santuários, Capelinhas de Beira de Estrada. R.E.B, vol. 37, 1977; Cf. BEOZZO, José Oscar. A Igreja do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1994.**

Augustín Wernet, dizendo que ele estudou “aspectos do processo de romanização”, enquanto este autor não usa tal conceito em seu trabalho. O próprio Lindvaldo, aliás, confessa logo a seguir que Wernet optou por uma abordagem que entende a história eclesiástica como a história de sucessivas “autocompreensões”.⁵⁰

É por esse caminho que vai Maurílio César de Lima, quando defende que *romanização* é “uma expressão não propriamente feliz, a substituir-se, talvez, por *auto-conscientização*”, que para ele nada mais é que um “sutil movimento verificado na Igreja do Brasil, liderado por figuras destacadas do clero, que se afastava das normas e mentalidade da Igreja lusitana (ainda mantidas) e assumia uma postura mais aproximativa de Roma”. Ao contrário de Lindvaldo, que aceita o forçado alargamento do conceito de *romanização*, César Lima o analisa na sua portada original, ou seja, como uma característica do processo de reforma e, mesmo assim, constata a sua inadequação.⁵¹

É interessante citar um documento sobre o envolvimento em política do bispo D. Romualdo Antônio de Seixas e outros bispos, que ajuda a perceber que o início da reforma no século XIX não foi uma simples implementação de ordens provindas de Roma, um movimento espontâneo. O Arcebispo foi louvado tanto pelo Estado quanto pela Santa Sé pelas suas atuações políticas. Em relação a Cúria, frente a algumas reclamações do Internúncio Mons. Campodonico de que a participação dos bispos em política prejudicava a administração eclesiástica das dioceses, pela longa ausência dos respectivos prelados, o Cardeal Lanbruschini, Secretário de Estado, em um despacho, expressou quais eram as instruções e opiniões da Cúria sob este ponto. O despacho é de 22 de março de 1842, e assim instruiu:

E eis que venho àquelas suas reclamações que se referem a longa ausência dos Bispos das próprias Dioceses por motivo da participação deles na Câmara e no Senado. Sem dúvida a referida ausência pode provocar graves danos ao rebanho a estes bispos confiados, entretanto, como acenei antes, não é pequeno o bem que se pode esperar da participação dos Prelados nas Sessões das Câmaras Legislativas. É responsabilidade deles conciliar as coisas em modo que venham, senão excluídos, pelo menos minimizados os males provenientes da ausência deles das respectivas Dioceses. Isso se poderia conseguir, no meu parecer, com a nomeação de um ou mais Vigários [Gerais], segundo a vastidão de cada Diocese, com os quais permaneça a administração diocesana durante a ausência do seu respectivo Pastor. Você pode compreender sozinho a substân-

cia do que foi até que referido, devendo atuar junto aos Bispos e prudentemente fazê-los notar que a verdadeira missão deles é atender ao governo espiritual das suas Dioceses, como pais e pastores eles são em consciência obrigados a não ausentarem-se, a não ser que seja momentaneamente, quando não tiverem os meios de deixarem seu rebanho convenientemente assistido.⁵²

Pode-se notar, deste documento, que o desejo da Santa Sé era que os bispos continuassem a aproveitar o direito de ocupar cargos eletivos na Câmara e no Senado, sem, no entanto, deixar de prover adequadamente ao governo das suas dioceses. Este documento é de 1842 e a partir de 1844 os bispos reformadores renunciariam a participação política, contrariamente a estas instruções da Santa Sé, o que reflete que este posicionamento dos bispos brasileiros não foi devido a uma ordem vinda “de cima”, mas de um desejo que nasceu das próprias circunstâncias da Igreja nacional.

Este documento ajuda a demonstrar o quanto seria inadequado o conceito de *romanização*, que tende a favorecer a interpretação de que a reforma católica iniciada no século XIX, tenha sido um movimento de mão única, que partia da Santa Sé e era cumprido pelos bispos. A necessidade de afastar a si e a seu clero da política partidária foi sentida por D. Viçoso bispo de Mariana, de formação lazarista e ultramontana, mas também pelo bispo de São Paulo, D. Antônio Joaquim de Mello, citado anteriormente, que se formou e exercitou seu sacerdócio dentro do catolicismo “tradicional”, sendo ele a maior contradição às explicações simplistas dos defensores da *romanização*.

Todavia o documento citado não é o único neste sentido, pois vários outros podem ser encontrados na tese de doutorado de: Dilermando Ramos Vieira, *O processo de Reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*, defendida em 2005 na Pontifícia Universidade Gregoriana.⁵³ Luciano Dutra Neto, *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas. Uma contribuição à história das missões redentoristas, durante os primeiros trinta anos de trabalho em Minas Gerais*, defendida pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 2006 e na tese de Ítalo Domingos Santirocchi, *Os Ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Império*, que esta prestes a ser defendida pela Pontifícia Universidade Gregoriana.⁵⁴

É interessante notar que quase contemporaneamente, em dois pontos geográficos muito distantes e em escolas históricas muito diferentes: a Pontifícia Universidade Gregoriana e a Universidade Federal de Juiz de Fora, pesquisadores, mesmo se por necessidades diversas, começaram a advertir a inadequação do conceito *romanização* aos resultados produzidos pelas suas respectivas pesquisas. Dilermando Ramos Vieira, suspeito de tal conceito, foi resgatar as suas origem no Brasil, partindo do início da utilização de tal conceito a partir da obra *Concilio e o Papa* traduzido por Rui Babosa, como já foi apresentado acima. Luciano Dutra achou tal conceito estreito e condicionador em relação aos redentoristas por

⁵⁰ Lindvaldo Sousa define da seguinte maneira o conceito romanização: “O termo ‘romanização’, é necessário destacar, assemelha-se ao ‘ultramontanismo’, que inicialmente significava a vinculação dos católicos franceses à Santa Sé. Posteriormente, seu significado ampliou-se, indicando, em qualquer parte do mundo, a obediência e a defesa dos interesses da Cúria Romana. Por outro lado, a romanização pode ser considerada um extensão do ultramontanismo, constituindo-se em uma política elaborada pelo Vaticano e posta em prática em todos os países católicos, numa tentativa de retomar os valores tridentinos – abrandados ou deturpados ao longo do tempo – para enfrentar as inovações do mundo moderno e, em especial, o liberalismo. Um outro aspecto fundamental para o entendimento da política de romanização diz respeito ao estabelecimento, portanto, um reforço à teologia tridentina”. De acordo com Rioldo Azzi, a autoridade papal passou a ser o grande centro irradiador da verdade de salvação para o mundo inteiro. Portanto, já não se difundia mais aqueles ideais de salvação incorporados à nação, mas uma salvação incorporada à instituição eclesiástica. O leitor deve notar que Lindvaldo coloca o processo, do que ele chama de romanização, como sendo de mão única Santa Sé Igrejas locais, o que não condiz com os fatos, que demonstram uma via de mão dupla. [SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Da História da Igreja à História das Religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica*. BEZZERA, Cicero Cunha – et al. *Temas de Ciências da Religião*. São Cristóvão: UFS, 2007, p. 251-267].

⁵¹ SOUSA, Antônio Lindvaldo. *Da História da Igreja à História das Religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica*. BEZZERA, Cicero Cunha – et al. *Temas de Ciências da Religião*. São Cristóvão: UFS, 2007, p. 251-267.

⁵² M. C. LIMA. *Breve História da Igreja no Brasil*, p.123; A. L. SOUSA, «Da História da Igreja à História das Religiosidades no Brasil: uma reflexão metodológica», em C. C. BEZZERA – al., *Temas de Ciências da Religião*, 251-267.

⁵³ Arquivo Secreto Vaticano, Nunciatura Apostólica Brasil, *Despacho*, 22 de março de 1842, Caixa 18, fascículo 76, documento 78, folha 178 rectus -178 versus.

⁵⁴ VIEIRA, Dilermando Ramos. *O processo de Reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)*. Aparecida: Editora Santuário, 2007.

⁵⁵ Alguns dos argumentos e documentos da minha tese podem ser consultados em: SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. A ação da Santa Sé nos Negócios Eclesiásticos da Província do Brasil durante o Segundo Império. *Sociabilidades Religiosas: mitos, ritos e identidades. Anais Eletrônicos do XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões*. Goiânia: UCG/UFZ/ZUTTO, 2009. Até a data da redação deste artigo, infelizmente, os anais ainda não tinham sido publicados, também, no site da ABHR, como de costume, o que facilitaria a consulta ao leitor.

ele pesquisado. Ítalo Santirocchi, estudando as relações dos ultramontanos com o Estado e com a Santa Sé percebeu não que existiam “ordens” pré-estabelecidas vindas de Roma ou “agentes da romanização” enviados pela Santa Sé, mas uma constante troca de informações e discussão entre bispos, Governo e Santa Sé (e ao interno da estrutura desta última, entre os Cardeais das várias Sacras Congregações e da Secretária de Estado), sobre cada um dos aspectos da religiosidade no Brasil, exatamente com intuito de tomar decisões que fossem de acordo com as exigências e especificidades locais de cada diocese brasileira e também do Brasil como um todo.

Luciano Dutra, lembra que a Igreja Católica e Apostólica nem sempre enfatizou o gentílico Romana, tanto é que no Credo Niceno/Constantinopolitano (Ano 381) o crente refere-se tão somente a: *unam, sanctam, catholicam et apostolicam Ecclesiam*. O termo “Romana” foi incorporado à identificação da Igreja Católica bem posteriormente, (embora desde Sto. Irineu e Santo Inácio de Antioquia existam afirmações sobre a hegemonia da igreja de Roma sobre as demais, pela excelência de suas origens) para opor o catolicismo que reconhecia o primado de Pedro e de seus sucessores em Roma, aos que o negavam. Tal termo se instaurou ainda mais forte após a separação entre a Igreja Católica “Romana” e aquela oriental “Ortodoxa”. Posteriormente veio a reforma protestante e estes “passaram a designar os católicos de ‘romanistas ou papistas’, de forma pejorativa e contestatória e as oposições doutrinárias por diversas vezes descambaram para o campo emocional e até mesmo ao cúmulo de guerras de religião”.⁵⁵

O termo *romano* para designar o primado pontifício é antigo e cheio de significados, porém o conceito *romanização* começou a ser formulado na segunda metade do século XIX e foi retomado quase cem anos depois, como foi referido. A visão que dele derivou constituiu-se no paradigma sob o qual todos os fatos relativos à reforma da Igreja no Brasil, de meados do século XIX e das primeiras décadas do século XX, passaram a ser vistos. Este período vem sendo alvo de leituras condicionadas pela idéia de *romanização* de modo a constituir um “senso comum” acadêmico, criando verdadeiras simplificações e oferecendo uma chave de fácil leitura para toda a complexidade do fenômeno marcado pela reforma do catolicismo brasileiro no referido período. Tal conceito, provavelmente, satisfizes as necessidades e as perguntas dos historiadores da década de 50 até o início do século XXI, porém não se sustenta frente aos novos questionamentos que vem surgindo, como no caso das três teses referidas anteriormente.

O conceito de *romanização*, simplista por supervalorizar um aspecto ao ponto de torná-lo o todo, também está demasiadamente dependente das posições políticas e sociais dos períodos históricos em que foi elaborado. Na década de 1870 usado no Brasil para criticar a reforma eclesial em andamento e defender os interesses da maçonaria e do regalismo. Na segunda metade do século XX, sua re-apropriação aconteceu dentro de um contexto de disputa teológica e eclesial entre a Teologia da Libertação e o Vaticano, e a nível político, entre a mesma Teologia da

Libertação e a Ditadura Militar; transformando-se, por extensão, em oposição ao capitalismo, quando se aproximou ao marxismo político. O termo *romanização*, “que muitas vezes tem sido empregado por um simples modismo, sem dúvida, traz em sua semântica ares pejorativos de imposição e de perseguição, portanto, de impropriedade”.⁵⁶

Não se busca aqui desacreditar a produção historiográfica e sociológica desenvolvida por tal corrente de pensamento, mas apenas se tenta demonstrar como este conceito é restritivo e que, além de não englobar a complexidade do processo histórico ao qual se refere, está excessivamente carregado de interpretações que extrapolam para posicionamentos ideológicos e políticos *empenhados*. Por este motivo, se pretende propor no seu lugar o conceito de *reforma*, principalmente por ter sido aceito pelos ultramontanos, pelos regalistas e pelos liberais, e também por ser mais abrangente, permitindo uma visão mais complexa e menos condicionada por ideologias políticas.⁵⁷

Pesquisando no Arquivo Secreto Vaticano, ao confrontar as instruções e as ordens enviadas por Roma ao seu representante no Brasil e aos bispos brasileiros, encontrei um cenário muito diverso daquele pregado pela *romanização*, me deparei com bispos que haviam ideias próprias para reformar a Igreja. Tais ideias surgiam das exigências reais e palpáveis nascidas da normal administração das suas dioceses. E não só, existiram resistências a algumas ordens e instruções vindas de Roma, existiram ordens que não foram cumpridas e, o que é mais importante, muitos posicionamentos da Santa Sé não partiram de ideias pré-concebidas, mas de uma atenta análise dos ofícios, cartas e documentos enviados pelos seus representantes, pelos prelados e por laicos brasileiros, numa tentativa de compreender a especificidade brasileira e do desenvolvimento do catolicismo no nosso país.⁵⁸

Existiram, inclusive, mudanças de postura por parte de Roma que derivaram dos posicionamentos dos bispos em algumas questões eclesiais, e estas questões eram diversas, como: a educação do clero e do povo, a administração dos sacramentos, o matrimônio, as irmandades religiosas, as festas populares, o padroado, o regalismo, a reunião dos bispos em sínodo ou em conferência, as ordens religiosas, os bens das referidas ordens, a maçonaria, o posicionamento em relação a República e a reorganização da Igreja frente a separação entre a Igreja e o Estado.

Nem os bispos ultramontanos, nem as ordens religiosas vindas da Europa, nem mesmo os leigos como: José Soriano de Souza (1833-1895), Brás Florentino Henrique de Souza (1825-1870), Cândido Mendes de Almeida (1818-1881), Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877), Tarquínio Bráulio de Souza Amaranto (1829-1894), Antônio Manuel dos Reis (1840-1889), Samuel Wallace Mac Dowell (1843-1908), foram “agentes de Roma”. Eram Católicos Apostólicos Romanos que queriam fortalecer a sua própria identidade como tais e de sua Igreja frente as várias outras religiões e correntes de pensamento do século XIX e XX. Eles não eram simples executores de “ordens vindas de cima”, mais sim complexos per-

⁵⁵ DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas*, p. 27-28.

⁵⁶ DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas*, p. 36.

⁵⁷ O conceito *ultramontanismo* chegou também a receber algumas críticas devido ao seu sentido geográfico (além dos montes), como não sendo ideal ao Brasil, sugerindo-se que seria melhor utilizar *romanização*, por vir de Roma. No entanto, no século XIX este conceito já estava praticamente desvinculado desta idéia geográfica, existindo *ultramontanos* mesmo dentro de Roma, representando, então, um conjunto de ideais políticos, eclesiais, teológicos e dogmáticos[ndr:].

⁵⁸ Cf. SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. *A ação da Santa Sé nos Negócios Eclesiásticos da Província do Brasil durante o Segundo Império. Sociabilidades Religiosas: mitos, ritos e identidades*.

sonagens históricos que dialogaram constantemente com o centro da sua Igreja, que era a Santa Sé, e juntos, mas não sem divergências e maus entendimentos, implementaram uma reforma e um claro posicionamento frente a sociedade do seu tempo.⁵⁹

É difícil não concordar com Luciano Dutra Neto quando ele diz que não pretende reduzir ou “até mesmo aniquilar os valores de tal visão [da *romanização*], senão oferecer ao estudioso de história do catolicismo brasileiro uma ótica que possa cobrir a insuficiência de tal conceito e contrapor, ao que tornou-se paradigma, uma nova possibilidade de enxergar o passado”, neste sentido o autor defende que, “ao fugir de uma visão una e supostamente completa, a visão da ‘*romanização*’, estarei dialetizando, diversificando e colocando alternativas para uma melhor compreensão dos fatos que marcaram uma fase da história do Catolicismo no Brasil, o que representa uma contribuição ao espírito científico”.⁶⁰

Ou seja, devemos rever os conceitos. Não se pode negar que é muito mais fácil usar um conceito já elaborado, simplista e dualista, do que tentar elaborar ou re-elaborar outros que sejam mais adequados e abrangentes. E o que é ainda mais complicado, e talvez mais desencorajante para muitos pesquisadores, é questionar um conceito re-elaborado muito recentemente (a partir da segunda metade do século XX) e por estudiosos que ainda atuam neste campo historiográfico. “Questioná-los, aferi-los é, pois, um projeto que requer dedicação e, sobretudo, honestidade científica”,⁶¹ nas palavras de Luciano Dutra, e não posso não concordar com ele, principalmente quando cheguei as mesmas conclusões estudando um tema por muitos versos diferente do seu e sem ter o menor conhecimento das suas pesquisas até alguns meses atrás, quando ao criticar o conceito de *romanização* no XI Simpósio Nacional da Associação Brasileira de História das Religiões na UFG, em maio de 2009, me informaram sobre a sua dissertação. Enquanto os questionamentos de Dilermando Ramos Vieira sobre a *romanização* já eram por mim muito bem conhecidos e compartilhados.

O movimento de reforma da Igreja Católica, buscando uma identidade própria, ou uma autoconsciência, não pode ser apresentado somente como “repressor” como insinua o conceito *romanização*, porque fundamentalmente não o era. Por que chamar as ansiedades de fortalecimento da identidade Católica de *romanização*? Em outros tempos ocorreram reformas similares na História da Igreja, como por ocasião da reforma promovida pelo Papa Gregório VII, pela reforma tridentina e pela mais recente reforma do pós-Vaticano II. Chamar a reforma de *romanização* ainda traz dentro de si o mesmo nacionalismo exacerbado que existia nas primeiras décadas após a independência do Brasil, quando se queria nacionalizar tudo, até mesmo a religião católica, ao ponto de se querer praticamente protestantizá-la numa Igreja nacional em estilo anglicano. A Igreja Católica no Brasil, bem como em diversos outros países, passou por reformas semelhantes no final do século XIX e reformar sempre foi uma preocupação das autoridades eclesásticas. “Chamar tais movimentos de ‘*romanização*’ e seus promotores de ‘agentes de

Roma’ reflete, sem dúvida, uma certa tendência a rejeitar que a Igreja tenha uma hierarquia à qual cabe zelar pela identidade da fé e de suas manifestações”.⁶²

Pergunta Luciano Dutra Neto:

Por que não denominar tal esforço de *reforma da Igreja*? Por que esta estranha simpatia por um genético de origem contestatória, restrigente e até mesmo pejorativa? Por que ligar a tal movimento exageros isolados de alguns representantes do clero e generalizá-los como emanados da Santa Sé? (...)

Quando se fala em reforma, está implícito no conceito a conservação do existente e a retirada de algo que descaracteriza o objeto ou, de detalhes lhe tiram a originalidade ou mesmo a eficiência. Isso torna evidente que a reforma do catolicismo, promovida no período em questão, retirou-lhe exageros, desvios, enfim, aspectos que o descaracterizavam como tal pela ausência, quase total de uma identidade doutrinária. Entretanto aqueles aspectos que não o desfiguravam, tais como, manifestações externas da fé, devoção aos santos, solenidades e festividades despidas de abusos, foram mantidos.⁶³

Termino este artigo compartilhando estes questionamentos, não com intuito de polemizar pelo simples gosto de polemizar, mas com o objetivo de chamar a comunidade científica a discutir seriamente e honestamente alguns conceitos que vem sendo usados e repetidos de forma pouco crítica, criando um “lugar comum” que somente empobrece a riqueza de todo um período histórico da Igreja Católica e do Brasil.

⁵⁹ SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. A ação da Santa Sé nos Negócios Eclesiásticos da Província do Brasil durante o Segundo Império. Sociabilidades Religiosas: mitos, ritos e identidades.

⁶⁰ DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas*, p. 29, 258.

⁶¹ DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas*, p. 46.

⁶² DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas*, p. 37.

⁶³ DUTRA NETO, Luciano. *Das terras baixas da Holanda às montanhas de Minas*, p. 37-38.

A discussão do *Novum Militiae Genus* e os problemas colocados às fontes relativas aos Templários: o público, a função e a verdade do documento

Bruno Tadeu Salles

Doutorando em História/UFMG - Professor de História Medieval/UEG

salles_bruno003@yahoo.fr

Resumo: Reconstituir a História da Ordem dos cavaleiros Templários, ou parte desta, demanda uma reflexão a respeito das fontes e dos problemas que elas possam provocar. Além disso, não podemos desconsiderar o papel da fonte no recito historiográfico e as intuições que, no início da prática historiográfica, orientam os passos do historiador e suas atitudes diante da documentação. Nesse sentido, sobretudo a partir dos comentários escritos pelos editores e organizadores dos cartulários templários, propomos uma discussão em torno de certos elementos das fontes dos cavaleiros Templários, como o público, a função e a verdade.

Palavras Chave: Templários, Fontes, Papado.

Abstract: Reconstructing the History of the Order of the Knights Templars, or part of this, requires a reflection about the sources and the problems that it could cause. Moreover, we can't disregard the role of the sources in the historiographical recite and the intuitions that, in the beginning of the historiographical practice, guide the historian's steps and his attitudes about the documentation. So, from above all the written comments by editors and organizers of the templars' cartularies, we propose one discussion around certain elements of the sources of the knights Templars such as the public, the function and the true.

Key words: Templars, Sources, Papacy.

O objetivo primordial

Em uma série de conversas, cuja 3ª edição foi publicada em 2008, Jacques Le Goff observou que sua “verdadeira descoberta da Idade Média” acoteceu em 1939, aos 15 anos, quando encontrara os vestígios da igreja abacial de Saint-Semin, a maior igreja romana da França. Relacionar a impressão de Le Goff aos 15 anos e sua proposta de alargamento das fontes¹, desconsiderando sua trajetória posterior até os *Annales*, pode parecer exagerado. Mas a questão das fontes não é nosso ponto de partida. O ponto de partida está na nostalgia e na pergunta suscitada com o encontro dos vestígios da igreja de Saint-Semin: “quem então tinha construído aquilo e para quem? Como conhecer esses homens e mulheres?”² A indagação de Le Goff nos remete à conhecida metáfora de Marc Bloch para o ofício do historiador: “O historiador é como o ogro da fábula: onde sente cheiro de carne humana, sabe que lá está sua presa”³.

Outras definições do ofício e do objetivo do historiador, que se expressam de formas diferentes, mas que contém um pouco da nostalgia de Le Goff e da metáfora de Bloch, podem ser reconhecidas nas propostas de Carlo Ginzburg⁴ e Adriana Romeiro⁵ ao se proporem tentar “reconstituir” e “fazer andar” sujeitos históricos dos séculos XVI e XVIII, respectivamente Menóquio e Ranequim, ou na demanda de Dominique Barthélemy⁶ da historiografia restituir ao vassalo dos séculos XI e XII a riqueza de sua vida social, a sua honra e poder

próprios, além dos aspectos pacíficos de sua atividade ou ainda no nosso esforço de reconstituir parte da vida dos cavaleiros templários a partir da história do que chamamos de uma representação política – o *Novum Militiae Genus*⁷.

O objetivo primordial é claro. A preocupação com o econômico, com as relações de poder, com a cultura ou a investigação das representações sociais no cruzamento entre cultura e relações de poder têm como alvo a reconstrução verossímil da vida e da realidade daquelas pessoas que, de certo modo, são interlocutores do historiador. Observações aparentemente óbvias, mas que nos remetem para as possibilidades/limitações de respostas e de consecução dos objetivos que podemos propor a partir da meta de buscar o homem no tempo. Pretendemos então, expondo o objetivo primordial do historiador, à maneira de introdução, realizar uma reflexão sobre as possibilidades e os limites da análise das fontes históricas⁸.

O que queremos saber?

O que queremos demonstrar?

Por volta de 1120, na Palestina, um grupo de cavaleiros, tal como informam os cronistas da segunda metade do século XII⁹, pretenderam se reunir em uma espécie de associação e, preocupados em cumprir um ofício legítimo para a salvação de suas almas, dedicar-se a proteção dos peregrinos nos caminhos para os lugares Santos. Apoiados pela nobreza secular e eclesiástica de Jerusalém,

¹Le Goff propôs um alargamento das fontes no sentido de uma maior consideração da arqueologia e de sua contribuição para a História: “Em um artigo publicado pela primeira vez em 1971, Jacques Le Goff lastimava que a utilização pelos medievalistas dos ritos, das cerimônias e das idéias implícitas nas instituições resultava muito mais das circunstâncias – a ausência de documentos escritos – que de uma convicção. Seria necessário, dizia ele, fazer a história política com a antropologia, com a arqueologia etc”. CANDIDO DA SILVA, Marcelo. O Poder na Idade Média entre a “História Política” e a “Antropologia Histórica”. *Signum*. São Paulo, n.º. 5, 2003: 238. Cândido da Silva faz referência ao texto intitulado “L’Histoire Politique est-elle toujours l’épine dorsale de l’Histoire?”. LE GOFF, Jacques. *L’Imaginaire Médiéval*. Paris: Galimard, 1985: 333-348.

²LE GOFF, Jacques. *Em Busca da Idade Média*, 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008: 26.

³BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002: 54.

⁴GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002: 16 e 31.

⁵ROMEIRO, Adriana. *Um visionário na corte de D. João V: revolta e milenarismo nas Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001: 15.

⁶BARTHÉLEMY, D. Qu’est-ce que la chevalerie, em France aux Xe et XIe siècles?. *Revue Historique*, t. 290, Paris: Presses Universitaires de France, 1994: 32.

⁷Novo Gênero de Cavalaria.

⁸Le Goff demonstrou certo receio em utilizar o termo fonte: “Quanto ao termo fonte, ele me incomoda. Por um lado, a palavra me seduz, porque faz do documento alguma coisa viva, uma fonte de vida. Mas, por outro lado, pode levar – e levou alguns historiadores – a pensar que a história “escorre da fonte”, sai toda pronta dos documentos. Para os historiadores ‘positivistas’ do século XIX e início do século XX, era suficiente reunir documentos, fazer-lhes a crítica do ponto de vista da autenticidade (...)”. LE GOFF, Jacques. *Em Busca da Idade Média*, 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008: 38. Ressaltamos que ao empregarmos o termo fonte, empregamos na primeira acepção.

⁹GUILHERME DE TIRO. *Historia Re-rum in Partibus Transmarinis Gestarum*. MIGNÉ, J. P. (ed.). *Patrologiae: cursus completus. Series secunda, in quo produnt patres, doctores scriptoresque ecclesiae latinae* – a Gregorio Magno ad Innocentium III, t. 201, Paris: J. P. Migne, 1855. ERNOUL. *Chronique d’Ernoult et de Bernard Trésorier*. MAS LATRIE, Louis de (ed.). Paris: Vue de J. Renouard, 1871.

esses cavaleiros, estabelecidos no Templo de Salomão – daí a denominação de templários – sentiram a necessidade de incentivo. Eles demandaram a São Bernardo (1090-1153), abade de Claraval, que conseguisse o patrocínio e a proteção do Papado quanto à sua iniciativa, como aponta o primeiro documento do cartulário templário organizado pelo marquês d'Albon. Curioso frisar que o tal pedido fora feito a São Bernardo e não diretamente ao Papado¹⁰.

São Bernardo estabeleceu um contato com esses *milites*, os quais também pediram ao Santo um escrito exortativo, para animar os cavaleiros que aderissem àquela cavalaria. O *Novum Militiae Genus* representou uma imagem militar concebida por São Bernardo de Claraval, a partir de um olhar lançado sobre as práticas militares daquele grupo de cruzados que lhe pedia apoio. Esta imagem foi apresentada no seu tratado *De Laude Novae Militiae*¹¹, escrito no segundo decênio do século XII – provavelmente entre 1127 e 1128.

Tradutores como Gregório Diez Ramos¹² situam esse tratado entre os anos de 1132 e 1136, após o concílio de Troyes em 1129, no qual os Templários foram oficialmente reconhecidos pelo Papado e obtiveram sua Regra. Tendo em vista as dificuldades de definir uma data específica, Jean Leclercq¹³ considerou ser mais prudente atribuir o tratado a uma data anterior a 1136, ano da morte do cavaleiro que demandava a São Bernardo o tratado, Hugo de Payns, primeiro mestre dos Templários. Todavia, concordamos com as observações de Alain Demurger¹⁴, que situa o texto referido entre 1126 e 1129. Demurger chegou a essa conclusão tendo em vista que, no tratado de São Bernardo, os Templários não eram definidos como Ordem, mas apenas como cavalaria e que aquela era apenas uma “promessa”, algo que, naqueles anos, estava apenas no devir.

A imagem presente no tratado identificava uma nova espécie de cavalaria que se dedicava ao duplo combate: contra os inimigos de Cristo, os muçulmanos, e contra os espíritos de malícia espalhados pelo ar¹⁵. Pressionado pelas necessidades religiosas e sociais de alguns *milites* cruzados, os quais reclamavam um maior reconhecimento de suas atividades e o apoio pontifício, São Bernardo concebeu essa união dos ofícios militar e monástico em uma única pessoa¹⁶. Uma carta, anterior ao *De Laude Novae Militiae*, atribuída ao primeiro mestre templário, o *miles* Hugo de Payns, atesta as imagens e representações tecidas pelos *milites* em torno de seu próprio ofício – a guerra.

A referida carta foi assinada por Hugo Peccator. Em princípio, aquela carta foi atribuída ao cônego Hugo de Saint-Victor, pois seu autor era versado em direito canônico. Todavia, Demurger observou que “as relações de Hugo de Saint-Victor com o Templo eram inexistentes”¹⁷. Além disso, se ele fosse o

autor desse texto, não o teria enviado diretamente aos Templários, mas a Hugo de Payns, seu mestre – tal como fez Guido prior dos cartuxos por volta de 1127¹⁸. Logo, os argumentos a favor da atribuição da autoria da dita carta a Hugo de Payns são bem verossímeis.

Hugo Peccator falava do ofício militar como sendo humilde, necessário e digno de sua recompensa – a relação que Hugo Peccator realizou entre o trabalho militar e a imagem do teto que protege as casas das intempéries é elucidativa do sentido de humildade e utilidade aportada a atividade da guerra no contexto das Cruzadas. Ele clamava aos primeiros cavaleiros templários a se manterem ativos e persistentes em sua vocação, ignorando o diabo que queria tirá-los de suas atividades através de enganos e astúcias¹⁹.

Em suma, a preocupação de Hugo de Payns, que em sua carta, datada provavelmente de 1127, era justificar o ofício militar no seio da cristandade como algo humilde, mas muito necessário. São Bernardo enfatizou esses dois pontos em seu tratado: legitimar a permanência do cavaleiro no mundo das armas como um serviço humilde, mas igualmente legítimo e útil. Dessa forma, o Santo aprofundou a ideia do *miles Christi* – cavaleiro de Cristo – conciliando a luta efetiva do cavaleiro – *miles* – com o combate metafórico do monge no claustro.

Reiteramos então que o *De Laude Novae Militiae* traz a interpretação de São Bernardo a respeito da iniciativa e das práticas de alguns cavaleiros cruzados: o *Novum Militiae Genus*. Por intermédio de São Bernardo, o Papado conheceu aqueles *milites* sob o prisma do *Novum Militiae Genus*. A partir dessas considerações, nossas questões podem ser resumidas na seguinte pergunta: considerando que essa representação fora apresentada ao Papado, como este se apropriou daquela? A partir da interpretação do *Novum Militiae Genus*, poderia haver um hiato entre o Papado, São Bernardo e a *militia*?

O Papado, ao direcionar seus olhos para eles, os *milites*, pretendia fornecer-lhes referentes para orientar suas práticas sociais, tal como pretendia São Bernardo, e, além disso, orientar sua inserção nas relações de poder. Uma orientação que afirmava cumprir o objetivo daqueles cavaleiros quanto à salvação de suas almas e o bem da Igreja. Identificar uma tentativa de direcionamento por parte do Papado evidencia, a princípio, outros dois problemas: por quais modos o Papado se apropriou da iniciativa daqueles *milites*? Quais foram suas fontes de leitura do Papado para as práticas dos templários e como se caracterizou sua relação com essas mesmas fontes? A partir de sua leitura do *Novum Militiae Genus*, o Papado pretendia intervir na sociedade de seu tempo? Houve uma distância entre a leitura do Papado, o relato de suas fontes e as propostas iniciais daqueles *milites*?

Questões muito mais complexas do que pare-

¹⁰BALDUÍNO II. Carta a São Bernardo de Claraval. ALBON, André d' (ed.). *Cartulaire general de l'ordre du Temple: 1119?-1150; recueil des chartes et des bulles relatives à l'ordre du Temple*, v. 1. Paris: H. Champion, 1913-1922: 1.

¹¹Elogio da Nova Cavalaria.

¹²RAMOS, Gregório Diez (ed.). *Obras Completas de San Bernardo*, v. 2. Madrid: BAC, 1953-1955: 853.

¹³LECLERCQ, Jean. Un document sur les débuts des Templiers. *Revue de l'Histoire Ecclésiastique*, n.º. 52, 1957: 81-82.

¹⁴DEMURGER, Alain. *Les Templiers: une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005: 60-61.

¹⁵BERNARDO DE CLARAVAL. *De Laude Novae Militiae*. EMERY, Pierre-Yves (org.). *Sources Chrétiennes*, v. 367, t. 31. Paris: Éditions du CERF, 1990: 48-133.

¹⁶DEMURGER, Alain. *Les Templiers: une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005: 19.

¹⁷DEMURGER, Alain. *Les Templiers: une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005: 54-56.

¹⁸GUIDO DOS CARTUXOS. Carta a Hugo, prior dos Templários. UN CHARTREUX (ed.). *Sources Chrétiennes*, v. 88, t. 1. Paris: Éditions du CERF: 154-161.

¹⁹HUGO PECCATOR. Carta aos Cavaleiros de Cristo. Apud: LECLERCQ, Un document sur les débuts des Templiers. *Revue de l'Histoire Ecclésiastique*, n.º. 52, 1957: 86-87.

cem na medida em que situamos, após aquela documentação – a carta de Balduino II, o *De Laude Novae Militiae* e as determinações do Concílio de Troyes, onde os templários foram oficialmente reconhecidos pelo Papado e receberam dele uma norma de vida – a bula *Omne Datum Optimum* de 1139. Este documento traz os primeiros grandes privilégios e benefícios do Papado para os templários. Consideração relevante na medida em que é possível explicitar e precisar nosso objetivo: avaliar a especificidade de parte da perspectiva social e política dos primeiros templários, de São Bernardo e do Papado através do processo de constituição e reconstituição do *Novum Militiae Genus* na primeira metade do século XII. Mostra-se necessário enfatizar a diversidade de posições e de interesses, sem, entretanto prever uma evolução ou linearidade. Portanto, nossa principal preocupação é reconstituir uma realidade, ou parte desta, suas especificidades e seus eventos – transformações.

Desnecessário apresentar nossos problemas? O documento, a fonte, viria antes das questões? Estaríamos nos precipitando ao tecer aquelas questões antes de analisarmos a documentação? Ou os documentos falariam por si só? Bloch enfatizou “que os textos ou os documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los”²⁰. Observação pertinente na medida em que a interação entre as indagações iniciais e a análise crítica do documento conduz ou deve conduzir a uma reconstrução ou reconstituição verossímil da realidade a qual as fontes fazem referência. Problema de método, entre outras coisas, que se liga a necessidade de pensar uma abordagem pertinente do documento e uma crítica das possibilidades e da relevância das questões colocadas ao mesmo. Assim, sugerimos que uma boa pesquisa histórica deva partir de um equilíbrio entre as perguntas e as possibilidades de análise.

Precisamos assim nossos problemas, os quais direcionam a escolha das fontes e o nosso diálogo para com elas. A partir de sua manipulação, será possível responder as nossas indagações e alcançar conclusões, senão definitivas, pelo menos bem fundamentadas. Sublinhamos, em consonância com Bloch, que a escolha das fontes não é fortuita, mas direcionada pelas perguntas e pelos objetivos propostos. Perguntas que formam um questionário em grande medida intuitivo, que fornecem um rumo inicial e provisório a se seguir e cuja existência evita “errar eternamente” ao acaso da pesquisa. No início de nossas investigações, o que temos senão a intuição?

Das fontes: o destinatário e o público imediato

Tomemos como suporte inicial para construir

um corpo de hipóteses que respondam de maneira verossímil as perguntas feitas anteriormente quatro espécies de documentos: as *Gesta Episcoporum Cameracensium* 21, o *De Laude Novae Militiae*, a bula *Omne Datum Optimum* 22, extraída do cartulário templário organizado pelo marquês d’Albon, e o cartulário da comendadoria templária de Richerenches. A escolha desses documentos não é feita ao acaso, da mesma forma que, ao procurar as respostas para nossas perguntas, não se pode ignorar a especificidade de cada um, as possibilidades e os limites de sua contribuição e de sua análise para as respostas que pretendemos construir.

Arlete Farge fez uma consideração relevante, aparentemente óbvia, mas que traz uma ponderação útil para ter em vista a especificidade de cada documento: “mascarado ou não, ele [o documento] é carregado de intenção, a mais simples e a mais evidente sendo aquela de ser lido por outros”²³. Evidentemente, uma intencionalidade dos testemunhos que varia de acordo com a natureza da fonte. Bloch²⁴ identificou uma distinção entre as naturezas das fontes baseada na intenção da mensagem e nos seus possíveis destinatários: de um lado, os documentos que seriam concebidos como uma memória a ser apresentada e transmitida para a posteridade, tal como a História de Heródoto ou as memórias dos estadistas e, de outro, os documentos nos quais não figurava o cuidado de informar à opinião pública ou aos historiadores futuros, tal como os cartulários das senhorias eclesiásticas ou laicas e as bulas de isenção que os mosteiros medievais guardavam para serem brandidas aos olhos de um bispo importuno.

Distinções também relativas às *Gesta Episcoporum Cameracensium*, à bula *Omne Datum Optimum* e aos outros documentos citados? As observações de Farge e Bloch sobre a intencionalidade e os destinatários do documento, além das observações de Le Goff acerca do documento como monumento nos levam a iniciar a identificação e a distinção de nossas fontes a partir dos seus possíveis leitores, ou para quem elas foram concebidas inicialmente²⁵. Assim, ao mesmo tempo em que pensamos o público para o qual elas foram elaboradas, questionamos suas funções e o deslocamento que o paleógrafo, o editor e o historiador realizam ao mobilizá-las em suas análises.

Começemos pelo texto mais antigo. As *Gesta Episcoporum Cameracensium* formam um escrito que, por seu gênero panerágico, era destinado a exaltar uma personagem ilustre e a preservar a memória dos feitos dos bispos de Cambrai, especificamente de Geraldo, seu autor²⁶. Texto escrito, ou melhor, ditado pelo bispo por volta das terceira década do século XI. A tradução da palavra latina *Gesta*²⁷ – grandes ou ilustres feitos – traz uma

²⁰BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002: 79.

²¹Grandes Feitos dos Bispos da cidade de Cambrai.

²²Os títulos das bulas papais são oriundos das duas ou três primeiras palavras do texto, após o parágrafo de saudação. Nesse sentido, uma tradução do título da bula *Omne Datum Optimum* ficaria da seguinte forma: Toda ótima doação.

²³FARGE, Arlette. *Le Goût de l’Archive*. Paris: Éditions Du Seuil, 1989: 12.

²⁴BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002: 76-77.

²⁵LE GOFF, Jaques. Documento Monumento. *História e Memória*. 2ª ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1992: 535-549.

²⁶DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982: 32.

²⁷*Gesta*: nominativo plural neutro de *gestus*: FÁRIA, Ernesto. *Dicionário Latino-Português*. Rio de Janeiro: Garnier, 2003: 428.

conotação de elogio, de reconhecimento e de vontade de transmitir ao futuro a memória das realizações dos bispos de Cambrai. Segundo Duby, as *Gesta* são, entre outras coisas, um monumento à sagacidade e ao caráter pacífico do bispo de Cambrai. Mais do que uma memória, Geraldo se preocupou em reproduzir no texto os acordos oficiais e os juramentos prestados por seu principal antagonista, o castelão Walter, que lhe disputava o poder e a influência nos arredores de Cambrai. Tal preocupação pretendia apresentar as provas dos direitos episcopais de Cambrai em futuros processos diante da nobreza²⁸. Logo, as *Gesta* apresentavam inicialmente uma função de memória e prova.

Na condição de história dos grandes feitos, as *Gesta* se destinavam a um público leitor ou ouvinte difícil de precisar, mas que deveriam testemunhar os esforços e a justiça do episcopo. Ao voltar ao passado, ao tempo de seus antecessores, reconstruindo ou constituindo uma linha de tempo – talvez uma genealogia – as *Gesta* enfatizariam o caráter legítimo e antigo do poder do bispo de Cambrai. O registro das querelas entre Geraldo e o castelão Walter, que, segundo o próprio bispo, era inimigo persistente do povo cristão, e as tentativas em submetê-lo pela palavra e pelos juramentos apontariam o desejo de exaltar a autoridade do bispo e de fornecer ao leitor uma comprovação de sua boa vontade, mansidão e também a legitimidade de seu poder e de suas ações a frente da diocese de Cambrai.

Já o *De Laude Novae Militiae*, como apresentamos anteriormente, foi um elogio escrito por São Bernardo para a iniciativa dos primeiros templários. É importante enfatizar que aquele tratado fora escrito a pedido dos próprios cavaleiros e tinha como objetivo incentivar a sua ação e defender sua legitimidade. São Bernardo, aparentemente, hesitou em escrever o texto, mas no final, atendeu aos insistentes pedidos de Hugo de Payns. Ainda no âmbito dos inícios da Ordem dos Templários, situamos a bula *Omne Datum Optimum* de Inocêncio II (1130-1143). Tal bula também utilizou imagens semelhantes às mobilizadas por São Bernardo para traduzir o ofício dos templários: os macabeus²⁹, os atos dos apóstolos e a humildade do monasticismo. Assim como São Bernardo, Inocêncio II se dirigia aos templários e pretendia incentivar e apoiar a iniciativa daqueles cavaleiros na condição de defensores da Igreja e praticantes de um ofício digno para a salvação das almas.

Entretanto, Inocêncio II foi um pouco mais longe que São Bernardo ao fazer suas considerações. A bula se esforçava por criar referentes para as interações dos cavaleiros templários com os poderes secular e eclesiástico – como os templários deveriam conseguir dos bispos os capelães para a celebração dos ofícios eclesiásticos na Ordem e como deveria ser, de maneira geral, a relação da Ordem,

na condição de detentora de terras, com seus vizinhos. Tal documento foi dirigido pelo Papa ao então segundo Mestre da Ordem, sucessor de Hugo de Payns, Roberto de Craon e aos cavaleiros da Ordem. Destaquemos que o destinatário dos textos de São Bernardo e de Inocêncio II era semelhante, os cavaleiros, os escritores eram clérigos. Mas, a mensagem era a mesma?

Por fim, é preciso analisar o cartulário da comendadoria templária de Richerenches, localizada no sudeste da atual França, no Delfinato, organizado por Ripert-Monclar em 1907. Os cartulários como os de Richerenches, tomados como um conjunto de peças destinado a ser a prova de direitos, trazem algo em comum com as bulas Papais e as *Gesta* de Geraldo: são a expressão de direitos considerados legítimos ou provas de legitimidade e justiça a serem apresentadas em caso de contestação, litígio ou disputa, tal como expusemos anteriormente segundo as palavras de Bloch³⁰.

O cartulário de Richerenches traz informações a respeito da vida econômica e social da comendadoria³¹, além de suas relações com seus vizinhos, leigos ou eclesiásticos³². Por outro lado, o cartulário organizado pelo marquês d'Albon apresenta bulas e outras cartas destinadas ao Templo e que dizem respeito não somente a vida regional, mas ao contexto geral da Ordem no Ocidente Europeu e na Palestina. Se o cartulário de Richerenches traz documentos que formam um conjunto coeso, ou seja, documentos organizados e editados que têm como fio condutor os assuntos templários em uma determinada região, o cartulário geral do marquês d'Albon é uma seleção documental extraída de vários arquivos e bibliotecas européias. Podemos propor que o trabalho de Ripert-Monclar foi um pouco menos complicado do que o d'Albon se considerarmos o esforço de recolher as fontes, a proximidade regional e a coesão dos documentos, oriundos de uma mesma raiz. Voltaremos ao tema da organização dos cartulários em um momento posterior.

Por enquanto, o importante a reiterar é a natureza diversa dos documentos mobilizados e sua destinação a públicos variados. É preciso considerar, além do mais, que, mesmo se esses escritos fossem destinados a um leitor específico, os templários no caso do tratado bernardino e da bula de Inocêncio II, os documentos poderiam ser apresentados a outras pessoas em contextos igualmente específicos, os bispos ou outros nobres que apresentassem alguma contestação ou se mostrassem pouco amistosos. O público inicial, assim como as características do autor, é um indício que serve não apenas para apreciar a distinção entre as fontes, mas também o caráter específico de cada mensagem.

Farge, considerando uma definição do ofício do historiador, afirmou que um dos problemas principais da crítica histórica residia na interpretação difí-

²⁸DUBY, Georges. *As Três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1982: 38.

²⁹Os dois livros bíblicos de Macabeus informam a história dos hebreus durante o período helenístico, quando a Judéia estava sob o domínio dos soberanos seleucidas que reinavam em Antioquia. A data dos acontecimentos foi estabelecida por volta de 175 a. C. e 134 a. C. O tema dos livros resume-se à história de Judas Macabeu e seus homens que, graças à intervenção divina, reconquistaram a autonomia da sua região e a liberdade de culto que o rei Antíoco IV Epifanes tentara restringir. Judas Macabeu alcançou, segundo os livros, vitórias que pareciam impossíveis. Os cruzados também estavam em desvantagem na Palestina. A documentação e a historiografia demonstram isso na medida em que evidenciam as necessidades de defensores ou os pedidos de ajuda ao Ocidente. A mobilização da imagem de Judas Macabeu e dos israelitas não foi fortuita, pois a luta de Hugo de Payns e de seus companheiros, de acordo com São Bernardo, se aproximava das metas e das dificuldades dos macabeus. A organização, a disciplina militar – alcançadas com a ajuda das práticas monásticas – a inferioridade numérica e a luta pela libertação da Terra Santa faziam dos Templários herdeiros dos macabeus. Ou melhor, segundo Bernardo, e também de acordo com certos Papas, os templários seriam novos macabeus.

³⁰BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002: 76-77.

³¹Senhoria templária.

³²RIPERT-MONCLAR, Marquês de (ed.). *Le Cartulaire de la commanderie de Richerenches de l'ordre du Temple (1136-1214)*. Paris-Avignon: Academie de Vaucluse, 1907: XII.

³³FARGE, Arlette. *Le Goût de l'Archive*. Paris: Éditions Du Seuil, 1989: 19.

cil da presença do documento, “na pesquisa de seu significado, na localização de sua ‘realidade’ no meio de sistemas de sinais dos quais a história pode tentar ser a gramática”³³. Ser a “gramática” do documento, demonstrar a especificidades e o público das fontes é indispensável para precisar as perguntas colocadas aos textos, ainda muito intuitivas, ou pelo menos avaliar sua pertinência, e, a partir daí, tecer de maneira mais clara as hipóteses oriundas de sua análise. Essas considerações de Farge, por outro lado, nos levam a perguntar: como escrever a gramática das fontes apresentadas e qual conhecimento constituir a partir delas? Os sinais da documentação que escolhemos, os quais começamos a vislumbrar, podem ajudar a responder as nossas indagações?

O problema dos cartulários e a escolha dos documentos

Refletir a respeito da compreensão e da tradução dos sinais que as fontes nos apresentam – o estilo, o público destinado, as intenções expressas, a linguagem, as representações mobilizadas para traduzir a realidade, etc. – em suma, ser a “gramática” do documento, conduz necessariamente a refletir sobre sua presença e a forma como chegou até o presente, seus usos “originais” e seus usos “históricos”, ou seja, a função “original” e aquela que assume na análise do historiador. Além disso, pensar as lacunas e as fontes que faltam ou que se perderam no tempo é algo tão útil quanto o exame das próprias fontes. Este esforço diz respeito diretamente, assim como a reflexão sobre seu destinatário, a apreciação da função que a fonte assumia para a sociedade da qual ela era oriunda.

Nos propomos ponderar a respeito dos comentários escritos pelos organizadores e editores dos cartulários de Richerenches, da coleção de documentos templários localizados nos arquivos hospitalários e do cartulário Geral da Ordem do Templo. Os comentários dos organizadores e dos editores nos fazem pensar também sobre a presença e a ausência dos documentos, o caminho deles no devir histórico e como isso pode incidir nas possibilidades das respostas as indagações colocadas aos homens do medievo.

Segundo a Introdução escrita por Ripert-Monclar para o cartulário da comendadoria de Richerenches, o volume original do cartulário formava um manuscrito grande in-4^o, atado por um pano de pergaminho que o recobria até o momento de sua publicação, em 1907. Aparentemente, entre o reinado de Luis XIV e a Revolução Francesa, o cartulário sofrera alguns danos. O autor mencionou que, em uma época impossível de precisar, talvez próxima da Revolução, o volume, composto de três partes, teve suas duas últimas partes separadas, possivelmente para facilitar a consulta na ocasião de algum processo³⁴. Essa manipulação e divisão do cartulário, cuja

hipótese de Ripert-Monclar explica de forma verossímil, é algo que Farge³⁵ chama atenção ao mencionar como os panfletos injuriosos eram arrancados de seu suporte material pela polícia do século XVIII ou como a umidade exercia sua ação sobre os documentos de certos arquivos.

A manipulação do cartulário, no século XII – a forma de sua escrita e de sua edição inicial – ou durante o Antigo Regime, assinala a utilização e o papel que o documento assumia naquele período como algo para ser mobilizado nos tribunais. Tal observação se aproxima da distinção que Bloch considerou a respeito dos vestígios que não foram constituídos como memória histórica, ou seja, para serem lidos por historiadores, ou como testemunho amplo para gerações futuras. É preciso conceber o papel que a fonte tinha nas sociedades que a produziram, pois essa consideração influencia a análise e a leitura da mesma fonte ao concebermos os deslocamentos que operamos ao mobilizá-la para responder as nossas indagações.

Quanto à presença/ausência das fontes concernentes aos templários, Joseph Delaville Le Roulx, no comentário de sua edição dos documentos templários presentes nos arquivos hospitalários³⁶, observou que “ninguém, de fato, ignora que os arquivos do Templo estão perdidos; uma obscuridade profunda – misteriosa mesmo como tudo isto que toca aos Templários – cerca o desaparecimento de seus arquivos”³⁷. Segundo J. Beyssac, que escreve o prefácio do cartulário organizado por d’Albon, essa impressão de “desaparecimento dos arquivos” foi um dos móveis para o marquês realizar sua proposta: “é precisamente para remediar a **insuficiência das provas aportadas** até aqui a história do Templo, que o marques d’Albon se havia proposto de procurar e de atualizar todas as peças que podiam **lançar luz sobre este período ainda misterioso e incerto**”³⁸.

Le Roulx³⁹ teceu algumas hipóteses para explicar o possível “desaparecimento” dos documentos templários: a expulsão dos cristãos da Terra Santa em 1291 teria feito os templários a destruírem seus arquivos e a captura dos cavaleiros templários, em 1308, pelo rei francês Filipe IV, o Belo, teria pressionado o último mestre da Ordem, Jacques de Molay a queimar os arquivos. Outras hipóteses dizem respeito ao próprio rei Filipe e a Ordem do Hospital terem destruído os arquivos, talvez para apagarem a memória ou as provas dos direitos das propriedades e dos bens templários. Le Roulx descartou todas essas hipóteses, pois os templários, antes da queda de Acre em 1291 tiveram tempo para retirar seus arquivos da Terra Santa; não há indícios de que Jacques de Molay tenha tido intenção ou tempo para destruir documentos da Ordem; o rei Filipe, o Belo, na condição de interessado nos bens da Ordem tinha necessidade de conservar seus arquivos; os documentos templários levantados por

³³RIPERT-MONCLAR, Marquês de (ed.). *Le Cartulaire de la commanderie de Richerenches de l'ordre du Temple (1136-1214)*. Paris-Avignon: Academie de Vaucluse, 1907: IX.

³⁴FARGE, Arlette. *Le Goût de l'Archive*. Paris: Éditions Du Seuil, 1989: 72.

³⁵Os hospitalários, assim como os templários, eram uma Ordem Militar e Religiosa, cujas origens também remontam a primeira metade do século XII. Em 1312, quando os templários foram extintos, uma possível solução para o problema dos bens da Ordem no Ocidente era a sua transferência para o Hospital. Entretanto, como alguns reis europeus, em particular, o rei português, discordaram dessa solução, os hospitalários não conseguiram receber grande parte daqueles bens.

³⁶DELAVILLE LE ROULX, Joseph (org.). *Documents Concernants les Templiers Extraits des Archives de Malte*. Paris: 1882: 4.

³⁷ALBON, Marquês André d' (ed.). *Cartulaire general de l'ordre du Temple: 1119?-1150; recueil des chartes et des bulles relatives à l'ordre du Temple, 2 vols.* Paris: H. Champion, 1913-1922: IX. grifos nossos.

³⁸DELAVILLE LE ROULX, Joseph (org.). *Documents Concernants les Templiers Extraits des Archives de Malte*. Paris: 1882: 4-9.

Le Roulx nos arquivos do Hospital demonstram que os hospitalários, os quais, na ocasião da supressão do Templo em 1312, deveriam ser os herdeiros do Templo, conservaram alguns documentos em seus arquivos.

Alain Demurger⁴⁰, especialista na Ordem dos Templários, observou que as fontes concernentes ao Templo são diversas, estão dispersas, mas não são tão raras quanto se imagina. No levantamento que realizamos acerca da documentação templária, entre bulários, cartulários, tratados e outros documentos, fomos capazes de endossar a observação de Demurger. A “dispersão” explica a sensação de raridade e de mistério que os intelectuais do final do século XIX sentiam. Sensação que muitas vezes permanece nos dias atuais.

Essas ponderações sobre a transmissão e a existência das fontes templárias se mostram como um exercício importante, não para lamentar, no viés da sensação de “dispersão” ou “desaparecimento documental” de certos intelectuais do século XIX ou o não contato com determinadas fontes que poderiam trazer subsídios para nossas hipóteses. Mas, tal prática é relevante na medida em que:

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito de não se sabe qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações⁴¹.

Os cartulários templários foram concebidos para serem preservados até os dias de hoje? Trazer o documento para a coleção ou para o cartulário e transformar o documento em monumento é em certa medida desviá-lo de sua função “original”⁴². Uma noção de desvio que notamos na vontade de d’Albon, mas cuja consciência, em nosso estudo e em qualquer trabalho historiográfico, é indispensável para o esforço de resolução de nossos problemas. “Desviar” um documento é um exercício crítico que nos faz ir além do discurso contido e das intenções explicitamente manifestadas, pois situa o mesmo discurso e as suas intenções no tempo e em contextos específicos, questionando as possibilidades e os limites de sua produção.

Em outras palavras, refletimos e concebemos os usos que o passado dava ao que chamamos de fonte ou documentação. Usos que se relacionam com escolhas efetuadas quando os vestígios entram no tempo – no momento da “confecção”, urdidura ou construção dos próprios documentos. Ripert-Monclar observou que certas lacunas no cartulário de Richerenches parecem resultar do fato que os

registros omitidos foram inseridos em seguida dos fatos para os quais voltavam a atenção:

É assim que a doação ao Templo do palácio São João, em Saint-Paul-Trois-Château, de 19 de março de 1136, somente foi registrada sob o número 128, quando o bispo, contestando os direitos senhoriais da Ordem, ligados a este palácio na vila de Saint-Paul, motivou a declaração dos doadores sobreviventes de 21 de abril de 1172, inserida sob o número 122⁴³.

Salientamos uma preocupação com a justificação da doação e não com a memória da Ordem. Se desviamos o documento, não questionaríamos tanto o ato da doação em 1136 ou o texto atrasado de 1171, mas os jogos de poder e a disposição das interdependências entre um momento e outro momento e o significado do registro para essas mesmas interdependências.

Das possibilidades e dos limites das repostas: a verdade – “como posso saber o que vou lhes dizer?”⁴⁴

Podemos questionar a respeito das escolhas dos autores das *Gesta Episcoporum Cameracensium*, do *De Laude Novae Militiae* ou da *Bula Omne Datum Optimum* ao proporem discursos sobre uma determinada realidade: seja o contexto das disputas de poder em Cambrai ou a identidade de uma confraria de cavaleiros que daria origem a Ordem dos templários. Possivelmente o bispo Geraldo, o abade Bernardo, o Papa Inocêncio II ou o escriba de Richerenches em 1171 pretenderam escrever ou relatar uma imagem perfeita daquilo que tinham em vista e estabelecer um discurso verdadeiro.

Todavia, na qualidade de homens posicionados de forma diferentes no meio social, teriam distorcido a verdade a qual queriam registrar? O registro atrasado do cartulário de Richerenches, a manipulação dos cartulários pela posteridade e as escolhas, omissões ou ênfases dos escritores eclesiásticos, considerando que eles não nos mostrem um espelho da realidade, leva a uma indagação sobre a verdade e a possibilidade de sua consideração. Os cartulários nos mostram a verdade acerca dos direitos das comendadorias dos templários? Ou as bulas, as *Gesta* e os tratados retratariam o que foram os templários ou os cavaleiros nos séculos XI e XII?

Bloch refletiu que documentos como os cartulários, mesmo sem a intenção implícita de informarem os historiadores, não seriam mais verdadeiros do que, por exemplo, os tratados ou as *gesta*. Se, novamente, consideramos a distinção feita por esse historiador entre fontes destinadas primordialmente a informar a posteridade e fontes cujos usos e intenções se remetem somente a um círculo bem restrito não é possível afirmar que:

Os documentos desse gênero sejam, mais que

⁴⁰DEMURGER, Alain. *Les Templiers: une chevalerie chrétienne au Moyen Âge*. Paris: Seuil, 2005: 615.

⁴¹BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002: 83.

⁴²LE GOFF, Jaques. Documento Monumento. *História e Memória*. 2ª ed. Campinas: Editora UNICAMP, 1992: 537-538.

⁴³RIPERT-MONCLAR, Marquês de (ed.). *Le Cartulaire de la commanderie de Richerenches de l'ordre du Temple (1136-1214)*. Paris-Avignon: Academie de Vaucluse, 1907: XI.

⁴⁴Apropriadamente esta parte do título de um raciocínio de Bloch: “à frente das obras históricas do gênero sério, o autor em geral coloca uma lista das cotas de arquivos que vasculhou, das coletâneas de que fez uso, Isso é muito bom. Mas não basta. Todo livro de história digno desse nome deveria comportar um capítulo ou, caso se prefira, inserida nos pontos de inflexão da exposição, uma série de parágrafos que se intitularia algo como: “como posso saber o que vou lhes dizer?” BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002: 83. Certamente, a proposta de Bloch não deve ser restringida, no presente caso, apenas a reflexão dos cartulários templários, mas à todo trabalho historiográfico. Entretanto, a pergunta parece pertinente para compor o título dessa parte na medida em que traz em si a reflexão sobre os destinatários, sobre os usos e as funções dos documentos no passado.

outros, isentos de erro ou mentira. Não faltam bulas falsas, e, assim como todos os relatórios de embaixadores, nenhuma carta de negócios diz a verdade. Mas a deformação aqui, a supor que exista, pelo menos não foi concebida especialmente em intenção da posteridade⁴⁵.

A falsificação e a distorção seriam algo tão importante quanto o atraso dos registros, tal como apresentamos anteriormente? A falsificação, a possível distorção e o atraso são importantes na medida em que enfocam as interações, conflitos e disputas em um determinado contexto e o posicionamento dos sujeitos históricos.

É preciso, além do mais, considerar o papel atribuído às construções como o *Novum Militiae Genus* na sociedade de São Bernardo e Inocêncio II. Entrementes, conceber tal representação como espelho da realidade ou como sua descrição, sem um esforço conceitual historiográfico seria desprezar as relações de força e as perspectivas distintas que compunham as interdependências e relações de poder daquele período. Certamente São Bernardo e Inocêncio II não qualificaram o *Novum Militiae Genus* como uma representação política, assim como não conceberiam o que chamamos de imaginário ou distinguiriam o real da realidade⁴⁶, mas, mobilizando esses conceitos para entender o suporte social e as relações de poder, situamos nosso trabalho, para além de descrever o *Novum Militiae Genus*. Conceber a perspectiva, o “olhar” de Inocêncio II ou a representação descartada, a princípio, a possibilidade de conhecer a “Verdade” sobre os templários, mas traz a possibilidade de conhecer uma versão acerca dessa “Verdade”.

Nesse esforço, nos alinhamos próximos do que considerou Farge quanto ao arquivo mostrar, não a verdade, mas um discurso sobre a verdade:

O arquivo não diz talvez a verdade, mas ele diz da verdade, no sentido que entendia Michel Foucault, isto é, deste modo único que ele tem de expor o Falar do outro, tomado entre as relações de poder e ele mesmo, relações que não somente ele suporta, mas que ele atualiza verbalizando-as. Isto que é visível, lá nestas palavras esparsas, são os elementos da realidade que, por sua aparição em um tempo histórico dado, produzem sentido. E sobre sua aparição que é necessário trabalhar, e aqui que devemos tentar a decifração⁴⁷.

Extraír o documento do arquivo e depois mergulhar no seu discurso sobre a verdade é um trabalho que nos remete ao que Beyssac expôs sobre o marquês d'Albon: “Ele se havia imposto a necessidade de transcrever todos os documentos na sua integridade, sem se permitir alguma escolha, nem alguma supressão, convencido que esta escolha seria forçosamente arbitrária ou criticável e que

havia uma vantagem real em reproduzir os textos sem cortes”⁴⁸. Critérios de um paleógrafo experiente e de alguém que, de acordo com o próprio Beyssac, era conhecedor das “mais severas regras históricas”. Já Farge considerou “este mergulho no arquivo como um gesto artesão, lento e pouco rentável, onde alguém re-copia os textos, pedaço por pedaço, sem transformar nem a forma nem a ortografia, nem mesmo a pontuação”⁴⁹.

O esforço de d'Albon é algo que se relaciona com o “gosto do arquivo”, mas não é o fim ou a meta do trabalho, recolher o documento do arquivo, do cartulário ou da coleção documental, recopiá-lo, deve necessariamente, a partir do momento em que se coloca uma questão ou um problema, conduzir para a tradução e a interpretação do que está escrito, um esforço para transformar o monumento em documento e transformar a história em gramática da fonte. O que para Albon era o fim, para Farge é uma etapa muito importante. Tirar o documento de seu suporte original, ou seja, deslocá-lo sob o efeito de nossas indagações e recolocá-lo sobre uma nova base e um novo prisma já supõe um trabalho de interpretação. Os nossos documentos, descolados de sua função original e de seu público, não dizem, portanto, a “Verdade”, mas revelam um discurso sobre a “Verdade”. Descobrir quem eram os templários é um esforço possível? Em outras palavras, é possível conhecer os templários a partir dos discursos sobre eles? Investigar tais discursos não seria, de certo modo, conhecê-los e alcançar um pouco do objetivo traçado por d'Albon ao iniciar suas pesquisas? Abrir mão da “Verdade” e abraçar o verossímil é algo inerente ao esforço da história ser a gramática da fonte.

A partir dessa reflexão sobre a verdade, mencionemos que a bula de Inocêncio II, em determinado momento, estabelecia o seguinte: “(...) nenhuma pessoa secular ou eclesiástica ouse exigir, por homem ou juramento, do mestre e dos irmãos da mesma casa, as fidelidades ou as seguranças restantes que são frequentes entre os seculares”⁵⁰. O que essa passagem me permite conjecturar? São Bernardo, assim como Hugo Peccator, pretendia justificar o ofício militar, como vimos anteriormente. Especificamente São Bernardo, pretendeu elogiar e incentivar os *milites* templários realizando uma associação estreita entre o ofício monástico e o ofício da guerra. A ideia era legitimar a inserção social daqueles cavaleiros enfatizando sua retirada e seu afastamento do mundo e das coisas seculares perniciosas a salvação da alma.

Inocêncio II teria ido além vislumbrando a reinserção dos templários nas relações de poder e nas interdependências sociais. Se, os templários, na qualidade de nobres oriundos do século, abraçavam o *Novum Militiae Genus*, tal como foi exposto por São Bernardo, o problema era como

⁴⁵BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 77.

⁴⁶Tomamos como referência, para nossas análises, a distinção entre a realidade e o real expressos por Laplantine e Trindade: “objetos existem no mundo da sociedade e da natureza com características físicas e sociais específicas, definidas pelas suas experiências históricas, pelas condições ecológicas e pelos seus contextos socioculturais”. A realidade consiste em que as pessoas, os objetos sociais e o mundo material existem independentes de nossa presença e dos significados que se atribui a eles. Já o real “é a interpretação que os homens atribuem à realidade. O real existe a partir das idéias, dos signos e dos símbolos que são atribuídos à realidade percebida”. (LAPLANTINE, François & TRINDADE, Liana. *O Que é Imaginário?* São Paulo: Brasiliense, 1996: 11-12).

⁴⁷FARGE, Arlette. *Le Goût de l'Archive*. Paris: Éditions Du Seuil, 1989: 40-41.

⁴⁸ALBON, Marquês André d' (ed.). *Cartulaire general de l'Ordre du Temple: 1119?-1150; recueil des chartes et des bulles relatives à l'ordre du Temple*, 2 vols. Paris: H. Champion, 1913-1922: IX.

⁴⁹FARGE, Arlette. *Le Goût de l'Archive*. Paris: Éditions Du Seuil, 1989: 25.

⁵⁰(...) *fidelitates, hominis sive juramenta, vel reliquis securitates, que a secularibus frequentantur, nulla ecclesiastica secularis persona, a magistro et fratribus ejusdem domus exigere audeat. INOCÊNCIO II. Bula Omne Datum Optimum*. ALBON, André d' (ed.). *Cartulaire general de l'Ordre du Temple: 1119?-1150; recueil des chartes et des bulles relatives à l'ordre du Temple*, v. 02. Paris: H. Champion, 1913-1922: 375-379. Trad. Nossa.

eles, em sua nova condição, tomariam contato com aquele mesmo século. A bula não nos mostra como eram os templários, mas como esses cavaleiros foram entendidos a partir da leitura de Inocêncio II do *Novum Militiae Genus* bernardino. Como leitor, Inocêncio II realizara, já naquele momento, um deslocamento do escrito Bernardino e da representação aí presente?

Logo, Inocêncio II, ao se deparar com o *Novum Militiae Genus* e ao registrar aquela proibição, tinha no horizonte, além do escrito bernardino a forma como as interações e as interdependências ocorriam em seu tempo. A proibição não se dirige a apenas aos templários da Palestina, mas a todas as comunidades da Ordem, que a partir de 1128, começavam a se multiplicar no Ocidente. Logo, mesmo se considerarmos a especificidade das relações de poder em cada região da Europa, a proibição de Inocêncio II previa certa homogeneidade em seu interior. Um olhar atento ao mapa que localiza as comunidades templárias no Ocidente pode nos proporcionar o que tinha em vista Inocêncio II ao escrever sua bula. E as *Gesta* do bispo de Cambrai?

Não é possível afirmar que o Papa lera as *Gesta Episcoporum Cameracensium*. Entretanto, as *Gesta* de Geraldo nos proporcionam, além de perceber o olhar de um bispo acerca das relações de poder na cidade de Cambrai, problematizar as interações e as formas de resolução de conflitos presentes naquela sociedade. As *Gesta* foram escritas cerca de cem anos antes do pontificado de Inocêncio II, mas as palavras do Papa, comparadas com a narrativa do bispo, apontam a permanência das interações registradas por Geraldo. Nesse sentido, a comparação entre as *Gesta* e a bula se justifica. As *Gesta* nos proporcionam lançar um pouco de luz sobre a sociedade na qual o Papa pretendia interferir a partir do *Novum Militiae Genus*, além de conceber e conjecturar, com um pouco mais de segurança, a respeito do olhar do Papa sobre a sociedade de seu tempo. Acrescenta-se a isso que a comparação entre as *Gesta* e a bula traz um novo problema a ser investigado: o Papado, a partir de sua leitura dos templários, interferiu no poder dos bispos e na forma como esses resolviam seus conflitos?

Da mesma forma, os cartulários, documentos contemporâneos à bula de Inocêncio ajudam a reconstituir as teias sociais nas quais os templários se inseriam. Os cartulários se remetem a realidades bem regionais, como foi observado, entretanto, não seria relevante comparar essas realidades, das quais aqueles documentos poderiam nos fornecer alguns pontos de vista, e as iniciativas gerais do Papado? Seriam realidades distintas ou relacionadas? Nesse sentido, sugerimos que, se as palavras papais se dirigiam aos templários, os cartulários podem ser fonte para investigar a relação do discurso papal com as realidades regionais do

Templo, tendo, em nossa pesquisa, um papel semelhante ao das *Gesta* do bispo Geraldo. O ponto fundamental de nosso diálogo com as fontes não são os Templários, mas a investigação do discurso papal acerca deles.

As funções do documento

Conjecturamos que o Papado teria se apropriado do *Novum Militiae Genus* e tecido uma interpretação do mesmo tendo em vista as interdependências e as formas de associação comuns em seu tempo. As diferentes, mas não totalmente discordantes, interpretações de São Bernardo e Inocêncio II se ligam intimamente a perspectiva de cada um, ou ao olhar lançado sobre os templários a partir de um lugar, de uma preocupação e de uma experiência específicos. A análise das fontes torna possível avaliar essa perspectiva.

Contrapor a bula, o tratado, as *Gesta* e os cartulários no ajudam a reconstituir os discursos sobre a verdade e as teias de poder nos quais aqueles sujeitos históricos estavam inseridos ou pretendiam se inserir. Nosso objetivo foi, portanto, problematizar o olhar de Inocêncio II sobre os templários criando possibilidades através da mobilização e contraposição de fontes de diferentes emissores, de diferentes períodos, em suma, de fontes com diferentes características, mas que em conjunto ajudam a construir uma hipótese plausível sobre a relação entre o Papado, especificamente Inocêncio II e a Ordem dos Templários na primeira metade século XII. Assim, a partir de nossa conjectura, perguntamos: os documentos que utilizamos são a prova disso? Qual a sua função dentro do nosso recito? Ao reproduzirmos a fala de Inocêncio II, o que pretendemos?

Farge⁵¹ chamou a atenção para o fato de a citação aparecer bem frequentemente ao socorro da escrita e afirmou ser necessário refletir sobre seu emprego para que ela não apareça nem como o meio errado de aportar provas onde um raciocínio seria necessário. A autora salienta que é sempre possível fornecer uma citação contrária àquela que se quer escolher. Ou seja, a documentação pode apresentar ou apoiar um discurso contrário a nossa conjectura. Afinal, Inocêncio II, em sua bula, afirmava sua preocupação com o bem dos templários e com a salvação de suas almas sem ser explícito quanto a outras considerações, tal como um possível “cálculo” para assegurar, de maneira mais eficiente, a fidelidade dos templários no interior do contexto das interdependências e das relações sociais da nobreza.

Nesse sentido, propomos que o que prova a verossimilhança de nossa conjectura não é fala de Inocêncio II, mas a forma como comparamos a sua bula com outros documentos e tecemos nossas observações, guiados por nossas questões iniciais. A passagem que citamos chama a nossa atenção e

⁵¹FARGE, Arlette. *Le Goût de l'Archive*. Paris: Éditions Du Seuil, 1989: 91-93.

merece ser destacada na medida em que estabelece um diálogo com pontos de vista distintos sobre a cavalaria – São Bernardo – e sobre as interdependências da nobreza – Geraldo de Cambrai, proporcionando uma consideração, senão precisa, pelo menos um pouco mais segura da perspectiva de Inocêncio II.

Ainda segundo Farge, o documento teria basicamente três funções no escrito historiográfico: inserir uma nova situação pela força abrupta de sua expressão, servindo de início ou reinício, fazendo progredir o recito historiográfico. Fazer “brotar” uma surpresa, tendo por meta romper as evidências até então apresentadas. Modular as manias ou as falas sagazes e acadêmicas do historiador através do surgimento da fala do outro. As considerações de Farge servem para reforçar nossa ideia de que o historiador não é repetição do arquivo, mas aquele que o desinstala e coloca suficientemente a inquietação de interrogar sobre o porquê e o como, não somente de sua fonte, mas também sobre o como e o porquê de sua atenção ser retida pelo mesmo arquivo ou por um determinado fragmento desse arquivo.

Na medida em que enfatizamos, alinhados com autora supracitada, a questão de que o documento não é suficiente para comprovar a nossa conjectura e a necessidade de deslocá-lo, perguntamos: como nossas reflexões anteriores sobre o destinatário da fonte, sobre a sua função, seja no passado ou na pesquisa histórica, e sobre o problema do discurso e da verdade podem ser relevantes para nossas observações?

Refletir sobre o destinatário de uma mensagem ou de um documento leva a considerar uma relação, nem sempre “pacífica” ou consensual. O tratado, a bula, as *Gesta* e os cartulários, para se deter somente na documentação mencionada no presente texto, trazem essa dimensão. Considerar o papel que as fontes tinham para os sujeitos históricos, seja a memória ou a manutenção e prova de direitos, remete também a uma relação entre os agentes nela envolvidos. Da mesma forma, pensar o estilo de um escrito leva ao questionamento não apenas da forma como uma mensagem era passada para o público, mas como uma relação de poder e seus componentes eram traduzidos e interpretados.

Ponderar sobre os discursos sobre a verdade ou a abordagem das representações acerca do real ou de suas componentes também remete a relações e disputas, algumas vezes veladas ou disfarçadas, entre os emissores, os representados e os receptores – seja Geraldo de Cambrai, a nobreza flamenca e Walter seja Inocêncio II e os templários ou ainda estes dois últimos e São Bernardo de Claraval. Se os autores estão diferentemente posicionados na sociedade, seus escritos revelarão um diferente posicionamento quanto ao que poderíamos chamar de “Verdade” ou quanto ao

real. Pensar esses discursos sobre a verdade é algo que se aproxima do deslocamento da função da fonte a que nos referimos anteriormente.

Deslocar a fonte também é pensar a relação do historiador com a sua fonte e o alcance, as possibilidades e os limites de sua análise e de suas indagações inicialmente intuitivas. Nossas observações a respeito dos comentários dos editores dos cartulários templários fornecem subsídios para complementar nossa reflexão acerca desse deslocamento – a função de prova atribuída pelo Marquês d’Albon aos documentos templários e nosso esforço para questionar as interações entre o Papado e os templários é um indício desse deslocamento da função e dos leitores originais do documento.

Inserir o documento no relato historiográfico, o que implica em deslocá-lo, não supõe um anacronismo, mesmo quando tomamos as *Gesta* do século XI contrapostas à bula do século XII. Percebemos na bula *Omne Datum Optimum* um olhar sobre as interdependências e as relações de poder, as quais apresentam características semelhantes com a representação de Geraldo de Cambrai – menção aos juramentos e nos acordos entre os poderes secular e eclesiástico tendo em vista uma forma singular de resolução de conflitos: a vassalagem. O olhar de Inocêncio II é sobre essas relações e ele apresenta uma vontade de interferir nelas. Logo, considerando toda a especificidade de cada uma das fontes, a comparação ajuda a ressaltar a mudança, a ruptura e a particularidade do olhar de um e outro sobre a sociedade de seu tempo. Considerar essa especificidade não pode ser um exercício profícuo para compreender os discursos sobre a verdade, tal como foram definidos por Farge?

Além de problematizar esses discursos, procurando demonstrar os fundamentos de nossas conjecturas, essas reflexões foram relevantes também para questionar a pertinência de nossas indagações. Afinal, a especificidade das fontes, tal como expusemos anteriormente, é algo indispensável para avaliar qual pergunta se pode fazer ao documento e qual indagação é legítima seguir para buscar uma possível resposta. O ponto primordial é constituir uma leitura e uma instrumentalização – talvez o termo manipulação soe um pouco negativo – da fonte que a considere em toda sua particularidade e ao mesmo tempo sirva para abrir caminhos para uma reconstrução, na esteira da proposta de Romeiro, Ginzburg e Barthélemy, de parte da realidade e da experiência vivida pelos sujeitos históricos.

Música Popular em Minas Gerais no século XIX: São João del Rei, um estudo de caso

Marcelo Crisafuli Nascimento Almeida
Mestre em História/UFSJ
crisafuli@hotmail.com

Resumo: Este artigo analisa os espaços de produção, inserção, circulação e fruição da música popular em São João del Rei entre o final do século XIX e o início do XX. Vinculados a divertimentos tidos como entraves ao “progresso” e a “civilização”, a citar os festejos do Divino Espírito Santo e batuques oferecidos por prostitutas, gêneros musicais populares como o cateretê tiveram uma presença restrita às periferias sanjoanenses durante o final do século XIX. Percebemos, contudo, através de um jornal local do referido período, o trânsito tanto de autoridades, frequentadoras das festas populares e batuques, como de músicos, moradores dos contornos da cidade, que frequentavam o “pagode nas vendas” e trabalhavam nas orquestras que se apresentavam nos elegantes salões, igrejas e teatros do centro da cidade.

Palavras-chave: Música popular, Cultura Popular, São João del Rei.

Abstract: This research examines the areas of production, integration, movement and enjoyment of popular music in Sao João del Rei between the late nineteenth and early twentieth centuries. Bound entertainment seen as obstacles to the "progress" and to the "civilization", to quote the celebrations of the Holy Spirit and “batuques” provided by prostitutes and popular musical genres like cateretê had a presence restricted to the outskirts sanjoanense during the late nineteenth century. We realize, therefore, through a local newspaper of that period, the transit of the authorities, attending the popular festivals and “batuques”, as the musicians, residents in the contours of the city, who attended the "pagodes at shops" and labor in the orchestras that were presented in elegant salons, churches and downtown theaters the city.

Keywords: Popular Music, Popular Culture, São João del Rei.

É fato que a cidade de São João del Rei possui uma inegável tradição musical, sendo-lhe conferida até hoje o título de “Terra da Música” por seus moradores. Sabemos, portanto, que, para tal, houve um forte enraizamento de uma cultura musical europeia, leia-se a música sacra e erudita, ou de uma “música colonial barroca”, presente nesta urbe desde a sua fundação no século XVIII.

Percebemos também que não só a memória sanjoanense se preocupou em valorizar a tradicional “música barroca” ou “música colonial mineira”. A maioria de trabalhos acadêmicos e memorialísticos em Minas Gerais procura demonstrar, pensar, discutir sua importância, analisar aspectos sociais e culturais em torno desse tipo de música realizada em cidades coloniais como Mariana, Vila Rica, São João del Rei, Prados, Diamantina e Sabará. Maria da Conceição Rezende, por exemplo, cita palavras de um famoso escritor mineiro que observou essa relação entre a música colonial mineira e a devoção religiosa: “as igrejas foram afinal esculpidas ou desenhadas, a luz invadiu o ouro das madeiras e acordou a esteatita, para cantarem a glória do Senhor na partitura dos mestres mineiros”.¹ As manifestações musicais se concentraram sobretudo nas festas religiosas, sendo portanto, as igrejas coloniais mineiras o berço desta tão valorizada arte.

Ainda assim, entendemos que também houve uma atividade musical, desvinculada de qualquer

ritual oficial do estado, seja ele católico ou profano. Os negros africanos, por sua vez, já nas Minas setecentistas, faziam uso de suas danças musicadas como lundu ou os batuques. Segundo Maria Conceição Rezende, “os escravos entoavam melancólicas canções no dialeto Banto; invocavam a proteção dos orixás através de danças como o caxambu, acompanhadas de chocalho e batidas dos pés.”² Ainda de acordo com a autora, “em documentos relativos a Minas colonial, inclusive nas ‘Ordenanças’ e nas ‘Leis Extravagantes do Reino’, são frequentes as alusões às ‘danças de negros’, aos ‘bailes de pretos’ e muito especialmente batuques.”³

Interessante pensar que estes gêneros musicais são pouco lembrados na história da música mineira. Em contraposição, temos vários estudos para a cidade do Rio de Janeiro, principalmente para o século XIX, que tratam dessas manifestações musicais afro-brasileiras. Talvez essa diferença se dê pela valorização de uma cultura popular da cidade carioca, lugar de encontros e mediações culturais altamente complexas, que forjou manifestações musicais importantes para o restante do país como o samba.

Sendo assim, diante da escassez de estudos que descortinem a cultura popular em Minas durante o oitocentos, principalmente envolvendo a música, e instigados principalmente pela presença das “danças de negros” e seus “batuques” pouco estudados

¹REZENDE, Maria da Conceição. *A Música na História de Minas Colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia; 1989, p. 175.

²REZENDE, Maria da Conceição. *A Música na História de Minas Colonial*, p. 221.

³REZENDE, Maria da Conceição. *A Música na História de Minas Colonial*, p. 221.

na província mineira, decidimos investigar a possível existência dessas manifestações musicais na cidade de São João del Rei⁴.

Nas páginas de um periódico local⁵, os batuques se revelaram frequentes naquela cidade, mas os espaços em que aconteciam eram bem restritos. Gênero mais comum presente nestes batuques das periferias sanjoanenses era o cateretê⁶. Este gênero de dança e música é citado pela primeira vez nas páginas do jornal *Arauto de Minas* em 1877 durante a festa do Divino Espírito Santo:

... É noite.

O pitoresco largo iluminado caprichosa e fantásticamente se enche da multidão, que, ao som de escolhidas peças musicais executadas no coreto assiste ao fogo de artifício queimado em honra do Divino Espírito Santo.

Terminado o fogo, lá se promove uma *partida familiar*, em que as mimosas cinturinhas das belas em radidos volteios de uma *valsa ou polca*, deixam ver quanto são elegantes os corpinhos, que sobre elas assentam.

Além, naquela casinha se reúne uma *súcia folgasan*, que ao som de *viola, requebrada e cadente sapateado*, mostra que nunca são esquecidas as danças nacionais nos folguedos do povo. E assim passa-se o restante da noite até que o sol nascente, espancado as trevas, chama a todos à realidade da vida, e cada qual a seus afazeres...

⁷(Grifos nossos).

Pensando estes trechos desta crônica local, notamos o distanciamento de alguns setores sociais da cidade e uma ponta de preconceito quanto aos folguedos dos mais pobres. A ênfase dada à música em festividades como esta, com grandes ajuntamentos de pessoas, encontra-se naquela executada pela banda no coreto. Neste caso específico, percebe-se nitidamente a separação entre o ambiente frequentado pelas famílias, o espaço em que a Banda toca polcas e valsas, taxado de “partida familiar”, e aquele chamado de “folguedos do povo”, onde era tocada uma música na viola enquanto sapateava-se. A pitada de preconceito quanto ao folguedo popular está na expressão usada pelo redator, “súcia folgasan”. Ora, súcia refere-se a ajuntamento de malfeitores ou agrupamento de pessoas de má índole, logo, há por trás dessas palavras uma visão deturpada dos gêneros populares da música e da dança e que não se enquadram num determinado gosto estético.

A música que embalava este folguedo popular em São João del Rei, pela descrição, levanta-nos a suspeita de ser um *cateretê*. Porém, é muito vaga sua descrição sobre quem eram os populares e seus folguedos, provavelmente eram pessoas pobres, escravos/forros, ou ainda músicos pertencentes às orquestras locais.

Pensando num contexto mais abrangente, e aju-

dando a situar o caso de São João del Rei, é interessante ressaltar que festas como aquelas em honra ao Divino Espírito Santo duravam vários dias, seguidas à noite por folguedos, jogos, danças, cantorias e bailes que completavam as comemorações dos santos preferidos. Assim, “os maracatus, os moçambiques, os sambas, os cateretês, os cururus e os jongos acoplavam-se às festas do Divino, às de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, às festa da Santa Cruz e de São Gonçalo”.⁸

Segundo Maria Cristina Cortez Wissenbach,⁹ ao tentar recuperar o comando da vida religiosa brasileira, sobretudo no início do século XX, as autoridades da Igreja procuraram coibir principalmente a parte vista como profana e exógena das festas religiosas, e conter as expressões imorais dos batuques, dos sambas, umbigadas, cururus. Para alguns setores da sociedade, esses festejos representavam a sobrevivência de tradicionais costumes coloniais, como o forte enraizamento do jogo e de diversões burlescas, como as “danças nacionais” embaladas pelos “sons da faceira viola”. Um verdadeiro entrave ao progresso para setores daquela elite.¹⁰

Acompanhando os periódicos sanjoanenses, alguns anos depois o mesmo jornal nos informa a respeito de “estrondosos cateretês” oferecidos por algumas “Magdalenas”:

Batuque

Na noite do dia 24 para 25 do corrente várias *Magdalenas* deram estrondoso *cateretê* na chácara que pertenceu a Capitão Fidelis.

Naquela noite os pacíficos moradores do Pau d’Angá não puderam dormir deliciados pelo cantar das sereias e pelo estrondo do sapateado.

Foi figura saliente neste *furrundú* o delegado de polícia Vicente de Paula Teixeira que puxou a fleira e deu umbigadas até 3 horas da madrugada (...).¹¹

O local em questão seria talvez um prostíbulo, pois a alcunha usada, “*Magdalenas*”, pode remeter a figura bíblica de Madalena, a prostituta arrependida. A referência feita no título da notícia é a um batuque, no entanto, o redator descreve a festa das “*Magdalenas*” como um *cateretê*. Poderíamos pensar talvez numa “versão mineira” para os *lundus* e batuques, onde a singularidade residiria no *sapateado*, característico desses “batuques mineiros”. Devemos considerar ainda que o delegado é citado dando umbigadas até às três horas da madrugada. As umbigadas são características tanto de danças como o *lundu* quanto do batuque, sendo, portanto, difícil precisar ao certo qual dança se faria presente na festa. A historiadora Martha Abreu refletindo sobre a dificuldade presente até mesmo entre os pesquisadores em se precisar todos esses ritmos, gêneros e movimentos, além de suas variantes regionais afirma, assim como Câmara Cascudo, que termos como umbigadas, requebros, batuques,

⁴ Devemos mencionar dois trabalhos que nos ajudaram a entender a cultura popular em Minas no século XIX, campo ainda pouco explorado pelos historiadores. São eles: ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Folganças populares: festejos de Entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX*. [Campanha, MG]: FCCP; São Paulo: Annablume, 2008 e DUARTE, Regina Horta. *Noites circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*. Campinas, SP: UNICAMP, 1995.

⁵ Apesar de pesquisarmos em vários jornais locais do período, um em especial nos chamou: *O Arauto de Minas* – de 1877 a 1885/89. As informações encontradas em suas páginas tornaram-se extremamente reveladoras para pensarmos as práticas musicais populares na cidade de São João del Rei. Outros periódicos também fizeram parte da nossa pesquisa: *A Gazeta Mineira* – de 1884-85/1890 a 1894; *Jornal de São João del Rei* – de 1885 a 1886/1899; *A Pátria Mineira* – de 1889 a 1894; *O Resistente* – de 1895 a 1900; *Gazeta de Notícias* – 1889; *Liberdade* – de 1896 a 1900; *O Combate* – de 1900; *A opinião* – maio de 1908; *O repórter* – agosto de 1908 a maio de 1914.

⁶ Dança de origem indígena, mas que também recebeu influências negras, marcada por irreverentes movimentos, ritmos e sapateados ao som da viola. Muito comum em Minas Gerais e em São Paulo. Para saber mais, ver CAS-CUDO, Luiz da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Cultura; Instituto Nacional do Livro, 1954, p. 163. Ver também ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. São Paulo: Editora Nova Fronteira; Fapesp, 1999, pp. 92-93.

⁷ *O Arauto de Minas*, 19 de maio de 1877, p. 3.

⁸ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.) *História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Cia das Letras, V. 3, 1998, p. 83.

⁹ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível” In: SEVCENKO, Nicolau (Org.) *História da Vida Privada no Brasil República: da Belle Époque à Era do Rádio*, pp. 83/84.

¹⁰ Para saber mais a respeito das práticas que levaram ao enraizamento e depois o discurso que procurou desarticular e coibir festejos populares como a festa do Divino Espírito Santo em São João del Rei entre finais do século XIX e início do XX ver ADAO, Kleber do Sacramento. *Devoções e diversões em São João del Rei: um estudo sobre as festas do Bom Jesus do Matosinhos, 1884-1924*. 2001. 98 f. Tese (Doutorado em Educação Física). UNICAMP, São Paulo, 2001. Outro estudo que procura problematizar a festa do Divino, no caso no Rio de Janeiro, seus espaços de fruição é circulação é ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*.

¹¹ *O Arauto de Minas*, 27 de abril de 1880, p. 2.

ritmo ao som de violas, sapateados, são um “inferno” até mesmo para “aqueles estudiosos da música”.¹²

Ao pensarmos sobre qual o significado de batuque para os redatores deste jornal, sua acepção pode vir mais uma vez carregada de preconceitos, algo licencioso, depravado ou sensual, ainda mais levando em conta quem estava promovendo o folguedo. Podemos refletir esta afirmação pensando as linhas seguintes da notícia:

(...) É um folião destes que quer falar em moralidade e impor-se a consideração de uma cidade, cujos os habitantes primam pelos bons costumes. E é um batuqueiro tão frenético que pretende ser Presidente da Câmara Municipal...

Vicente Teixeira, esqueceu-se do respeito que deve à sua família e à sociedade, não podia deixar de lembrar-se que o homem de caráter de autoridade é obrigado a zelar a dignidade do cargo e não ridicularizá-lo nos requebros de uma dança imoral (...).¹³

Interessante notar que o jornal o *Arauto de Minas* se mostra tolerante a tais divertimentos em certas circunstâncias: “(...) Que a rapaziada se entregue a tais divertimentos, vá, está no seu tempo, a desculpa a mocidade: Mas o Vicente que é chefe de família, delegado de polícia, inspetor de instrução pública e que vê sempre o argueiro no olho do próximo...!”¹⁴

Tentando prevenir as “obscenidades”, a “ofensa aos bons costumes” e os batuques, as autoridades sanjoanenses dizem ser “proibido sob pena de 5\$000 de multa e de 24 horas de prisão:” “Fazer batuques desenvoltos ou sambas, tocar tambor em pagodes ou acompanhando cantos em charola ou tocar instrumentos que perturbem o sossego público.”¹⁵

O batuque parece ter fascinado muita “gente de bem” nas Minas Gerais do século XIX, favorecendo certo relaxamento dos costumes. Regina Horta Duarte¹⁶ afirma que apesar das proibições, um memorialista de Campanha narra curiosos eventos envolvendo “gente de bem”, constatando que singular dança não era praticada somente pela “gente baixa e ordinária”. Tal testemunha afirma que “padres relaxados” não recuavam dos batuques “nem mesmo diante do maior escândalo”. A mesma testemunha assevera que conheceu um religioso não apenas devoto dessa dança, como “nela se portava com uma tal indecência e um descomedimento” que o próprio autor vexava-se a descrever. O batuque acabava sendo um chamariz “para muita gente boa”, como um outro delegado que, recebendo uma denúncia da existência de um batuque, chegou ao local com a intenção de prender todos os participantes. Porém, ao invés disso, acabou metendo-se na dança “como o mais furioso dos dançadores”, ali passando “todo o resto da noite”.

Patrícia Araújo também afirma que o batuque:

embora pudesse provocar aglomerações e tumultos, e mesmo conflitos mais sérios, era, pelo que sugere a documentação, pelo menos do ponto de vista da lei, menos comprometedor da integridade física do que o Entrudo, assim como da forma pela qual se apropriava do espaço público. Mediante autorização das câmaras, e não sendo feito à noite, o batuque era permitido nos locais públicos.¹⁷

Os batuques pareciam ser de fato parte dos entretenimentos das camadas populares de São João del Rei no final do oitocentos. Em 24 de dezembro de 1880, a coluna “Folhetim” do jornal *O Arauto de Minas* apresentou uma crônica intitulada “Consoadas em São João del Rei”. Neste registro foram relatadas as comemorações dos festejos natalinos sanjoanenses, destacando as particularidades entre os folguedos das “classes menos favorecidas da fortuna” e as festividades de “gente remediada”. Percebe-se nitidamente que o redator procura explicitar um contraste entre essas classes. Vejamos primeiro como eram as “consoadas” na “seleta sociedade”: “(...) À noite, nas casas de gente remediada ou de haveres, reúne-se seleta sociedade, toca-se piano, canta-se uma modinha brasileira, um romance francês, um trecho do Trovador da Traviata, formam-se pares e dança-se (...)”.¹⁸

Para nosso deleite, é feita uma rica descrição de como são festejadas as comemorações natalinas entre os mais pobres, narrando como eram essas festas, suas músicas e danças:

(...) As classes menos favorecidas da fortuna ou mesmo os mais pobres também se reúnem e se divertem.

Quem às dez horas da noite passar pelo Tijucu há de ver iluminada a velha chácara de São Caetano, antiga habitação de um celebre Guarda-mor, d’onde partem festivais sons da faceira viola, em harmonia com os de afinada rabeça, de machetes e pandeiros, misturando-se as vozes dos cantores ao arruído de forte sapateado de mestres batuqueiros e adestradas marchadeiras.

Como este, há muitos outros cateretês, no Barro, no morro da Forca, no Pau d’Angá e no morro das Mercês; e, a cidade toda iluminada tem um aspecto cantador e festivo, apresentando uma vista pitoresca as casinhas, que estão semeadas pela serra cujas luminárias brilham ao longe com um efeito maravilhoso (...).¹⁹

Ao que tudo indica, para aqueles que detêm o poder do discurso jornalístico, o divertimento dos pobres – os batuques – é somente destinado para as classes desprovidas – escravos, forros e pessoas humildes –, pessoas da elite, ou que prezam por um nome na sociedade, como o delegado Vicente Teixeira, não podem misturar-se em tais manifes-

¹²ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*, p. 81.

¹³*O Arauto de Minas*, 27 de abril de 1880, p. 2.

¹⁴*O Arauto de Minas*, 27 de abril de 1880, p. 2.

¹⁵Leis e Resoluções da Câmara Municipal de São João del Rei. Código de Posturas Municipais de 1887. Caixa 74, Série 57, XLRC 251.

¹⁶DUARTE, Regina Horta. *Noites Circenses: espetáculos de circo e teatro em Minas Gerais no século XIX*, p. 94.

¹⁷ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. *Folganças populares: festejos de Entrudo e carnaval em Minas Gerais no século XIX*, p. 80.

¹⁸*O Arauto de Minas*, 24 de dezembro de 1880, p. 2.

¹⁹*O Arauto de Minas*, 24 de dezembro de 1880, p. 2.

tações. No Natal, na descrição de sua crônica, não há um amálgama cultural e social como na festa do Divino Espírito Santo e no batuque das “Magdalenas”; de fato, vemos nitidamente a separação do ambiente da elite e do povo. Até mesmo na descrição da festa do Divino, percebe-se a intenção de se separar os espaços onde as “classes menos favorecidas da fortuna” frequentam e a “seleta sociedade”, taxando o espaço desta de “partida familiar” e daquelas de “folguedo do povo”, além claro da alcunha utilizada para se referir aos sujeitos frequentadores do folguedo popular, “súcia folgasan”.

Percebemos em nossas fontes que certos tipos de dança e música, manifestações como os cateretês, os batuques e as Folias de Reis ficam marginalizados pelos cantos da cidade, isto é, em locais periféricos como o Morro da Força, atual Bonfim, o Morro das Mercês, chácaras no Tijuco e nas festas do Arraial do Matosinhos. Os sujeitos praticantes destes gêneros populares de dança e música, em sua maioria são os próprios moradores, oriundos de camadas baixas e médias da população e até mesmo algum outro “visitante” de áreas centrais têm a chance do acesso a tais manifestações artísticas.

A intenção em separar, ordenar e civilizar os espaços, os costumes e as pessoas, em São João del Rei, parecia ser de fato a tônica do discurso jornalístico do periódico *Arauto de Minas* e seus proprietários. Vejamos, por exemplo, como este jornal descreve outra festa popular brasileira, as comemorações em torno de três santos muito cultuados no país, S. João, S. Pedro e Santo Antônio:

Por um costume tradicional de nossos maiores são festejados neste mês três grandes santos – Santo Antônio, S. João e São Pedro. E quem se desse ao trabalho de percorrer as ruas da cidade e seus *arrebaldes*, ainda os mais democráticos, nas noites em que se ascendem fogueiras a qualquer daqueles Santos, veria, com ardor e com que júbilo são feitas essas festas, entre as quais se distingue muito a da noite de São João.²⁰ (Grifos nossos)

Melo Morais Filho pode nos ajudar a situar os festejos destes três santos num contexto maior. Segundo descrições do folclorista, dentre os três santos, a festa de São João parecia ser a mais popular e “democrática” pelo Brasil afora, o que também atesta o jornal sanjoanense. Segundo as memórias do autor, a mobilização para os preparativos era geral, senhores, senhoras, moças, crianças e escravos se envolviam na elaboração das festividades. De acordo com Melo Morais, “apesar das generalidades em pouco dessemelhantes” essas festas ocorriam basicamente dessa forma pelo país: “Para as festas de São João eram múltiplos os costumes intróitos. Recebiam-se convites dos grandes

senhores, dos fazendeiros riquíssimos, da burguesia abastada e do proletariado arranjado”²¹. Ainda num tom democrático e generoso, referindo-se à província do Rio de Janeiro, “os fazendeiros despendiam largas somas, vestiam de novo a escravatura, matavam reses em obséquio aos convidados da côrte”.²²

Uma diversidade grande de fogos circulava pelas ruas, casas e seus quintais: rodinhas, pistolas, buscapês, chuveiros, rojões, cartas de bichas, traques de sete estouros, bombas... Segundo o cronista do *Arauto de Minas*, o dia da fogueira também vinha acompanhado por essa artilharia e pela alegria “infernai” das crianças: “Começa desde manhã o consumo de bombas, das salvas e dos foguetes que sobem constantemente ao ar, acompanhadas da gritaria infernal dos meninos, que nesse dia parecem possuídos de uma alegria sobrenatural”²³.

O folclorista Melo Morais ainda descreve essas comemorações entre os cativos: “os escravos de calça de algodão cortada no joelho, de camisa branca de mesmo pano e aberta no peito, batucam com as escravas à roda do fogo, assando carás e batatas, tirando os do norte os seus côcos, dança e canto popular daqueles sertões”.²⁴ Em meio a essa festa que mistura aspectos profanos e sagrados, congregando costumes como as rezas de novenas, homenagens ao santo, simpatias em busca de sorte e maridos, o cronista do *Arauto de Minas* descreve os festejos populares em honra a São João nas diversas camadas sociais de São João del Rei:

Ainda bem que estes costumes patriarcais, estas reuniões familiares em certos dias do ano, ainda não foram banidas dentre a nossa sociedade, porquanto a harmonia e afabilidade foram sempre proverbiais ao povo são-joanense.

Alí, é um baile ou soirré, onde a música soa ruidosa e alegre, fazendo as delicias do mundo elegante, e onde é numeroso o concurso de damas e cavalheiros, turbilhando nas salas, parecem embriagados de prazer de perfume das flores e ‘toilettes’. Acolá é uma falange de moças espirituosas, que compulsam um livro de sortes, pegam os dados e consultam as Silibas: - ‘qual será o seu destino – quem será o seu noivo – qual das pessoas presentes lhe terá mais amor’.

Além de uma plêiade de moços folgazões, que cantam e bebem em derredor de uma mesa servida de lauta ceia: uns fazem estourar com profusão a dupla cerveja da Kremer, e outros enchem os copos a transbordar das gotas de rosa do delicioso Mineiro, extraído das vinhas cultivadas no vale do Rio das Mortes.

Cada um por seu turno faz libações à dona dos seus pensamentos, terminando com um curso ou com um discurso, que é acolhido com estrondosas palmas ou risadas.

Mais além é uma serenata, e outra, percorrendo, em rumos diversos, as ruas da cidade até alta noite e cantando modinhas ao som do violão; ou uma música de banda, que toca escolhidas peças, de

²⁰O *Arauto de Minas*, 23 de junho de 1883, p. 2.

²¹MORAIS FILHO, Melo. *Festas e tradições populares do Brasil*. RJ, Edições de Ouro, 1967, p. 134.

²²MORAIS FILHO, Melo. *Festas e tradições populares do Brasil*, p. 135

²³O *Arauto de Minas*, 23 de junho de 1883, p. 2.

²⁴MORAIS FILHO, Melo. *Festas e tradições populares do Brasil*, p. 139.

porta em porta a fim de obsequiar a algumas famílias.

*Mais adiante, em diversos bairros da cidade, é um batuque ou cateretê estrepitoso, onde uma rapaziada desenfreada bate palmas e sapateia tumultuosamente, ao som abafado de uma lasciva viola, rufando o pandeiro e cantando cantigas...*²⁵ (Grifos nossos)

O discurso implícito nesta crônica descreve os recintos em que acontecem os bailes e soirrés, porque não as “partidas familiares”, como lugares civilizados e ordeiros, um “mundo elegante”, onde a “música soa ruidosa e alegre” conduzindo “cavaleiros e damas”. Pelas ruas da cidade são cantadas comportadas modinhas em serestas e executadas peças de bom gosto pelas bandas de música. Entretanto, o cronista afirma que “mais adiante”, sem a supervisão de “elegantes cavaleiros”, um barulhento batuque ou cateretê contrasta com a “ruidosa e alegre” música que “soa” daqueles bailes e soirrés. Num tom aparentemente civilizatório, o articulista do jornal parece entender que a “desenfreada rapaziada”, ou a “súcia folgasan”, precisavam se enquadrar dentro de uma determinada ordem, já que tumultuam o ambiente com sua dança executada por um libidinoso instrumento.

Já sabemos, por hora, que as periferias da cidade eram habitadas pelas “classes menos favorecidas da fortuna”, por uma “súcia folgasan” e “Magdalenas”. Citando uma análise do professor Alexandre Costa, que estudou o jornal *Ação Católica* no início do século XX, Kleber do Sacramento nos ajuda a pensar esses despossuídos, saber um pouco mais de suas profissões, e costumes:

*Em casinhas simples ou casebres, em ruas que por vezes não existiam, situados no Segredo, no Bonfim, no Guarda Mor, no Tejuco, no Senhor dos Montes, morros ou ao largo da serra próximo ao Rosário, habitavam libertos, filhos de libertos ou não, gente miúda que se divertia nas vendas, no pagode, nas procissões, que fazia sua fé na cobra e não comemorava o treze de maio; que viviam em relação de amores com a Joana de tal...; marceneiros, alfaiates, tintureiros, coureiros, músicos, lavadeiras, sapateiros, limadores (...), que lavoravam nas orquestras, nos cafés, nas casas da família são-joanense, na sua venda ou oficina, nos fundos do andar térreo dos casarões comerciais, nas ruas, que se arriscavam nas betas..., nas oficinas da ferrovia – ou conduziam e alimentavam suas máquinas.*²⁶ (Grifos nossos)

Assim, o “povo” sanjoanense era citado pelos jornais locais pertencentes à elite, lembrado especialmente com uma presença massiva em eventos festivos e tradicionais, sempre atuando como coadjuvante, nas páginas policiais ou em algum episódio pitoresco. A citação acima é bastante esclarecedora sobre quem eram esses populares na virada do

século XIX para o XX em São João del Rei, qual era a profissão da maioria, como se divertiam e onde moravam. Muitos músicos, provavelmente também libertos ou filhos destes, além de morarem nessas regiões periféricas, deviam fazer parte da “desenfreada rapaziada”, conhecer a “súcia folgasan” e frequentar igualmente os “pagodes nas vendas”, assim como os “estrepitosos cateretês” e “lavorar” nas orquestras, nas igrejas e nos teatros no centro da cidade.

Deste modo, tomando como nosso objeto de estudo a música, principalmente suas manifestações populares, adentramos por um circuito em que esta se fazia presente em São João del Rei na passagem do século XIX para o XX: as festas nas suas periferias e em seus teatros, localizados no centro da cidade, problematizando as disputas sociais em torno da cultura na cidade. Assim, utilizando periódicos locais do período, textos de peças teatrais então representadas, licenças e posturas municipais, notamos um jogo de encobrimento das manifestações populares onde a música era presença garantida, assim como percebemos seu afastamento do centro da cidade em meados do século XIX, e ao mesmo tempo um “retorno” através do teatro no início do século XX. Teríamos aí tanto uma dinâmica de exclusão social e cultural, quanto uma dinâmica de assimilação ou circularidade por parte da sociedade sanjoanense.

Mas é no texto intitulado, “Tiradores de Reis”, de 1883, que veremos uma rica descrição deste festejo popular comemorado logo após o Natal e que se estende até o dia 6 de janeiro, dia de Reis. Não seria aqui viável transcrever toda a crônica que é altamente rica na exposição de como funcionavam os cortejos, como eram as letras, como eram os instrumentos, a música e a recepção do público aos tiradores de Reis na coleta de esmolas. Com relação à composição social dos grupos de foliões, ele cita que: “Não é somente um grupo de tiradores de Reis; há várias companhias e cada qual em seu gênero: umas mais canalhocratas, outras de gente mais escolhida; porém todas, da família do sr. Zé Povinho.”²⁷

Fica nítido aí o tom depreciativo com relação àquela grande maioria que praticava esse folguedo. Carregada de preconceitos também é a descrição feita com relação aos instrumentos musicais utilizados pelos bandos de Reis e à música executada por eles:

(...) A parceirada é luzida, a comitiva e bando de músicos são números e esquisitos os instrumentos que estes empunham; são eles um tambor, clarineta, viola, reque-reque, pandeiro e uma sanfona.

(...) Apenas no limiar da porta da casa, que visitam, a música rompe a introdução, em que mais sobressaem as pancadas do tambor e os sons agudos da esganiçada clarineta.

²⁵O *Arauto de Minas*, 23 de junho de 1883, p. 2.

²⁶COSTA, Alexandre J. Gonçalves. *Os frades na cidade de papel: a Ação Católica em São João del Rei 1905-1924*. 2000. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000 apud ADÃO, Kleber do Sacramento. *Devoções e diversões em São João del Rei: um estudo sobre as festas do Bom Jesus do Matosinhos, 1884-1924*, p. 152.

²⁷O *Arauto de Minas*, 8 de fevereiro de 1883, p. 1.

(...) segue-se o coro, verdadeiro berreiro, onde está a voz aguda dos meninos, misturada ao falsete e ao baixo dos marmanjos, produz um conjunto extravagante e insuportável.²⁸

Ao final, o redator recorre à sua memória, lembrando dos “antigos tempos” das apresentações dos bandos de Reis:

Nos lembramos bem de vermos quando meninos, esses bandos de Reis em que se apresentavam á cavalo os três Magos, vestidos á fantasia, trajando rocante manto, empunhando áureo scretpto e tendo a cabeça cingida de resplendente diadema, sobressaindo entre eles o rei ‘congo’. Os bandos dão por terminada a sua jornada no dia 6 de janeiro, festa dos Reis dia santificado pela Igreja e destinado pelos foliões á grande e entusiasmado cateretê, cujas despesas correm por conta dos devotos, que deitaram-se óbolo nas mãos dos piedosos peregrinos, que lhes foram cantar á porta.²⁹

Mais uma vez o cateretê está presente nas festas populares do século XIX. O que nos chamou a atenção, porém, foi a alusão feita ao rei “congo” junto às festas dos Reis Magos. Contudo, pode-se pensar na figura de um dos Reis Magos que visitaram o menino Jesus, e que segundo a tradição, era negro, e mais ainda, de acordo com os escravos foi um dos reis do Congo³⁰, trata-se do Rei Baltasar.

No tocante ao coroamento de reis congos, na imprensa local, não é feita qualquer referência à festa de coroação dos reis negros. Entretanto, consultamos o trabalho de André Luiz Mendes Pereira, *As festas de coroação dos reis negros em São João del Rei no século XIX*³¹, para que pudéssemos tentar preencher essa lacuna, já que é uma festa de dimensão popular onde estão presentes escravos e libertos, negros e mestiços.

De acordo com André Pereira, desde meados do XIX, a festa em honra a Nossa Senhora do Rosário, com a coroação dos reis congos, estava apenas restrita à procissão, novenas e missas. Os folguedos foram desligados da Irmandade do Rosário, mas continuaram acontecendo fora dali, logo, sem a visibilidade da imprensa. Ao pesquisar os Livros de Compromisso e de Receita e Despesa da Irmandade, na primeira metade do século XIX, coincidentemente na infância e juventude de Severiano de Rezende – redator e proprietário do jornal *Arauto de Minas* –, o autor encontra despesas para o pagamento de “pretos tocadores das festas de natal” e no pagamento “aos tocadores de caixas e flautas para o mastro”.³² Em outra ocasião, ele encontra uma menção aos folguedos da praia – região situada às margens do ribeirão que corta a cidade de São João del Rei – realizados para a coleta de esmolos para a realização da festa. Diante de

tal descrição, podemos pensar aqui numa aproximação com a música de barbeiros³³ do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX.

Ainda sobre a Folia de Reis, cabe aqui mencionar mais uma referência que encontramos no século XIX nas fontes sobre tal manifestação na cidade. A menção é feita sobre o ano de 1897, em *Efemérides de São João del Rei*. Sebastião de Oliveira Cintra narra a passagem de um Batalhão de Pelotas/RS que rumava para Canudos na Bahia, a fim de tomar parte na guerra de Canudos, e que, no dia de Reis, os soldados que por aqui descansavam, resolveram fazer um cortejo pela cidade aos moldes da folia no Rio Grande do Sul:

(...) No dia 6/1/1897 componentes do 16º Batalhão de Infantaria festejaram o dia dos Santos Reis Magos, organizando um Bando de Reis que despertou as atenções dos sanjoanenses.

Vestidos a caráter, homens e mulheres, precedidos de música, entoaram em coro certos cantos combinados, executando danças curiosas e populares no Sul do Brasil. O bando percorreu algumas ruas, obtendo aplausos.

Era diferente a folia de Reis que se pratica em São João del Rei. A figura principal da nossa folia era o “Bastião”, que se apresentava mascarado e fantasiado de cores vistosas; era o único que dançava. Executava os passos do urubu malandro e do sabiá moleque.

Antigamente, além dos cantores, havia um violleiro, um caixeiro, um tocador de pandeiro e um sanfoneiro. Muitas vezes atuava um rabequista. O solo pertencia ao “Bastião” e o coro era formado de cinco ou seis goelas, responsáveis pelos agudos característicos. Ainda se usa Folia de reis em São João del rei, principalmente nos bairros mais afastados do centro.³⁴

Esta descrição deve ter sido tirada de algum jornal da época e mereceu ser lembrada pelo redator do jornal, e até mesmo por Sebastião Cintra, diante da peculiaridade desta Folia de Reis, por executar passos típicos do Sul do Brasil, fugindo dos padrões daquela realizada em São João del Rei. Interessante também é a descrição dos passos feitos pelo “Bastião”, o “urubu malandro” e o “sabiá moleque”, sendo que, de acordo com Ulisses Passarelli³⁵, esta figura que ia à frente do cortejo executava passos do maxixe e do Corta-jaca, isto é, esta figura efetuava passos de danças muito populares no início do século XX. Vale também lembrar dos populares instrumentos que eram utilizados. Sebastião Cintra cita, em comum com a crônica “Tiradores de Reis”, a viola, a sanfona e o pandeiro.

De acordo com Cintra³⁶, a Folia ainda existia na cidade até a década de 1970, data em que estaria provavelmente escrevendo suas efemérides, sendo que ela ainda está presente em nossos dias, porém restrita à periferia. Tal afirmação pode corroborar com nossa suspeita de que

²⁸O *Arauto de Minas*, 8 de fevereiro de 1883, p. 1.

²⁹O *Arauto de Minas*, 8 de fevereiro de 1883, p. 1.

³⁰KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 335.

³¹PEREIRA, André Luiz Mendes. *As festas de coroação dos reis negros em São João del Rei no século XIX*. São João del Rei: UFSJ, 2000.

³²PEREIRA, André Luiz Mendes. *As festas de coroação dos reis negros em São João del Rei no século XIX*, p. 26.

³³Segundo José Tinhorão: “Uma das festas em que seguramente, desde o século XVIII, a música de barbeiros se fazia indispensável, era o domingo do Espírito Santo, que tinha como característica não começar no domingo estabelecido, mas muito tempo antes, quando saíam à rua as Foliás recolhendo esmolos”. TINHORÃO, José Ramos. *Música Popular: um tema em debate*. 2ª ed. Rio de Janeiro: JCM, 1970, p. 111. Melo Morais Filho também cita os barbeiros na festa do Divino no Rio de Janeiro: “As músicas de barbeiros, que eram compostas de escravos negros, recebendo convites para folias, ensaiavam dobrados, quadrilhas e fandangos...” Ver: MORAIS FILHO, Melo. *Festas e tradições populares do Brasil*, p. 204.

³⁴CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del Rei*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1982, p. 52.

³⁵PASSARELLI, Ulisses. *Dez Antigas Notícias do Folclore de São João del Rei*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João del Rei*. Vol. XI. Universidade Federal de São João del Rei, 2005, p. 100.

³⁶CINTRA, Sebastião de Oliveira. *Efemérides de São João Del Rei*, p. 52.

as manifestações da “gente pobre” de São João del Rei foram progressivamente, à partir da segunda metade do século XIX, marginalizadas nas periferias, sendo preteridas pelas elites. Assim sendo, raramente seus jornais nos dão informações sobre a vida social e cultural dos mais pobres, a não ser que tais manifestações mexessem com os brios dessa alta sociedade, confrontado com seu gosto estético e, mesmo com seus valores morais.

São João del Rei sempre foi uma cidade singular em Minas Gerais no tocante às manifestações artísticas. Seus caminhos mercantis também eram caminhos culturais. Isto é, São João manteve contato com vários outros centros urbanos, especialmente a Corte, recebendo artistas das mais diversas artes – teatro, circo e música – e de vários lugares. Contudo, a cidade conseguiu também manter suas “tradições” de uma sociedade urbana, herdeira da mineração e sendo ao mesmo tempo capaz de assimilar novos elementos culturais.

Notamos que nem só a música sacra e erudita se fazia presente na cidade. A música popular marcava sua presença nas periferias em batuques, em rodas de viola, nas barracas da Festa do Divino Espírito Santo e nas Folias de Reis. Os folguedos do povo, com suas músicas e danças peculiares também são lembrados pelo Código de Posturas Municipais de 1887, que proíbe ajuntamentos para a realização de batuques e sambas.

A partir daí, notamos tanto uma dinâmica de exclusão social e cultural, quanto um movimento de assimilação ou circularidade por segmentos da sociedade em questão; ou seja, por pessoas que não estão ligadas às estruturas do poder, assim como por pessoas que fazem parte das amarras do poder econômico e político local. Assim, nota-se um circuito periférico onde uma música de gênero popular se fazia presente e a ocorrência de certos trânsitos: políticos locais frequentavam, por exemplo, as mesmas festas que a “súcia folgasan”. No entanto, seus espaços são bem demarcados, a “partida familiar” para aqueles e os “folguedos do povo” para estes. Mais ainda, um delegado de polícia transgride tal demarcação dos espaços e fica dando umbigadas pela madrugada adentro, batucado junto a *Magdalenas*.

Percebemos, do mesmo modo, muitos preconceitos contra as manifestações culturais populares presentes nos “folguedos do povo” como a música, e até a dança, por parte da sociedade sanjoanense daquela época. O código de posturas local reformulado em 1887, neste caso, procurava reprimir festejos populares como os “desenvoltos batuques” e sambas, acompanhando o que seria uma “tendência” do pensamento do século XIX, que buscava uma disciplina moral e religiosa em consonância com a modernização e a civilização dos espaços físicos e dos costumes. Portanto, certas práticas culturais do “Sr. Zé Povinho”, seus folguedos, por exemplo, eram tidos como “bár-

baros costumes” e até mesmo com desequilíbrio moral por setores da elite local ligados, por sua vez, a um jornal que publicava duras críticas aos então gêneros musicais e divertimentos populares, ou seja, ao que seria a cultura popular da época.

Ao final, nos parece que grupos e estratos sociais diversos “consumiam” a mesma cultura. As classes subalternas e elites iam juntas às igrejas e aos ritos católicos animados pelas corporações musicais locais consumindo, desta forma, ambas a mesma música. Autoridades também frequentavam “estrondosos cateretês” nas periferias dando “umbigadas” até altas horas da noite.

Diante destas considerações, vemos o quanto parece ser inútil tentar delimitar o que são manifestações culturais populares ou de elite. Devemos, por fim, ressaltar o movimento dinâmico e criativo dessas manifestações festivas envolvendo a música.

Neste trabalho procuramos demonstrar que nem só a música sacra e erudita fez parte da história da sociedade sanjoanense. Até o final do século XIX, a música popular estava presente nos morros e periferias locais, em festas populares, como o Natal, festas juninas, na festa do Divino em Matosinhos, nas vendas e em batuques em casas de “Magdalenas”. Enquanto saraus aconteciam nas moradias, teatros e salões de festas no centro da cidade, nos terreiros, vendas e morros sanjoanenses assistia-se aos sambas, lundus, pagodes e batuques dos negros e sujeitos de “classes menos favorecidas da fortuna” com seus gestos e sonoridade particulares.

Sobrevivendo aos enfrentamentos, tensões e conflitos latentes, a cultura popular parece ter resistido nas periferias de São João del Rei, contrapondo-se a projetos políticos de construção de uma nação, pautados pela ideia de constituição da ordem e da civilização, e pela preocupação de organizar, conhecer e criar referências de identidade para uma população dispersa.

Felizmente na cidade de São João del Rei, segundo Ulisses Passarelli, folclorista local, a Festa do Divino hoje tem sido um ícone da valorização destas manifestações e as folias prosseguem, com sete grupos na zona urbana (nas periferias, diga-se de passagem) e cinco na rural, plenamente ativas, além de cinco congados na zona urbana (um dos quais surgidos em 2007) e três na rural (dois centenários e um de 2007)³⁷.

Pretendemos, portanto, ter contribuído para a historiografia sobre a música, inserida numa cultura popular, mais especificamente a historiografia da música popular em Minas Gerais, ainda muito incipiente, em vista do domínio da produção sobre música religiosa e erudita. Queremos, assim, mostrar uma outra música mineira, influenciada por uma sonoridade distinta do samba e do candomblé, ou seja, uma sonoridade entusiasmada pelos cateretês, congados e moçambiques.

³⁷PASSARELLI, Ulisses. Breves notas sobre o folclore de São João del-Rei. *Suplemento Literário de Minas Gerais*. Belo Horizonte, SEC, dez. 2007, p.16.

As histórias literárias e os primeiros esforços por síntese no Brasil oitocentista. Ensaio de história da historiografia.

Piero Detoni¹

Graduando em História/UFOP
pierodetoni@hotmail.com

Resumo: O presente artigo objetiva investigar os principais traços da historiografia literária produzida no Brasil oitocentista. No desenvolvimento deste trabalho verificar-se-á que narrar a história da literatura tornou-se componente fundamental no processo de temporalização da experiência nacional, pois dotava a prática literária de um caráter eminentemente histórico. No limite, observa-se certa primazia da literatura enquanto documento autorizado para a representação da nascente nação, agora independente de Portugal. Dessa maneira, constatamos que através das histórias literárias realizaram-se as primeiras tentativas de síntese da formação histórica brasileira, ou seja, coube a historiografia literária desvendar qual o sentido da trajetória do Brasil no tempo. Para além destas questões, propõe-se, em um primeiro momento, uma rápida discussão sobre as possibilidades investigativas oferecidas pela história da historiografia.

Palavras-chave: história da historiografia, historiografia literária, literatura

Abstract: This study is aimed at investigating the main features of literary historiography produced in Brazil during the eighteenth century. This article makes it possible to perceive that narrating the history of literature has become a key component in the process of temporalizing the national experience, as it endows the literary practice with an eminent historical character. In the limit, there is some precedence of literature as an authorized document to representing the nascent nation, then already independent of Portugal. Thus, we notice that the first attempts for a synthesis of the historical formation of Brazil were held through literary histories, that is, literary historiography allowed to understanding the directions of Brazil's trajectory through time. Beyond these issues, it is proposed, at first, a brief discussion of the possibilities of investigation offered by the history of historiography.

Keywords: history of historiography, literary historiography, literature

A escrita da história em questão

A história da historiografia é um campo de estudos cada vez mais acessado dentro dos domínios do saber histórico. Há, entretanto, uma grande polissemia de significados conferidos aos estudos historiográficos. De acordo com Horst Walter Blanke é possível vislumbrar, no mínimo, oito modalidades distintas, a saber: história dos historiadores, história das obras, balanço geral, história dos métodos, história das idéias históricas, história dos problemas, história das funções do pensamento histórico, história social dos historiadores e história da historiografia teoricamente orientada.² Não entraremos no mérito a respeito das referidas abordagens e da bibliografia produzida, pois o intuito é simplesmente evidenciar os múltiplos modos de como a história, enquanto disciplina, tem repensado a historicidade de suas próprias práticas. A história da historiografia, segundo nossa perspectiva, encontra nos textos históricos suas fontes, objetos e problemas. Não há interesse em deslegitimar as demais formas de se compreender a história da história, no entanto é de suma importância o apontamento dos eixos que norteiam nossos pressupostos analíticos.

Assim sendo, procuramos enfatizar a dimensão complementar entre a produção de um discurso, no caso um discurso sobre a história, e as suas

múltiplas relações com a História enquanto extensão do devir. A clássica afirmação do filósofo francês Paul Ricouer de que “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal” nos parece extremamente pertinente e nos possibilita dimensionar um novo enfoque para o texto histórico.³ A questão levantada por Ricouer evidencia o caráter indissociável entre experiência e linguagem, podendo a última, dessa forma, apresentar-se enquanto objeto privilegiado para um inquérito de teor histórico. Dessa maneira, o texto de história ganha grande legitimidade para ser explorado porquanto traz consigo além dos procedimentos teóricos e metodológicos caros ao ofício do historiador, vestígios tangíveis de experiências sociais que compõe o mundo da vida. Como afirma Jörn Rüsen, “o pensamento histórico é fundamental para os homens se haverem com suas próprias vidas”.⁴ Acompanhando a reflexão de Rüsen, percebemos como a escrita da história é vital para os homens se orientarem no tempo. Pela historiografia os seres humanos procuram entender a intrincada relação entre memória, tempo e morte.⁵ Assim, “os textos de história deixam de ser meros pretextos para se constituírem em

¹Este artigo integra o projeto de iniciação científica Ensaio histórico e escrita da história: a historiografia brasileira entre 1870 e 1940 e contou com o apoio da FAPEMIG. Orientação: Prof. Dr. Fernando Nicolazzi. Agradeço as leituras atenciosas feitas por Eduardo Wright Cardoso e Fabiana de Oliveira Bernardo.

²BLANKE, Horst Walter. Para uma nova história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

³RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Trad. de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994, p. 15.

⁴RÜSEN, Jörn. *A razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Trad. de Estevão Rezende. Brasília: Editora UNB, 2001, p. 31.

⁵RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alan François. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

núcleo central da investigação historiográfica”.⁶

Diante do exposto, destacamos a advertência de Rüsen acerca dos diálogos entre estruturas discursivas, mais especificamente a escrita da história, e a dinâmica da experiência temporal:

com as formas de apresentação, o pensamento histórico remete, por princípio, às carências de orientação de que se originou. Ele se exprime, como resultado cognoscitivo, sob a forma de historiografia, com a qual volta ao contexto da orientação prática da vida no tempo. Com a historiografia, o pensamento histórico usa uma linguagem que deve ser entendida como resposta a uma pergunta. Originada em carências de orientação e enraizada em interesses cognoscitivos da vida prática, a ciência histórica – com os resultados de seus trabalhos cognoscitivos expressos historiograficamente – assume funções e orientação existencial (...).⁷

Partindo do diagnóstico oferecido por Rüsen verificamos que uma história da historiografia torna-se um empreendimento absolutamente plausível, pois através dela compreendemos a historicidade de nossa disciplina e constatamos, ainda, como a escrita da história apresenta-se enquanto uma forma destacada para trazer respostas às carências de orientação que distintas sociedades sofrem invariavelmente. Segundo o autor,

novos interesses podem superar funções vigentes, de forma que o pensamento histórico, sob pena de tornar-se anacrônico, tem de mudar suas perspectivas orientadoras com respeito ao passado. Ele tem de ajustar-se a critérios de sentido novos, que levam a novas representações do que há de especificamente histórico na experiência do passado. Essas novas representações ensejam novas técnicas de pesquisa, de que resultam, por sua vez, novas formas de apresentação, que estariam assim, em condição de exercer as funções requeridas pelos novos interesses.⁸

Assim, entendemos que os procedimentos de pesquisa e a configuração da intriga narrativa sofrem alterações de acordo com as múltiplas demandas de ordem social. Rastrear essas alterações na maneira como a história era apreendida significa, conseqüentemente, investigar as mudanças na ordem do tempo, ou seja, na forma como os homens prefiguravam o mundo à sua volta. Cumpre a uma história da historiografia, em nossa concepção, resgatar esses discursos sobre o passado, demonstrando os diferentes usos desse tanto em uma perspectiva sincrônica, quanto diacrônica. Não basta deixar em relevo as transformações ocorridas no interior do conhecimento histórico, mas é imprescindível, ainda, compreender sob quais aspectos e em quais contextos discursivos houve disputas pela forma adequada de se estruturar esse saber. Dessa forma, concordamos

com a seguinte assertiva de Manoel Luiz Salgado Guimarães, para quem “a história na sua forma disciplinar deve ser considerada como apenas uma das inúmeras formas de elaboração significativa do tempo decorrido, como parte de algo mais amplo que chamaria de cultura histórica como parte de uma cultura da lembrança”.⁹

A colocação efetuada por Guimarães nos permite inquirir os distintos modos de interpretação do passado e os recursos operacionais manipulados pelos historiadores em seu ofício; mas, para além dessa dupla função, a história da historiografia pode ser uma grande aliada na visualização da constituição de memórias disciplinares. Em última instância, as modalidades de acesso ao passado, fornecidas pelo saber histórico, são capazes de criar memórias que resultam em verdadeiros cânones de autores, de obras e de abordagens. A quebra desses cânones é de fundamental importância para que não transformemos em uma evidência inviolável o momento de emergência de determinados discursos sobre o passado. Aqui a utilização da categoria empregada por Roger Chartier “lutas de representação”¹⁰ parece um enviesamento proveitoso para que a dinâmica dos debates intelectuais possa ser enfocada em sua total complexidade. No cerne dessas “lutas de representação” o que está em jogo é justamente a tentativa de “silenciar” a abordagem alheia, entretanto a derrota de uma perspectiva pode acarretar o seu “desaparecimento” no interior de uma memória disciplinar que se constitui paulatinamente. Novamente Guimarães é esclarecedor quanto ao assunto, pois para o acurado estudioso a

[história da] historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe, como condição primeira, reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultado de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas para dar significado ao mundo. Uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que levou-a à vitória, que aparece ao final como decorrência natural; perde-se desta forma sua ancoragem no mundo. ||

Essa reflexão sobre os procedimentos estruturantes do conhecimento histórico já está em pauta há um bom tempo, desde pelo menos meados da década de 1980, quando Pierre Nora na introdução da grande obra coletiva *Os lugares de memória* anunciava, para o contexto intelectual francês, a emergência de uma “consciência historiográfica”. Para Nora, ocorre uma “coisa fundamental quando a história começa a fazer sua própria história. O nascimento de uma preocupação historiográfica é a história que se empenha em emboscar em si

⁶GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dezembro de 2000, p. 32.

⁷RÜSEN, Jörn. *A razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica, p. 31.

⁸RÜSEN, Jörn. *A razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica, p. 37.

⁹GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: Guimarães, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 70.

¹⁰CHARTIER, Roger. *À beira da falsésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

¹¹GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido, p. 32.

mesma o que é ela própria, descobrindo como vítima da memória e fazendo um esforço para se livrar dela”.¹² Ou seja, realizar uma história da historiografia significaria perceber a escrita como um possível lugar de memória. Nora conclui que no interior da tradição historiográfica francesa os domínios de Clio foram afetados diretamente pelas artimanhas de Mnmosine. E prossegue o historiador francês: “o arsenal científico do qual a história foi dotada no século passado [no caso o século XIX] só serviu para reforçar poderosamente o estabelecimento crítico de uma memória verdadeira”.¹³ Grosso modo, a cultura histórica francesa (desde pelo menos a primeira metade do século XIX) havia se estabelecido sob os alicerces de uma tripla simbiose: história, memória e nação. Nas palavras de Pierre Nora: “É pela nação que nossa memória se manteve no sagrado”.¹⁴

Antoine Prost, de modo certo, diferencia a história da memória: “a história não consiste em cultivar a lembrança de um passado carregado de ressentimentos ou de identidades que se separam irremediavelmente; ela se esforça para compreender o que se passou, e por que aquilo se passou”.¹⁵ A partir do argumento de Prost, voltamos para a história da historiografia enquanto um campo de estudos capaz de verificar o estabelecimento dessas memórias disciplinares que podem, enfim, ser desnaturalizadas. Retornando a Nora, a história entraria em uma “era epistemológica”.

Não nos aprofundaremos em uma discussão que procure verificar se tal reflexão epistemológica foi levada a cabo prontamente como sugeria Nora, mas podemos afirmar que gradativamente os estudos historiográficos, sob as mais distintas roupagens, passaram a ser mais freqüentados. Talvez François Hartog esteja correto ao afirmar que essa “tendência do presente a historiar-se” seja um sintoma de um novo *regime de historicidade*. Para Hartog, um regime de historicidade é uma

formulação sábia da experiência do tempo. Um regime de historicidade abre e circunscreve um espaço de trabalho e de pensamento. Ele ritma a experiência do tempo, representa uma “ordem” do tempo, à qual se pode subscrever ou, ao contrário (e mais freqüentemente), querer escapar, procurando elaborar uma outra.¹⁶

De acordo com Hartog, estaríamos na contemporaneidade vivenciando um novo *regime de historicidade*, o regime do *presentismo*. Deste modo, a

história magistra apresentava a história, ou supostamente assim o fazia, do ponto de vista do passado. Pelo contrário, no regime moderno, a história foi escrita, teleologicamente, do ponto de vista do futuro. O presentismo implica que o ponto de vista é explícita e unicamente o do presente (itálico do autor).¹⁷

Hartog enumera uma série de exemplos dessa nova relação do homem com o tempo (amparada pela perspectiva do presente), mas, para tanto, cabe ressaltar que a história da historiografia seria um desses sintomas mais evidentes. Referindo-se aos artigos que compõem a coletânea *Os Lugares de memória*, Hartog sugere que eles “testemunham, com efeito, em razão da permanente preocupação historiográfica que os atravessa, esta tendência do presente a historiar-se. Não se trata aqui de egocentrismo, mas de explicitação dos pressupostos do historiador”.¹⁸

Caso Hartog realmente esteja certo, não há grandes motivos para preocupação quando se constata que esse presentismo pode acarretar um pessimismo quanto ao futuro. Aliás, acreditamos que a sociedade contemporânea oferece alternativas interessantes (e pouco exploradas) para o fortalecimento dos laços de “amor com o mundo.”¹⁹ O rompimento com a perspectiva de história moderna, em muito sentidos, nos retirou de um grande “estado de miopia”. Ou seja, naturalizamos uma maneira de se conceber a realidade que cerceia, inclusive, a possibilidade de olharmos para os nossos próprios pés. Se há um momento de crise, este é bem-vindo, pois são nesses momentos que repensamos nossos próprios atos.

Urge que os historiadores se atentem para essa nova experiência do tempo e formulem novas estratégias narrativas que estejam compassadas com a mesma, pois, como nos alerta Rüsen, uma escrita que não se articula com a experiência temporal não suscita “pregnância comunicativa”, ou seja, não proporciona interesse a seus leitores.²⁰ Quiçá esse o motivo, em muitos sentidos, para a narrativa histórica não ser eleita entre as favoritas do grande público - mas essa é uma questão para ser tratada mais detidamente em outro momento. Frisamos que a história da historiografia pode oferecer um estimulante incentivo para se refletir “o passado, o presente e o futuro de nossa disciplina e de nosso ofício, reconhecendo-o na condição humana: diversa, múltipla e limitada”.²¹ Além disso, ela mostra-se enquanto uma valiosa ferramenta capaz de capacitar o historiador nos enfrentamentos subjacentes ao hodierno estado de presentismo, pois o estudo da escrita da história pode ser um lugar privilegiado para compreendermos os aspectos constituintes do nosso ser-no-mundo, da nossa historicidade enquanto sujeitos imersos em uma determinada cultura.²² Pensar a história, e mesmo refletir outras formas de reescrevê-la, é um compromisso que implica uma possível tentativa de mudança em nosso estado presente, ou pelo menos, uma forma de apreender a pluralidade dos discursos que compõem os seres humanos.

Isso posto, passamos a inventariar as representações elaboradas sobre o tempo transcorrido efe-

¹²NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. Trad. de Yara Aun Khory. *Projeto história*. São Paulo: PUC-SP, n.º 10, 1993, p. 10.

¹³NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*, p. 10.

¹⁴NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*, p. 13.

¹⁵PROST, Antoine. Como a História faz o historiador. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n.º 14, dezembro de 2000, p. 13.

¹⁶HARTOG, François. O tempo desorientado. Tempo e história: como escrever a história da França. Trad. de Eliane Cezar. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, n.º 7, julho de 1997, p. 8.

¹⁷HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo. Trad. de Francisco Murari Pires. *Revista de História*, n.º 148, 2003, p. 28.

¹⁸HARTOG, François. Tempo, história e a escrita da história: a ordem do tempo.

¹⁹Aqui a referência é explicitamente amparada nas reflexões de Hannah Arendt. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1972.

²⁰RÜSEN, Jörn. *A razão histórica*. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica, 2001.

²¹GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, S. J. (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003, p. 24.

²²HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

tuadas ao longo do século XIX brasileiro. Mais especificamente verificaremos como os historiadores da literatura as confeccionaram, lembrando, através da clássica tese de Manoel Luiz Salgado Guimarães, que a escrita da história produzida no oitocentos fez parte de um esforço maior de construção do Estado nacional.²³ No limite, perceberemos que a historiografia (no caso da literatura), como atesta Jean Marie Gagnebin, apresenta-se como “uma entre outras possíveis formas de as sociedades humanas produzirem uma relação com o tempo decorrido (...), um dos procedimentos coletivos de reconstrução do passado”.²⁴

Escrever a história da literatura, edificar a nação: a historiografia literária romântica

Ao longo da primeira metade do século XIX uma das premissas primordiais lançadas pelo romantismo foi a de que cada nação deveria se distinguir de acordo com seus atributos físico-geográficos e culturais.²⁵ No interior dessa demanda evidencia-se que a literatura funcionava como elemento de destaque para alcançar tais objetivos. De acordo com Rodrigo Turin, caberia tanto a história quanto a literatura desenhar um perfil para a jovem nação.²⁶ A partir do artigo *Estudos sobre a literatura* de João Manuel Pereira da Silva, percebe-se o amplo espectro cultural apreensível junto ao conceito de literatura no oitocentos e como tal concepção poderia servir enquanto eixo norteador para mensurar o grau de civilização e desenvolvimento de um determinado país. Nas palavras de Pereira da Silva:

(...) a litteratura é hoje a reunião de tudo o que a imaginação exprime pela linguagem, abraçando todo o império, em que exerce a intelligencia humana seu poderio; é o resumo dos hábitos e grandeza dos povos, e a historia progressiva e circumstanciada do espirito humano com as suas superstições, crenças, e caracter próprio; é a apreciação da influencia dos elementos uns sobre os outros no espirito das diferentes epochas, é a Philosophia, a Historia, a Eloquencia e a Poesia.²⁷

Nesse artigo de Pereira da Silva, publicado em 1836 no segundo número da *Revista Nitheroy*²⁸, podemos dimensionar o papel da literatura enquanto *locus* privilegiado para comparação e contextualização das diferentes épocas da nação no tempo e que, a partir de então, poderiam ser ordenadas processualmente visando um *telos* harmonioso. Narrar a história da literatura tornava-se, portanto, componente fundamental para o processo de temporalização da experiência nacional, pois dotava a prática literária de um caráter eminentemente histórico. No limite, há certa primazia da literatura enquanto documento autorizado para a

representação da sociedade brasileira. Para Pereira da Silva, “a literatura é sempre a expressão da civilização: ambas caminham em paralelo: a civilização consistindo no desenvolvimento da sociedade e do individuo (...)”.²⁹ Além disso, “uma deliciosa e terna lembrança deixa após de si o povo que colloca sua principal glória em reinar sobre os espíritos pelas letras (...)”.³⁰

Em última instância, o que a historiografia literária se propunha a oferecer era uma cartografia do processo da formação histórica brasileira “pelos rastros literários, na medida em que tais rastros sintetizavam o ‘espírito’ da nacionalidade, sem que fosse necessário se deter nas particularidades factuais e nos outros constrangimentos implicados na historiografia *stricto sensu*”.³¹ Caberia, portanto, aos estudos literários mostrar aos brasileiros o que era o Brasil ou, pelo menos, o que ele deveria ser. No interior das histórias literárias podemos observar as primeiras tentativas de sintetização da experiência histórica nacional.

Voltando a tratar os *Estudos sobre a Literatura* de Pereira da Silva, que nos serve enquanto amostra desse contexto literário, o intelectual constata que o

Brasil conta hoje bastantes litteratos profundos, porem elles tem-se tão somente contentado, (com algumas excepções) em estudar e saber, e não se tem querido designar escrever, e d’esta arte esforçar-se em elevar á sua verdadeira essência esta sciencia, aliás tão útil e proveitosa à todas as classes das sociedade, e que de algum modo está desprezada na nossa Patria, não percebendo nossos compatriotas a influencia que tem sobre a política, sciencia do dia, à que hoje no Brasil todo o mundo se dá, sem se importar si o paiz por isso soffre.³²

Nos *Estudos*, o objetivo primeiro não era o de elencar nomes ou analisar cada escritor em particular, mas sim estabelecer uma ordenação sucessiva das diferentes literaturas de todos os povos, remontando à antiguidade até o que chamava de “estado presente das letras”, no qual se teria alcançado a “civilização mais completa”. Dispostos em uma unívoca linha do tempo, as diversificadas modalidades letradas serviriam para dar provas do sentido irreversível dos “progressos do espírito humano”. A literatura brasileira, assim sendo, deveria acompanhar esses desdobramentos dignos das nações em franco estágio de desenvolvimento. Era a síntese do movimento que Pereira da Silva almejava deixar em relevo.

Hans Ulrich Gumbrecht atesta que para o perfeito entendimento de uma concepção de história da literatura, no transcorrer do século XIX, devemos nos atentar para um duplo viés: um deles vem a ser o “aparecimento do conceito moderno de ‘história’ (...). A outra condição para a gênese da

²³GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 1, nº 1, 1988.

²⁴GAGNEBIN, Jean Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

²⁵SOUZA, Roberto Acizelo de. *Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

²⁶TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro*: Sívio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

²⁷SILVA, João Manuel Pereira da. *Estudos sobre a literatura. Nitheroy, revista brasiliense. Ciências, letras e artes*, nº II, 1836, (Edição fac-similar organizada por Plínio Doyle. São Paulo: Brasiliense, 1978) p. 215. Optamos por manter nas citações em português a grafia original das edições consultadas.

²⁸A *Revista Nitheroy* é considerada a responsável pela introdução dos valores estéticos e visão de mundo do romantismo no Brasil. Foi publicada em Paris no ano 1836.

²⁹SILVA, João Manuel Pereira da. *Estudos sobre a literatura*, p. 214.

³⁰SILVA, João Manuel Pereira da. *Estudos sobre a literatura*, p. 214.

³¹TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro*: Sívio Romero e a experiência historiográfica oitocentista, p. 63-64.

³²SILVA, João Manuel Pereira da. *Estudos sobre a literatura*, p. 217.

noção de 'história da literatura' é a formação de uma consciência concernente ao caráter especial da 'literatura' e da 'arte' como formas de prática que se afastaram do pragmatismo da vida diária (...).³³ Dessa maneira, Rodrigo Turin nos apresenta um esquema bastante ilustrativo e que nos orienta na percepção das condições de possibilidade para a emergência de uma historiografia literária no Brasil, ou seja, "para que haja historiografia literária, deve-se a) ter uma certa consciência histórica, b) uma determinada concepção de literatura, c) a qual possibilita pensá-la como documento, d) o que, enfim, leva à instituição de um arquivo, no caso, de um cânone".³⁴

Era imperioso efetuar, ainda, um trabalho crítico de organização, seleção, classificação e hierarquização, enfim, uma sistematização de toda a informação recolhida segundo uma ordem apropriada. Para essa empreitada, apelava-se para o apoio de uma série de "ciências auxiliares", como a filologia, a cronologia, a diplomática, a numismática, a etnografia entre outras. Cada um desses saberes se incumbiria de garantir a fidelidade, a veracidade e a pertinência do documento para a escrita da história literária.³⁵ Serão essas as premissas que guiaram a confecção dos nascentes estudos sobre a literatura brasileira.

As análises sobre a literatura nacional emergem, com vigor, paralelamente ao contexto de constituição do Estado nacional, no decorrer das décadas de 1830 e 1840.³⁶ Segundo Roberto Acízelo de Souza, "se a nação existe ou pretende existir, é necessário que disponha de uma literatura própria, cuja história, concebida como narrativa de sua fundação e destino, se concretiza em livros e como disciplina inscrita no currículo escolar".³⁷ Para Gumbrecht, a história da literatura durante o oitocentos poderia "assumir, em lugar da religião, o papel de propor uma cosmologia".³⁸

Nos estudos que Valdeí Lopes de Araujo efetuou sobre a experiência historiográfica brasileira da primeira metade do século XIX, momento esse da constituição de uma moderna consciência histórica, é dedicada especial atenção aos sentidos de historicidade que passaram a penetrar o conceito de literatura no Brasil oitocentista. Para Araujo, "as 'letras' eram um marcador bastante objetivo do grau de civilização/perfeição alcançado por um corpo social e político".³⁹ Novamente os estudos de Gumbrecht nos autorizam no entendimento do papel da literatura no interior de uma experiência do tempo moderna e que concomitantemente é o momento em torno da independência política frente a Portugal. Nas palavras do pesquisador alemão e que corroboram a assertiva de Araujo: "a relação entre a 'história da literatura' e a 'história' nunca chegou a ser um problema, e uma evolução 'independente' da história da literatura ainda não

era concebível".⁴⁰

Araujo destaca duas obras que são exemplares da demanda por uma literatura brasileira: o *Parnaso brasileiro* e o *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, de Januário da Cunha Barbosa e Domingos José Gonçalves de Magalhães, respectivamente. No *Parnaso*⁴¹ do cônego Cunha Barbosa a característica mais importante e que salta aos olhos é que a literatura brasileira seria aquela produzida por homens nascidos nos trópicos. Araujo realça que em nenhum momento o autor reivindicava aspirações quanto a uma literatura brasileira em moldes distintos daquela efetuada pelos portugueses. O *Parnaso* não trazia nenhum critério objetivo na reunião dos poemas, a não ser o fato de seus autores terem nascido no Brasil. Entretanto,

a aparente desordem em que os poemas são reunidos e publicados esconde a certeza de estarem já classificados enquanto pertencentes à literatura nacional do Brasil, e, em outro nível, avaliados e identificados pelo critério universal do gosto e pelos tipos de arte retórica. A existência de uma literatura nacional é tão certa quanto a materialidade dos livros e manuscritos que lhe dão forma.⁴²

A experiência do tempo que permeava o *Parnaso* trazia consigo, segundo Araujo, um sentimento de restauração e, conseqüentemente, movimentos cíclicos do tempo. O *Parnaso*, portanto, não estava no mesmo compasso de uma plataforma temporal plenamente moderna, ou seja, uma história vista sob o prisma do futuro. Januário da Cunha Barbosa objetivou revelar, restaurar a literatura brasileira para a nação agora independente de Portugal. A literatura nacional brasileira sempre existiu e a tarefa que urgia realizar era retirá-la do limbo do esquecimento e da "voragem do tempo". O projeto do *Parnaso*, dentro dos ditames de Cunha Barbosa, seria mais condizente com o hodierno estado que as letras brasileiras viviam, dito de outra forma, a sua coleção seria um caminho mais viável do que uma história da literatura propriamente dita. Araujo constata que

a única operação requerida [ao *Parnaso*] era o estabelecimento de uma fronteira entre um momento passado de desordens e a nova ordem presente que se abria. 'O Parnaso Brasileiro' é, por isso, uma coleção de exemplos, e não uma narrativa histórica do desenvolvimento de uma literatura. A experiência do tempo preponderante é marcada pela idéia de fases ou ciclos que se esgotam.⁴³

Em texto introdutório ao seu *Parnaso*, intitulado *Ao Público*, Januário deixa clara sua intenção. Segundo o cônego,

empreendi esta coleção das melhores poesias

³³GUMBRECHT, Hans Ulrich. História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida? In: OLINTO, Heidrun Krieger. *Histórias de Literatura: as novas teorias alemãs*. São Paulo: Ática, 1996, p. 224.

³⁴TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvío Romero e a experiência historiográfica oitocentista*, 2005.

³⁵TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar o futuro: Silvío Romero e a experiência historiográfica oitocentista*, 2005.

³⁶Outras obras já tematizavam a literatura brasileira no decorrer das décadas de 1810 e 1820, entretanto tais abordagens deslocavam a literatura produzida nos trópicos para o seio da história da literatura portuguesa. Vejamos alguns exemplos: *Geschichte der portugiesischen Poesie und Beredsamkeit* de Friedrich Bouterwek; *De la littérature du midi de l'Europe* (1813) do suíço Simonde de Sismondi; *Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa, introdução da antologia Parnaso lusitano* (1826) de Almeida Garret; *Résumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du résumé de l'histoire littéraire du Brésil* (1826) de Ferdinand Denis. Para um maior detalhamento das obras ver Roberto Acízelo de SOUZA. *Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007.

³⁷SOUZA, Roberto Acízelo de. *Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira*, p. 14.

³⁸GUMBRECHT, Hans Ulrich. História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida? p. 226.

³⁹ARAUJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira* (1813-1845). São Paulo: Editora Hucitec, 2008, p. 108.

⁴⁰GUMBRECHT, Hans Ulrich. História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida? p. 224.

⁴¹O *Parnaso brasileiro*, ou *Coleção das melhores poesias dos poetas brasileiros, tanto inéditas, como já impressas* foi publicado entre 1829 e 1831. Constituiu-se de dois tomos, cada um com quatro cadernos.

⁴²ARAUJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira* (1813-1845), p. 108.

⁴³ARAUJO, Valdeí Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira* (1813-1845), p. 112.

dos nossos poetas, com o fim de tornar ainda mais conhecido no mundo literário o gênio daqueles brasileiros que, ou podem servir de modelos, ou de estímulo à nossa briosa mocidade, que já começa a trilhar a estrada das belas letras, quase abandonada nos últimos vinte anos dos nossos acontecimentos.⁴⁴

Na *Introdução* o cômico continuou a elucidar seus objetivos de reunir “em uma só coleção, tantas poesias estimáveis, que o tempo vai já consumindo, com prejuízo da nossa glória literária”.⁴⁵ De acordo com a pena do futuro primeiro secretário do IHGB:

Verdade é que sobejos monumentos de divina poesia muito há adornavam os seus fastos literários, com os quais podiam correr a par das nações mais bem aquinhoadas neste gênero de glória; porém que montava nadasse ela em tantas e tão puras riquezas de amena literatura, se as muito bem acabadas produções dos seus melhores engenhos jaziam nas trevas do esquecimento (...).⁴⁶

Já no *Ensaio sobre a história da literatura do Brasil*, de Gonçalves de Magalhães, as perspectivas passavam a ser outras. Publicado no primeiro número da *Revista Nitheroy*, esse estudo além enfatizar que a literatura brasileira era aquela realizada por brasileiros trazia em suas páginas a marca de uma experiência do tempo inteiramente moderna.

Mas antes de discutir o paradigmático texto de Magalhães, atentemo-nos para os dizeres de Joaquim Norberto de Sousa Silva. O artigo *Introdução sobre a literatura nacional* foi publicado cinco anos após o *Ensaio* de Magalhães e demonstra nitidamente os anseios daquela sociedade brasileira (pelo menos de sua elite letrada) contemporânea aos anos do Período Regencial e Segundo Reinado. Para Joaquim Norberto,

(...) o século marcha, e com ele os povos; e a vós, a mocidade brasileira, cumpre marchar, que em vós reside a força, a constância, a inspiração e o amor, sem as quais falecem as mais sublimes empresas; vede que o edifício que se começa em um século não termina-se em outro, para orgulhoso erguer-se no porvir; trazei pois a vossa pedra, que segundo seu valor e peso terei nela quinhão de glória, que será ela o vosso nome gravado nas páginas da eternidade; trabalhai sobretudo com fé e esperança, sem descansar nem desalentar, tanto mais elevado será o edifício que tendes de transmitir às gerações futuras, tanto mais o verão alçar-se ao longe, colocado no presente, coroado pelos raios do horizonte de um lado, contemplando o passado do outro, divisando o futuro (...).⁴⁷

Frente a esse quadro de euforia vejamos, para Magalhães, o papel da literatura na formação da

jovem nação independente. A passagem é por demais conhecida, mas extremamente proveitosa para acompanharmos a relação entre literatura e progresso nacional.

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéas, de mais philosophico no pensamento, de mais heroico na moral, e de mais bello na natureza; é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua intellegencia; e quando esse povo, ou essa geração, desaparece da superficie da terra com todas as suas instituições, crenças e costumes, escapa a litteratura aos rigores do tempo para annunciar qual fôra o character e a importancia do povo, do qual é Ella o unico representante na posteridade.⁴⁸

E continua o autor dos *Suspiros poéticos e saudades*,

jamais uma nação poderá prever seu futuro, si não conhece o que Ella é comparativamente com o que Ella foi. Estudar o passado é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar para um futuro mais brilhante (...). O que era ignorado, ou esquecido, romperá dest'arte o envoltório de trevas, e achará devido logar entre as cousas já conhecidas e estimadas.⁴⁹

Com a metáfora da cápsula do tempo Valdeci Lopes de Araujo consegue sintetizar a proposta de Magalhães: “como registro espiritual de tempo e local determinados, a literatura funciona como memória, como espécie de *cápsula do tempo* direcionada a posteridade e que deve dar testemunho do grau de civilização e do caráter de um povo ou geração”.⁵⁰ Levando as últimas conseqüências, Gonçalves de Magalhães dotou a literatura de espessura histórica e pôde temporalizar a experiência brasileira. Citando novamente Araujo: “Pela primeira vez, no Brasil, uniam-se passado, presente e futuro em um projeto de nação entendido como o desenvolvimento progressivo de uma substância histórica”.⁵¹

A historiografia literária em meio a um “bando de idéias novas”

Esse recuo à historiografia literária romântica mostrou-se necessário para que pudéssemos vislumbrar os primeiros esforços por síntese efetuados no cenário intelectual brasileiro. Através dos estudos sobre a literatura nacional, que nas palavras de Antonio Candido apresentava-se como “fenômeno central da vida e do espírito”⁵², a trajetória do Brasil no tempo passou a ser interpretada, não apenas narrada em um sentido estritamente cronológico e político. Tendo como documento essencial os relatos literários, as histórias literárias ambicionaram rastrear as linhas mestras da for-

⁴⁴BARBOSA, Januário da Cunha. Ao Público. In: ZILBERMANN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 84.

⁴⁵BARBOSA, Januário da Cunha. Ao Público, p. 84.

⁴⁶BARBOSA, Januário da Cunha. Introdução. In: ZILBERMANN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*, p. 84.

⁴⁷BARBOSA, Januário da Cunha. Introdução. In: ZILBERMANN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*, p. 86.

⁴⁸SOUSA SILVA, Joaquim Norberto de. Introdução sobre a literatura nacional. In: ZILBERMANN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice. *O berço do cânone: textos fundadores da história da literatura brasileira*, p. 207.

⁴⁹MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Nitheroy, revista brasiliense. Ciências, letras e artes*, p. 132.

⁵⁰MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Nitheroy, revista brasiliense. Ciências, letras e artes*, p. 145.

⁵¹ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*, p. 120.

⁵²ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*, p. 133.

⁵³CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000, p. 119.

mação social e cultural brasileira. Elas objetivaram, em última instância, elaborar um mapa capaz deixar em evidência a individualidade do país enquanto nação por meio do encadeamento dos fenômenos literários e intelectuais. “Tal como um termômetro consegue medir as variações do estado da atmosfera, a literatura capta em seu interior as transformações por que passa determinado povo, permanecendo como seu mais autêntico documento (...)”.⁵³ Era pela historicização da literatura que os caracteres intrínsecos do “Brasil profundo” poderiam vir à tona. Compreendida enquanto produto cultural no sentido que resultava da atividade intelectual humana, “a literatura não constituía um mero objeto criado pelo homem, mas um objeto cuja especificidade residiria na capacidade de encarnar as próprias projeções humanas, isto é, a literatura seria portadora legítima das significações não apenas individuais como coletivas”.⁵⁴

Isso posto e para que a situação descrita acima possa ser melhor esclarecida o nome de Sílvio Romero e sua obra *História da Literatura Brasileira* (1888) são extremamente relevantes. O conceito de literatura em Romero ainda trazia àquela mesma amplitude da geração predecessora, a romântica. A literatura para o polemista sergipano “tem a amplitude que lhes dão os escritores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo: - a política, economia, arte, criações populares, sciencias... e não (...) sómente as intituladas *belas-letras*, que cifrava-se quase exclusivamente na poesia!...”⁵⁵ Parece que o projeto intelectual dos românticos ecoa na obra de Sílvio Romero, pelo menos no que tange a essa compreensão alargada de literatura. Portanto, também em Romero, a história da literatura seria o espaço por excelência para a interpretação do Brasil. Através da mesma seria possível encontrar a síntese do movimento que resultou na formação do nosso povo. Romero deixa claro, logo no início de seu livro, que

um conhecimento que não se generaliza, fica improfícuo e estéril, e, assim, a história pinturesca deve levar a história filosófica e naturalista.

Neste terreno buscará permanecer este livro, por mais lacunoso, que elle possa vir a ser. Seu fito é encontrar as leis que presidiram e continuam a determinar a formação do gênio, do espirito, do caracter do povo brasileiro.⁵⁶

Não nos deteremos nas especificidades da operação historiográfica efetuada por Sílvio Romero, entretanto a constatação daquilo que Mônica Velloso denomina como tradição documentalista da história da literatura brasileira merece destaque. De acordo com Velloso, a literatura seria o *espelho da nação*. “A Literatura se transforma, então, num inventário da realidade (...). Está feita a

associação: literatura = representação do real = documento ou inventário. A partir daí, é possível conceituar a literatura como o canal adequado para a captura do real (entendido como mera objetividade)”.⁵⁷ Portanto, a produção literária apresentava-se enquanto uma instância portadora da capacidade de “dar a ver” o universo social em sua integralidade.

Tanto Romero, quanto os românticos procuraram, ao realizar estudos sobre a literatura nacional brasileira, interpretar os caracteres políticos, sociais e culturais do jovem país independente. Grosso modo, os primeiros esforços de síntese interpretativa foram oferecidos pelas histórias literárias românticas e, posteriormente, houve uma maior sofisticação na *História da Literatura* de Romero. Vale lembrar que o estudioso já mobilizava em suas análises literárias o instrumental teórico-metodológico das novas ciências sociais, sobretudo, aquelas de veia evolucionista. “A tarefa do historiador que Romero assumiu para si era, pois, desvelar um sentido próprio para a literatura nacional e, com isso, organizar uma temporalidade própria para as letras brasileiras”.⁵⁸ Segundo o conhecido estudo promovido por Antonio Candido acerca da produção romeriana:

a sua longa e constante operação foi, com efeito, elaborar uma história literária que exprimisse a imagem da inteligência nacional na seqüência do tempo – projeto quase coletivo que apenas Sílvio Romero pôde realizar satisfatoriamente, mas para o qual trabalharam gerações de críticos, eruditos, professores, reunindo textos, editando obras, pesquisando biografias, num esforço de meio século que tornou possível a sua História da Literatura Brasileira, no decênio de 80.59

João Capistrano de Abreu foi outro importante intelectual que se preocupou em compreender a sociedade brasileira através de sua produção literária. No ano de 1875, o jornal *O Globo* trouxe em suas páginas algumas conferências (*A literatura brasileira contemporânea*) proferidas pelo ainda jovem aspirante ao reconhecimento enquanto homem de letras. As palavras de Capistrano são sintomáticas no que concerne ao entendimento do estatuto que os estudos sobre a literatura possuíam em nosso sistema intelectual do último quartel do século XIX. Afirmava o autor de *Capítulos de História Colonial*: “Essas poucas palavras – expressão da sociedade - dizem muito quando aplicadas à literatura”.⁶⁰ Prosseguindo na perquirição de seu argumento, verificamos que o historiador cearense também lançou mão do arcabouço advindo das novas ciências sociais, assim como Sílvio Romero fez anos depois, e o aplicava em suas pesquisas.

Com efeito, [as palavras *expressão da sociedade*] não significam somente que a literatura é um fato

⁵³NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*. Tese de doutorado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p. 318.

⁵⁴BOTELHO, André. *Letras em busca da nação: impasses de uma história literária modernista*. *Trapézio*, Campinas. Vol. 3, 2003, p. 42.

⁵⁵ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-editor, 1902, p. 102.

⁵⁶ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*, p. 6.

⁵⁷VELLOSO, Mônica Pimenta. *A literatura como espelho da nação. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 1, nº 2, 1988, p. 241.

⁵⁸NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*, p. 318.

⁵⁹CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira* (momentos decisivos). 2º vol. (1836-1880). Belo Horizonte: Itatiaia, 1997, p. 311-312.

⁶⁰ABREU, João Capistrano de. *A literatura brasileira contemporânea*. In: *Ensaio e Estudos* (Crítica e História). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 37.

social, que há estreita relação entre o elemento social e o elemento literário; que a evolução, ou a dissolução deste traduzem a evolução, ou dissolução daquele. Têm significação mais profunda e elevada: implicam a regularidade dos fenômenos sociológicos, a possibilidade de seus estudos científicos.⁶¹

A relação estreita entre literatura e sociedade mostrava-se patente na abordagem capistraniana. É necessário ressaltar que por mais que a lente analítica tenha se transformado, dito de outro modo, por mais que certo “cientificismo” tivesse se tornado paradigmático no ambiente letrado dos trópicos os relatos literários permaneciam como fonte privilegiada para a efetivação do rastreamento da experiência histórica nacional. Novamente Capistrano fornece as pistas para a confirmação das atestações até aqui tecidas: “A literatura é a expressão da sociedade, e a sociedade a resultante de ações e reações: de ações da natureza sobre o Homem, de reações do Homem sobre a natureza”.⁶² Dessa forma, somente o conhecimento adquirido junto aos novos saberes proporcionaria ao investigador as condições favoráveis para que tal tipo de estudo fosse realizado de maneira satisfatória, ou seja, que alcançasse a essência da nacionalidade por meio do documento literário. Dito isso, o estudioso realiza um elogio explícito e veemente ao “bando de idéias novas” (expressão imortalizada por Sílvio Romero) que desembarcava no Brasil nos decênios de 1870 e 1880: a “crença no determinismo sociológico; a convicção de que a sociedade brasileira é regida por leis fatais; a esperança de descobrir estas leis, - eis o que me anima e guia”.⁶³ Em resumo, por meio da produção literária nacional, passível de temporalização, as leis que governaram a evolução histórica brasileira poderiam ser apreendidas.

As últimas décadas do século XIX trouxeram consigo uma grande particularidade para o âmbito da intelectualidade: campos de conhecimento permeáveis. Maria da Glória de Oliveira sugere que, durante “o terço final do oitocentos, a profusão de obras de temáticas simultaneamente literárias, históricas e etnográficas sinalizavam um momento de incipientes delimitações disciplinares (...)”.⁶⁴ Ou como salienta Rodrigo Turin: “crítica, literatura e história mantiveram-se, portanto, sintomaticamente próximas, compartilhando a tarefa de delimitar os valores da nacionalidade”. Tais asserções são verificáveis em um longo desabafo do sábio de Lagartos:

E, em se tratando de ciências e disciplinas que se ocupam das criações humanas, cresce o ponto de luta e a desordem aparece sempre. Ainda agora, L. Ward, Giddings, Nivicow, Gumplowicz, R. Worms, Bouglé, Durkheim escreveram volumes inteiros para delimitar e

definir o que seja sociologia.

Sobre a moral nem é preciso insistir. Levy-Brühl demonstrou num livro excelente que em seu domínio a confusão chega a ser irritante: nem ao menos se tem conseguido geralmente firmar a distinção entre *atos morais* e a *ciência moral*, entre esta e *arte prática* que possa dela advir (...). Ainda agora, não se faz a distinção precisa entre os fatos morais (agentes e impulsos da conduta humana no meio das múltiplas relações sociais) e o conhecimento empírico desses fenômenos. Nem entre este conhecimento empírico primitivo e popular e as regras ou normas também empíricas de conduta que daí se originaram. Nem tampouco entre os aludidos fatos e a ciência positiva deles. Nem, finalmente, entre esse saber científico e as aplicações práticas que dele se possam tirar para a conduta normal dos homens (...).

Pois bem: em crítica, o espetáculo é ainda mais esquisito, para não dizer – deprimente (itálico do autor).⁶⁵

O documento literário, como já foi exposto, ainda continuava a ser proeminente nos estudos de teor social no Brasil. Todavia, as variadas possibilidades de abordagem desse (através das lentes evolucionistas, positivistas ou naturalistas) e de outros assuntos impulsionaram um importante rearranjo entre as esferas de saber. Para Fernando Nicolazzi, a ascensão das ciências sociais no Brasil acarretou uma significativa e gradual mudança de perspectiva. Através do ensaísmo e da mobilização cada vez maior das insurgentes leituras de caráter sociológico, as abordagens literárias deixaram de ser a forma por excelência de interpretação da vida sócio-cultural brasileira. Para os ensaístas, a literatura enquanto documento não se apresentava como única fonte possível para se averiguar a dinâmica da sociedade no correr dos tempos. Segundo Nicolazzi, “pode-se considerar que, no afã de compreensão intelectual do Brasil e da elaboração de uma interpretação social do processo formativo, o ensaio histórico, em certa medida, se liberta das amarras da literatura, senão da forma ao menos da documentação exclusivamente literária”.⁶⁶ Portanto, a tradição do ensaísmo histórico brasileiro encontra condições de possibilidade para sua emergência em um momento onde as fronteiras disciplinares estão em um paulatino processo de redefinição e mesmo diferenciação. No limite, por mais que tal movimento ainda seja um tanto incipiente, estudos literários e ciências sociais (ainda não institucionalizadas) procuraram delimitar seus problemas e objetos de maneira mais precisa.

Daqui por diante, já no crepúsculo do Império, será o ensaísmo que passará a oferecer a síntese do movimento histórico e não será apenas pelo espectro literário. Além disso, tal gênero historiográfico procurará ordenar as fronteiras disciplinares, inclu-

⁶¹ABREU, João Capistrano de. A literatura brasileira contemporânea. In: *Ensaios e Estudos* (Crítica e História), p. 37.

⁶²ABREU, João Capistrano de. A literatura brasileira contemporânea. In: *Ensaios e Estudos* (Crítica e História), p. 37.

⁶³ABREU, João Capistrano de. A literatura brasileira contemporânea. In: *Ensaios e Estudos* (Crítica e História), p. 37.

⁶⁴OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006, p. 17.

⁶⁵ROMERO, Sílvio. Da crítica e sua exata definição. In: BARRETO, Luis Antonio (org.). *Literatura, história e crítica*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 2002.

⁶⁶NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*, p. 320.

sive, hierarquizando-as. “Nesse sentido, a compartimentação disciplinar ocorrida no século XX, definindo com contornos mais rígidos os limites dos espaços de saber, foi realizada em seguida a uma rearticulação importante dos campos das ciências sociais em relação à esfera literária”.⁶⁷ Os estudos sobre a literatura, por sua vez, tenderam a se ocupar de exames mais preocupados com a averiguação da dimensão estética dos relatos literários. Na Primeira República a historiografia literária ocupou-se sobremaneira, e a obra *História da Literatura Brasileira* (1916) de José Veríssimo é significativa nesse sentido, em mostrar aquilo que Machado de Assis reivindicava décadas antes⁶⁸, ou seja, uma literatura brasileira menos apegada à representação político-social, mais autônoma para trilhar os caminhos da apreensão do belo. O crítico paraense defendia que

Literatura é arte literaria. Sómente o escrito com o proposito ou a intuição dessa arte, isto é, com os artificios de invenção e de composição que a constituem é, a meu ver, literatura. Assim pensando, quiçá erradamente, pois não me presumo infalível, sistematicamente excluo da história da literatura brasileira quanto a esta luz se não deva considerar literatura. Esta é neste livro sinonimo de boas ou belas letras, conforme a velha noção clássica.⁶⁹

Podemos constatar, com a passagem acima, que os estudos literários ganharam contornos mais circunscritos com a *História* de José Veríssimo. Não há ali a intenção de vincular literatura e sociedade de forma direta e indissociável. O que mais salta aos olhos, e que realmente nos interessa por agora, é o fato do fenômeno literário deixar de ser o eixo norteador e a expressão única para a definição e representação do nacional. Em estudo anterior, Veríssimo apontava que a literatura tinha por objetivo “comover” o leitor. “É a faculdade de provocar emoções que dá a um livro interesse e consequentemente condição literária”.⁷⁰ Machado de Assis, em pequeno artigo intitulado *Instinto de nacionalidade* (1873), já assinalava para o mesmo caminho. Para o bruxo, a literatura brasileira necessitava se desvencilhar de seu caráter pragmático e se emancipar definitivamente, mesmo que pra isso muitos esforços fossem necessários. A passagem é longa, entretanto de vital importância para que acompanhem essa transformação na idéia de literatura no Brasil:

Quem examina a atual literatura brasileira reconhece-lhe logo, como primeiro traço, certo instinto de nacionalidade. Poesia, romance, todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do país, e não há como negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro. As tradições de Gonçalves Dias, Porto-Alegre e Magalhães são

assim continuadas pela geração já feita e pela que ainda agora madrega, como aqueles continuaram as de José Basílio da Gama e Santa Rita Durão. Escusado é dizer a vantagem deste universal acordo. Interrogando a vida brasileira e a natureza americana, prosadores e poetas acharão ali farto manancial de inspiração e irão dando fisionomia própria ao pensamento nacional. Esta outra independência não tem Sete de Setembro nem campo de Ipiranga; não se fará num dia, mas pausadamente, para sair mais duradoura; não será obra de uma geração nem duas; muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo.⁷¹

Como anunciou o futuro presidente da Academia Brasileira de Letras, a literatura brasileira não abandonou tão cedo sua missão enquanto mensageira da representação da realidade nacional. Talvez apenas com os estudos de Veríssimo, já em pleno século XX, há de fato uma transformação mais efetiva no conceito de literatura, onde a dimensão pragmática fosse realmente deixada em um segundo plano frente às preocupações estéticas. Por outro lado, o ensaísmo histórico ganhava destaque por efetuar diagnósticos que almejavam interpretar o Brasil por diferentes ângulos e enfoques. Em suma, na captura do processo formativo brasileiro a documentação literária não será, a partir de agora, o único veículo possível e, além disso, tal mudança de perspectiva trouxe consigo, de certa maneira, a amenização do “veto ao ficcional” que acompanhava a trajetória literária brasileira desde seus primórdios.⁷²

⁶⁷NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*, p. 315.

⁶⁸Refiro-me ao conhecido texto *Instinto de nacionalidade*. ASSIS, Machado de. *Crônicas, crítica, poesia, teatro*. São Paulo: Cultrix, 1967.

⁶⁹VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. De Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves e Cia, 1916, p. 13.

⁷⁰VERÍSSIMO, José. O que é literatura? In: *O que é literatura?* e outros escritos. São Paulo: Landy Editora, 2001, p. 31.

⁷¹ASSIS, Machado de. *Instinto de nacionalidade*. Crônicas, crítica, poesia, teatro. São Paulo: Cultrix, 1967.

⁷²Com relação ao “veto ao ficcional” no interior da tradição literária brasileira ver LIMA, Luiz Costa. *Controle do imaginário: razão e imaginação no Ocidente*. São Paulo: Forense Universitária, 1989

Raio Negro: um super-herói brasileiro entre disputas de mercado e de identidade (1965-1966)

Aline de Castro Lemos
Graduanda em História/UFMG
alinecl@gmail.com

Resumo: Este artigo abordará o surgimento de super-heróis brasileiros calcados nos moldes estadunidenses no mercado editorial de quadrinhos nacional, na década de 1960. Atenção especial será dada para o caso do Raio Negro, criado em 1965 e inspirado no Lanterna Verde da chamada “Era de Prata” dos comics. Em um primeiro momento, é analisado o contexto em que foram produzidas e circularam as publicações. A seguir, uma perspectiva comparativa entre o personagem estudado e seu precursor é o ponto de partida para questionar e problematizar a ideia de que tais super-heróis não seriam condizentes com uma certa identidade nacional e limitariam-se a meras reproduções do discurso norte-americano. O principal objetivo deste trabalho não é estabelecer conclusões definitivas, mas abrir questões, esboçar hipóteses e estimular o debate, sobretudo acerca do uso de quadrinhos como fonte histórica.

Palavras chave: quadrinhos, super-heróis, identidade

Abstract: This article will approach the rise of Brazilian super-heroes based on American pattern in Brazilian editorial market, in the decade of 1960. Particular attention will be given to Raio Negro’s (“Black Bolt”) case, character created in 1965 inspired on Green Lantern from comics’ “Silver Age”. In a first moment, the context in which were produced and diffused the publications is analyzed. Following, a comparative perspective is the starting-point to question and create issues about the idea that these super-heroes wouldn’t suit a certain national identity, limited to sole reproductions of American discourse. The main goal of this work isn’t to establish definitive conclusions, but to open questions, outline hypothesis and stimulate the debate about the subject, mainly about the use of comics as historical source.

Keywords: comics, super heroes, identity

Introdução

As histórias em quadrinhos são frequentemente vistas com desconfiança no meio acadêmico e, em especial, o tipo que será analisado neste artigo: as de super-heróis veiculadas para crianças e adolescentes como produto de entretenimento. Proponho-me a pensar, porém, que longe de serem ingênuas e/ou alienadas, tais publicações podem ajudar a compreender a sociedade em que foram produzidas e circularam, suas expectativas, valores e representações. Trata-se de se debruçar sobre uma obra de ficção como fonte, respeitando suas especificidades.

Tais especificidades, no caso do objeto estudado, estão relacionadas a seu caráter de produto de massa, ligado à indústria cultural. Nas palavras de Srbek, “enquanto manifestação cultural e forma de comunicação, os quadrinhos existem a partir de sua reprodução e disseminação.”¹ Assim, adotar HQs como objeto de estudo implica em pensar sobre seu público e sobre os tipos de relações sociais – e comerciais – que os envolvem:

As histórias em quadrinhos trazem consigo uma marca bem forte que é o fato de serem um produto com identidade de cultura de massa. Essa característica traz várias implicações para o seu entendimento, tais como o tipo de relação que mantêm com seu público, seu processo de produção, distribuição, consumo, fruição. É a partir desse

parâmetro de cultura de massa que os quadrinhos devem ser compreendidos em nossa sociedade.²

Esse caráter é ainda mais evidente no caso dos quadrinhos em questão, em que, como se verá, o movimento do mercado editorial e o poder do editor assumem um papel determinante no processo de criação. Levando isso em consideração, será abordado o fenômeno de surgimento de super-heróis brasileiros em quadrinhos nacionais, calcados nos moldes estadunidenses, na década de 1960 – com alguns de seus antecedentes, implicações e polêmicas –, dando enfoque principal ao caso do *Raio Negro*. Mais do que estabelecer conclusões, este trabalho se propõe a abrir questões e esboçar hipóteses, esperando favorecer o debate sobre o assunto.

Super-heróis, mercado e identidade

Na década de 1960, as histórias em quadrinhos já eram um fenômeno de comunicação de massa incorporado ao cotidiano da juventude brasileira, ao menos nos principais pólos editoriais do país. No Rio de Janeiro e em São Paulo, os principais mercados, circulavam cerca de 150 títulos por mês, ultrapassando 15 milhões de exemplares³, cifra que aumentaria para 20 milhões no ano de véspera do golpe militar.⁴ As revistas em quadrinhos possuíam um mercado editorial próprio e muito bem estabelecido, no qual os heróis (principalmente os super-heróis) figuravam como um dos maiores

¹SRBEK, Wellington. *Quadrinhos e outros bichos*. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2006, p. 11.

²NADILSON, Manoel da Silva. *Fantasia e Cotidiano nas Histórias em Quadrinhos*. São Paulo: Editora Annablume, 2002, p. 11.

³SILVA JR, Gonçalo. *A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 324.

⁴SILVA JR, Gonçalo. *A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64*, p. 363.

sucessos de vendas. Em 1957, as principais vendas da editora líder do mercado (a Editora Brasil-América, EBAL) vinham dos títulos *Batman*, *Zorro*, *Tarzan* e *Superman*, cada um veiculado a uma cifra sempre acima de 150 mil exemplares por mês, 50 mil a mais do que a média das publicações de quadrinhos.⁵

Os heróis norte-americanos figuravam nas bancas brasileiras desde 1934, graças ao jornalista russo judeu radicado no Brasil Adolfo Aizen – o mesmo que, em 1945, fundaria a EBAL. Em viagem aos Estados Unidos, Aizen conheceu os suplementos infantis veiculados nos jornais norte-americanos e os personagens de suas aventuras, decidindo apostar no seu potencial comercial. O jornal *A Nação*, conhecido como porta-voz do regime de Vargas, se interessou pelo projeto e teve origem aí o *Suplemento Infantil*, veiculado como encarte por 14 edições. A reação do público, porém, não foi favorável. A dificuldade de aceitação dos quadrinhos, publicação taxada de “não séria”, levou à rejeição de parte dos leitores e, temendo ter sua imagem prejudicada, o jornal abandonou o projeto. Assim, desvinculado da publicação, surgiu o *Suplemento Juvenil*, primeira publicação brasileira exclusivamente dedicada a histórias em quadrinhos. Circulava três vezes por semana, em cores e em formato tablóide.⁶ A demarcação de fronteiras inicial, que o classificava como publicação “não séria”, não impediu que o sucesso do *Suplemento*. Em pouco tempo seguiram-se outras iniciativas, como *O Globo Juvenil*, do empresário e jornalista Roberto Marinho, criado em 1937.

Embora não contassem com uma forte tradição, as histórias em quadrinhos não eram novidade no Brasil, já que eram veiculadas inclusive na forma de tablóides juvenis. A inovação de Aizen foi a introdução do modelo norte-americano no país, trazendo o que havia de mais novo neste gênero: os heróis de aventura. Assim, o leitor brasileiro conheceu *Buck Rogers*, *Flash Gordon* e *Jim das Selvas*, entre outros. *Superman* foi o pioneiro no gênero dos super-heróis, aqui como nos EUA, publicado pela primeira vez pela EBAL, em 1947. O “Homem de Aço”, tamanho seu sucesso, circulou por 35 anos sem interrupção. Alguns autores relacionam essas transformações com a política getulista e americana de boa vizinhança, que estimulavam empréstimos e aproximações culturais.⁷ Sabe-se que, independentemente do incentivo governamental, havia interesse no mercado brasileiro por parte das empresas norte-americanas: durante um ano, os *syndicates* estadunidenses cederam material gratuitamente para que Aizen publicasse no Brasil.⁸

Por outro lado, a prioridade com relação aos quadrinhos norte-americanos não deixou de ser uma oportunidade para artistas e colaboradores brasileiros, ainda que restrita. Com frequência, as

histórias eram retocadas ou mesmo redesenhadas como forma de censura ou de “adequação” ao leitor brasileiro. Mas havia também outras formas de atuação, com algum espaço para criações próprias como *As Aventuras de Roberto Sorocaba*, de Monteiro Filho, publicada desde o início do *Suplemento Infantil*. Mais tarde, Aizen apostaria na criação nacional de HQs educativas e religiosas, ainda que a motivação fosse mais a de conter a oposição de pais, acadêmicos e educadores do que dar espaço ao artista brasileiro.⁹

Este não demorou a reagir às limitações e ao pouco reconhecimento que tinha no mercado editorial. O trabalho sem carteira assinada, estabilidade ou remuneração fixa, bem como a pouca valorização do quadrinho, eram situações denunciadas pelos artistas, que logo buscaram canais de pressão. Atuavam em grupos como a mais abrangente *Associação Brasileira de Desenho (ABD)*, fundada em 1944 no Rio de Janeiro,¹⁰ e a *Associação de Desenhistas de São Paulo (Adesp)*, formada em 1952. A motivação principal desta última era uma reivindicação que tinha origem na década de 30 e vinha ganhando cada vez mais força: a nacionalização dos quadrinhos.

Diversas foram as tentativas de mobilização em torno de uma lei de reserva de mercado, que obrigasse as editoras a publicarem certa cota (que chegava a 75%) de histórias em quadrinhos produzidas no Brasil. A campanha ganhou força nos anos de JK e, sob o governo de Jânio, quase conseguiu ter aprovada uma controversa lei de censura aos quadrinhos estrangeiros. Mas os artistas encontravam muitas dificuldades. O caráter sindical de suas organizações fazia com que fossem vistas com receio pela grande imprensa e, por vezes, até mesmo pelos próprios artistas. O principal empecilho, porém, era o *lobby* estabelecido entre as grandes editoras e o meio político, através de relações cultivadas há décadas por editores como Aizen e Roberto Marinho.

Enquanto os movimentos pela nacionalização ainda não conseguiam seus objetivos, foi fundada em São Paulo uma editora com o objetivo de impulsioná-los. A Editora Continental (pouco depois se tornaria a Editora Outubro), inaugurada em 1959, tinha a proposta de publicar somente títulos nacionais, o que divulgava orgulhosamente em um selo estampado em suas edições. Era uma idéia audaciosa, pois o material importado vinha a preços mais baixos, mas que conseguiu se mostrar rentável num mercado dominado pelas grandes editoras. Fundada por Miguel Penteadó, encheu as bancas com histórias do *Bidu* (criado por Maurício de Sousa), com aventuras quadrinizadas dos seriados de TV e rádio, que tinham um retorno mais garantido, com uma produção massiva de histórias de terror e, mais tarde, com seus próprios super-heróis.

⁵SILVA JR, Gonçalves. *A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-64*, p. 302.

⁶GUEDES, Roberto. *A saga dos super-heróis brasileiros*. Vinhedo, SP: Editorativa Produções Artísticas, 2005, p. 11.

⁷ALVES, Bruno Fernandes. *Superpoderes, malandros e heróis: o discurso da identidade nacional nos quadrinhos brasileiros de super-heróis*. 2003. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, p. 32. Disponível em: <<http://en.scientificcommons.org/20089023>> Acesso em junho de 2010.

⁸ALVES, Bruno Fernandes. *Superpoderes, malandros e heróis: o discurso da identidade nacional nos quadrinhos brasileiros de super-heróis*, p. 31.

⁹BARBOSA, Alexandre. *Quadrinho histórico brasileiro no final da década de 50*. Comunicação apresentada no 1º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, p. 5. Disponível em: <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/anais/gt3_visual/quadrinho%20hist%F3rico%20brasileiro%20no%20final%20da%20d%Eda%20de%2050.doc> Acesso em junho de 2010.

¹⁰Informação obtida no Portal ADB <<http://www.portaladb.org>>. Acesso em junho de 2010.

A lei de reserva de mercado veio em 1966, sob o governo ditatorial de Castelo Branco, com a promulgação da lei elaborada ainda no governo de Goulart. Determinava que 60% das HQs publicadas deveriam ser de produção nacional, com a obrigatoriedade da divulgação dos nomes do roteirista e desenhista. Mas a lei vinha tarde e sem efeito, pois não chegou a ser posta em prática. O congresso perdeu o interesse pelo assunto, mais preocupado com as cassações e outras medidas de repressão imediata. O momento estava longe de ser favorável para os artistas nacionais, sobretudo para os envolvidos com a causa da nacionalização. Após o golpe civil-militar de 1964, aqueles que haviam militado por ela passaram a ser vistos como suspeitos de subversão. Muitos ficaram durante anos sem emprego na área, como Flávio Colín, e o movimento se dissolveu, sem poder responder à ineficácia da lei.

As histórias em quadrinhos tiveram a honra de ser o primeiro alvo de censura no governo militar. Foi promulgada em 1965 a Lei das Publicações Perniciosas aos Jovens, que proibia a publicação de revistas sobre crime, violência e terror para crianças e adolescentes. Tratava-se da oficialização das medidas de autocensura que vieram com o código de ética adotado pelas grandes editoras em 1961, uma mistura entre o *Comics Code* das editoras dos EUA e o regulamento da EBAL, ambos de 1954. Assim, os dispositivos de controle e veto dos editores foram transferidos para o Estado.

Entretanto, para calcular os reais efeitos dessa medida para as pequenas editoras, seriam necessárias mais informações. É possível que a postura dos militares tenha sido, assim como na lei de nacionalização, de condescendência ou indiferença, contanto que as HQs não apresentassem conteúdo ideologicamente suspeito. Este era o caso da *Cooperativa de Trabalhadores de Porto Alegre* (CETPA), por exemplo, fundada com o apoio de Leonel Brizola para produzir HQs brasileiras, que seria desmantelada. Por outro lado, os super-heróis não deixaram de combater o crime e as publicações de terror continuaram fazendo sucesso (segundo estudos estatísticos, tiveram seu auge na década de 1970).¹¹ Uma consequência notada, porém, é a de que a maioria dos artistas brasileiros passaria a sobreviver apenas nas pequenas editoras, sobretudo nas de São Paulo, participando nas grandes apenas como ilustradores de capas ou retoques.

Acolhendo grande parte dos artistas brasileiros – muitos dos quais haviam militado pela causa nacionalista dos quadrinhos e, em alguns casos, a própria editora, como no caso da Continental – estas mesmas pequenas editoras foram as principais a investirem no gênero de super-heróis de criação nacional, a partir da década de 1960. Em meio a controversas e ambíguas políticas de cen-

sura governamentais e a uma acirrada concorrência pelo espaço no mercado editorial, surgiram os personagens. Calcados nos moldes norte-americanos, procuravam situar no território brasileiro aventuras e heróis muito parecidos – às vezes cópias assumidas – dos seus precursores. São exemplos títulos como *Hur*, *Fikon*, *Super-Héros*,¹² *Targo* (1960), baseado no *Tarzã*, *Escorpião* (1965), inspirado no *Fantasma*, e *Raio Negro* (1966)¹³, criado a partir do *Lanterna Verde*. Este último foi o mais bem sucedido entre eles segundo vários autores, ainda que sua publicação original tenha acontecido apenas durante dois anos.¹⁴ Antes deles, o único super-herói nacional de expressão havia sido o *Capitão 7* (1957), surgido em um seriado da Tv Tupi com o apoio do Leite Vigor, e apenas mais tarde adaptado para os quadrinhos pela Editora Outubro.¹⁵

Pode-se pensar que este movimento foi, em grande medida, uma estratégia de sobrevivência das pequenas editoras, diante das dificuldades de concorrência e até mesmo de sobrevivência, como foi mencionado. Trinta anos de publicação da produção norte-americana haviam consolidado uma forte influência no mercado nacional e na preferência popular, em um contexto em que as aproximações culturais iam muito além do fenômeno dos quadrinhos. Dessa forma, é possível compreender que tais modelos estivessem presentes nas inspirações dos criadores nacionais, bem como nas ambições dos responsáveis pelas publicações. O processo de criação de grande parte destes heróis, encomendados sob medida pelos editores, denota também uma estratégia mercadológica deliberada.

Assim foi o caso do *Raio Negro*, publicado pela primeira vez pela Gráfica Editora Penteado (A GEP, fundada por Miguel Penteado após deixar a Editora Outubro) em 24 edições, entre os anos de 1965 e 1966.¹⁶ Seu criador foi Gedeone Malagola (1924-2008), que desde a década de 1940 havia trabalhado como desenhista e roteirista em várias pequenas editoras, roteirizado criações de sucesso como o *Capitão 7* e o *Vigilante Rodoviário*¹⁷ e militado pela causa nacionalista.

Após rejeitar um de seus personagens que não tinha super-poderes,¹⁸ Penteado sugeriu a Malagola que criasse um super-herói com base na primeira revista da segunda versão do *Lanterna Verde*, que ainda não havia sido publicada no Brasil.¹⁹ Dessa forma, surgiu o Tenente Roberto Sales, um piloto da FAB que é enviado ao espaço em missão secreta e acaba encontrando e ajudando um alienígena cuja nave havia se danificado. Recebe como recompensa do extraterrestre um anel de luz negra, que lhe confere poderes sobre-humanos a serem utilizados apenas “para o bem”. De fato, muito semelhante à versão do super-herói da DC lançada em 1959, a de Hal Jordan, um piloto de testes convocado por um alienígena moribundo, de quem recebe um anel, uma “arma contra as forças do mal e a injustiça”.

¹¹MORELATO, Ricardo Bruscajin. Estudo comparativo entre a produção brasileira de histórias em quadrinhos e a produção estrangeira, veiculadas no País entre 1934 e 1970. *Cenários da Comunicação*, São Paulo, v. 6, n. 2, 2007, p. 1.

¹²Há poucas informações sobre estes heróis. Algumas menções podem ser encontradas em <<http://hqquadrinhos.blogspot.com>> (Acesso em maio de 2010) e VERGUEIRO, Waldomiro. Alguns aspectos da sociedade e da cultura brasileiras nas histórias em quadrinhos. *Revista Agáque*, v. 1, n. 1, 1998. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/agaque/nucleoosp/agaque_volume1_n1.asp> Acesso em junho de 2010.

¹³Certas fontes e o próprio criador datam-no de 1965, mas o cálculo do preço e do hiato entre as edições tornam mais provável o ano seguinte, segundo o site <<http://www.guiadosquadrinhos.com>>. Acesso em junho de 2010.

¹⁴ALVES, Bruno Fernandes. *Superpoderes, malandros e heróis: o discurso da identidade nacional nos quadrinhos brasileiros de super-heróis*, p. 86.

¹⁵FERREIRA FILHO, Pedro Henrique Duarte. *Modorra: uma História em Quadrinho brasileira*. Monografia apresentada à banca examinadora na disciplina Projetos Experimentais II da Faculdade de Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora em 2005, p. 11. Disponível em: <http://www.facom.ufjf.br/projetos/1sem_2005/pdf/PFilho.pdf> Acesso em junho de 2010.

¹⁶ALVES, Bruno Fernandes. *Superpoderes, malandros e heróis: o discurso da identidade nacional nos quadrinhos brasileiros de super-heróis*, p. 86.

¹⁷GUEDES, Roberto. *A saga dos super-heróis brasileiros*, p. 21

¹⁸O Homem-Lua, misterioso herói que utilizava um globo na cabeça, não tinha super-poderes e vivia em São Paulo, mas frequentemente agia na floresta Amazônica, onde era venerado por uma tribo de indígenas. Figurou com histórias próprias em várias revistas do Raio Negro e, na primeira edição, ganhou mais páginas que o próprio personagem principal.

¹⁹O primeiro registro encontrado consta de 1968, pela EBAL, mas não era a história de origem, que foi a inspiração de Malagola. Disponível em: <<http://www.lanternasverdes.com>> Acesso em junho de 2010.

As fontes aqui utilizadas são uma coletânea de histórias do *Raio Negro*, publicada em 1981 pela Editora Grafipar, contendo reedições de 10 das 24 aventuras do personagem, originalmente publicadas em 1965 e 1966;²⁰ as edições de número 11²¹ e 13²²; as primeiras histórias do Lanterna Verde Hal Jordan publicadas na revista norte-americana de quadrinhos *Showcase*;²³ e o primeiro volume da coletânea lançada no Brasil que reúne as três primeiras histórias de Hal Jordan na revista.²⁴ Porém, antes de apresentar as imagens e partir para sua análise, faz-se proveitosa uma reflexão sobre esse tipo de fonte, bem como as exigências que ele traz.

A narrativa dos quadrinhos é construída na conjugação de seus elementos gráficos e textuais, o que faz dele um gênero de leitura híbrido, uma *narrativa visual*. A hierarquização da imagem e do texto presentes em uma HQ, ou sua própria separação, não são apenas processos difíceis como também prejudicariam uma leitura mais completa. O que se poderia chamar de “forma” e “conteúdo” se determinam de modo inseparável, formando um todo articulado. Contribui igualmente para a produção de sentido dessa articulação o próprio processo de leitura, com as especificidades do gênero. Nos quadrinhos, o tempo e o movimento são noções que se completam apenas na transição entre os quadros e no passar de páginas. Percebe-se, assim, a importância do olhar do leitor, bem como da composição dos quadros e das páginas. Por esse motivo, optei por reproduzir páginas inteiras, consideradas por muitos autores como a unidade básica da narrativa dos quadrinhos, ao invés de quadros isolados.²⁵

A partir das considerações feitas, pode-se lançar olhar sobre o personagem e sua história de estréia. Malagola simplificou ou alterou alguns elementos com relação ao *Lanterna Verde* – a roupa chamativa foi substituída por um uniforme preto, simples, com uma máscara que cobria todo o rosto do herói; foram suprimidos a lanterna que era a fonte de poder do anel, a cor amarela como fraqueza e a organização intergaláctica de combate ao mal à qual se filiava o herói – mas a estrutura narrativa da primeira história de cada um deles é muito parecida: apresentado o herói, este se depara com o extraterrestre moribundo, que reconhece suas virtudes e o incumbe, através do poder do anel, a combater o mal. (Imagens 1 e 2)

O Lanterna Verde em questão não era o primeiro, mas uma versão reformulada daquela da década de 1940, parte de uma série de transformações que deram origem à “Era de Prata” dos *comics*. O período trouxe uma ênfase maior no desenvolvimento e conflitos psicológicos dos personagens, a exemplo das incansáveis e sempre frustradas tentativas apaixonadas de Hal Jordan de



Imagem 1. Fonte: “Raio Negro”, *Raio Negro #1* (Editora Grafipar, agosto de 1981) p. 14



Imagem 2. Fonte: “Green Lantern”, *Showcase 22* (National Comics, Setembro-Outubro de 1959) p. 5

²⁰Raio Negro #1 (Editora Grafipar, agosto de 1981).

²¹Raio Negro #11, ano 2 (Gráfica e Editora Penteadó, 1966).

²²Raio Negro #13, ano 2 (Gráfica e Editora Penteadó, 1966).

²³Showcase 22 (National Comics, setembro-outubro de 1959).

²⁴BROOME, John. *Lanterna Verde: Crônicas*, v. 1. Barueri, São Paulo: Panini Books, 2009

²⁵Para uma análise mais aprofundada da linguagem dos quadrinhos, ver: SRBEK, Wellington. *Um mundo em quadrinhos*. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2005 e EISNER, Will. *Quadrinhos e a arte sequencial*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

se aproximar da filha de seu chefe, a também executiva Carrol Ferris.²⁶ Raio Negro também namoraria a filha de seu superior, a jovem Marajoara Campos, embora esse tema não se apresentasse desde o início, como no caso do norte-americano.²⁷

A “Era de Prata” trouxe também a influência da ficção científica, evidente no *Lanterna Verde* e apropriada também pelo *Raio Negro*. Desde os anos 1920 e 1930, as revistas *pulp* americanas abundavam em histórias sobre a ciência e o futuro, popularizando a literatura da “ficção especulativa”.²⁸ As HQs incorporaram tais temas já em *Buck Rogers in the year 2429 A.D.* (1929), mas com a nova era dos quadrinhos norte-americanos, a partir da década de 1950, a relação tornou-se muito mais forte, graças a artistas e escritores como Stan Lee, Jack Kirby, Steve Ditko, John Broome e Gil Kane – os dois últimos, criadores de Hal Jordan.

Assim, se o *Lanterna* original de 1940 tinha uma origem mítica para seus poderes, Hal Jordan se depara com um alienígena, referência mais direta à cultura da ficção científica, que lhe dá um anel recarregável com uma bateria. O mesmo se dá com o Tenente Sales, com a diferença de que seu anel empresta suas forças da “energia magnética de Saturno”.²⁹ Poderíamos dizer que Malagola vai ainda mais longe, ao enviar seu personagem em uma nave que inseria o Brasil na corrida espacial. E se este era um tema em voga durante a Guerra Fria, também o eram o perigo atômico, os inimigos que visam a informações secretas para a nação e os cientistas com pretensões de dominação mundial, temas que permeiam ambas as publicações. Bradford Wright fala de como as histórias da DC dessa época eram envolvidas por uma fascinação pela era espacial e por um otimismo com relação ao futuro,³⁰ elementos que podem ser percebidos na revista da GEP.

A figura heróica e o papel social desempenhado pelos dois personagens também eram muito semelhantes. Tinham uma posição respeitada na sociedade, fossem em sua identidade secreta ou como heróis. Sempre no controle, nunca agiam de modo irracional e frequentemente venciam não com a força, mas com a inteligência e a aplicação da ciência. Novamente recorrendo a Wright, pode-se pensar a postura destes heróis perante a sociedade. Segundo o autor, os quadrinhos da DC da época celebravam um consenso em torno da sociedade estabelecida, próprio da era pré-Vietnã, em que a confiança do público nos valores americanos permanecia e a cultura popular tendia a reforçar um corporativismo otimista, os valores do consumo, a domesticidade e aspirações sociais de classe-média³¹. Pode-se pensar que, ao colaborar com as autoridades policiais e governamentais, perseguir os ladrões de bancos e inimigos da segurança da

nação e recomendar às crianças o bom comportamento³², *Raio Negro* compartilhava algo desse conjunto de valores.

Diante dessas características comuns, é possível levantar alguns questionamentos. A tendência dos artistas de copiar o estilo, a forma narrativa e a estrutura do quadrinho norte-americano, buscando concorrer com ele em um mesmo nível de narrativa e potencial comercial (nas palavras de Alves, “combater com as mesmas armas o super-herói norte-americano e tentar ganhar uma fatia do mercado editorial”³³), é caracterizada por alguns autores como nada mais do que simples cópias – e o que é pior, cópias mal-feitas – dos super-heróis dos *comics*. Para Vergueiro, trata-se do que se pode chamar de um “pastiche de produções alienígenas”.³⁴

Alves utiliza um conceito específico para definir os personagens em questão: “a duplicação da forma sem uma elaboração crítica do conteúdo, num ato passivo de ceder sua voz à voz do outro caracteriza essas narrativas como paráfrases.”³⁵ Eles promoveriam a “intertextualidade das semelhanças”, numa continuidade e celebração no discurso do outro. Dessa forma, reafirmariam de modo submisso o discurso hegemônico do HQ americano, produzindo a variedade do mesmo.

Tais interpretações vão adiante, colocando que, por esse caráter americanizado, tais super-heróis não se adequavam a realidade brasileira, não possuíam identificação com nossa realidade cultural. O herói norte-americano seria fruto da cultura bélica própria daquele país, encarnando os valores do soldado ideal, que luta sozinho contra o mal e garante o funcionamento da sociedade. O *Super-homem* encarnava a identidade dos EUA por seu comportamento de agente das instituições oficiais e por sua origem divina, de redentor. O super-herói brasileiro, por sua vez, não poderia ser este, pois deveria se fundar em outra identidade nacional. Baseando-se nos conceitos de *carnevalização* e do *homem cordial*, ambos os autores defendem que a “alma brasileira”³⁶ se constituiria muito menos pela inserção e defesa das estruturas de poder do que pela sua subversão, com o predomínio das relações sociais impessoais, da conciliação e do discurso de carnevalização. Nosso herói seria, na verdade, o anti-herói, o malandro, que incorpora a negação que o carnaval faz das estruturas de poder e autoridade, que vive das brechas e contradições do sistema.

As críticas quanto ao caráter, ou melhor, o uso ideológico de ícones como o do super-herói norte-americano são válidas e podem ajudar a compreender a forte ligação entre este tipo de representação e as sociedades que o geraram e reproduziram. Pode-se observar também que certos valores veiculados pelos *comics* e seus usos foram incorpo-

²⁶Para um exemplo, ver “Green Lantern - Mnce of the Runaway Missile”, Showcase 22.

²⁷Para um exemplo, ver “Raio Negro x O gênio da lâmpada”, Raio Negro # 1.

²⁸CAUSO, Roberto de Souza. *Ficção científica, fantasia e horror no Brasil: 1875 a 1950*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 319

²⁹“Raio Negro”, Raio Negro #1 (Editora Grafipar, agosto de 1981) p. 12.

³⁰WRIGHT, Bradford W. *Comic book nation: the transformation of youth culture in America*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001, p. 185.

³¹WRIGHT, Bradford W. *Comic book nation: the transformation of youth culture in America*, p. 184.

³²“Raio negro contra o gênio da lâmpada!”, Raio Negro #1 (Editora Grafipar, agosto de 1981). Publicada pela primeira vez em 1968.

³³ALVES, Bruno Fernandes. *Superpoderes, malandros e heróis: o discurso da identidade nacional nos quadrinhos brasileiros de super-heróis*, p. 85.

³⁴VERGUEIRO, Waldomiro. *Alguns aspectos da sociedade e da cultura brasileiras nas histórias em quadrinhos*. p. 5.

³⁵ALVES, Bruno Fernandes. *Superpoderes, malandros e heróis: o discurso da identidade nacional nos quadrinhos brasileiros de super-heróis*, p. 85.

³⁶ALVES, Bruno Fernandes. *Superpoderes, malandros e heróis: o discurso da identidade nacional nos quadrinhos brasileiros de super-heróis*, p. 108.

rados por produções nacionais, possivelmente de modo a reforçar a hegemonia da HQ norte-americana, como afirma Alves.³⁷ Entretanto, há que se fazer algumas ressalvas com relação às interpretações mencionadas.

Na tentativa de questionar a incorporação do modelo de herói estadunidense e todos os valores que ele traz consigo, os autores parecem estabelecer como parâmetro uma identidade nacional brasileira única e essencial, verdadeira. Perde-se de vista um aspecto que pode ser mais interessante para compreender os fenômenos das identidades coletivas, que é o da sua própria construção. Busca-se aqui a concepção de Pierre Bourdieu acerca dos critérios que definem uma identidade, como o autor elabora:

estes critérios (por exemplo, a língua, o dialeto ou o sotaque) são objeto de *representações objetivas*, em coisas (emblemas, bandeiras, insígnias, etc.), ou em atos, estratégias interessadas de manipulação simbólica que têm em vista determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores.³⁸

As representações geradas por uma sociedade assumem um papel ativo e fundamental nesse processo, entendidas como capazes de articular, entre outros modos de se relacionar com o mundo social:

primeiro, o trabalho de classificação e de recorte que produz as configurações múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social³⁹

Partindo destas reflexões, pode-se compreender o processo de construção de identidades coletivas como resultado de lutas por representações. Assim, ao invés de essencial e imutável, uma identidade nacional é entendida como em constante transformação e permeada por relações de força e negociações.

Na tentativa de quebrar mitos identitários, a interpretação mencionada pode estar contribuindo para reforçá-los. Além disso, encontra contradições que não explicam determinados fenômenos: se os super-heróis norte-americanos são tão exógenos à realidade cultural brasileira, por que são um sucesso tão grande no mercado do entretenimento nacional? O próprio Alves afirma que o Brasil é o segundo maior mercado consumidor de super-heróis do mundo.⁴⁰ Dessa forma, perguntar-se se o estereótipo dos *comics* corresponde ou não a um modelo nacional (assumindo que este exista) pode não ser tão interessante para entender a onda de personagens super-poderosos

brasileiros. Talvez, seja mais interessante questionar: “uma vez que os heróis nacionais se basearam no modelo americano, por que o fizeram?” e “de que modo se apropriaram desse modelo?”.

Pois, ao contrário do que se pode pensar na leitura dos autores mencionados, as criações nacionais tiveram suas especificidades. O exemplo do *Raio Negro* se faz novamente interessante para compreendê-lo. Pode-se observar que, se a primeira história reproduzia grande parte dos elementos do *Lanterna Verde*, as narrativas seguintes adotariam rumos próprios, desvinculando-se das do patrulheiro estadunidense. E se a influência dos *comics* e da ficção científica ainda se fizesse predominante, isso não quer dizer que ele não sofresse outras influências – como as lendas orientais do gênio da lâmpada⁴¹ – ou que estas fossem uma mera reprodução do autor. O arquiinimigo do *Raio Negro* era um cientista de inclinações malignas e vaidosas de origem alemã com pretensões de dominação mundial, o que certamente não era nenhuma novidade,⁴² mas teve seus poderes e identidade baseados em algo completamente inusitado: o movimento artístico Op Art, que se utiliza de ilusões ópticas e ganhava força na década de 1960. O Capitão Op Art, segundo algumas fontes um retrato da fisionomia do próprio autor,⁴³ usava roupas psicodélicas e ilusões para enganar o herói.

Não se trata de interditar às HQs norte-americanas a inspiração em lendas orientais, movimentos de vanguarda e outras diversas fontes, mas de evidenciar que o *Raio Negro*, assim como outros quadrinhos, faz também um diálogo com temas do repertório cultural de sua sociedade. A relação, assim, deixa de ser meramente de cópia, que sugere a transferência direta e recepção passiva de temas e concepções, se é que esta relação pode existir. O estilo de desenho de Malagola também possibilita uma reflexão a respeito.

O traço realista carregava a influência do estilo dos *comics*, que preferia formas de representações derivadas da arte grega e renascentista. Segundo Ciro Flamarion Cardoso, “A linguagem [das histórias em quadrinhos na vertente norte-americana] da década de 1950 é fortemente convencional, com poucas ousadias gráficas, na composição e na diagramação.”⁴⁴ Malagola, por sua vez, se diferenciava dos *comics* da época pelo modo com que subvertia as estruturas tradicionais dos quadros (Imagem 3) e pela sua preferência por cenas externas de ambientação (Imagem 4), raras em especial no caso do *Lanterna Verde* (Imagem 2). Os cenários no *Raio Negro* tinham ainda a importância de situar as histórias em lugares reconhecíveis pelos leitores – este era um dos principais chamativos das revistas cujas histórias se passavam no Brasil. A limitação tecnológica no uso de cores e tonalidades, por sua vez, fazia com que fossem necessárias diferentes opções e soluções

³⁷ALVES, Bruno Fernandes. *Superpoderes, malandros e heróis: o discurso da identidade nacional nos quadrinhos brasileiros de super-heróis*, p. 108.

³⁸BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 112.

³⁹CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. Campinas: Unicamp, 11(5), 1991. p. 183.

⁴⁰ALVES, Bruno Fernandes. *Superpoderes, malandros e heróis: o discurso da identidade nacional nos quadrinhos brasileiros de super-heróis*, p. 94.

⁴¹“Raio negro contra o gênio da lâmpada!”, *Raio Negro #1* (Editora Grafipar, agosto de 1981). Publicada pela primeira vez em 1968.

⁴²O cientista insano ou desajustado está presente na ficção desde Fausto, passando por Dr. Frankenstein, Dr. Jekyll e Dr. Caligari. Após a 2ª guerra mundial, os experimentos nazistas e as novas tecnologias como a bomba atômica deram novo tom a essas representações. Surgiram diversos vilões que usavam a ciência para fins destrutivos, frequentemente relacionados ao nazismo, como Ernst Stavro (da série James Bond, surgido em 1963) e, nos quadrinhos, Lex Luthor (versão de 1940), Capitão Nazista (1941), Dr. Destino (1962), entre outros.

⁴³Informação obtida em <<http://www.raionegro.com.br>>. Acesso em junho de 2010.

⁴⁴CARDOSO, Ciro Flamarion. Um conto e suas transformações: ficção científica e História. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 17, pp. 129-151. Disponível em <www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg17-7.pdf>. Acesso em de 2010.

estéticas, como a preferência por contrastes mais fortes entre preto e branco. Todos esses fatores podem ser observados no contraste entre as páginas do *raio Negro* e as do *Lanterna Verde*.



Imagem 3. Fonte: "Raio Negro", *Raio Negro #1* (Editora Grafipar, agosto de 1981) p. 22.



Imagem 4. Fonte: "Raio Negro", *Raio Negro #1* (Editora Grafipar, agosto de 1981) p. 10

Há, por fim, um elemento diferencial muito significativo, sobretudo se observado o contexto de

produção de nosso herói. É possível observar o desenvolvimento de uma tendência de associação entre tecnologia e militarismo, não apenas nos quadrinhos, embora de modo significativo nestes.⁴⁵ Presente desde *Buck Rogers*, que tem como protagonista um oficial da força aérea norte-americana, essa associação pode denotar uma percepção particular sobre o papel que os militares estavam assumindo nas transformações tecnológicas e na própria sociedade. A partir dos anos da Guerra Fria, com a competição entre as potências pela tecnologia bélica e espacial, esta ganha ainda uma nova significação, que não ficaria à parte da literatura e dos quadrinhos. Cardoso, ao se referir ao primeiro auge da ficção científica nas HQs, na década de 1950, observa que

Muitas das narrativas da época refletiam o militarismo – derivado da vitória na Segunda Guerra Mundial, atribuída em boa parte pelas autoridades e pela opinião pública à intervenção, nela, dos estadunidenses, e da participação dos Estados Unidos na Guerra da Coreia (1950-1953) – e a paranóia anticomunista da primeira fase da Guerra Fria.⁴⁶

Malagola desenhava o *Raio Negro* em um momento posterior, mas os ecos da tecnologia e autoridade militar se faziam tão presentes quanto no mundo dos *comics*. Assumem, entretanto, um caráter específico. Ambos os personagens em questão se relacionavam bem com as autoridades, mas apenas o *Raio Negro* efetivamente faz parte dela, como membro de uma instituição militar. Enquanto Hal Jordan atua como piloto de testes em uma empresa de aviação, o Tenente Roberto Sales é piloto da FAB, inserido (sempre obedientemente) na hierarquia militar. A imagem do militar não é celebrada apenas no protagonista, mas também na figura dos próprios governantes, que aparecem com frequência reunidos em Brasília para elaborar os planos que garantiriam a segurança da nação – e que o *Raio Negro*, muitas vezes, colocaria em prática. O ponto chave, entretanto, que merece ser aprofundado, são as implicações de um herói de tal procedência e a figura do militar, de modo geral, no contexto da Ditadura Militar. Certamente, nessas circunstâncias, o militarismo assumia uma conotação particular para a sociedade brasileira. É significativo, acima de tudo, que o autor tenha escolhido tratar seu super-herói dessa maneira e isto pode também contradizer a tese de que as adaptações dos heróis norte-americanos estão desvinculadas da realidade brasileira.

Conclusão

Procurei abordar, no presente trabalho, algumas questões sobre a onda de heróis nacionais criados nos moldes de personagens norte-americanos, tendo em vista o contexto da produção de

⁴⁵SILVA, Luciano Henrique Ferreira da. *Hibridismo Cultural, ciência e tecnologia nas histórias em quadrinhos de Práton e Neuros: 1979-1981*/Editora Grafipar. 2006. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, p. 76-77. Disponível em: <<http://www.pgte.cetep.br/dissertacoes/2006/luciano.pdf>> Acesso em julho de 2010.

⁴⁶CARDOSO, Ciro Flamarion. Um conto e suas transformações: ficção científica e História. *Tempo*, Rio de Janeiro, nº 17, p. 129-151.

histórias em quadrinhos à época. Desde a trajetória dos personagens super-poderosos no Brasil, passando pelo movimento de artistas por melhores condições de trabalho e pela nacionalização da produção, até as iniciativas concretas que inseriram a criação de super-heróis no repertório dos artistas nacionais, pode-se pensar questões polêmicas como a censura (a publicações estrangeiras ou brasileiras), o mercado editorial de entretenimento durante as décadas de 50 e 60, a influência da cultura norte-americana frente à liberdade de criação dos artistas e a uma idéia de identidade nacional que se opõe a ela, entre outras. A revista escolhida como objeto específico do nosso estudo, o *Raio Negro*, pode ajudar a pensar estas questões no mercado editorial das HQs como um todo, mas também traz problemáticas específicas e não menos relevantes, como a do herói militar no contexto da Ditadura.

Outros temas tangem a presente abordagem e talvez merecessem a devida atenção em outros trabalhos. Ao lado dos personagens aparentados do *Superman*, *Tarzan* e outros, havia lugar para os heróis originais, como o *Golden Guita*,⁴⁷ personagem original cuja inspiração era o movimento da Jovem Guarda, ou *Jerônimo*, herói do sertão⁴⁸, que se transformou em série de televisão e de rádio. Existiam também propostas nacionais que se desvinculavam do modelo dos *comics*, como *Pererê* e *Turma da Mônica*, que na verdade foram os mais bem sucedidos do ponto de vista comercial. O próprio motivo do fim dos heróis brasileiros poderia ser investigado mais profundamente, ainda que a resposta mais provável que se apresente seja a da forte concorrência das grandes editoras.

Todas essas questões poderiam ser tratadas de modo mais aprofundado e, para isso, seria fundamental um maior acesso às fontes. O acesso às HQs originais é extremamente limitado, quase restrito às coleções particulares, gibitecas em São Paulo e arquivos circulantes na *internet*. Outros tipos de fonte também seriam produtivos para uma análise mais refinada, sobretudo no que diz respeito às representações sociais. As obras publicadas sobre o assunto também são restritas, ao menos no que diz respeito ao material não esgotado, e, sobretudo entre os historiadores. Talvez, por isso mesmo, seja interessante tratar do assunto, buscar alternativas e se dedicar à sua melhor compreensão.

Dando voz aos anúncios: os escravos nos registros de jornais capixabas (1849-1888)

Heloisa Souza Ferreira
Mestranda em História /UFES
heloisasfs@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar os anúncios de escravos, relativos à venda, fuga e aluguel, contidos nos periódicos capixabas do século XIX. Por meio desses anúncios percebemos aspectos corriqueiros da vida social capixaba, por exemplo, a utilização dos jornais como forma de intimidar infratores da lei. Esse recurso foi muito utilizado nos anúncios de fuga, quando os senhores desconfiavam que a fuga do seu cativo estava associada à iniciativa de terceiros. Através dos anúncios de fuga também visualizamos as diversas motivações relacionadas a esse ato, e também podemos perceber como as relações entre senhores e escravos foram pautadas por uma espécie de código moral, de uma noção do que era “justo” dentro da rígida hierarquia social a que estiveram submetidos. Nesse sentido, ao comunicar uma fuga muitas vezes o senhor tinha uma noção do motivo da “escapada”. Os anúncios de venda e aluguel, apesar do caráter comercial, nos mostram que nem sempre as transações de cativos foram medidas arbitrárias que levavam em conta apenas os desejos da elite senhorial.

Palavras – chave: Anúncios de escravos; acoitamento; intimidação verbal.

Abstract: The aim of this paper is to analyze the advertisements of slaves for sale, rental and flight contained in the journals capixabas nineteenth century, through those ads we see everyday aspects of social life in Espírito Santo, for example, the use of newspapers as a way to deter offenders the law. This feature has been widely used in the ads run, when you suspected that the escape of his captive was associated with the initiative of others. Through ads leakage also visualize the different motivations related to that act, and we can also see how the relationships between masters and slaves were guided by a kind of moral code, a notion of what was "fair" within the rigid social hierarchy they were submitted. In this sense, to report a leak many times did you have an idea of why the "escape". Ads for sale and rent, despite the commercial character, shows us that not always the transactions captives were arbitrary measures that took into account only the wishes of the noble elite.

Key – Words: Announcements slaves; outlet; verball bullying.

Introdução

Os jornais brasileiros do século XIX são fontes preciosas para se investigar a sociedade daquele período, pois através de seus registros é possível perceber o cotidiano, as principais discussões da época (tanto no campo político como no social), as atividades comerciais, as noções de comportamento e moralidade. Naquele momento, o escravo é presença constante nas páginas dos periódicos, seja na forma de contos, de crônicas, de noticiários e até mesmo de anúncios. A exemplo da obra de Gilberto Freyre¹, intitulada *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*, na qual o autor se dedica a reconstruir o perfil do escravo brasileiro sob uma perspectiva antropológica, utilizando-se apenas dos anúncios de escravos contidos nos jornais, busca-se neste trabalho investigar o cotidiano do universo escravocrata capixaba oitocentista.

O contato com a obra de Freyre despertou-nos o interesse em realizar um estudo com o mesmo tipo de fonte utilizada por ele. Por isso, propomos um estudo acerca dos anúncios de escravos nos periódicos capixabas, no qual utilizaremos quatro jornais: *Correio da Victoria* (1849-1872), *Jornal da Vitoria* (1864-1869), *O Constitucional* (1885-1889) e

o Espírito Santense (1870-1899). Nesses anúncios encontramos um breve relato de senhores de escravos que buscavam noticiar fugas, aluguel, compra ou venda de seus cativos; ademais, cada anúncio possui sua particularidade, dos mais ricos em detalhes aos mais simplórios, todos guardam consigo vestígios do cotidiano na província durante o século XIX. O recorte cronológico proposto (1849 -1888) indica um período de mudanças significativas na província do Espírito Santo, tendo em vista que na segunda metade do século XIX começou a se desenvolver nestas terras uma vigorosa economia cafeeira, fato que colaborou para o aumento de braços cativos na província. Além disso, é importante salientar que nos idos de 1850, quando a Província necessitou e utilizou um maior número de cativos, foi promulgada a *Lei Eusébio de Queiroz* que proibia o tráfico internacional de escravos. Dessa forma, vender ou perder um cativo naquele momento de dificuldade de obtenção da mão-de-obra escrava assume um novo significado, talvez refletido nos anúncios em questão.

Ao todo, foram transcritos dos quatro jornais mencionados 541 anúncios, dos quais 156 se repetem, restando 88 anúncios de fuga no jornal *Correio da Victoria* comunicando a fuga de 102

¹FREYRE, Gilberto. *O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1963.

escravos; 122 anúncios de fuga no *O Espírito Santense* comunicando a fuga de 142 escravos; 20 anúncios de fuga no *Jornal da Victoria* comunicando a fuga de 23 cativos e 6 anúncios de fuga no jornal *O Constitucional*. Referente a aluguéis, compras e vendas de escravos encontramos 23 anúncios no *Jornal da Vitoria*, 26 anúncios no *O Espírito Santense*, 98 anúncios no *Correio da Victoria* e dois anúncios no *O Constitucional*.

O que nos revelam os anúncios de fuga?

Pelo que percebemos não havia um padrão estabelecido de linguagem para quem quisesse colocar um anúncio no jornal, por isso cada senhor noticiava da forma que lhe conviesse. Podemos dizer que esses anúncios apresentam duas “faces”: uma *objetiva*, sucinta, que apresenta o escravo e se assemelha aos recursos mercantis contemporâneo; e outra *implícita*, que para compreendê-la é necessária uma análise acompanhada de uma literatura especializada sobre a escravidão para compreender nas entrelinhas desses fragmentos e “dar voz” às concepções implícitas desses atores do escravismo brasileiro.

Os anúncios de fuga são muito importantes como fonte primária, pois oferecerem uma descrição pormenorizada dos cativos (hábitos, vícios, características físicas, doenças...), além de apresentar uma aproximação da realidade da elite senhorial.² Além disso, também são importantes por uma questão quantitativa: eles aparecem em maior quantidade em comparação com os anúncios de aluguel e venda de escravos nos jornais pesquisados, ademais, como nos afirma Leila Algranti:

Ao mesmo tempo que comunicavam um fato, esses anúncios também nomeavam um problema de diferentes maneiras: reclamava-se pelo objeto que se evadiu, discutia-se com os abolicionistas, lamentava-se de forma passional pelo serviço que abandonara o serviço, discutia sobre o problema da mão de obra, ou até mesmo temia-se por uma possível perda de status.³

A constante presença dos anúncios de fuga nos jornais da época nos permite supor que a fuga era uma prática constante na Província. *A priori* os anúncios de fuga foram recursos utilizados pelos donos de escravos com o objetivo de encontrar um cativo fugido. Esses anúncios possuíam uma composição simples, na qual havia uma descrição física e muitas vezes comportamental do escravo, e geralmente ofereciam uma gratificação a quem encontrasse o “fujão”. No entanto, no decorrer da análise desses anúncios, percebemos que além das informações sobre o evadido, vários anúncios revelavam um tom ameaçador contra quem o tivesse acoitado, sendo que este poderia aparecer

nos anúncios como couteiro, sedutor ou acobertador.

O tom ameaçador que aparece nos anúncios de fuga nos remete a um problema de possibilidade investigativa: a quem foi destinado esses anúncios? Somente às pessoas que se dedicavam à captura desses escravos? Ou havia outro objetivo por detrás desses anúncios? O tom intimidador nos faz vislumbrar a possibilidade dos mesmos também serem, de forma implícita ou não, uma forma de comunicação dos senhores com outros senhores e também com a sociedade que poderia acoitá-los ou apadrinhá-los, tendo em vista que era comum o escravo recorrer a um padrinho para levá-lo de volta para seu senhor, já que o padrinho era visto como um protetor do escravo. Podemos ver um exemplo de um anúncio de fuga logo abaixo, onde o senhor intimida o provável acobertador:

No dia 7 de julho do ano corrente fugiu da casa do senhor Manoel Jose de Araújo Machado, do Cachoeiro de Itapemirim, um escravo de nome Feliciano, de nação, com 40 anos pouco mais ou menos, alto e com falta de alguns dentes; cujo escravo é propriedade do debaixo assinado, que o houve do senhor Coronel João Nepomuceno Gomes Bittencourt, em pagamento de dívida com outros mais escravos, que foram deixados em poder daquele senhor Machado para dos mesmos dispor da conta e ordem do anunciante. O referido escravo foi da fazenda do arabó em Piúma, para onde costumava fugir, sendo ali capturado por diversas vezes em tempo que pertencia ao Sr coronel João Gomes. **E suspeitando que alguém o agasalhe para que não volte mais ao seu poder, protesta-se proceder com todo o rigor da lei contra qualquer pessoa que por ventura o acoitar, por ser isso verdadeiro furto da propriedade alheia:** e a quem o pegar ou der notícia certa para que ele seja apreendido, será no primeiro caso gratificado com a quantia de 200 \$ réis, e no segundo conforme a natureza da notícia, e as dificuldades para a sua apreensão: podendo-se para esse fim dirigir em Itapemirim ao sobredito S. João da Barra ao Sr. Manoel Pinto Costa, e nesta cidade ao anunciante⁴ (grifos nossos).

A menção a um possível *sedutor* está na maioria dos anúncios pesquisados, o que sugere que na maioria das vezes o senhor não atribuía o ato de fugir como vontade do cativo, mas como consequência da ação de couteiros. Isso nos faz concluir que, provavelmente, esta insistência que surge nos anúncios em atribuir a fuga a possíveis *acobertadores* estivesse relacionada com a experiência que esses senhores tinham em relação a fugas anteriores, além do fato de que muitos evadidos podem ter sido encontrados sob o poder de outros senhores ou de setores da população de homens livres.

Desse modo, entendemos que os anúncios supostamente representavam uma expectativa que

²Os anúncios de negros fugidos podem ser utilizados com confiança para uma análise antropológica e médica, uma vez que eles têm forte honestidade, pois quem perdia o seu escravo queria encontrá-lo e para isso precisava de traços e sinais exatos. FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornal do século XIX*, p.84.

³ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Rio de Janeiro, Vozes, 1988. p.147.

⁴APEES – Série Jornais – CORREIO DA VICTORIA – vinte e dois de outubro de 1859.

esses senhores tinham em obter seu escravo de volta. O retorno do evadido não foi algo raro; muitas vezes as expectativas dos donos foram acompanhadas de êxito, e isso dependia do motivo da fuga: “Existiram escravos que tinham a fama de serem fujões, que desapareciam com frequência, mas sempre retornavam apadrinhados ou apreendidos.”⁵ Nesse sentido, o tom ameaçador destinado a um possível *acobertador* associado às experiências e expectativas que cada senhor possuía sobre a evasão, nos faz pensar que realmente esses anúncios eram uma intercomunicação entre senhores de escravos e os couteiros, tendo em vista o hábito adquirido nessa província de utilizar o jornal como meio de intimidação.⁶ Neste caso, os donos de escravos utilizavam o jornal como uma forma de coerção, sempre lembrando os rigores e as punições da lei aos couteiros, ou seja, era costume dos capixabas do oitocentos utilizarem outras alternativas antes de recorrerem ao poder judiciário, pois como afirma Bastos:

A publicação de cartas particulares nos jornais visava também a condenação pública do comportamento de determinadas pessoas. Não era incomum encontrarem-se anúncios cuja matéria relacionava-se ao modo como as autoridades policiais e judiciais executavam suas atribuições. Na vigência do costume, a reprovação de um comportamento contrário ao estabelecido pelo código moral da sociedade ocorre a partir de meios de coação individuais e não por um quadro de pessoas especialmente encarregadas dessa função, como a Polícia ou a justiça.⁷

Por exemplo, no anúncio abaixo, o senhor não demonstrou desconfiança do paradeiro da escrava e afirmou que alguém a utilizava para o seu proveito; ao que tudo indica, provavelmente ele sabia ou ao menos desconfiava quem era a pessoa, pois ameaçou que, caso não ocorresse devolução, o *acobertador* seria acusado de crime previsto pelo código penal.

Desapareceu da casa do abaixo assinado, na noite de sábado de Aleluia a crioula menor de nome Maria, pela qual está responsável no juiz de órfãos onde a contratou. **A pessoa que a tem ora em seu poder trate de restituí-la ao abaixo assinado quanto antes, e não o fazendo, será acusado pelo crime previsto no artigo 227 do código penal.**⁸ (grifos nossos).

De acordo com os anúncios o acobertamento foi bastante frequente na Província, tanto que, em alguns anúncios o conteúdo soa até desnecessário, já que, o anunciante afirma o suposto paradeiro do escravo, inclusive indicando os possíveis *acobertadores* que estariam se utilizando dos seus serviços; logo, seria mais útil ir à busca do cativo. No entanto, como já foi mencionado, parece que os senhores de

escravos optavam por meios alternativos de coação, como por exemplo, publicar o nome dos possíveis *sedutores* no jornal, como no anúncio abaixo:

Tendo fugido no dia 18 de abril ultimo o meu escravo de nome José, de 32 anos de idade mais ou menos, que pertenceu ao Sr. Antonio Alvarenga, pelo presente anuncio declaro que gratifico com a quantia de 200U000 a pessoa que o capturar e trazer à minha presença. Esse escravo tem sido visto na fazenda do mesmo senhor Alvarenga em Santa Maria, e passeia até a de Jacuhy pertencente ao Sr. Pinna; os sinais são os seguintes: pardo, acaboclado, nariz afilado, cabelos pretos e corridos, pouca barba, baixo, grosso de corpo, falta de alguns dentes na frente e fala descansada. Victoria 17 de maio de 1884. Antonio Ignácio Rodrigues.⁹

Os escravos encontraram soluções bem criativas para manterem-se fugidos, e isso foi possível por que encontraram pessoas que os auxiliaram nesse empreendimento, desde parentes, escravos alforriados até senhores que *acobertaram* esses fugitivos, utilizando-se de seus serviços, etc. Para manterem-se na ilegalidade pós fuga, uma rede de sociabilidades era “ativada”. O anúncio abaixo denuncia essa prática. O fato de eles utilizarem cartas se intitulando forros indica que, pelo menos em alguns casos, alguém os auxiliava nesse sentido.

A D. Rita Francisca de Paula, viúva do finado Bernadino de Sales Mouta Furtado, fugiu o seu escravo de nome Pedro, bem conhecido nesta cidade. Protesta-se contra quem lhe der coito ou passagem para qualquer parte. Ninguém deve se fiar dele, para lhe emprestar dinheiro ou lhe fazer cartas em nome de sua senhora. Onde, pois, ele chegar com uma carta será esta falsa, pelo que devem logo dar-lhe 25 chicotadas e o apreender. Consta que ele embarcou –se na canoa de passagem com uma carta, que alguém, sem dúvida, fizera à seu pedido. Quem o trouxer a sua senhora será gratificado. 10

Nos anúncios o senhor noticia seu escravo da forma como ele o enxerga. No anúncio abaixo, percebemos que José Martins da Silva Paixão vê a sua escrava fugida como uma pessoa esperta, que foge e não consegue ser reconhecida pelo artifício que ela usa afim de não ser encontrada, utiliza-se de uma roupa masculina. Além disso, o senhor ainda ressalta suas qualidades físicas, como “pés bem feitos”.

Fugiu ao abaixo assinado no dia do corrente uma escrava de nome Julia de idade 21 anos, cujos sinais são os seguintes: Cabra, esbelta de corpo, estatura regular, falta dos dentes superiores na frente o beijo correspondente um pouco retorcido, pés bem feitos, levou no corpo saia de chita em bom uso, e argolinha de ouro nas orelhas, alguma outra saia e paletó de igual cor. Consta que

⁵LARA, Sílvia Hunold. *Campos da violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro. 1750 - 1808.* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988, p. 238.

⁶A ideia de que os anúncios assumem uma dimensão coercitiva, foi desenvolvida na monografia, na qual me baseei na análise de Enaile Carvalho e Fabíola Bastos que utilizaram o jornal *correio da Victoria*, como fonte de investigação sobre a sociabilidade capixaba, e verificaram que as correspondências particulares caracterizavam-se pelo anonimato, e por direcionar ameaças implícitas a autoridades e particulares, sobretudo no que dizia respeito a dívidas contraídas com comerciantes da Província. De acordo com as autoras, o simples fato de ameaçar publicar o nome dos devedores no jornal, já surtia efeito tendo em vista que nas fontes pesquisadas por elas não há ocorrência da publicação do nome dos devedores, o que demonstra que essa prática poderia ser bastante eficaz. BASTOS, Fabíola M. e CARVALHO, Enaile F. *Negócios, Fortunas e Sociabilidades: inventários post-mortem e imprensa capixaba nos anos 1800-1860.* *Revista Agora, Vitória*, n.º 05, 2007, p. 1-16.

⁷BASTOS, Fabíola Martins. *Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1871.* 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, UFES, Vitória, 2009, p.22.

⁸APEES – Série Jornais – CORREIO DA VICTORIA – dezesseis de abril de 1857.

⁹APEES – Série Jornais – O ESPIRITO SANTENSE – dezoito de maio de 1884.

¹⁰APEES – Série Jornais – JORNAL DA VICTORIA_ vinte e dois de janeiro de 1868.

levou uma calça e camisa de homem (calça de riscado xadrez, e camisa de chita) já foi encontrada e por causa da roupa não foi conhecida. Pertenceu outrora ao senhorio de Manoel Pereira de Alvarenga Rangel, no Riacho. Da-se generosa gratificação a quem a prender e levar ao Sr. José Marcelino de Vasconcellos, na Serra ao Sr. Francisco Antonio Ribeiro, em Linhares ao capitão Anselmo de Almeida Calmoa, em São Mateus ao Sr José Affonso Martins, e na barra de São Mateus ao Sr. Manoel Rodrigues dos Santos. Protesta-se com todo o rigor da lei contra quem a acoitar.¹¹

Ao contrário de muitos anúncios encontrados, o dono de Júlia não atribuiu à fuga dela a um possível sedutor, existe até uma fala de protesto contra um possível couteiro. Alguns senhores mencionavam o sedutor acreditando na inocência do escravo, o fato de não aparecer um sedutor no caso de Júlia, pode indicar que seu senhor não acreditava na sua inocência na hora da fuga, um exemplo de como cada senhor possuía sua concepção sobre os cativos. O caso do anúncio abaixo é ainda mais curioso.

Fugiu no dia quatro de outubro de 1857, da chácara a, S. da rua do M...ruhy, em São Cristóvão no Rio de Janeiro um escravo do senador Alencar, de nome Luiz Telles, pardo escuro; tem de quarenta anos para cima mal encarado e falta dentes na frente tem uma enrugada na testa, andar apressado e passadas curtas, finge-se às vezes doido, tem fala trêmula com risos de estupidadas, é muito ladino e astucioso, anda com cartas dizendo que vai com elas apadrinhado apresentar-se ao seu Sr,.....quem o apreender e fizer dele entrega aonde possa ser acolhido a cadeia para ser entregue a seu SP, receberá 40. \$ de gratificação, além das despesas: será pago a quem nesta tipografia o apresentar com o competente documento.¹²

O senhor descreve o escravo com a qualidade de astucioso por ser tão esperto ao ponto de enganar as pessoas se fazendo de doido e mostrando cartas falsas de apadrinhamento, talvez essas cartas não sejam falsas, mas sim roubadas, tendo em vista que o anunciante pede que quem o encontrar também leve o documento, pode ser também que Luiz Telles tenha realmente adquirido essa carta prometendo ao padrinho que retornaria para o seu dono, mas preferiu permanecer evadido, uma outra curiosidade desse anúncio é o fato do escravo ter um sobrenome. De acordo com Ana Josefina:

Existe um sujeito religioso, evidenciado pelo nome, e um sujeito jurídico estabelecido pelo sobrenome. O escravo, no período estudado, era batizado na igreja e recebia um nome, simplesmente um nome de pia: José, Honório, Benedita. Nesse ato, ele era constituído como sujeito religioso e não como sujeito jurídico com sobrenome. A constituição do escravo como sujeito jurídico acontece só após a alforria ou após a libertação dos escravos em

1898 (sic).¹³

Diante disso surge um questionamento, José Telles era um escravo alforriado? Mas se José Telles era alforriado o que seu nome estava fazendo num anúncio de escravo fugido? Uma resposta que não temos como responder, no entanto podemos conjecturar e faremos isso através dos estudos de Martha Rebelatto, que verifica na província de Santa Catarina muitos indícios de alforrias condicionais. Segundo a autora “as condições impostas pelas cartas de alforria geralmente eram referentes à manutenção do trabalho escravo por mais alguns anos junto ao senhor, sua família ou alguém por ele designado.”¹⁴ Além disso, por meio dos estudos de Sidney Chalhoub verificamos que havia a possibilidade dos senhores revogar as alforrias.¹⁵ Pode ser que o senhor de Luiz Telles tenha revogado a sua alforria, fazendo com que ele retornasse a condição de cativo, e o escravo não aceitando o rompimento do acordo teria optado pela fuga, semelhantemente ao que encontramos na documentação e que será abordado mais abaixo. Por último, apresentamos o anúncio abaixo, o qual acreditamos se tratar de uma intimidação.

Fugiu no dia 19 do corrente a Manoel do Couto Teixeira, um escravo crioulo de nome Gregório, oficial de pedreiro cor preta, idade 17 anos estatura baixa reforçada, rosto redondo, olhos grandes: levou vestido calça, camisa, e jaqueta branca, e chapéu de palha ordinária da Bahia; roga-se a qualquer pessoa que o encontrar agarrá-lo e levá-lo a seu senhor na Rua do Porto dos Padres, que será bem gratificado; protesta-se contra quem tiver acoitado. Na mesma casa existe uma carta vinda do Rio de Janeiro, para o senhor Manoel José Pereira dos Santos.¹⁶

É bem possível que o conteúdo dessa carta esteja relacionado com algo que compromettesse a um dos senhores e, por isso, não se explicita o conteúdo da carta. Podemos supor também que era algo relacionado à fuga do escravo. O que de fato ele quis dizer nunca poderemos saber, por ora ficamos com a citação de Lilia Schwarcz:

O senhor buscava afirmar através dos anúncios, supremacia, propriedade e a dependência do escravo, mesmo quando a situação de fuga o desmentia (...). A eficácia desses anúncios atingem nova dimensão que é dada não pela criação de possibilidades de captura, mas antes pela difusão de representações, sensibilidades sociais e pelo estabelecimento e por uma rede de relações intersubjetivas.¹⁷

Percebemos na documentação referente às fugas vários indícios de que os escravos fugidos eram conhecidos. Havia anúncios que noticiavam apenas o nome do escravo, ou então que ofereciam dados como: “é conhecida por todos daquele lugar”, “muito conversado e conhecido na cidade

¹¹APEES – Série Jornais – CORREIO DA VICTORIA – quatorze de fevereiro de 1857.

¹²APEES – Série Jornais – CORREIO DA VICTORIA – dezessete de abril de 1858.

¹³FERRARI, Josefina Ana. *A Voz do Dono: Uma análise das descrições feitas nos anúncios de jornal dos escravos fugidos*. 1 ed. São Paulo: Editora Pontes Editores, 2006. p.43.

¹⁴RABELATTO, Martha. *O desmantelamento da escravidão, as alforrias e as fugas de escravos na Ilha de Santa Catarina, década de 1880*. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/50.pdf>. p.1-13. Acesso em: 23/10/2008.

¹⁵CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.p.137.

¹⁶APEES – Série Jornais – CORREIO DA VICTORIA – vinte e um de fevereiro de 1849.

¹⁷SCHWARCZ, Moritz Lilia. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo*: Companhia das Letras, 1987, p.149.

de Vitória” “bem conhecido em razão de seu ofício” “é muito conhecido principalmente em Cariacica”. “Bem parecido com o seu pai” para saber que ele era parecido com o pai, as pessoas deveriam conhecer o pai dele; “pode ser que tenha mudado de nome” essa afirmação nos dá margem para acreditar que o escravo era conhecido pelo seu nome; “o dito escravo é bem conhecido nesta cidade e diversos lugares de seu município”, “é muito conhecido tanto nesta cidade como pelos senhores da roça.”

Porque fugir? A pergunta é sugestiva e complexa. Não podemos falar em uma única causa preponderante que fosse responsável pela evasão de escravos. Cada fuga representava uma motivação particular, podia ser individual ou coletiva, cada fugitivo possuía um quadro de expectativas que o levava a fugir.

Eduardo Silva e João J. Reis em seus estudos chegaram à conclusão que a escravidão foi pautada por uma relação de negociação e conflito. Sendo assim, “Quando a negociação falhava, ou nem chegava a realizar por intransigência senhorial escrava, abriam-se os caminhos da ruptura. A fuga era um deles. No Brasil assim como em outras partes, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema. O combate à autonomia e a indisciplina escrava, no trabalho e fora dele, se fez através de uma combinação da violência com a negociação, do chicote com a recompensa. Os escravos rompiam a dominação cotidiana por meio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural.”¹⁸

O anúncio abaixo é bastante elucidativo sobre essa “negociação” estabelecida entre senhores e escravos. O escravo Luiz desejoso de obter sua alforria, recebe a permissão do seu senhor para tentar arrumar a quantia necessária para sua liberdade, com um tempo pré estabelecido. Como o prazo acabou e Luiz não retornou, seu senhor o considerou fugido e optou por anunciar a fuga no jornal. Luiz pode ter aproveitado a “brecha” permitida pelo seu senhor, para que ele se ausentasse dos seus serviços para conseguir pecúlio ou ter pedido para ser acoutado por outro senhor, talvez um ex senhor. Assim, ele não estava questionando a sua condição de escravo, mas rejeitando seu dono. É bem plausível que isso tenha acontecido, já que o anunciante não possui dúvida em relação ao seu paradeiro, ao contrário, ele afirma onde o escravo está e ainda cita nomes. Percebemos também, que ao reclamar o escravo evadido, ele também comunica o problema do acobertamento e indiretamente cita o acobertador. Pode ser também que ele estivesse tentando, antes de recorrer à justiça, chamar a atenção dos acobertadores, através de um meio informal.

Gratifica-se – Raphael Pereira de Carvalho,

declara que, tendo o escravo Luiz, de cor preta, altura regular, cabelo carapinhado, rosto comprido, bons dentes, magro de 34 anos de idade, muito pernóstico, excedido o prazo que lhe fora concedido para apresentar-se ou dar a quantia marcada para sua liberdade, como pedira, considerava-o fugido, e assim protesta com todo o rigor da lei contra quem o tenha acoutado, prevenindo ainda que esse escravo, segundo consta, intitula-se forro, acha-se no município de Vianna no lugar da residência de alguns filhos do seu primitivo Senhor o finado Manoel Martins de Souza. Gratifica-se a quem o trouxer ao anunciante nesta Villa ou recolhe-lo à cadeia de Vianna. Linhares, nove de agosto de 1887. Raphael Pereira de Carvalho.¹⁹

De acordo com os estudos de Sidney Chalhoub “Os negros tinham sua própria concepção do que seria o cativo justo, ou pelo menos tolerável.”²⁰. Consoante Geraldo Soares:

a fuga mais do que a rejeição pura e simples da escravidão nos parece mais uma estratégia de negociações sobre as condições da própria escravidão. A fuga sempre estava associada à uma avaliação por parte do escravo de suas condições enquanto escravo e de suas expectativas em relação à liberdade. Mas não era apenas isso, uma vez que, tendo fugido, o escravo também avaliava a própria liberdade e as condições a ela associadas. Além do mais, escravidão e liberdade não eram tidos pelos escravos como valores absolutos e a fuga não se constituía na linha divisória entre um mundo de desespero e o mundo dos sonhos.²¹

Houve escravos que aproveitaram a morte do senhor para fugir, outros fugiam para evitar castigos e intolerâncias, outros que fugiam para se esconder de algum crime ou até mesmo para procurarem um padrinho que os ajudasse numa disputa com o seu senhor, vendas ou transferências inaceitáveis, outros porque não resistiam ao caráter sedutor da fuga, como afirma Suely Robles “As fugas eram um meio atraente de escapar da escravidão: geralmente individuais, não exigiam nenhum plano coordenado e ofereciam uma perspectiva sedutora, o da liberdade imediata.”²² De acordo com Silvia Lara, “existiram escravos que tinham a fama de serem fujões, que desapareciam com frequência, mas sempre retornavam apadrinhados ou apreendidos.”²³ Como afirma Goulart “Em certos escravos a tentação da fuga era irresistível, por melhor tratamento que lhes proporcionassem, sempre que tinham uma oportunidade metiam o pé no mundo.”²⁴

Também foi muito comum às fugas com intuito de reencontrar pessoas da família, separadas pelo tráfico, sobretudo pós 1850 quando intensifica-se o tráfico interprovincial devido a Lei Eusébio de

¹⁸REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

¹⁹APEES – Série Jornais – O Espírito Santense, vinte e sete de agosto de 1887.

²⁰CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p.27.

²¹SOARES, Geraldo Antonio. Quando os escravos fugiam: Províncias do Espírito Santo, última década da escravidão. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS.v.XXIX, n.1, p. 70. 2003.

²²QUEIROZ, Suely R. Reis de. *Escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Ática, 1987.

²³LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: Escravos e Senhores na Capitania do Rio de Janeiro 1750 – 1808*. Rio de Janeiro. Editora: Paz e Terra, 1988. p.238.

²⁴GOULART, José Alípio. *Da fuga ao suicídio: Aspectos da rebeldia dos escravos no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972, p.28

²⁵De acordo com Emilia Viotti da Costa, a partir da Lei Eusébio de Queiroz foi considerada pirataria a importação de escravos, e como tal, deveria ser punida. As embarcações envolvidas no comércio ilícito seriam vendidas com toda carga encontrada a bordo, sendo seu produto entregue aos apressadores deduzindo um quarto para o denunciante.

Queiroz.²⁵ Situação verificada por João José Reis e Eduardo Silva: Muitas fugas tinham por objetivo refazer laços afetivos rompidos pela venda de pais, filhos e esposas. Sujeitos a sorte de transação comercial, a mudança de senhor era, como podemos imaginar um dos momentos mais dramáticos na vida de um escravo, quando tudo precisava ser renegociado, às vezes, sob condições muito difíceis.²⁶

Nos anúncios pesquisados, nos deparamos com alguns senhores que tinham uma noção do paradeiro do fugitivo, era comum os escravos fugirem por sentirem o desejo de ficar próximo aos seus familiares, a exemplo dos anúncios abaixo:

Fugiu no dia 2 do corrente mês, a Manoel da Silva Simões um seu escravo de nome Bernardino, cabra com 40 anos de idade, pintando o cabelo de branco, levou vestido calça de casimira usada, camisa de chita riscada e chapéu de pelo branco: desconfia-se que seguiu-se em direção para o norte, por ter convidado a outro para fugirem **dizendo ter em aldeia velha do norte parentes, aonde podiam ser acoitados**: o negro tem bom expediente, fino talvez se queira intitular liberto, quem o apreender, ou dele der notícia certa, ao anunciante será gratificado, assim como se protesta contra qualquer pessoa que o tenha acoitado.”²⁷ (Grifos nossos)

Fugiu no dia 18 do corrente, a José Francisco Pinto Ribeiro, a sua escrava de nome Isidora, de 40 anos de idade estatura baixa, cor fula, olhos vesgos, pés pequenos. **Desconfia-se que esteja nas imediações da fazenda-Jucuruaba onde tem filhos.** Quem por tanto dela tiver notícia e participar, ou apreende-la será gratificado. E, com todo o rigor da lei, protesta-se contra quem a acoitar. Victória 24 de janeiro de 1871, José Francisco Pinto Ribeiro.”²⁸ (Grifos nossos)

A relação de dominação estabelecida entre senhor – escravo era tão clara para alguns escravos, que quando havia troca ou venda de cativos, muitos não reconheciam os novos senhores, e recorriam as fugas para voltarem para aqueles que reconheciam como tal. Geraldo Soares, pesquisando fugas de cativos na Província do Espírito Santo se depara com essa situação, um escravo que provavelmente não reconhecia seu novo senhor. O escravo era um praça de policia chamado Quintiliano que teve que ser interrogado, tendo em vista que Manoel José de Calvas Barcellos apresentou queixa reclamando-o como seu escravo. Questionado sobre essa queixa o suspeito respondeu já no início de seu depoimento que “o senhor que teve” foi o finado capitão Luiz Manoel de tal. E que era o único senhor que ele reconhecia como seu senhor, o legítimo com o qual fora criado. Quintiliano disse que fugiu porque era maltratado. Mas a razão maior de sua fuga, que transparece em seu depoimento, é que ele não reconhecia seus novos senhores como tais.²⁹ O

depoimento de Quintiliano também poderia ser uma estratégia para justificar a sua fuga perante a justiça.

Assim como Quintiliano muitos outros tiveram essa mesma postura, em muitos anúncios pesquisados encontramos senhores que colocavam o nome do antigo dono, ao que tudo indica não deveria ser incomum um escravo evadir em busca do ex dono, e o motivo talvez seja o mesmo do escravo Quintiliano, o não reconhecimento do novo senhor.

Fugiram da vila de Itapemirim e passarão para o norte do rio do mesmo nome, tomando a direção desta cidade, dois escravos, pertencentes ao Exm. Sr, Barão de Itapemirim, a saber: Inocêncio, estatura regular, rosto comprido, cor fula, nariz afilado, indica ter estado doente, tem pé esquerdo algum tanto inchado de erisipela que teve há pouco tempo, **foi escravo de Desidério Pinto Rangel do Mamoeiro** – Estulano pardo, alto, reforçado, rosto redondo, olho espantado, tem falta de dentes na frente. Da-se 100 \$ rs de gratificação a quem os apreender, podendo ser apresentados nesta cidade a José Marcellino Pereira Vasconcellos ou em Guarapari ao alferes Pedro João de Souza.³⁰ (Grifos nossos)

120\$000 réis de gratificação

Fugiu no dia 11 de outubro de 1854, a Monteiro José Furtado de Mendonça, morador do lugar denominado Caju, município da vila de Maricá, um escravo de nome Theodoro, crioulo, idade de 36 anos pouco mais ou menos, estatura baixa, cor fula, barba cerrada, fala com muito desembaraço, e é muito prosa. **Foi esse escravo comprado em Saquarema a D. Mathildes Alves Fontes, e por essa razão crê se que ele anda por esse município, onde tem muitos conhecidos, ou pelo de Macahé onde trabalhou em algum tempo em casa de senhor Misael, ainda quando escravo da dita _ D. Mathildes:** Dar-se há pois a gratificação neste prometida, a quem o apreender e levar ao seu dono no lugar acima indicado; ou a Joaquim Luiz Sayão no Porto do Caxias. E protestando-se haver de quem o acoitar todos os dias de serviço que se tem perdido, contando-se daquele em que saio de casa, até o da sua aparição.³¹ (Grifos nossos).

Pode ser que a fuga nem estava relacionada à procura do ex dono, mas sim de antigos laços de amizade desfeitos pela venda do escravo. Assim, o dono de Theodoro suspeitava que ele estivesse escondido em seu antigo município aonde possuía muitos amigos, ou ainda em Macahé, lugar onde trabalhou para o senhor Misael, ainda quando escravo de D. Mathildes.

Outro exemplo que desacredita os esquemas rígidos de análise da escravidão pode ser vislumbrado através dos estudos de João José Reis sobre o

²⁵REIS, João José; SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo : Companhia das Letras, 1989. p.66

²⁶APEES – Série Jornais - CORREIO DA VICTORIA – dezoito de março de 1857.

²⁷APEES – Série Jornais - CORREIO DA VICTORIA – vinte e cinco de janeiro de 1871.

²⁸SOARES, Geraldo Antonio. Quando os escravos fugiam: Províncias do Espírito Santo, última décadas da escravidão. *Estudos Ibero-Americana-nos*. PUCRS.v.XXIX, n.1, p. 59. 2003.

²⁹APEES – Série Jornais - CORREIO DA VICTORIA –dois de abril de 1859.

³¹APEES – Série Jornais - CORREIO DA VICTORIA – vinte e cinco de março de 1854.

Quilombo do Oitizeiro. Neste Quilombo a reivindicação não era pelo fim da escravidão, mas sim pela troca de senhor. O Oitizeiro ficou reconhecido como um acatamento generalizado, isso por que os coiteiros utilizavam de seus contatos nas senzalas da região para seduzir, como se dizia na época, outros escravos à fuga. Lá eles tinham direito a comida, proteção e provavelmente um pedaço de terra em troca de seu trabalho. Ou seja, os escravos que se refugiaram no Oitizeiro não estavam fugindo da escravidão. Eles tinham sua visão tanto da escravidão como da liberdade. Neste caso, a liberdade de escolher a escravidão. A situação de fugitivo não lhes parecia ideal e, nesse sentido, a passagem pelo Oitizeiro representava apenas parte da aventura, um ponto de espera, a esperança de fazer contatos que viessem a resolver seu problema de senhor.³²

Os próprios senhores tinham uma concepção dos motivos que levavam à fuga, nos anúncios abaixo o senhor relata não saber a razão pela fuga do seu escravo. Ou seja, de acordo com um “padrão moral” estabelecidos entre senhores e escravos era compreensível certos atos. Por exemplo, ir ao encontro de um familiar, ser “seduzido”, negar se ao trabalho etc.

50U000- Com esta quantia gratifica-se á pessoa que capturar o escravo Luiz, de propriedade do abaixo assinado, e que houve por compra feita a Sebastião Vieira dos Passos. Os sinais são os seguintes: cor fula, 20 anos de idade, pouco mais ou menos, imberbe quase, pois tem pouca barba em baixo do queixo, um pouco dentuço, rosto comprido, pés grandes e quase sem unhas nos dedos, delgado de corpo, altura regular e cabelos carapinhos. Já veio à casa apadrinhado e no mesmo dia sem razão alguma, fugiu novamente. Desconfia-se que anda para os lados do Porto das Pedras e Tambatahy. Quem o capturar e levar ao seu senhor será gratificado com a quantia acima, protestando-se contra quem o acatitar. José Rodrigues de Freitas.³³

No dia 11 do corrente evadiu-se sem motivo algum o escravo Firmino de propriedade de D. Maria Leopoldina Ribeiro. Gratifica-se a quem o trouxer, servindo-lhe mesmo de padrinho e entregá-lo nesta cidade ao Sr José da Silva Cabral na rua do Comércio, nº23. Victoria 28 de novembro de 1883.³⁴

Nossos anúncios revelam que as mulheres com filhos ou casadas tinham uma propensão menor a fuga, tendo em vista que havia laços afetivos que as prendiam ao local, talvez esse seja um dos motivos pelos quais os senhores capixabas não ofereceram resistência a formação da família escrava³⁵, lembrando que criar laços afetivos era positivo e negativo para o senhor. Uma escrava com filhos geralmente era mais cautelosa na hora da fuga, por outro

lado, separar escravos que possuíam laços afetivos ou de parentesco também poderia ocasionar em prejuízo, já que muitos fugiam em busca dos “laços” desfeitos. Não encontramos nos anúncios informações de escravos com filhos que fugiram sozinhos. Mas, encontramos um caso de fuga de um escravo casado, que pareceu ser algo incomum, tendo em vista que o anunciante fez questão de enfatizar sua relação marital. É bem possível, que o índice de fugas de cativos com laços de parentescos estabelecidos fosse menor, a não ser que esses laços fossem cortados por ocasião de vendas ou qualquer outro motivo. Havia também senhores que quando desejavam vender escravos que tinham filhos geralmente ofereciam a “cria” junto.

Protesta-se com todo rigor das leis contra quem tiver dado, e der couto a escrava do abaixo assinado fugido de seu poder na freguesia do Queimado, desde sete de fevereiro do corrente ano: e gratifica-se conforme trabalho de captura a quem a prender, e levar ao dito seu senhor ali, ou metê-la nas cadeias da capital. Essa escrava chama-se Roza, é parda, magra, baixa, anda sempre de vestido porque foi criada no mimo, tem cabelo de pico, um tanto estirado hoje a força de pentes, cose de grosso, e é boa rendeira, **levou uma filha de sua cor, que terá pouco mais de um ano de idade.** ³⁶ (Grifos nossos)

Fugiu ao abaixo assinado no dia dois do corrente, um escravo de nome Manoel, mulato, **casado**, idade de mais ou menos trinta anos, pés inchados de erisipela, quem o prender será gratificado com a quantia de 50 \$ 000 livre de despesas; assim como protesta quem o tiver acatado, com todo o rigor da lei. (Grifos nossos)

O que nos dizem os anúncios comerciais?

Ao ter contato com os anúncios que envolviam o comércio de cativos (compra, venda, aluguel) o leitor contemporâneo não teria muitas dificuldades de se familiarizar com o tipo de linguagem presente nessas fontes, *grosso modo* esses anúncios nos oferecem informações semelhantes aos nossos anúncios contemporâneos nos jornais, onde buscamos através dos jornais manifestar nossos desejos comerciais de compra, venda e troca.

A alteridade poderia surgir quando identificamos o tipo de comércio encontrado nestas fontes: comércio de pessoas, seres humanos. Nesse sentido, pensar em comércio de pessoas, é, sim, uma estranheza para nós homens do século XXI. Dessa forma, muitos podem supor pela semelhança da linguagem com nossos anúncios atuais que os escravos eram vistos como mercadorias. E se o escravo era tratado apenas com fins mercantis, um leitor contemporâneo, ao ter contato com esse tipo de fonte, poderia concluir que os nossos anúncios descrevem um escravo-coisa. São dois os motivos que nos levariam a pensar dessa

³²REIS, João José; Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro – Bahia, 1806. In: Reis, João José ; GOMES, Flávio S. (orgs). *Liberdade por um fio: História dos Quilombos no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p.358

³³APEES – Série Jornais – O ESPIRITO SANTENSE_ vinte e três de Dezembro de 1884.

³⁴APEES – Série Jornais – O ESPIRITO SANTENSE_ seis de Dezembro de 1883.

³⁵De acordo com os estudos de os estudos de Patrícia M. da Silva Merlo, sobre a família escrava em Vitória, apesar de ainda não estar situado dentro da lógica agroexportadora da economia brasileira do século XIX, identificou-se a existência de famílias escravas, não apenas nas plantations, mas também nas pequenas escravarias e diversos grupos de escravos especializados. E mais, que a família escrava era até desejada pelos senhores. Patrícia Merlo, em contato com sua documentação verifica que na Vitória do dezenove existiu arranjos familiares sólidos, reconhecidos legalmente e expressivos numericamente. Sendo interessante destacar a baixa presença de africanos na composição de suas escravarias, fato que permite a autora concluir que os cativos de Vitória em sua maioria são nascidos no Brasil e que houve uma paulatina renovação de mão de obra via natalidade. Dessa forma podemos supor que o Espírito Santo não tenha oferecido resistência a família escrava. MERLO, Patrícia M. Silva da. Estudo sobre a família escrava em Vitória/ ES, 1800-1830. Disponível em: <http://www.anpuh.uepg.br/xxii-isimposio/anais/textos/PATRICIA%20MARIA%20DA%20SILVA%20MERLO.pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2008.

³⁶APEES – Série Jornais - CORREIO DA VICTORIA – dez de junho de 1857.

forma: primeiro se tratássemos os anúncios apenas como uma descrição objetiva por parte dos anunciantes e não buscássemos empreender nas entrelinhas as pistas deixadas por essas fontes; e segundo se tentássemos entender o sistema escravista através de nossos olhares contemporâneos.

No entanto, concordamos com as assertivas de Geraldo Soares, quando diz: “A realidade da escravidão era mais complexa do que ela nos apresenta a primeira vista, e a última coisa que devemos fazer é nos enveredarmos por qualquer espécie de julgamento moral sobre as situações vividas pelos nossos personagens históricos”.³⁷ Além disso:

Os senhores de escravos, como os próprios escravos, eram dotados de traços de personalidade complexos, como o são os nossos, e que não podem ser reduzidos simplesmente a uma bondade ou maldade inerentes. Além disso, nunca é demais lembrar que a escravidão não era moralmente condenada nas décadas de 1870 e 1880 da mesma forma que o é por nós, hoje.³⁸

Muitos anúncios de venda nos indicam que além do conflito a negociação entre senhores e escravos era sempre presente, mesmo quando se tratava de uma atividade comercial. Inicialmente tínhamos em mente que era levado em conta numa transação comercial de escravos apenas os desejos dos seus respectivos donos; diante desse quadro, o contato com os anúncios de venda nos permitiu ver que em muitos casos a venda, o aluguel ou a troca ocorria por desejos dos cativos. *A priori*, pode parecer uma afirmação estranha se pensarmos que nessa sociedade altamente hierarquizada, aqueles que estavam na posição inferior da hierarquia tivessem oportunidade de escolher sobre seu futuro. Vejamos os casos abaixo, em que o motivo da venda se dá porque a escrava não quer mais continuar onde está:

Vende-se uma escrava de idade de 27 a 28 anos, boa lavadeira, engomadeira, cozinheira do trivial de uma casa, quem a mesma pretender se dirija-se ao abaixo assinado; vende-se por não querer estar na roça. Francisco Euterpe Alfavaca³⁹

Vende-se uma escrava crioula de 18 anos de idade, o motivo da venda é ela não querer servir na casa que está; para mais informações nesta tipografia.⁴⁰

Não se nega aqui o fato de que existiram alguns anúncios que foram estritamente comerciais, deixando-nos uma imagem de negro-mercadoria, como é o caso do anúncio abaixo em que o senhor aproveita para oferecer todas as mercadorias de uma vez:

Vende-se uma escrava de nação, 30 anos de idade, mais ou menos, sem vícios, sadia própria para a roça; quem a pretender dirija-se á casa de João Pinto Gomes Rezendo, Rua Formosa; na

mesma casa vende-se livros em branco, folhetos, lagrimas e sorrisos, manual maçônico, colchões para camas, e marquesas, baús de folha envernizados, de todo o tamanho, terno de pesos de chumbo, balanças, vidros para vidraças e tudo quanto é obra de funileiro e latociro; e encadernam-se livros; botão de vidros, e pinta-se caixas; tudo por cômodo preço.⁴¹

Mas, na maioria dos anúncios encontramos uma descrição elogiosa, ou que apontam virtudes, por parte dos senhores aos seus escravos, e isso não se restringe aos anúncios comerciais; até mesmo os anúncios de fuga são carregados de elogios, como: “muito fiel”, “bom lavrador”, “perfeita cozinheira”, “bonita figura”, “forte”, “bem feito de corpo”, “muito habilidoso”, “fisionomia ellegante e bem moralizada”, “é vistoso”, “bem conversado”, “muito finada de corpo” “muito poeta” “figura agradável”, “boa índole”, “carinhosa”, “humilde”, “esperto”, “pernóstico”. É evidente que também surjam muitos adjetivos negativos como: “arrogante”, “idiotismo”, “mau encarado”, “potroso”. Além das qualificações os anúncios prescrevem características como: nome, idade, cor, sexo, profissão, estatura e características físicas, o que nos permite traçar um perfil dos escravos que fugiam e dos que eram comercializados. Nos anúncios de “precisa-se alugar” ou “comprar um cativo”, percebemos o perfil que se esperava de um cativo, assim como nos anúncios de venda percebemos a motivação da venda e também do escravo que era vendido.

As publicações de venda possuem descrições mais sucintas do que os anúncios de fuga. Os cativos superaram em número os anúncios de escravas. Geralmente, quando havia a idade nesses anúncios, era superior a trinta anos. Contudo, era mais comum ocultar a idade. O preço pretendido pelo vendedor nunca era exposto no jornal, e havia ainda uma preocupação em deixar claro que a compra do cativo não desagradaria ao comprador. Além disso, alguns senhores buscavam alertar em seus anúncios de que a venda não era por motivo de defeitos, a exemplo do anúncio abaixo que avisa de antemão que o motivo da venda é por necessidades financeiras.

VENDE-SE um escravo angola, 18 anos de idade, trabalha de roça sem defeito e nem moléstia, o motivo é por precisar do dinheiro. Quem pretender dirija-se ao Porto dos padres a Bernardo Luiz Ribeiro Bastos.⁴²

Os indícios apontam que a venda ocorria ora por questões financeiras, por necessidade de redução de gastos, ora por questões de inabilidade do cativo para o serviço, ora pela idade avançada, físico esgotado ou doenças. Ou até mesmo porque os mesmos já não atendiam às necessidades de seu dono, às vezes até de forma proposital. Os anún-

³⁷SOARES, Geraldo Antonio. Esperanças e desventuras de escravos e libertos em Vitória e seus arredores ao final do século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 26, n.º 52, 2006, p.116.

³⁸SOARES, Geraldo Antonio. Esperanças e desventuras de escravos e libertos em Vitória e seus arredores ao final do século XIX, p.122.

³⁹APEES – Série Jornais – CORREIO DA VICTORIA – primeiro de dezembro de 1849.

⁴⁰APEES – Série Jornais – CORREIO DA VICTORIA – vinte e oito de abril de 1858.

⁴¹APEES – Série Jornais – CORREIO DA VICTORIA – sete de fevereiro de 1849.

⁴²APEES – Série Jornais – CORREIO DA VICTORIA – três de outubro de 1849.

cios de venda procuravam ressaltar as qualidades do escravo, ou seja, procurava-se enfatizar as qualidades do escravo para que este se tornasse atraente ao comprador. Por isso eles eram noticiados como sadios, com bons costumes, sem vícios, alegres dentre outros adjetivos. Os anúncios de “precisa-se” aparecem com pouca frequência. Em geral, especificavam o sexo, as habilidades que esperavam encontrar, a idade e o local onde as informações sobre o escravo deveriam ser obtidas. Havia uma preferência por escravos jovens, possivelmente mais ágeis para o serviço. A procura era maior por mulheres para trabalharem no serviço doméstico e como amas de leite. Por isso, percebemos que havia uma preferência por cativas para ocupar os serviços domésticos, procurou-se também por pajens com a exigência de que esses fossem bonitas figuras.

Conclusão

Tanto os escravos como os senhores tinham sua concepção em relação ao regime escravista. Os anúncios demonstram um senhor prejudicado pela fuga, cujo culpado poderia ser tanto o escravo como um sedutor. Era a esse sedutor que os anúncios também se dirigiam e não apenas as pessoas ligadas com a captura. Nesse sentido, os anúncios de alguma maneira estavam associados a uma idéia constante veiculada nos jornais o direito da propriedade, muitas vezes violado por esses acobertadores.

As descrições minuciosas dos anúncios de fuga foram muito importantes para esse trabalho. Por meio deles, percebemos que mesmo se sentindo lesado pela fuga o senhor não omitia ou buscava desqualificar o cativo, anunciava suas qualidades e seus defeitos. Inclusive buscavam enfatizar nos anúncios de fuga, a esperteza desses escravos, já que se tratando de um escravo “astuto” seria necessário atenção na captura, uma vez que ele poderia se utilizar de artimanhas para permanecer fugido. Os anúncios de venda de escravos também foram importantes nesse trabalho, já que ao relatar as características que esperavam encontrar nos cativos, nos possibilitou perceber o que eles esperavam de um escravo, ou seja, as características que desejavam encontrar.

Clóvis Moura e o livro *Rebeliões da Senzala*: um breve panorama sobre o debate da resistência escrava

Gustavo Orsolon de Souza
Graduado em História/UFRRJ
gustavo.orsolon@bol.com.br

Resumo: Este artigo tem o objetivo de abordar as principais interpretações sobre as revoltas escravas ocorridas no século XIX, com a finalidade de verificar o desenvolvimento do debate sobre o tema e posicionar o leitor diante do livro *Rebeliões da Senzala* (1959) de Clóvis Moura, que teve sua obra marginalizada pela historiografia. O debate tem como ponto partida o trabalho de Nina Rodrigues de 1930, considerado por alguns estudiosos como o pioneiro no estudo das revoltas escravas, passando posteriormente para os trabalhos de pesquisadores que se destacaram na década de 40 como Arthur Ramos, Donald Pierson e Edison Carneiro, e finalizando com trabalhos mais recentes como de João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Stuart B. Schwartz, que analisam as décadas de 50 e 60.

Palavras chave: História, Clóvis Moura, Resistência Escrava

Abstract: This article aims to discuss the main interpretations of the slave revolts occurred in the nineteenth century, with the purpose of verifying the ongoing debate on the topic and place the reader before the book *Rebellions of Slaves* (1959) Clóvis Moura, who had his work marginalized by history. The debate has as starting point the work of Nina Rodrigues 1930, considered by some scholars as a pioneer in the study of slave revolts, rising subsequently to the work of researchers who have excelled in the 40's and Arthur Ramos, Edison Carneiro and Donald Pierson, and ending with more recent work as Joao Jose Reis, Flávio dos Santos Gomes and Stuart B. Schwartz, who analyze the 50 and 60.

Keywords: History, Clóvis Moura, Slave Resistance

Este artigo tem o objetivo de abordar as principais interpretações sobre as revoltas escravas ocorridas no século XIX, com a finalidade de verificar o desenvolvimento do debate sobre o tema e posicionar o leitor diante do livro *Rebeliões da Senzala* (1959) de Clóvis Moura. Faremos isso seguindo uma ordem cronológica, que vai de 1930 até 1959, data da publicação do livro. Mas é preciso deixar claro que não pretendo apresentar todas as publicações, somente aquelas que considero importantes para a construção desse artigo.¹

Clóvis Moura nasceu em 1925 no Piauí em uma família simples. Somente em São Paulo, por volta dos vinte anos de idade, é que começou a se interessar por estudar os “negros” no Brasil, estudo este, que resultaria mais tarde em seu primeiro livro *Rebeliões da Senzala*.²

O pesquisador concluiu o curso de Ciências Sociais em 1953, na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), se tornando um dos principais estudiosos da formação social brasileira, embora seu prestígio só tenha vindo alguns anos mais tarde.³

Então, em 1959, o livro *Rebeliões da Senzala* foi publicado pelas Edições Zumbi que, de acordo com o historiador Mário Maestri Filho, foi uma microeditora de São Paulo fundada por uma militante política comunista de nome Antonieta Dias de Moraes. Uma editora que publicava obras rejeitadas pela editora Vitória do Partido Comunista Brasileiro.⁴

O livro *Rebeliões da Senzala* está dividido em sete capítulos: Características Gerais; Participação do Escravo nos Movimentos Políticos; Quilombos e Guerrilhas; O Quilombo dos Palmares; A Bahia no Tempo das Revoltas; Insurreições e Tática de Luta dos Escravos. Mas, o capítulo “Insurreições” conta com sete subcapítulos, que apresentam os principais movimentos insurrecionais ocorridos na região da Bahia. Também faz parte do livro um apêndice onde o autor explicita para o leitor os documentos de arquivo utilizados para a construção do mesmo como, por exemplo, fragmentos de jornais de época.⁵

O primeiro capítulo do livro intitulado “Características Gerais” visa apresentar um pouco da história do Brasil: a chegada dos portugueses, a exploração de mão de obra indígena, o tráfico de escravos, as transformações ocorridas no século XIX e a exploração de mão de obra negra.

A partir do primeiro capítulo “Características Gerais”, os capítulos seguintes seguem uma investigação da participação dos negros em quilombos, em insurreições e em revoltas ocorridas pelo país também no século XIX. Em sua abordagem, Moura faz uso de fontes primárias e secundárias, num diálogo que permite observar a imagem do negro escravizado de uma outra maneira, nesse caso, atuante e participativo.

Embora produzindo nesse período, Clóvis Moura não era considerado pela elite intelectual um pesquisador importante. Essa elite era composta por aqueles que produziam dentro da academia, mais precisamente dentro da Universidade de São

¹MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Edições Zumbi LTDA, 1959.

²MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*.

³Clóvis Moura é visto hoje como um grande pesquisador da questão negra, afirmação esta que pode ser comprovada pelos estudiosos que trabalham com o mesmo tema. Estes pesquisadores se posicionam não somente em relação ao livro *Rebeliões da Senzala*, mas em relação a toda obra de Clóvis Moura. Para a doutora em Ciências Sociais Érica Mesquita, Moura valorizou a participação do negro na sociedade, tornando-o um “portavoz” dos negros na luta por sua cidadania. Cf: MESQUITA, Érika. *Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira*. Campinas – SP: UNICAMP, 2002. p. 187. Já o Doutor em Ciências Sociais pela USP Kabengele Munanga, se impressiona com a complexa obra de Clóvis Moura, que segundo ele, trouxe o negro em todos os ângulos e, não como apenas um objeto a ser pesquisado por uma classe dominante. Cf: MUNANGA, Kabengele. Professor Clóvis Moura: autor de uma obra complexa e ininterrupta sobre a história e os problemas do negro brasileiro. In: *Clóvis Moura – Fragmentos de vida e obra*. CD ROM. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Para o jornalista José Carlos Ruy, Clóvis Moura teve o objetivo de investigar com o livro *Rebeliões da Senzala* o passado, para que dessa forma, pudesse compreender as lutas negras do presente. Ainda segundo o pesquisador, o livro é o primeiro estudo onde a história do negro passa a ser contada dentro da história do povo brasileiro. Cf: RUY, José Carlos. *Rebeliões da Senzala – lições de luta*. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: EDUFAL, 2003. p. 149.

⁴MAESTRI FILHO, Mário José. *Clóvis Moura: uma visão revolucionária precoce sobre o Brasil*. In: *Clóvis Moura – Fragmentos de vida e obra*. CD ROM. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 1

⁵MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*.

Paulo. Clóvis Moura estava fora de uma instituição acadêmica, fato este que, segundo João Baptista Borges Pereira, antropólogo e doutor em ciências humanas pela USP, dificultava muito a trajetória de um pesquisador.⁶

E o livro *Rebeliões da Senzala* vem justamente mostrar o escravo como um elemento atuante e participativo, que contribuiu para o desgaste do sistema escravista. Assim, como afirmou o historiador Manuel Correia de Andrade, o livro “desmistificou” a tradicional história de que o negro era “submisso” e “obediente”, em contraposição ao índio, que era “rebelde” e “insubmisso”.⁷

O intelectual que na década de 60 não foi valorizado e reconhecido, hoje é considerado um importante pesquisador da “questão negra” no Brasil, tendo sido posteriormente convidado pela Universidade de São Paulo (USP) para participar de algumas bancas como professor “notório saber” devido ao reconhecimento de sua vasta obra: *Rebeliões da Senzala* (1959), *O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel* (1976), *O Negro: de Bom Escravo a Mau Cidadão?* (1977), *Raízes do Protesto Negro* (1983), *Dialética Radical do Brasil Negro* (1994), *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil* (2001) e entre outros.⁸

Seguindo a ordem cronológica adotada neste artigo, o primeiro livro publicado sobre o tema da resistência escrava é de Nina Rodrigues, “*Os Africanos no Brasil*” (1932).⁹ Foi Nina Rodrigues, o pioneiro das questões afro-brasileiras e também das revoltas escravas, pelo menos é o que indica alguns estudiosos.¹⁰

Para o antropólogo Arthur Ramos, Nina Rodrigues foi o primeiro autor a escrever sobre negros na Bahia, fazendo as primeiras descrições do que mais tarde seria identificado como processo de “aculturação”.¹¹ Ramos ainda aponta que o maior mérito da Escola de Nina Rodrigues foi ter inaugurado os estudos sobre a herança africana no Brasil e também sobre suas modificações.¹² Para o historiador Flávio Gomes, as primeiras abordagens sobre os temas afro-brasileiros surgiram a partir dos anos de 1930, sendo um desdobramento da Escola de Nina Rodrigues.¹³

Nina Rodrigues foi um médico, mas o interesse que tinha em relação aos temas afro-brasileiros fez com que buscasse estudar os negros no Brasil. Em sua interpretação, Rodrigues faz um mapeamento das procedências africanas dos negros brasileiros, assim como das sobrevivências de determinados costumes, dentre estes, da língua e da arte. Mas o que chamou mais atenção em seu trabalho foi sua dedicação a um dos mais importantes focos de resistência escrava no Brasil, que foi o Quilombo dos Palmares.

O pesquisador observou a estrutura formada pelos negros refugiados, utilizando, para isso, uma proposta de Rocha Pitta em “*História da América Portuguesa*” (1930), que compara o quilombo dos

Palmares a uma “República”. Além disso, Nina Rodrigues evidencia a força desse quilombo, que dificultou muito a ação repressiva das autoridades da época, sendo, portanto, uma preocupação constante para a sociedade.¹⁴

Para Pedro Paulo Funari e Aline Vieira de Carvalho, em obra mais recente, Nina Rodrigues utilizou o método comparativo para analisar as culturas presentes nos quilombos, utilizando-se de alguns aspectos como a religião e a alimentação, e as comparou com as práticas das comunidades africanas. O quilombo, então, seria resultado de uma resposta “contra-aculturativa” dos negros escravos.¹⁵

Ainda na década de 30, e na virada para a década de 40, pode-se destacar o trabalho de Arthur Ramos, que dava continuidade à Escola de Nina Rodrigues. Em “*As Culturas Negras no Novo Mundo*” (1937), Ramos se preocupa em propor uma abordagem diferente para o tema “negro”, ou seja, procura observar as particularidades de cada povo africano que veio para o Brasil. Além disso, o antropólogo mostra que o negro não pode ser visto como um elemento “pitoresco”, como por algum tempo foi visto pelos “contadores de história”, que viveram nos períodos colonial e imperial.¹⁶

Ramos, então, tenta desconstruir essa idéia, mostrando que o negro não pode ser entendido como um elemento da “moda”, mas sim, como um assunto permanente, pois ele faz parte do “material da casa”. Assim, o pesquisador observa as várias formas das culturas negras que vieram para o Novo Mundo, evidenciando as singularidades de cada uma.¹⁷

Na conclusão de seu trabalho, Ramos propõem pensar que ocorreram três resultados de aculturação, sendo estes: a aceitação, a adaptação e a reação. No primeiro caso, o autor acredita que alguns povos que vieram para o Novo Mundo aceitaram a cultura local, com perda ou esquecimento da cultura antiga. O segundo, a adaptação, é entendida como uma combinação harmônica entre as duas culturas, ou seja, a original e a estrangeira. E no terceiro e último caso, o de reação, é quando surgem os movimentos “contra-aculturativos”. Para Ramos, o processo de reação acontece quando os povos africanos não aceitam os traços culturais estrangeiros.¹⁸

É através do conceito de reação que se terá, segundo Ramos, a formação dos quilombos. Isso significa que seria o resultado do processo “contra-aculturativo”. Na análise de Flávio Gomes, Arthur Ramos observa que as comunidades de fugitivos e seus arranjos sócio-econômicos tinham como propósito manter os “Estados Africanos”, sendo assim, uma reação contra opressão sofrida pelo regime escravista.¹⁹

Em 1943, temos a publicação de uma coleção de

⁶PEREIRA, João Baptista Borges. O Último Legado de Clóvis Moura. In: *Instituto de Estudos Avançados da USP*, v. 18, n. 50. São Paulo: USP, 2004. p. 1. Disponível na Internet via : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100027&lng=en&nrm=i sso. Acesso em 16/01/09.

⁷ANDRADE, Manuel Correia de. Clóvis Moura e a questão racial no Brasil. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: EDUFAL, 2003. p. 118.

⁸Segundo o professor de Direito da Universidade Federal do Ceará Hugo de Brito Machado, o título de “notório saber” tem sido uma prática muito utilizada pelas universidades do país para qualificar a pessoa que não fez curso de especialização, como doutorado, mas possui conhecimentos “equivalentes”. É, portanto, um título de reconhecimento à pessoa que produziu fora do ensino formal. Cf: MACHADO, Hugo de Brito. *Notório Saber*. Disponível na Internet via: http://bdjur.stj.gov.br/jspui/bitstream/2011/947/1/Not%C3%B3rio_Saber.pdf. Acesso em: 20/01/09.

⁹RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932.

¹⁰Dentre os estudiosos que consideram Nina Rodrigues como pioneiro no estudo das questões negras, os mais importantes são o antropólogo Arthur Ramos e o historiador Flávio Gomes.

¹¹RAMOS, Arthur. *As Culturas negras no Novo Mundo*. 3ª ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1979. p. XX.

¹²RAMOS, Arthur. *Aculturação Negra no Brasil: uma escola brasileira*. *Revista do Arquivo Nacional*. São Paulo, v. 83, 1942. p. 129-158.

¹³GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas – mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

¹⁴Cf: PITTA, Rocha. *História da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1952.

¹⁵FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira de. *Palmares, Ontem e Hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005, p. 35.

¹⁶RAMOS, Arthur. *As Culturas negras no Novo Mundo*. 3ª ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1979. p. XXI.

¹⁷RAMOS, Arthur. *As Culturas negras no Novo Mundo*. 3ª ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1979, p. XXII.

¹⁸RAMOS, Arthur. *As Culturas negras no Novo Mundo*, p. 245.

¹⁹GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas – mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 11.

Arthur Ramos, que é uma continuação de sua pesquisa, porém, com dados novos sobre o negro. A coleção é composta de quatro volumes. No primeiro, “As Culturas Não Européias”, analisa o índio e o negro de uma forma sistematizada, tendo como foco principal a observação linguística e cultural de quatro grupos indígenas: Tupi-Guarani, Ge, Aruak e Caribe. O segundo volume é intitulado de “As Culturas Negras”, e examina as culturas africanas, com o objetivo de compará-las com as culturas sobreviventes no Brasil, como o grupo Nagô, Gegê, Mina, Malê e Bantu.²⁰ O terceiro e quarto volumes são estudos sobre “Culturas Européias e o Contato de Raças e Culturas”, que visa observar os problemas gerais da imigração e colonização, como também as características culturais dos povos encontrados no Brasil.²¹

A tese de doutorado do norte-americano Donald Pierson foi defendida em 1939, mas só foi publicada no Brasil em 1943, com o título de “Branços e Pretos na Bahia”. É um trabalho muito importante para a época, pois seu objetivo consistia em reconsiderar a exata identificação da “situação racial” no Brasil. Isso porque, segundo o pesquisador, os vários estudos que surgiram em torno dessa discussão traziam elementos contraditórios, que se devem principalmente à falta de pesquisas empíricas de qualidade e ao exagero nas abordagens de caráter geral, não levando em conta a heterogeneidade e ocasionando, assim, um “quadro” distorcido do problema.²²

Pode parecer um tanto pretenciosa a palavra “reconsiderar”, mas logo vemos que a intenção de Pierson é apenas desconstruir alguns estereótipos em relação ao negro. Essa “reconsideração” só foi possível graças à identificação de problemas de generalização e de pouca pesquisa, que foram cometidos por alguns estudiosos.²³

Embora as revoltas escravas não sejam seu foco principal, Pierson não deixa de mencioná-las. Para o autor, os quilombos eram uma forma de proteção mútua entre os escravos. Um outro ponto que destacamos na interpretação do autor é o fato de trazer um olhar diferente em relação ao negro, ou seja, o autor sugere pensar que nem todos viram os escravos como um elemento social oprimido e triste com sua condição.²⁴

Tal observação pode ser conferida nos relatos de viajantes utilizados pelo autor, que mostram, por exemplo, que nem todos os escravos eram humilhados, ou, pelo menos, não transmitiam essa imagem. No caso do relato do inglês Hastings Charles Dent, o visitante diz que nunca encontrou outro tratamento que não fosse de muita bondade do senhor para com seu escravo. Para o outro viajante, chamado de Gilbert Farqwhor Mathison, a aparência “animada” e as “condições físicas” do escravo mostravam que eram muito bem tratados.²⁵ A proposta, sem dúvida, gerou muita

polêmica, mas para Jeferson Afonso Bacelar, doutor em Ciências Sociais, o trabalho de Pierson rompeu com os padrões vigentes no universo intelectual, na medida em que estudava de uma forma mais concreta uma dada realidade social, enfocando as relações entre brancos e pretos no interior de uma sociedade regional.²⁶

No final da década de 40, mais precisamente no ano de 1947, foi publicado o livro “O Quilombo dos Palmares”, um grande avanço na historiografia acerca da resistência escrava, isso porque o livro analisou o Quilombo dos Palmares através de vários ângulos: econômico, militar e cultural. Edison Carneiro, autor da obra, embora formado em Direito, teve grande interesse em estudar temas afro-brasileiros e, trouxe uma interpretação bem interessante para se pensar a reação do negro ao escravismo. Segundo o autor, essa reação do negro na América Portuguesa teve três aspectos importantes que são: a revolta organizada; a insurreição armada e a fuga para o mato.²⁷

Para Carneiro, o quilombo era uma reação “negativa de fuga e de defesa”, ou seja, negativa no sentido de insatisfação ao rigor e à violência em que eram submetidos dentro das senzalas. E, particularmente no caso de Palmares, foi uma reação tão forte que a comunidade conseguiu sobreviver por quase um século sem ser destruída pelas várias expedições militares enviadas pelo governo. Para evidenciar a estrutura bem organizada de Palmares, Carneiro também faz uso, assim como Nina Rodrigues, do trabalho de Rocha Pitta, que compara o quilombo a uma espécie de “República Rústica”.²⁸

De acordo com o próprio Edison Carneiro, o seu objetivo com o livro é trazer novamente à vida o “Estado negro” e, ao mesmo tempo, eliminar as fantasias e espantar o silêncio sobre o tema.²⁹ Para Flávio Gomes, Edison Carneiro foi o primeiro a estudar a organização política, econômica, militar, cultural e social do Quilombo dos Palmares.³⁰

É preciso destacar ainda o trabalho do norte-americano Stuart B. Schwartz, “Escravos, Roceiros e Rebeldes” (2001), que apontou que antes da década de 50, o estudo sobre o negro se voltava mais para a cultura escrava, como foi o caso dos trabalhos de Nina Rodrigues e Arthur Ramos e que não houve interesse por parte dos historiadores após 1950 em dar continuidade a Escola de Nina Rodrigues. Já a partir da década de 60, os trabalhos se voltaram para estudos comparativos da escravidão, aumentando assim, o interesse no aprofundamento do tema.³¹ Segundo Schwartz, o objetivo, por exemplo, dos sociólogos paulistas, era entender como repercutiu o escravismo no desenvolvimento da economia brasileira.³²

Segundo João José Reis e Flávio dos Santos Gomes, em “Liberdade por um Fio” (1996), no final dos anos 50, os estudos sobre revolta e rebeldia

²⁰RAMOS, Arthur. *As Culturas Negras*. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1943.

²¹RAMOS, Arthur. *As Culturas Negras*, p. 35.

²²PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*, 2ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. p. 29.

²³Os estereótipos que Donald Pierson pretende desconstruir estão ligados aos cinco problemas destacados logo na introdução de sua pesquisa. São eles: 1) às características heterogêneas dum país imenso; 2) à natureza sutil da “situação racial” no Brasil; 3) o papel desempenhado no processo de comunicação pelos significados de palavras; 4) ao restrito volume de pesquisas de qualidade empírica produzida em relação a este problema; e 5) às variações nos objetivos, abordagens e métodos dos escritores da especialidade, alguns dos quais, por terem indevidamente exagerado certos aspectos da situação total, ofereceram um “quadro” inconscientemente distorcido. Segundo o pesquisador, estes problemas impediram uma exata compreensão da situação racial no Brasil. Cf. PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*, p. 29.

²⁴PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*, p. 127 e 157.

²⁵PIERSON, Donald. *Branços e Pretos na Bahia*, p. 157.

²⁶BACELAR, Jeferson Afonso. *A Hierarquia das Raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p. 90.

²⁷CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966. p. 03.

²⁸CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*, p. 3-4.

²⁹CARNEIRO, Edison. *O Quilombo dos Palmares*, p. 14.

³⁰GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas – mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 11-12.

³¹SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. São Paulo: EDUSC, 2001. p. 26 e 42.

³²SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*, p. 26.

tornam-se objeto da historiografia. O livro “Rebeliões da Senzala” (1959) de Clóvis Moura marca esse período, trazendo uma visão marxista em relação aos quilombos.³³ Mas, além de Moura, outros pesquisadores posteriormente, como Luis Luna, José Alípio Goulart e Décio Freitas irão trabalhar com a temática da resistência.³⁴

Para Reis e Gomes, esses pesquisadores tentam desconstruir a idéia defendida na década de 30 por Gilberto Freyre, de que as relações escravistas seriam harmoniosas³⁵. O livro *Rebeliões da Senzala* - segundo Reis e Gomes - trouxe um rico material empírico com vasta pesquisa em arquivos.

Na mesma época, vários trabalhos eram produzidos na Universidade de São Paulo – a renomada “Escola Paulista” - mas deixavam a questão da resistência escrava em segundo plano. Dentre estes autores, destacam-se Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Octavio Ianni, que representavam a elite intelectual nesse momento³⁶:

Stuart B. Schwartz concorda com João José Reis e Flávio Gomes, e também apontou que a década de 60 é marcada pelos estudos de jovens sociólogos de São Paulo, que seguiam a linha marxista, tendo uma visão materialista da sociedade. Segundo Schwartz, esses estudiosos paulistas elegeram como objeto de estudo as conseqüências econômicas e sociais da escravidão, diferenciando assim da análise de Clóvis Moura, que embora também siga uma linha marxista, se preocupa fundamentalmente com a reação dos negros ao sistema escravista.³⁷

Moura foi considerado por Flávio Gomes como o pioneiro em uma análise mais sociológica sobre as comunidades de fugitivos e suas relações com a sociedade, ou seja, para Gomes, Moura buscou estudar as comunidades quilombolas para entender a sociedade escravista.³⁸

O trabalho de Clóvis Moura não traz esta idéia de isolamento ou de “marginalização”. O escravo, em sua interpretação, não é visto como uma figura calada e submissa, que aceitava passivamente as imposições do sistema escravista. Na análise de Moura, o escravo lutava contra as condições a que estava submetido e participava ativamente das relações sociais.

Em depoimento, Clóvis Moura afirmou que o seu objetivo com o livro *Rebeliões da Senzala* foi demonstrar a atuação dos “agentes sociais oprimidos”, que mesmo não tendo conseguido vencer em muitas de suas revoltas, foram figuras importantes no processo de mudanças na história do Brasil escravista.³⁹

Essa preocupação com a recuperação da memória e da obra de Clóvis Moura é recente. Depois de cruzar as informações da discussão bibliográfica com os dados da trajetória de Clóvis Moura, foi possível observar uma relativa margina-

lidade de sua obra, desde o momento da publicação do livro *Rebeliões da Senzala*, em 1959, até pelo menos no final da década de 70, quando, segundo Schwartz, o país passa por um período de conscientização sobre assuntos relacionados à desigualdade racial, com crescente interesse pela escravidão, o que faz com que os trabalhos sobre a resistência escrava sejam revistos.⁴⁰

³³MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Edições Zumbi LTDA, 1959.

³⁴Cf: LUNA, Luis. *O Negro na Luta Contra a Escravidão*. Rio de Janeiro: Leitura, 1968. FREITAS, Décio. *Palmares, a guerra dos escravos*. 5ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. GOULART, José Alípio. *Da Fuga ao Suicídio*. Rio de Janeiro: Conquista, 1972.

³⁵Cf: FREYRE, Gilberto. *Casa Grande Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Schmidt, 1936.

³⁶REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um Fio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.12-13.

³⁷SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Rocios e Rebeldes*. Trad. Jussara Simões. São Paulo: EDUSC, 2001. p. 25-26.

³⁸GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas – mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 13

³⁹Depoimento de Moura *apud* ALMEIDA, Luiz Sávio de (org). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: EDUFAL, 2003. p. 12.

⁴⁰SCHWARTZ, Stuart B.. *Escravos, Rocios e Rebeldes*, p. 39.

Quem somos nós e quem são eles? Os filhos da terra e suas relações coloniais no sul de Moçambique (1908-1925)

Fernanda do Nascimento Thomaz
Doutoranda em História/UFF
fefathomaz@yahoo.com.br

Resumo: Nas duas primeiras décadas do século XX, a exploração colonial portuguesa no sul de Moçambique começava a consolidar-se a partir da criação de mecanismos de discriminação sócio-racial. As políticas colonialistas passaram a criar condições para uma nova estrutura sócio-jurídica e cultural. Todavia, essa nova configuração trazia a palco diferentes altercações de um grupo de africanos urbanos - descendentes de europeus e africanos ou somente destes – que reivindicava a “cidadania” portuguesa e, ao mesmo tempo, declarava-se como os principais representantes dos demais africanos. Auto-intitulados “filhos da terra” e afro-portugueses, esses indivíduos, de certa forma, percebiam tanto sua origem local quanto sua erudição europeia; o que gerava conflitos não somente com a estrutura colonial como também com os “usos e costumes” locais. É a partir de tal relação conflituosa que neste artigo se pretende analisar a formação da identidade dos filhos da terra.

Palavras-chave: Moçambique, colonialismo e identidade.

Abstract: In the twenty century two first decade, the southern Mozambique Portuguese colonial exploitation was beginning to consolidate through the creation of social and racial discrimination means. The colonial policies created conditions for a new social, legal and cultural structure. However, this new situation brought a lot of complaints of African urban group – Europeans and Africans, or just Africans descendents – who complained for Portuguese “citizenship” and, at same time, considered themselves the main representatives of all Africans. Call themselves “filhos da terra” [homeland sons] and afro-portugueses, these people, somewhat, understood both their local origin even as their European literacy; that which created conflicts against the colonial structure and local customs. It is through this conflict that the article intend to analyze the filhos da terra identity formation.

Keywords: Mozambique, colonialism and identity.

Introdução¹

Quando pensamos no termo “filhos da terra”, o que nos vem em mente? Geralmente, imaginamos que seja qualquer pessoa nascida em uma determinada localidade. Embora nos pareça uma constatação óbvia, este termo possuía um significado um pouco diferente no extremo sul de Moçambique – especificamente na capital Lourenço Marques –² no princípio do século XX. O termo foi auto-atribuído, por um grupo social, aos indivíduos africanos que compartilhavam as mesmas condições materiais e culturais, moldadas pela experiência do colonialismo português na região.

Esses filhos da terra eram um grupo de negros e mestiços, descendentes de africanos – cujos povos eram tsonga, bitonga, chopi e macuas – bem como de europeus e asiáticos. Incluíam pessoas de diferentes filiações: religiosas, comportando católicos, presbiterianos, wesleyanos; lingüística, já que poderiam ser ronga, changana, português; profissionais, passando da ocupação de um cargo público, à tipografia, empregos comerciais, entre outros.³

O termo “terra”, significando os nascidos localmente, não fornecia a excelência do nome a todos os indivíduos que ali nascessem. Na verdade, é como se muitos estivessem órfãos, apartados dessa

filiação. Os “acolhidos” eram indivíduos de descendência africana, mas que também dominavam os hábitos e costumes ocidentais. Fora dessa identificação estava a maioria dos africanos ligados às culturas locais – estes possuíam um estatuto sócio-jurídico de “indígenas”.

Alguns desses indivíduos fundaram, em 1908, um núcleo recreativo, chamado de *Grémio Africano de Lourenço Marques*. O objetivo inicial dessa agremiação era promover o “desenvolvimento moral e cultural”, defender os interesses do grupo através da imprensa, difundir a “instrução”, ajudar mutuamente seus associados, auxiliar e dar assistência aos africanos. Como seu porta-voz e difusor de suas idéias, a agremiação fundou os jornais *O Africano* e *O Brado Africano*.⁴ Para termos uma idéia da proporção de pessoas que faziam parte dessa agremiação em relação à cidade de Lourenço Marques, no ano de 1921, o número de sócios do *Grémio Africano* correspondia a cerca de 3% da população “instruída” da cidade, incluindo tanto brancos, negros, pardos e amarelos quanto homens e mulheres. Se indagarmos sobre essa porcentagem somente em relação à população negra e mestiça, que era de 1596 pessoas, esses dados, dos sócios fundadores e ordinários na agremiação, sobem para 10%, ressaltando que a maior parte dos negros não estava na cidade e nem mesmo era

¹Este artigo é o resumo de um capítulo da dissertação de mestrado defendida por mim. O título da dissertação é: *Os filhos da terra: discurso e resistência nas relações coloniais no sul de Moçambique (1890-1930)*. Departamento de História, PPGH, UFF – RJ, 2008.

²Atual cidade de Maputo.

³AHM – Governo Geral, Cx. 103. “Lista de sócio do Grémio Africano de Lourenço Marques enviada ao Chefe do gabinete do Alto Comissário da República na Província de Moçambique”, 17 de maio de 1921; ROCHA, Aurélio. *Associativismo e nativismo em Moçambique: Contribuição para o estudo das origens do nacionalismo moçambicano*. Maputo: Promedia, 2002, p. 182.

⁴*O Africano* foi fundado no mesmo ano em que a agremiação foi criada, enquanto *O Brado Africano* foi fundado em 1918. ZAMPARONI, Valdemir; SOARES, Paulo. *O Africano: Antologia de textos do jornal O Africano (1908-1919)*. *Estudos Afro-Asiáticos*. n.º 22. Rio de Janeiro, 1992, p. 127.

instruída.⁵

Ainda que o termo “filho da terra” nos pareça uma identificação específica desse grupo social, não foi uma terminologia exclusiva do sul de Moçambique no início do século XX. Havia indivíduos que se reconheciam e eram reconhecidos como tal em outras localidades e épocas. Para citarmos um exemplo, na Senegâmbia, dos séculos XVI e XVII, os descendentes de portugueses com mulheres africanas eram também chamados de filhos da terra – *fidjus di tchon*.⁶ Muitos deles procuravam o posicionamento intermediário, aderindo às linhagens maternas e, ao mesmo tempo, prestando obediência ao rei de Portugal, outros se consideravam portugueses e alguns privilegiavam as relações africanas.⁷

Essa semelhança na identificação é curiosa. Será coincidência ou esses laurentinos tiveram conhecimento de indivíduos que eram chamados de filhos da terra?⁸ Muito provavelmente tiveram notícias de outros filhos da terra no continente e nas terras do império português. O que nos leva a realçar a sua específica formação de identidade, tentando perceber como esse grupo social se inseriu e se desenvolveu em um contexto de exploração colonial baseado na discriminação sócio-racial. E é esse percurso que interessa neste artigo, visto que a sua forma de compreenderem-se como filhos da terra permite entender que as identidades humanas são construídas e históricas, bem como suas histórias e afinidades culturais, inúmeras vezes, são inventadas.⁹ Partindo dessa perspectiva, é possível lembrar Fredrik Barth, quando discute identidade através da politização das relações culturais e ressalta que a identidade ocorre nas fronteiras do próprio grupo, emergido num arcabouço de diversificação cultural, que, por sua vez, é mantida e resgatada de acordo com os interesses dele.¹⁰ Será aqui o ponto de partida.

Os portugueses: colonizadores ou compatriotas?

Por incentivo do governo colonial, intensificou-se o número de imigrantes portugueses no início do século XX no sul de Moçambique. Muitos portugueses deixavam a metrópole em busca de novas oportunidades. A vida em Portugal não estava favorável aos aspirantes a novos horizontes. Como isso, a alternativa de muitos portugueses era seguir para as terras africanas. Além de homens, mulheres também chegavam à colônia. Essa migração em maior escala gerou mudanças sociais importantes, visto que os portugueses, que anteriormente permitiam se casar com as africanas da aristocracia, agora preferiam relacionar-se com as europeias. Assim, as relações inter-raciais eram evitadas, demarcando ainda mais as barreiras raciais.¹¹

Com essa crescente imigração, Lourenço Marques ganhava uma nova configuração. Os espaços dos brancos eram construídos juntamente com a modernização da cidade: instalação de água encanada; saneamento básico; transportes públicos; bancos; lojas; entre outros. Enquanto a maior parte dos africanos era afastada para a periferia, para as zonas distantes do centro urbano.¹² Ainda que alguns portugueses em Lourenço Marques fossem proprietários e administradores coloniais, a maioria deles era trabalhador público ou privado – com alguns pequenos comerciantes. Esses trabalhadores passavam, cada vez mais, a disputar as oportunidades de empregos com os filhos da terra.¹³

Nessa nova formatação social, os melhores empregos públicos e privados eram destinados aos brancos que chegavam. A cor da pele passava a ser, paulatinamente, um cartão de visita ao acesso de melhores oportunidades e benefícios nos aspectos social, cultural, político e, evidentemente, econômico.¹⁴ Nesse novo contexto em que a cor da pele passou a determinar os espaços dos indivíduos, os filhos da terra reclamavam que:

(...) os portugueses d’outrora estão reduzidos a pó e os de hoje, apesar de descenderem desses grandes senhores ostentam mais a ‘pamporria’ e ensoberbecem-se por serem brancos, quando nos tempos de Suas Magestades fidelíssimas, os descendentes de Albuquerque, Sampaio, Gouveias, Gamas, etc. etc., nunca tinham dessas ‘pamporrias’ e apertavam a mão ao negro civilizado, apesar de saberem que descendiam em linha recta de Num’Algaves ou Vasco da Gama, e que a sua árvore genealógica contava muitos séculos isto é, tão fidalgos como qualquer soberano da Europa!¹⁵

A freqüente humilhação, segregação racial e descaso dos brancos em relação aos negros eram as maiores inquietações dos filhos da terra. Ao serem renegados como indivíduos de segunda categoria, esses indivíduos tinham a plena compreensão de que sua situação era demarcada pela sua origem “racial”.¹⁶

Considerando-se cidadãos portugueses, esses africanos indignavam-se com o abandono e a exigüidade de oportunidades proporcionadas pelo governo colonial português. Se o Estado não os protegia, os próprios portugueses brancos menos ainda. Reclamavam que, apesar de ter que “amar a mesma pátria, adorar o mesmo Deus e guiarem-se pelas mesmas leis”, os brancos os desprezavam e não os consideravam como concidadãos de outro hemisfério. Alegavam que o Estado criava leis que os escoraçavam e os metropolitanos os desconsideravam como conterrâneos porque o “português da colônia era de côr”.¹⁷ É importante ressaltar que essa forma de discriminação racial tinha dois procedimentos ideológicos: tornar natu-

⁵Anuário de Lourenço Marques. Lourenço Marques: Typographia, 1922.

⁶Em língua crioula.

⁷Durante esse período, a maioria dos portugueses que chegavam à região da Senegâmbia tinha o objetivo de enriquecer ou de livrarem-se das perseguições em Portugal (como no caso dos cristãos-novos), ou ainda foram enviados para cumprir alguma pena judicial. Ver: SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700*. Rio Janeiro: Nova Fronteira, 2002, p. 256.

⁸Laurentino é uma referência às pessoas de Lourenço Marques.

⁹APIAH, Kwame Antony. *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 243.

¹⁰BARTH, Frederik. *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

¹¹PENVENNE, Jeanne. *Trabalhadores de Lourenço Marques – 1870/1974*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1993, p. 132.

¹²ZAMPARONI, Valdemir. *Entre narros e mulungos*. (Tese de doutoramento). Departamento de História, FFLCH, USP-SP, 1998, p. 256.

¹³PENVENNE, Jeanne. *Trabalhadores de Lourenço Marques – 1870/1974*, p. 132.

¹⁴PENVENNE, Jeanne. *Trabalhadores de Lourenço Marques – 1870/1974*, p. 85.

¹⁵*O Brado Africano*, 17 de maio de 1924. Vale destacar que os periódicos, *O Africano* e *O Brado Africano*, foram consultados através da “Coleção digitalizada pelo Centro de digitalização do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia a partir de microfiches cedidos por Valdemir Zamparoni e José Capela”.

¹⁶PENVENNE, Jeanne. *Trabalhadores de Lourenço Marques – 1870/1974*, p. 85.

¹⁷*O Africano*, 07 de abril de 1909.

ral as diferenças; e interpretar tais diferenças como desigualdades. Essa atitude cria uma característica do racismo, que é a naturalização de supostas desigualdades raciais e culturais para justificar a discriminação e exclusão.¹⁸

“Portuguez da colônia”, “filhos da colônia”, “filhos de Lourenço Marques” e “filhos da Província de Moçambique” eram formas de identificar o português africano ou de “cor”.¹⁹ Como não nasceram na Europa e não eram brancos, os filhos da terra percebiam o desprezo dos homens que se consideravam como portadores das “luzes” e da racionalidade. Estavam cientes da constante discriminação aos africanos, que tanto atingia aos chamados “indígenas” quanto a eles mesmos. Obviamente, o prejuízo maior recaía sobre os “indígenas”, uma vez que constituíam em fonte de receita para a administração colonial, através da imposição do trabalho e dos impostos.²⁰

Essa constante indignação e insatisfação abriram um espaço de conflito entre os filhos da terra e muitos portugueses metropolitanos. Esse conflito baseava-se na relação com o branco, que se tornava, cada vez mais, o “outro”, mesmo acreditando que fosse parte do “nós”. Isso era marcado pelo ressentimento de não ser aceito, respeitosamente, como cidadão português. O que não indicava uma necessidade de distanciamento, pelo contrário, a aproximação como pertencente à mesma pátria e aos mesmos códigos sócio-jurídicos era a compreensão e o desejo dos filhos da terra, afinal, consideravam-se como portadores da “civilidade” européia.

Desde finais do século XIX, as práticas e as políticas coloniais eram de diferenciação entre europeus e africanos. Ampliando ainda mais esse quadro quando a República Portuguesa foi instituída, em 1910. Dessas políticas, a que mais incomodou os filhos da terra do *Grémio Africano* foi a promulgação da Portaria Provincial n.º 317 de 1917, que definiu para os efeitos legais colocar o “indígena fora do estatuto europeu, sem os direitos de cidadão, considerando-os unicamente como súditos”. Além de criar três categorias sócio-jurídicas: “assimilado”, o africano que se assimilou ao europeu; “indígena”, o africano ligado às culturas locais; “não indígena”, o europeu. Logo em seguida, em 1919, surgia outra portaria provincial que determinava quais os “indivíduos da raça negra ou dela descendente” que deveriam ser considerados “indígenas ou assimilados aos europeus”.²¹

Tais portarias, em função das determinações que continham, inauguraram uma fase de comprovação jurídica, por parte dos filhos da terra, para usufruírem dos direitos portugueses. Estes africanos passaram a ter que portar uma certidão de assimilação, emitida pela *Secretaria dos Negócios Indígenas* em Lourenço Marques ou pelos governadores dos distritos, para serem considerados

cidadãos portugueses;²² o que lhe permitia circular e ter acesso aos espaços sociais mais livremente. O documento era um certificado de que a pessoa havia abandonado os “usos e costumes” dos povos africanos, por saber falar, ler e escrever a língua portuguesa. Além disso, era necessário adotar a monogamia, exercer determinadas profissões aceitas pelos europeus, bem como possuir um rendimento que garantisse a alimentação, habitação e vestuário de sua família.²³

Apesar de discordar dessas disposições jurídicas, os filhos da terra entendiam que o comportamento exigido na referida portaria constituía-se em um modo de vida ideal.²⁴ Sendo assim, porque tanta discordância dessas políticas legislativas? Em primeiro lugar, esses indivíduos tinham conhecimento não somente do período liberal português, iniciado em 1822, mas também do decreto de 1869, inserido no *Código Civil Português*, que concedia os direitos e deveres metropolitanos aos africanos das áreas coloniais portuguesas.²⁵ Portanto, ainda que a grande maioria dos africanos ficasse fora da nova legislação portuguesa para a assimilação, os filhos da terra resistiam à inclusão de leis diferenciadas aos africanos e a utilização de restrições para alcançar o *status* de cidadão português. Em segundo lugar, mesmo portando a certidão de sua assimilação, eram vítimas de humilhações e constrangimentos. Afinal, viviam em uma sociedade colonial em que a cor da pele definia sua posição sócio-cultural, conseqüentemente estes indivíduos de “côr” eram obrigados, com freqüência, a apresentar sua certidão.²⁶ Além do critério da inaceitabilidade da raça como aspecto de distinção entre cidadãos, alguns filhos da terra consideravam-se mais português do que os demais africanos.²⁷

O racismo na sociedade laurentina permitia a inclusão social de muitos brancos que ali estavam se estabelecendo, em contraposição à exclusão dos filhos da terra.²⁸ Deste modo, o racismo tanto atendia a necessidade de existência de uma lei exclusiva aos africanos quanto alimentava os preconceitos das relações sociais na colônia. Isso demonstra que a raça é uma conceituação social e não um fato biológico, caracterizada por uma expressão ideológica gerada mediante a luta de classe.²⁹ Portanto, a experiência de exploração colonial e discriminação racial tornaram um espaço propício para a criação de um “outro” de oposição e de conflito. A relação entre os “outros” é tão significativa quanto a entre “nós”, visto que a forma como se percebe os primeiros está condicionada à maneira como se compreendem os últimos,³⁰ que segundo Miguel Alberto Bartolomé:

Una autoconceptualización positiva influirá en la percepción de los otros tanto como una negati-

¹⁸STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, 20, jun. 1991, p. 112-113.

¹⁹*O Africano*, 07 de abril de 1909 e 23 de setembro de 1911.

²⁰*Brado Africano*, 16 de fevereiro de 1924.

²¹Portaria Provincial n.º 1041 de 18 de Janeiro de 1919.

²²A Secretaria de Negócios Indígenas foi criada para cuidar dos assuntos dos chamados “indígenas”.

²³Portaria Provincial n.º 1041 de 18 de Janeiro de 1919.

²⁴*O Africano*, 24 e 27 de janeiro de 1917.

²⁵FELICIANO, José Fialho. *Antropologia econômica dos Thonga do sul do Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1998, p. 96.

²⁶*O Africano*, 21 de fevereiro de 1917.

²⁷PENVENNE, Jeanne. *We are all Portuguese! Challenging the political Economy of Assimilation: Lourenço Marques, 1897-1933. The Creation of Tribalism in Southern Africa*. Berkeley: University of California Press, 1989, p. 256.

²⁸*O Africano*, 21 de fevereiro de 1917.

²⁹STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça está para etnicidade? p. 109.

³⁰BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. *Bases culturales de la identidad étnica. Gente de Costumbre y Gente de razón. Las identidades étnicas em México*. Instituto Nacional Indígena/Siglo Veintiuno Editores, 1997, p. 78

va; en ambos casos los distintos al nosotros social serán vistos como inferiores, iguales o superiores respectivamente. Es ésta una relación dialéctica, ya que la autoimagem dependerá también de una específica interacción.³¹

Africano sim, “indígena” não³²

Nesse contexto, os filhos da terra não interagiam somente com o “outro” português, mas com inúmeros “outros”. Curiosamente, também os chamados “indígenas”, através da experiência do sistema colonial, tornaram-se “outro” e, ao mesmo tempo, “nós” para os filhos da terra.

“Preto” era o termo que aparecia com mais frequência nos jornais, *O Africano* e *O Brado Africano*, para fazer referência ao “indígena”. A designação “indígena” traduzia a construção de um “outro” inferiorizado pelo colonizador.³³ Mas se o “indígena” era inferiorizado pela administração colonial, como este era percebido pelos filhos da terra? Qual era a relação entre a idéia de “preto” e de “indígena”? Será que os filhos da terra identificavam-se como “pretos”? O trecho de *O Africano* faz a seguinte indicação:

Ora nós queremos chamar o preto ao bom caminho; tiral-o da bebedeira; fazer-lhe compreender que nem só de zurrapa vive o homem.³⁴

“Preto”, como sinônimo de “indígena”, era o indivíduo ligado às culturas locais e não educado aos moldes ocidentais. Assim como os europeus, os filhos da terra acreditavam que estes estavam na barbárie, na imoralidade e longe do progresso. Dentro do próprio discurso patriótico dos filhos da terra, todo português que amava a pátria portuguesa deveria preocupar-se com os “indígenas”, civilizando-os e nacionalizando-os, como aporte para o progresso nacional.³⁵ O “indígena” era, portanto, considerado como alguém que precisava ser ajudado pelos civilizados através da instrução. Acreditavam que o “indígena” era suscetível à transformação por meio da instrução e da educação prática, o que os levariam a ter “dignidade do trabalho”. Assim, os tornariam úteis à sociedade portuguesa – engrandecendo a “Nação Portuguesa”.³⁶

Os filhos da terra ao defender sua posição de portugueses coloniais, “portugueses filhos da colônias”, identificavam-se como os responsáveis pelos cuidados e atenção para com os “indígenas”, sempre partindo do argumento de que seu objetivo era tirá-los da “ignorância primitiva”.³⁷ Sua postura era de autênticos representantes dos “indígenas”, em função de sua origem local – africana. Desta forma, os filhos da terra, como cidadãos portugueses, deveriam lutar para o desenvolvimento de todos que estivessem ligados à pátria portuguesa. Com isso, alegavam que:

Nós não podemos crer que o patriotismo não vibre ainda no coração de alguns portugueses de destaque, a ponto de deixarem, por mero egoísmo, de darem o necessário impulso para as Colônias Afro-portuguesas, se nacionalisem por completo pela assimilação do nativo, civilizando-o e dando-lhes as regalias que a Constituição da Republica concede a todos os portugueses sem excepção de cores!³⁸

Os “indígenas” eram considerados como pertencentes à nação portuguesa, mas não como portugueses; de fato, juridicamente, não eram cidadãos. Nacionalizados seriam considerados civilizados, instruídos e educados. Mas, explicitar que a colônia é afro-portuguesa é reconhecer seu lugar enquanto africano? Quem seria “africano” para os filhos da terra, uma vez que se consideravam portugueses? Em seus discursos, a África aparecia como a terra natal, como o lugar de origem de muitos homens, que alguns deles aproximaram-se das idéias e dos costumes ocidentais, enquanto outros permaneceram “intactos” e “primitivos”. A África era vista como um lugar que precisava ser civilizado pela “iluminação” e pela ação europeia.³⁹

Deste modo, identificavam-se como africanos, como filhos de África, onde viveram seus ancestrais, mesmo os que eram descendentes de pai europeu. Assim como não deixavam escapar sua origem africana, não poderiam excluir os demais africanos dela. Portanto, a África era mãe de todos os descendentes de seu ventre, seja “indígena”, seja filho da terra.⁴⁰ Para este último, ser africano, não era uma distinção sócio-cultural, era a inclusão de todos em uma “origem” comum, independentemente se falavam uma língua local ou europeia, se cultuavam seus ancestrais mortos ou se adoravam apenas um único Deus.⁴¹

Vale ressaltar que essa concepção de África não foi uma criação dos africanos, mas sim uma construção ocidental. Antes da colonização europeia, os africanos não se percebiam como uma unidade continental, nem mesmo se identificavam com indivíduos de outras regiões.⁴² Fernando Rosa Ribeiro enfatiza que as categorias de “africano” e “negro” são construções do pensamento ocidental.⁴³ É dessa forma que os filhos da terra, instruídos pela visão de mundo europeia, passaram a perceber a África como uma unidade. Exemplo disso foram as relações construídas entre os filhos da terra de Lourenço Marques e os grupos associativos de várias regiões do continente.

Assim como “africano” é uma categoria construída pelos europeus, “negro” e “nativo”, também, os são. Os filhos da terra usavam ambos os termos de forma confusa, ora representavam todos os indivíduos nascidos em África, ora somente os “indígenas”.⁴⁴ Em alguns momentos, esses termos indicavam uma diferença racial frente à opressão colonialista, em outros, uma distinção

³¹BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. *Bases culturales de la identidad étnica*, p.78.

³²O termo “indígena” é usado para fazer referência aos africanos não ligados à cultura ocidental. Ainda que o termo esteja mergulhado numa conotação sócio-jurídico colonial, é usado neste artigo devido à dificuldade de encontrar uma auto-denominação dos próprios africanos.

³³CRUZ, Elizabeth Ceita Vera. *Estatuto do Indígena: a legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Luanda: Chá de Cazine, 2005, p. 31.

³⁴*O Africano*, 25 de dezembro de 1908.

³⁵*O Africano*, 9 de setembro de 1911.

³⁶*O Africano*, 2 de setembro de 1911. PENVENNE, Jeanne. *We are all portugueses! Challenging the political Economy of Assimilation*, p. 270.

³⁷*O Africano*, 07 de abril de 1909; *O Brado Africano*, 4 de abril de 1921, 7 de maio de 1921 e 17 de maio de 1924.

³⁸*O Brado Africano*, 17 de maio de 1924.

³⁹*O Brado Africano*, 12 de julho de 1919.

⁴⁰*O Brado Africano*, 16 de junho de 1921.

⁴¹JUNOD, Henri A. *Usos e Costumes dos bantu*. Tomo I: Vida Social. 2º Edição. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1974.

⁴²APIAH, Kwame Antony. Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura, p. 20; RIBEIRO, Fernando Rosa. O que é ser negro ou africano, afinal de contas? *Afro-Asiático*. n.º 31. Rio de Janeiro, 1995. p. 27.

⁴³RIBEIRO, Fernando Rosa. O que é ser negro ou africano, afinal de contas?, p. 27.

⁴⁴*O Africano*, 2 e 16 de setembro de 1911; *O Brado Africano*, 4 de abril de 1921 e 17 de maio de 1924.

de classe entre os próprios africanos. O que se pode perceber abaixo:

(...) visionários de uma civilização mais avançada, julgam os nossos governantes, ser um processo viável, conservar o nativo na sua ignorância promitiva, para que o negro só sirva para os trabalhos manuais, debaixo do jugo do branco, analfabeto que seja, para que este possa dar honradamente as suas vergastadas de cavalos marinho, se o preto não lhe tira o chapéu quando ele passa ou não se levanta!!

Tudo isso seria tolerável se se tratasse unicamente de pretos boçais, mas... Deus de misericórdia, isto está-se alastrando para as classes medias.⁴⁵

Ao mesmo tempo em que se identificavam com os “indígenas”, como indivíduos africanos, os percebiam como “aquela população” ou “pretos boçais”. Eram considerados como pessoas diferentes, distantes, embora dignos de defesa, em função da origem comum africana. Muitas vezes, sua defesa aos “indígenas” estava na censura à falta de investimento na educação, à cobrança de impostos, ao trabalho forçado, aos maus tratos e à discriminação por parte dos colonizadores. Os filhos da terra faziam críticas veementes à administração colonial em relação à exploração aos “indígenas”. Percebiam que, através do discurso civilizatório, a administração colonial portuguesa procurou utilizar a mão-de-obra local como forma de domínio e exploração das sociedades africanas. Vale ressaltar que, com dificuldade financeira de investir na colônia, Portugal procurou beneficiar-se ao extremo da força de trabalho africana, obrigando-os a venderem sua mão-de-obra em péssimas condições.

Diante disso, vale ressaltar que esse “outro” era apresentado sempre com o sentimento de superioridade sócio-cultural, por parte dos filhos da terra. O “indígena” era o “outro” que deveria, por uma obrigação moral, ser defendido e não um “outro” a ser confrontado, mas sempre com um afastamento. Enquanto o português era o “outro” a ser confrontado e, ao mesmo tempo almejado, dada a proximidade com parte da experiência histórica, o “indígena” era distanciado, embora defendido em função da “origem” comum.

Ronga e português: línguas impressas

Considerado por Ilídio Rocha como o marco do início da imprensa para os africanos, *O Africano* foi o primeiro jornal de Moçambique escrito em língua local, o ronga.⁴⁶ Publicava-se tanto em português quanto em ronga. Seu caráter bilíngüe foi utilizado em toda sua existência, deixando essa herança lingüística para *O Brado Africano*.⁴⁷ Seus redatores e colaboradores, em sua maioria os filhos da terra, eram indivíduos educados pelas missões religiosas e

defensores da idéia de que a língua escrita era fundamental para civilização. Absorvendo as orientações de sua educação ocidental, esses homens conclamavam a utilização da escrita como necessária e a língua lusitana como princípio de demonstração de patriotismo. Com isso, nos faz questionar como surgiu, então, o interesse pelo ronga?

Enquanto as escolas das missões católicas ensinavam em língua portuguesa, com clérigos que muitas vezes não sabiam falar as línguas locais, as escolas protestantes geralmente ensinavam em língua local. Exemplo disso foi o missionário suíço, Henri Junod, que ao dirigir a escola da Igreja Presbiteriana⁴⁸ no final do século XIX e ao se dedicar aos estudos dos hábitos e costumes dos *tsonga*, organizou a gramática escrita do ronga a partir de sua experiência educativa e investigativa com as povoações locais.⁴⁹ Deste modo, Junod se debruçou sobre o ensino da escrita em ronga aos “indígenas”, enfatizando que a gramática ronga necessitava ser disseminada para colocar em prática a idéia de que a linguagem não era feita para a gramática, mas que a gramática era feita para a linguagem.⁵⁰

Entretanto, esse tipo de postura era alvo de crítica não somente dos administradores coloniais como também chegou a ser de alguns filhos da terra, quando enfatizavam que:

Se ninguém, absolutamente ninguém quer – ensinando o português, ensinando esses povos a amarem a pátria portuguesa nos seus homens, nos seus feitos, nas suas leis, e nas suas virtudes, tornar esta terra portuguesa – como tornar a esses povos incultos do interior d’África, contas do seu desprezo pelo português que, afinal, eles não conhecem?⁵¹

Esse projeto civilizador, principalmente do grupo de escritores católicos de *O Africano*, trazia o modelo de educação, de hábitos e de costumes portugueses. Assim, o português tornou-se sinônimo de civilidade. Saber falar o português significava dominar os signos das “luzes” e da liberdade do homem. Falar o português era símbolo de racionalidade, caracterizando o homem moderno, urbano e civilizado.⁵²

De qualquer forma, o português entre os “africanos” era uma língua de bilíngües, poucos tinham nascidos para falar o idioma. Alguns dos filhos da terra, descendentes de chefes locais bem como de comerciantes africanos com europeus e indianos, diferenciavam-se ao falar o português, já que existia um número exíguo de pessoas que liam e escreviam nesta língua europeia. Em contrapartida, mesmo que falar o português proporcionasse um *status* social, a utilização da língua local era necessária para a vida cotidiana desses africanos. Os africanos que aprendiam o português não deixavam de falar a chamada língua materna (local).

⁴⁰O *Brado Africano*, 17 de maio de 1925.

⁴¹ROCHA, Ilídio. *A Imprensa de Moçambique*. Lisboa: Mundo Ibérico, 2000, p. 90-94. Havia também alguns artigos escritos em zulu e changana.

⁴²ROCHA, Ilídio. *A Imprensa de Moçambique*, p. 91; RIBEIRO, Fátima & SOPA, António (Coord.). *140 anos de imprensa em Moçambique: estudos e relatos*. Maputo: Associação Moçambicana de Língua Portuguesa, 1996, p. 14.

⁴³Conhecida como “Missão Suíça”.

⁴⁴HONWANA, Raúl Bernardo. *Memórias*. Edições ASA, 1989, p. 44-45.

⁴⁵JUNOD, Henri A. *Usos e Costumes dos bantu*, p. 147.

⁴⁶O *Africano*, 07 de abril de 1909.

⁴⁷O *Africano* 30 de dezembro de 1914.

O que torna importante perceber é que a língua, ainda que se constituísse como um aspecto cultural e psíquico, não deixou de ser utilizada como um instrumento de luta, mediante ao crescente estado de humilhação e discriminação sócio-racial que os filhos da terra sofriam nas práticas colonialistas.⁵³ Tudo isso impulsionava os redatores e colaboradores de ambos os jornais a utilizarem o português de forma bastante polida, com o intuito de mostrar que eram tão civilizados quanto os portugueses.

No primeiro editorial de *O Africano* afirmava-se que:

É agora, aqui neste ponto que convidamos os 'civilizadores' a reverem-se na sua obra... Os súbditos de S M. o Rei de Portugal não falam o portuguez! – E dura este dominio ha 400 annos!...

Graças ás muitas missões espalhadas por este territorio já muito preto sabe lêr; mas sabe lêr o que! 'Landim!!!'

Somos portanto, obrigados a escrever em landim para sermos comprehendidos.

E aqui está o outro mal que pretendemos combater:

Os dialectos cafres.

Pode parecer uma parvoíce – e talvez seja – mas comprhendemos muito bem que não é landim que nós precisamos de saber – queremos falar e escrever portuguez, o melhor que pode ser.⁵⁴

Apesar da censura às línguas locais, esse trecho apresenta uma crítica aos desinteresses da administração colonial pelo ensino do português aos africanos. Sem contar que, a partir desse anúncio e da freqüente utilização do ronga nos jornais, é possível perceber, também, que havia leitores na língua local. Alguns "indígenas" que passaram pelo ensino das missões protestantes podiam ler e escrever minimamente em ronga. Ainda que não se comportassem de acordo com os modos europeus, esses africanos conseguiam compreender as mensagens pronunciadas em ambos os periódicos.

Escrever em "landim" era a necessidade de ser compreendido. Compreendido por indivíduos que compartilhavam uma origem comum, marcada pela relação com a terra africana. Era a única forma de atingir alguns africanos instruídos pelas missões protestantes. Entretanto, falar em "landim" não era ser considerado civilizado, nem mesmo educado. Por esse motivo que alguns escritores acreditavam que os "dialectos cafres" (como chamavam as línguas locais) deveriam ser combatidos lentamente. Essa opinião era defendida, principalmente, pelos escritores católicos. Pode-se observar essa idéia em outro artigo, que afirmava o seguinte: "Para que lhes havemos de ensinar o 'landim' se eles, aprendendo a ler e a escrever o portuguez, lerão e escreverão o landim?"⁵⁵

O importante era os "indígenas" aprenderem a

chamada língua nacional – o português, mas mesmo repudiando a língua local, ela ainda servia como mecanismo de comunicação. O ronga, além de ser usado como um instrumento para criticar e denunciar as políticas coloniais da tão afamada nação portuguesa, fazia parte do campo psíquico e cultural dos filhos da terra. Ao mesmo tempo em que faziam elogios ao ensino do português, usavam o ronga para se aproximar dos demais africanos, com o intuito de serem compreendidos pelas pessoas que compartilhavam não somente a origem, mas também a língua comum. Mesmo porque escrever em ronga era se avizinhar dos "naturais" e dos irmãos distantes, frente às barreiras construídas pelas políticas coloniais. Esse universo simbólico, segundo Albert Memmi, recaía no seguinte:

No conflito lingüístico que habita o colonizado, sua língua materna é humilhada, esmagada. E esse desprezo, objetivamente fundado, acaba por impor-se ao colonizado (...) o bilingüismo colonial não é nem uma 'diglossia' onde coexistem um idioma popular mesmo universo afetivo, nem uma simples riqueza poliglota, que se beneficia de um teclado suplementar porém relativamente neutro; é um drama lingüístico.⁵⁶

Esse contexto nos induz a entender que a cultura não se perde, torna-se cultura de contraste. A língua, apesar de ser um sistema simbólico que organiza a concepção de mundo, é um diferenciador por excelência.⁵⁷ Portanto, reivindicar a cidadania portuguesa e, ao mesmo tempo, esbarrar pela "raiz" tsonga, permitia a identificação com a terra sem abrir mão dos direitos lusitanos.

O fantasma mugodji

Por possuir poucos recursos financeiros, Portugal colonizou Moçambique mediante a presença do capital inglês. Isso porque o processo de desenvolvimento do sul de Moçambique teve por base o fornecimento da mão-de-obra africana de Lourenço Marques e Inhambane para as minas de diamante do Transvaal (nordeste da atual África do Sul).⁵⁸ Sobre esse contexto, Luís Covane afirma que a interação da África do Sul com o sul de Moçambique, mediante a emigração dos povos locais, facilitou a dependência crescente da economia da região "moçambicana" face à entrada de dinheiro trazido pelos trabalhadores das minas sul-africanas. Nesse negócio, o governo colonial beneficiou-se com ganhos financeiros diretos, através de acordos realizados entre a administração colonial portuguesa e a britânica.⁵⁹ O capital inglês entrava não só com o regresso dos trabalhadores, mas também com os diferentes investimentos financeiros. 60

Ao fazer fronteira com regiões colonizadas pela Inglaterra,⁶¹ tornou possível que a força da econo-

⁵³O *Brado Africano*, 17 de maio de 1924.

⁵⁴O *Africano*, 25 de dezembro de 1908. Língua landina era como os europeus chamavam a língua local.

⁵⁵O *Africano*, 30 de dezembro de 1914.

⁵⁶MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado precedido pelo Retrato do Colonizador*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 98.

⁵⁷CUNHA, Manuela Carneiro da. *Etnicidade: da cultura residual mas irreductível. Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 99-100.

⁵⁸Inhambane é uma província de Moçambique.

⁵⁹COVANE, Luís Antônio. Considerações sobre o impacto da penetração capitalista no sul de Moçambique, 1850-1876. *I Reunião Internacional de História de África - Relação Europa-África no 3º quartel do século XIX*. Instituto de Investigação Científica Tropical – Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga. Lisboa, 1989, p. 526.

⁶⁰NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1997, p. 331.

⁶¹Com exceção do extremo norte (na região da atual Tanzania), que estava nas mãos da Alemanha até o final da I Guerra Mundial e a partir de 1919 tornou-se colônia inglesa.

mia inglesa promovesse um significativo desenvolvimento urbano e tecnológico em Moçambique, além das diversificadas trocas culturais, o que implicava, aos olhos dos laurentinos, diferentes opiniões acerca dessa experiência. Para se ter uma idéia, em Lourenço Marques, no ano de 1912, havia cerca de 1407 indivíduos considerados de nacionalidade inglesa, número expressivo se levar em consideração que a população total da cidade, no período, era de 13.353 habitantes.⁶²

Muitas pessoas que viviam em Lourenço Marques acreditavam que os ingleses esbanjavam civilização, bons costumes e educação.⁶³ Se ser português gerava um *status*, ser inglês demonstrava estar no topo da civilização. As virtudes dos ingleses eram apresentadas, no jornal *O Africano*, a partir de sua postura econômica frente ao mundo, de seu poder industrial, de sua habilidade comercial e de sua supremacia marítima inquestionável desde o século XVII. Além disso, alguns escritores deste periódico acreditavam que os ingleses possuíam um papel de defensores da humanidade, devido às políticas de liberdade e propriedade desde o final do século XVIII e de defesa pela abolição do tráfico de escravos e da escravidão (diretamente ligada ao objetivo de saciar suas produções com o aumento de um mercado consumidor).⁶⁴

Afinal, que ingleses eram esses? Estes poderiam ser o inglês metropolitano ou o “natural” das regiões de protetorado da Inglaterra, como os indivíduos do Cabo, das Rodésias, das Ilhas Maurícias, entre outros. Eram considerados, pelos filhos da terra, os homens pertencentes às colônias inglesas, identificando seus vizinhos a partir da nacionalidade do colonizador - o que não era diferente de quando se auto-identificavam como portugueses.⁶⁵

Mesmo com os elogios que eram feitos aos ingleses, os filhos da terra acreditavam que a moralidade estava com quem era “nacionalista”, com quem usufruía dos bons costumes e do respeito à língua portuguesa. Tal perspectiva é explícita em um artigo publicado no jornal *O Africano* por um filho da terra que se envergonhava das freqüentes e exacerbadas apropriações da língua e de alguns hábitos dos ingleses em Lourenço Marques. Em um tom áspero e irônico o autor afirma que:

Aqui, nesta terra de grotescos, veste-se á ingleza, joga-se o *tennis*, flirteia se com as ‘misses’; diz se com muita momiche, muita asneira – e olha se pros lados a ver a impressão que se faz fallar ‘estrangeiro’ com aquella dama. E, enfim, para a harmonia ser completa, bebe-se, a ingleza, *whisky & soda*, bebida da moda!
Como somos ignóbeis!

Se bem que á primeira vista, a mania de que estamos possuídos, aqui em África, pareça inofensiva de caricata e besta que é, no fundo ella tem o seu quê de vexatório que irrita os brios nacionaes de quem é portuguez não acanalhado de senti-

mentos.⁶⁶

No discurso dos filhos da terra, o desinteresse pela cultura nacional (no caso, a portuguesa) era a expressão da “canalhice” e da “imoralidade”. A virtude do indivíduo estava na sua atitude patriota, uma vez que, agindo assim, criava possibilidades de desenvolver seu “país” e seus habitantes.⁶⁷ Desta forma, para alguns filhos da terra, comportar-se à inglesa era ridículo e vergonhoso. Vergonhoso também perante os próprios ingleses, defensores de sua nação, que honravam sua “bandeira nacional”. Segundo eles, os ingleses deveriam ser vistos como apenas estrangeiros, com hábitos e costumes diferentes dos portugueses. Como, por exemplo, lamentava o autor do referido artigo, alegando que estava cansado de ver em Lourenço Marques, nos escritórios e bancos ingleses, o português pobre não ser atendido por não falar o inglês. A indignação era de que o português não era tão respeitado na África do Sul como o inglês o era em Moçambique.⁶⁸ Vale ressaltar que, a crítica em relação às apropriações do que era considerado como cultura inglesa não se baseava em uma postura de rivalidade de alguns filhos da terra de *O Africano* com os ingleses.

De certa forma, a presença inglesa incomodava esse segmento dos filhos da terra, uma vez que estes ingleses estavam providos de capital e de especialização profissional, como era o caso dos veterinários ingleses que chegaram a Lourenço Marques. Ou seja, se a imigração de metropolitanos portugueses tirava os privilégios dos filhos da terra, mesmo em se tratando de brancos analfabetos e sem especialização, o aumento de ingleses, ainda que africanos das colônias britânicas, intensificava a concorrência em relação às oportunidades econômicas e sociais.⁶⁹ Com isso, o receio de uma maior inserção dos *mugodji* (como algumas vezes eram chamados os ingleses) em Moçambique permitia exaltar, ainda mais, a identificação com os portugueses.

Os indianos em Lourenço Marques

Há tempos que os indianos negociavam com a África Oriental, mas somente a partir do século XVII estabeleceram casas comerciais no Índico Ocidental como principal área de investimento. As casas comerciais indianas vendiam marfim e outros artigos para exportação, agiam como banqueiros e possuíam navios. No século seguinte, as atividades das casas comerciais começaram a se expandir para o interior, ganhando, no princípio do século XIX, preponderância em feiras na rota que seguia a partir de Zanzibar.⁷⁰ Atentos às melhores condições de negócio, logo após o início da ocupação colonial no sul de Moçambique, em 1895, estabeleceram na região do antigo reino de Gaza cerca de 900 comerciantes indianos, com perspectivas de lucros

⁶²Anuário de Lourenço Marques. Lourenço Marques: Typographia, 1915, p. 53-54.

⁶³*O Africano*, 7 de abril de 1909.

⁶⁴*O Africano*, 7 de abril de 1909; TORRES, Adelino. *O Império Português entre o real e o Imaginário*. Lisboa: Escher, 1991.

⁶⁵AHM – Governo Geral – Caixa 103. “Lista de sócios do Grémio Africano de Lourenço Marques”, 17 de Maio de 1912; *O Africano*, 7 de abril de 1909.

⁶⁶*O Africano*, 7 de Abril de 1909.

⁶⁷A concepção de “pátria” para os filhos da terra relacionava-se com o significado de “nação” portuguesa, com leis, religião e língua comum aos seus cidadãos. Os indivíduos desse grupo se consideravam e se auto-denominavam “cidadãos portugueses”, não somente porque eram colonizados por Portugal, mas também porque se comportavam com base em alguns hábitos e costumes ocidentais. Em contrapartida, percebiam os “indígenas” como súditos da república portuguesa, mas não como literais cidadãos.

⁶⁸*O Africano*, 7 de Abril de 1909

⁶⁹*O Africano*, 7 de Abril de 1909.

⁷⁰NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*, p. 292.

dos africanos que retornavam do trabalho das minas de diamante do Transvaal – os chamados magaiças.⁷¹

Expandindo-se para o extremo sul de Moçambique, os comerciantes indianos dinamizaram tanto o comércio local e a navegação quanto compraram os excedentes da produção dos agricultores do interior. Além disso, muitos não desejavam deixar o continente, alguns casavam-se com mulheres africanas, formando indianos e afro-indianos como mão-de-obra-especializada, que atuavam como escriturários, contabilistas e funcionários administrativos alfabetizados.⁷² Ainda assim, os indianos não traziam mulheres e tinham perspectivas diferentes sobre isso: os monhés, que eram os islamizados, casavam com frequência com as africanas; os baneanes, que eram os hinduístas, preferiam voltar à Índia ao encontro de suas mulheres; e os goeses, que eram os católicos, foram o grupo que mais se miscigenou.⁷³

Por controlar uma significativa parte do comércio no sul de Moçambique, os asiáticos, principalmente os indianos, sofreram algumas restrições pela administração colonial, tal como em 1913 que foi publicado um regulamento para o controle e fiscalização da entrada dessas pessoas no território.⁷⁴ Depois de várias discussões, esse regulamento acabou sendo suspenso, mas o descontentamento com a presença dos asiáticos não deixou de existir. Os colonos consideravam os asiáticos como uma “raça inferior”, o que justificava o receio dos brancos de perderem a hegemonia no comércio.⁷⁵ Vale ressaltar que muitos asiáticos eram donos de cantinas que compravam produtos cultivados pelos “indígenas” no interior, vendendo-os na cidade e, em contrapartida, vendiam-nos tecidos e vinhos provenientes da cidade.⁷⁶

Além das autoridades coloniais e dos colonos em Moçambique, os filhos da terra olhavam para os indianos com explícita ressalva. Receosos, percebiam os baneanes e os monhés como um peso a mais para os africanos. Nisso, indignavam-se com alguns privilégios fornecidos aos indianos. Entre outras reclamações, um colaborador do jornal *O Africano*⁷⁷ irritava-se com a não permissão aos “indígenas” de viajarem sentados nos bondes elétricos, tendo que ficar em pé na parte traseira do transporte. O autor reclamava que aos baneanes era permitido viajar nos transportes sentados, e pagavam o mesmo valor que os “indígenas”. Revoltado, chamava os baneanes de “imundos e repugnantes”.⁷⁸

Apesar desse tipo de indignação, cabe ressaltar não havia um conflito generalizado entre os filhos da terra e os indianos, visto que havia indivíduos desse grupo social que eram descendentes desses asiáticos. Vale notar que esses filhos da terra, mesmo sendo descendentes de asiáticos, eram homens que não se somavam à grande maioria dos

indianos, que lucravam com a venda de bebidas aos magaiças.⁷⁹

Entretanto, uma das reivindicações do presidente do *Grêmio Africano de Lourenço Marques*, João Albasini, era a construção de escolas e o ensino de ofícios aos “indígenas”, uma vez que, um de seus objetivos era acabar com a importação de mão-de-obra asiática especializada – os indianos trabalhavam como burocratas, pedreiros, alfaiates e cozinheiros.⁸⁰ Especializando os africanos, passariam a utilizar a força de trabalho local. A justificativa não demonstra uma aversão aos asiáticos, mas uma tentativa de valorizar os locais em detrimento deles. Além disso, diminuir a imigração desses homens especializados, que poderiam trabalhar como funcionários do Estado ou privados, amenizaria a concorrência às condições de trabalho e de vida com os próprios filhos da terra, cujo espaço percebiam ser invadido tanto pelos colonos quanto pelos indianos.

Vale ressaltar que as leis específicas aos africanos não incluíam os asiáticos. Mesmo as leis de restrição aos asiáticos, instituídas em 1913, não foram à frente, nem a legislação que, crescentemente, diferenciava os africanos dos europeus os atingia. Assim, ainda que sofressem uma forte discriminação racial na sociedade laurentina, tinham melhores condições e aceitação social que os “indígenas” e também eram concorrentes dos filhos da terra.

Considerações finais

Conicionados ao processo de expansão do sistema colonial em Moçambique, os filhos da terra foram educados aos moldes ocidentais, aprenderam a valorizar a língua e alguns hábitos, bem como a observar sociedade europeia como ideal e necessário para a humanidade. A formação profissional, o poder econômico e a concepção de mundo dos filhos da terra permitiram a esses indivíduos serem considerados e, sobretudo, identificarem-se como um grupo diferenciado dos demais africanos. Concomitantemente, percebiam que sua posição social não era a mais favorável na sociedade colonial. Ainda que constituíssem uma pequena burguesia colonial, estavam na situação de colonizado.

Consciente dessa posição social, os filhos da terra escreviam nos jornais, demonstrando sua erudição e sua apropriação da cultura ocidental, para reivindicar e fazer críticas às políticas coloniais. Ao fazer tais críticas, aproximavam-se e distanciavam-se de diferentes grupos sociais de acordo com seus desejos e anseios. A fim de salvaguardar a sua posição social, suas reivindicações e conflitos moldavam suas identidades, delimitando a fronteira de quem somos “nós” e de quem são “eles”.

⁷¹NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*, p. 294-295; FELICIANO, José Fialho. *Antropologia econômica dos Thonga do sul do Moçambique*, p. 96.

⁷²NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*, p. 296.

⁷³*O Africano*, 23 de julho de 1913; ZAMPARONI, Valdemir. *Entre Narros e Mulungo*, p. 301-308.

⁷⁴Portaria Provincial, n.º 1379, de 29 de Outubro de 1913. A concepção colonial “passou a considerar como asiáticos ou equiparados a todos os indivíduos naturais da Ásia ou da África ao norte de Cabo Delgado ou a leste da costa de Moçambique qualquer que fosse a sua nacionalidade, e cujos ‘usos e costumes’ divergissem dos do ‘povo europeu’”. Ver: ZAMPARONI, Valdemir. *Vozes asiáticas e o racismo colonial em Moçambique*. (manuscrito do autor), p. 11.

⁷⁵ZAMPARONI, Valdemir. *Vozes asiáticas e o racismo colonial em Moçambique*, p. 18.

⁷⁶*O Africano*, 23 de setembro de 1911.

⁷⁷Esse escritor era português branco, líder ferroviário e colaborava em *O Africano*, cujo nome era Nyeleti - pseudônimo de Franco Martins.

⁷⁸*O Africano*, 30 de setembro de 1911.

⁷⁹AHM – Governo Geral, Cx. 103. “Lista de sócios do Grêmio Africano de Lourenço Marques ao gabinete do governador geral” – Lourenço Marques, 17 de Maio de 1921.

⁸⁰AHM – Governo Geral, Cx. 108. “Ofício enviado da presidência do Grêmio Africano de Lourenço Marques ao gabinete do governador geral” – Lourenço Marques, 16 de Dezembro de 1921.

Uma leitura do cotidiano das mulheres no Acre (1907-1917)

Ruth Lucimar Gomes
Mestre em História/UNIVERSO
lucimar_g@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo faz uma leitura do cotidiano das mulheres no Acre entre 1907 a 1917 por meio dos periódicos de toda a região acreana. O tempo transcorrido da pesquisa foi no período em que o Acre era território e almejava se tornar estado. Com um movimento político muito forte que usava os jornais como instrumento de divulgação de suas ideias, vê-se nos periódicos que os esforços se concentravam em mostrar que ali viviam pessoas civilizadas, capazes e prontas para se integrar ao restante do país e as mulheres tiveram participação importante nesse intento.

Palavras chaves: Mulheres, Cotidiano, Acre

Abstract: This article is a reading of the life of women in Acre between 1907-1917 through the journals of the entire region. The timespan of the research was the period in which the Acre was a territory and wished to become a state. With a very strong political movement that used the newspapers as a tool to disseminate their ideas, one sees in the newspapers that efforts were concentrated on showing that civilized people lived there, able and ready to integrate with the rest of the country and the women had participation in this important goal.

Key words: Women, Daily Life, Acre

Introdução

No presente trabalho, foi proposto analisar o cotidiano das mulheres no Acre entre 1907 e 1917, pela via da história cultural, para isso foram utilizados alguns periódicos que circulavam nesse período, seguindo a orientação de Georges Duby e Michelle Perrot¹ que afirmam que não deve ser a mulher o objeto da história, mas o seu lugar, sua condição, seus papéis. Portanto, não é a mulher o objeto desse estudo, mas sim, o seu dia-a-dia, o trabalho, o lazer, a saúde, a loucura, as dificuldades de sobrevivência, as relações com o sexo oposto, os conflitos, a violência; a vida em todas as suas dimensões.

As mulheres que fizeram parte da formação social do Acre contribuíram em vários aspectos para o seu desenvolvimento. Tanto as que ocuparam os seringais, na companhia do homem, no cuidado com a casa e com os filhos e até no trabalho pesado na floresta; quanto as que participaram do nascimento das primeiras cidades e lá, além de cuidar da casa e da família, foram professoras, costureiras, lavadeiras, vendedoras. Todas, de forma bastante peculiar, fizeram parte da história do Acre.

Foi percorrida a via da história cultural, seguindo a orientação de Roger Chartier², que afirma que a história cultural tem por objetivo "(...) identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler." O primeiro caminho para identificar esta realidade social se refere às classificações, delimitações e divisões que promovem a organização e apreensão do social e que vão possibilitar a percepção do real. As classes sociais ou os meios intelectuais vão produzir valores diferencia-

dos de acordo com cada grupo. Essa produção vai criar figuras que poderão dar sentido ao presente, tornar o outro inteligível e o espaço revelado.

É importante destacar que este trabalho é descritivo e não interpretativo, pelas poucas bibliografias sobre o Estado e pela dificuldade de acesso à fonte. Os periódicos consultados estão na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro num acervo digitalizado e alguns num estado avançado de decomposição, o que fez com que ficassem ilegíveis. Outro problema encontrado foi a irregularidade das edições. Nenhum periódico conta com a série completa de seus números, embora fossem semanais, às vezes faltam tantos números, que não se tem certeza de terem realmente esta periodicidade. Pela distância geográfica e temporal devem ter sido extraviados ou perdidos, o que levou a uma perda no conteúdo das discussões e uma impossibilidade de aprofundamento do estudo. Por tratar-se de uma região específica sem conexão com outras realidades do Brasil e pela bibliografia escassa, o trabalho não pôde ser comparativo, sendo necessário fazer um diálogo intenso com os autores que escreveram sobre o Nordeste e Rio de Janeiro, o que levou a uma perda das especificidades acreanas.

Os periódicos foram analisados de acordo com o contexto histórico-social em que foram produzidos. Com relação ao recorte temporal a pesquisa seguiu a série dos periódicos disponíveis de 1907 a 1917, das cidades acreanas de todas as regiões do estado. A formação social do Acre foi feita, a princípio, basicamente por homens, mas as mulheres estavam presentes. Torna-se difícil procurar traços da presença feminina num meio dominado pelos

¹DUBY, Georges e PERROT, Michelle. *História das mulheres no ocidente: o século XIX*. Vol. 4. Porto Alegre: Afrontamento, 1991, p. 7.

²CHARTIER, Roger. *A história cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1998, p. 16-17.

homens. Mas, nos periódicos pesquisados é clara a presença das mulheres. Frequentemente eram encontradas nas colunas sociais, policiais, trabalhando, comprando, vendendo. Assim, o estudo do cotidiano das mulheres no Acre é extremamente relevante para a sociedade pelo intuito de desnudar o passado e contar um pouco da história das mulheres, que significa também contar a história de todos que as cercaram e ainda, a história do Estado. Como diz Maria Odila Dias³ sobre as mulheres de São Paulo: “A memória social de suas vidas vai se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência dos documentos.”

O Acre

Fugindo da grande seca de 1877 no Nordeste, grupos de nordestinos emigraram para a Amazônia. De acordo com Cristina Scheibe Wolff⁴ em seu trabalho *Mulheres da Floresta – Uma história do Alto Juruá, Acre (1890-1945)* estima-se que só em 1878 cerca de cinquenta mil homens, mulheres e crianças emigraram para a Amazônia. Algumas histórias retratam a raridade da presença feminina no início da formação social do Acre e nos remetem às situações de disputas pelas poucas mulheres que havia. O pequeno número de mulheres redobrava a preocupação dos seringueiros⁵ com sua defesa. Wolff⁶ relata que era comum haver até roubo de mulheres. Numa dessas histórias, dois homens chegaram a um seringal⁷ e avisaram ao marido que iam levar a sua mulher. Diante de um rifle carregado, o marido não teve outra alternativa senão deixar a mulher ir. Uma mulher em um seringal era considerada um objeto de luxo, que podia ser adquirida por quinhentos quilos de borracha⁸ e para mantê-la, era preciso trabalhar mais, pois do contrário, o patrão⁹ entregava para outro. Porém, nem sempre era fácil adquirir uma mulher por meio de compra. Mesmo existindo muitos relatos, havia a resistência por parte da mulher que muitas vezes sabia agir com astúcia para escapar da situação. Wolff¹⁰ vai além e afirma:

Assim, apesar dos contornos violentos que essas relações assumiam, as mulheres não se portavam simplesmente como vítimas da situação. Talvez se possa até mesmo afirmar que elas sabiam tirar algum proveito dela, já que com a “escassez” de mulheres, acabavam podendo “escolher” seus companheiros.

A presença feminina era tão rara e valorizada por alguns que provocava situações bastante curiosas. Glimeses Barros¹¹ conta a história da morte de um homem, que por acidente, foi esmagado pelo tronco de uma árvore; a notícia se espalhou e logo chegaram os seringueiros que viviam pelas redondezas. Um dos que chegou por último, cumprimentou os presentes e pôs-se a admi-

rar o “inerte e deformado corpo da viúva em prantos”. Após alguns minutos, ele se anima e pergunta-lhe: “- D. Isabel, a senhora quer se casar comigo? Entre soluços, ela responde: Não posso, já estou comprometida com o seu Serapião”. Essa raridade da presença da mulher e de sua valorização acabava por levar a acontecimentos terríveis, como o que conta Alfredo Lustosa Cabral.¹² O fato aconteceu no seringal São Raimundo, no Amazonas. Havia um seringueiro que chegou ao seringal com família composta da mulher, D. Júlia, e duas crianças. Trabalhou ali por três anos “sem poder libertar-se da conta que, dia a dia, avultava, contraída no barracão.¹³” Adoeceu. Sem poder trabalhar, acabou por viver da caridade de alguns que por ali passavam, pois o patrão não lhe vendia fiado. Nesse mesmo lugar morava um seringueiro, Paulino, trabalhador, econômico, que tinha conseguido acumular crédito com o patrão, que pensando na dívida do marido de D. Júlia [que apesar da pobreza, era uma mulher bonita], disse ao seringueiro com crédito: “- Se quiser pagar a conta daquele sujeito eu vou arranjar a mulher [dele] para você.” O seringueiro riu, como que consentindo, mas exclamou: “- Esse negócio de ficar com a mulher alheia não pode sortir coisa boa!” Porém, o patrão disse que se ele pagasse a conta, tudo daria certo. O homem então procurou o seringueiro doente e fez a proposta: “- O Paulino é um rapaz muito bom, trabalhador e dispõe de um grande saldo em meu poder. Disse que paga a conta de vocês, arranja mais dinheiro para a viagem à Paraíba, nas condições de ficar com D. Júlia.” Nesse momento, um silêncio imperou no ar, até que o seringueiro falou: “- Se Júlia aceitar eu também aceito.” Esta por sua vez “aquiesceu”. Assim, foi feito o pacto. Na noite em que iria ser realizado o casamento chegaram o marido que iria viajar pra cuidar da saúde e a mulher para se apresentar ao patrão. Na festa, D. Júlia dançou bastante, pois só existia ela e mais outra mulher, sendo parabenizada por todos. “À meia-noite, Paulino desceu com D. Júlia a escada do barracão e foi visitar a fogueira que estava prestes a terminar. Ali palestravam sobre a nova vida que iriam encetar dessa noite em diante.” Enquanto conversavam receberam um “tiro de bacamarte pelas costas, que os deitou por terra. Caíram abraçados na beira da fogueira.” Paulino recebeu mais de trinta tiros e Júlia três. “É que o legítimo marido, ao deparar os noivos ao clarão da fogueira confabulando, irou-se, arranhou um bacamarte velho, carregou-o e mandou-lhes o tiro de misericórdia na certeza de exterminá-los de uma vez.” No dia seguinte, o patrão, talvez tendo consciência do seu erro, mandou levar o criminoso para embarcar para sua terra, não o entregou à polícia. “Os noivos escaparam, mas tiveram de passar mais de três meses acamados sem poder dar água um ao outro”.

Cabral ressalta que Júlia era “um tipo atraente,

³DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995, p. 13.

⁴WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta – uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

⁵Aqueles que manipulavam a extração do látex para o fabrico da borracha.

⁶WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta – uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

⁷Local que contém grande concentração de seringueiras, árvores de corte de seringa, de onde se extrai o látex.

⁸Substância elástica feita do látex coagulado, extraída da seringueira (*Hevea brasiliensis*).

⁹Denominação que se dava aos proprietários e administradores dos seringais.

¹⁰WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta – uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945)*, p. 73.

¹¹BARROS, Glimeses Rego. *Nos confins do extremo oeste*. A presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá. 1912-1915. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1986, p. 183.

¹²CABRAL, Alfredo Lustosa. *Dez anos no Amazonas*. (1897-1907). 2 ed. Brasília: Senado Federal, 1984, p. 71-3.

¹³Local onde se comprava produtos de primeira necessidade, era a sede do seringal.

simpática, bonita mesmo”. A beleza da mulher em algumas situações acabava por levar a vários conflitos, principalmente em comunidades pobres e onde havia um número reduzido de mulheres. Miridan Knox Falci¹⁴ falando sobre o casamento de mulheres pobres no sertão nordestino, afirma também que “A mulher muito bonita despertava desconfiança: poderia despertar traição ou desejo de outros homens”.

Semelhante situação acontecia na Europa. Segundo Thompson¹⁵ havia casos de venda de mulheres em todas as regiões da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX. A venda de uma esposa não era um caso fortuito e muito menos cômico. Era realizada em público e com cerimonial instituído como um leilão na praça do mercado. “(...) o que está envolvido é a troca de uma mulher entre dois homens num ritual que humilha a mulher tratando-a como um animal.”

Na sociedade dos seringais, a mulher não era só um objeto raro, mas uma mercadoria a ser comercializada, que podia ser “encomendada”, “vendida”, “pega na mata” ou “roubada” do pai ou do marido. Barros¹⁶ conta que o Coronel Francisco Freire de Carvalho, seringalista¹⁷ pioneiro na extração do látex nas bacias do Juruá – Tarauacá, tinha uma filha, chamada Loló, que era exuberante, bonita e muito cobiçada. A moça era mantida sob rígido controle do pai. “A sua virgindade era motivo de preciosidade” ante o assédio dos homens, tanto novos, como mais velhos. A jovem acabou se apaixonando por um seringueiro e numa madrugada foi raptada por ele. Na manhã seguinte, quando deu por falta dos dois, o pai furioso mandou preparar uma canoa com armas, munição e alimentos. Sairia no rastro dos dois. Os amigos e empregados demoveram-no da idéia e ele desistiu. “Evidentemente, naquela altura, *consumatum est...* Restava agora aguardar a presença de um padre para regularizar a situação”.

Numa região onde as distâncias eram muito grandes entre os seringais, entre a colocação¹⁸ de cada seringueiro e o barracão e entre o seringal e a cidade, havia carência de tudo, inclusive de assistência espiritual ou de no caso em questão, um religioso para conceder a benção às inusitadas uniões. O historiador Leandro Tocantins¹⁹ relata a história do “Padre Leite” de Lábrea no Amazonas, que visitava anualmente o rio Acre para ministrar os sacramentos, ficou famoso na região como o inventor do “casamento pelo rumo”, que acontecia quando o seringueiro o procurava para combinar o casamento, mas a noiva não chegava com o cidadão. O sacerdote tornava mais simples o sacramento perguntando qual era o rumo certo da barraca²⁰ da “eleita”. Uma vez indicado, apontava em direção da mesma, proferindo a benção. “Dizem que ele, com esse método singular, tinha em mira diminuir os casos de mancebia”.

Era comum que as mulheres exercessem os trabalhos domésticos, como cozinhar, criar galinhas e patos, pescar, limpar a caça e o peixe, cuidar da casa, do quintal e do roçado, entre outros. Um trabalho comum às mulheres, juntamente com os filhos, era a coleta de cocos ou corte de cavacos de certas madeiras para a defumação.²¹ Apenas a coleta do látex não era comum ser feita pelas mulheres, ficando o trabalho do corte de preferência para o homem ou para algum filho crescido. Porém, mesmo não sendo comum, algumas mulheres faziam este trabalho. A classificação de “trabalho doméstico” tem ocultado, no decorrer da história, variadas modalidades de trabalho. É designado como trabalho, principalmente, atividades que são voltadas para o mercado. O que se faz além disso, não é considerado atividade laboral, como: cultivo de hortas e alimentos, cuidados com doentes e idosos, criação e ordenha de animais, produção de objetos necessários ao dia-a-dia como, óleo, banha, doces, sabão, velas, cestos, cerâmica, esteiras, redes, artesanato, costura de roupas, entre outros. São serviços ou produtos feitos para a família ou para outras pessoas, consumidos ou vendidos. Assim, o trabalho doméstico acaba por contribuir e muito para subsistência familiar e era fundamental para o equilíbrio financeiro e prosperidade da família.

Como afirma Cleuza Rancy²², a presença da mulher foi um elemento estabilizador na formação da sociedade dos seringais, pois fez com que a família daquele que ali nasceu, viveu e se desenvolveu “contasse com a participação ativa e permanente do trabalho feminino, não limitado às tarefas domésticas, mas decisivo nas atividades de lavoura para subsistência”. Existiram muitas formas de convívio doméstico, diferenciados de famílias nucleares e extensas, como relações de compadrio e estima; avós que criavam netos, homens que tinham várias mulheres, e mulheres que conviviam na casa de vários homens [o que nem sempre implicava em relacionamento sexual, mas troca de serviços], mulheres sozinhas chefiando famílias [filhos(as) adotivo(as) e crianças índias pegadas nas “correrias”] e vários homens sem mulheres, dentre várias outras formas.

Wolff²³ revela que o dia-a-dia na cidade era muito diferente da vida nos seringais. Na cidade, a população se dividia entre comerciantes, costureiras, sapateiros, pedreiros, carpinteiros, biscateiros, alfaiates, professoras, cozinheiras, lavadeiras, prostitutas e aqueles que viviam próximos à cidade trabalhando como agricultores, caçadores, entre outros. Com a crise nos seringais, com o preço da borracha cada vez mais baixo, esta população só fez aumentar e foram essas pessoas que iniciaram a formação das cidades acreanas.

A Imprensa

¹⁴FALCI, Miridan Knox. “Mulheres do sertão nordestino”. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 263.

¹⁵THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Cia. das Letras, 2002, p. 323.

¹⁶BARROS, Gilmendes Rego. *Nos confins do extremo oeste*. A presença do Capitão Rego Barros no Alto Juruá. 1912-191, p. 109.

¹⁷Proprietário dos seringais, que exploravam e organizavam a produção de borracha.

¹⁸Trecho do seringal onde havia uma barraca, que era a residência do seringueiro e algumas estradas de seringa.

¹⁹TOCANTINS, Leandro. *Formação histórica do Acre*. Vol. 1, 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, p. 220.

²⁰Denominação dada a casa, construída geralmente por uma palmeira chamada paxiúba.

²¹Processo de preparar a borracha, coagulando o leite da seringueira por meio de fumaça, transformando-o em uma sólida bola escura, chamada “pêla”.

²²RANCY, Cleusa Maria Damo. *Raízes do Acre (1870-1912)*. Rio Branco: M.M. PAIM, 1992, p. 131.

²³WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta – uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945)*.

No final do século XIX o desenvolvimento do país foi assinalado e impulsionado pela vida urbana, a classe média e a burguesia permitiram o aumento das atividades culturais relacionadas à imprensa. De acordo com Nelson Werneck²⁴ o livro e o jornal surgem como exemplos desse progresso. A chegada do século XX, marca no Brasil a passagem da pequena para a grande imprensa. No Acre não ocorreu mudança, os jornais possuíam estrutura que beirava a precariedade e se manteve assim por muitos anos.

Nos primeiros quarenta anos, os jornais serviram principalmente à causa política. Somente no município de Xapuri, que em 1907 condensava o maior núcleo populacional e o mais desenvolvido da região, circularam 13 jornais diferentes entre 1907 a 1921. Os jornais eram dirigidos por homens, que geralmente eram profissionais liberais, que vindo de outros estados da Federação, se aventuraram a viver no Acre-Território e foram os grandes responsáveis pelas atividades intelectuais daquele período. Isolados na floresta lutando pela sobrevivência ou já nos povoados que formaram os primeiros núcleos urbanos, a comunicação no Acre era deficiente, mas extremamente necessária. O surgimento da imprensa se deu no período áureo do extrativismo da borracha e por mais que não tenha alcançado grande repercussão no conjunto da sociedade, pela carência de grupos letrados, foi de importância fundamental para a circulação de informações e formação de leitores. Nesta pesquisa, foram coletados dados dos periódicos das cidades acreanas de todas as regiões do estado, sendo: “O Cruzeiro do Sul” do município de Cruzeiro do Sul; “Acreano” de Empreza, “Porto Acre” de Porto Acre; “O Estado do Acre” e “Brazil Acreano” de Sena Madureira; “A Alvorada” e “O Departamento” de Vila Seabra e “Commercio do Acre”, “Alto Acre” e “O Acre” de Xapuri, no total de 101 exemplares, que circulavam semanalmente.

Apesar do objetivo de cunho político, via-se nos periódicos uma grande quantidade de notícias de caráter geral: administrativas, policiais, sociais, educativas e de interesse público. Não se sabe exatamente quem eram os leitores dos jornais, mas pelos conteúdos, acredita-se que quem tinha acesso era a parte mais favorecida da sociedade. Nos seringais os periódicos chegavam, evidentemente, só para os patrões; os empregados mais próximos, havendo interesse, tinham acesso depois que o patrão lesse.

Havia diversas colunas onde se podia ver mais claramente como era o dia-a-dia daquela sociedade em formação e em especial como as mulheres eram e viviam. Um se embebedavam e provocavam atentado ao pudor; outras escreviam poesias; outras trabalhavam como professoras, comerciantes, administradoras dos negócios da família; outras eram loucas, cantoras, atrizes, costureiras.

Todas viveram o seu tempo e mesmo por meio de jornais de interesse político, se pode ter uma idéia de como era o viver cotidiano.

O Cotidiano

O trabalho

Na Amazônia, nas duas primeiras décadas do século XX, as mulheres encontravam-se fortemente cercadas por uma educação tradicional e patriarcalista. O espaço doméstico era exclusivo das mulheres, enquanto o espaço público reservado aos homens.²⁵ No Acre, a maior área de atuação profissional das mulheres foi na educação. Segundo Lopes²⁶, ser professora, nesse período, foi a profissão possível de ser exercida pela mulher na sociedade brasileira àquelas que ousassem ou precisassem sair do espaço doméstico. Lopes afirma ainda que no início do século XX no Acre, as mulheres conseguiram atuar de forma mais rápida como professoras, nas escolas, por ser um ofício propício às mulheres, pois a profissão era considerada como uma segunda mãe. Tanto em suas residências como nas escolas, as mulheres eram as mais atuantes. Vê-se muitos anúncios nos jornais oferecendo serviço.

Aula Primária

Rosa Fidanza Dutra, professora normalista, previne aos Srs. chefes de família que resolveu criar uma aula primária, em sua residência, á Rua 6 de Agosto nº 4, para a qual aceita desde já alunos de ambos os sexos.

Mensalidade módica.²⁷

De acordo com Souza²⁸ desde a sua primeira organização política e administrativa em 1904, cada departamento do Acre recebia anualmente 200 contos de réis para serem investidos em obras públicas: prédios para a administração, pavimentação de ruas, escolas, tudo o que fosse necessário para o desenvolvimento do estado, porém esses recursos eram insuficientes. Escolas, por exemplo, não havia em número adequado em todas as cidades. Por conta da deficiência nesse sistema de educação e uma vivência restrita ao espaço doméstico, as mulheres tinham grandes limitações intelectuais, presume-se a vulnerabilidade dessas mulheres quando após a morte do marido ficavam sujeitas a toda sorte de golpes, como o descrito abaixo:

Um conto do vigário

Um advogado/firma induz a viúva a assinar escritura de doação em pagamento a um suposto débito do marido, e ela entregou TODOS os bens pertencentes ao espólio do seu marido – por quitação.²⁹

Esse é o período em que as maiores cidades

²⁴SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

²⁵ÁLVARES, Maria Luzia Miranda. “Memórias e imagens do feminismo e das ligas partidárias no Pará: 1910-1937”. In: ÁLVARES, Maria Luzia Miranda; e D’INCAO, Maria Ângela (orgs.). *A mulher existe? Uma contribuição ao estudo da mulher e gênero na Amazônia*. Belém: GEPEM, 1995.

²⁶LOPES, Margarete Edul Prado de Souza. *Motivos de Mulher na Amazônia*. Produção de Escritoras Acreanas no Século XX. Rio Branco: EDFAC, 2006.

²⁷Periódico *Commercio do Acre*, cidade de Xapuri, Coluna: Inedictoriaes de 20/02/1916.

²⁸SOUZA, Carlos Alberto Alves de. *História do Acre: novos temas, nova abordagem*. 6ª ed.

²⁹Periódico *Acreano*, cidade de Empreza de 29/09/1908.

brasileiras entram no processo de urbanização. Assim, esperava-se que os papéis sociais da mulher correspondessem às mudanças que se sucederam até final do século XIX. Além disso, as camadas superiores da população que viviam nos grandes centros urbanos brasileiros eram influenciadas pela cultura européia e desejavam um ensino de melhor qualidade, que naquele momento era bastante inconsistente tanto na rede particular, como na oficial.³⁰

Com as mulheres vivendo esse período de mudanças, a pergunta que se fazia era: como as mulheres passariam fora do lar durante todo o dia ou parcialmente e poderiam se ocupar com os filhos, maridos e a casa de forma satisfatória? Margareth Rago³¹ lembra que a preocupação da época era: o que seriam das crianças, futuros cidadãos da pátria, se fossem abandonados nos anos mais importantes de sua formação moral? Essas questões levavam à demarcação de severos códigos morais para mulheres de todas as classes sociais, principalmente àquelas que iniciavam carreiras como médicas, advogadas e outras atividades. Mesmo as mulheres de boa condição social que conseguiam se formar, enfrentavam dificuldades para entrar no mercado de trabalho. No Acre havia mulheres que ao ficarem viúvas tomavam à frente a administração dos seringais. Outras, segundo Wolff³² “(...) cuidavam da administração dos seringais que estavam em nome de seus maridos e pais mesmo durante a vida destes, em suas viagens (...), ou dividindo as tarefas dessa administração”.

A mulher e as letras

No Acre, em 1909, na cidade de Sena Madureira, Miriam da Silva, convidada pelos editores, assume a Secção Feminina no periódico “O Estado do Acre”:

Secção Feminina

Bem compreendo a quanto me abalço, aceitando a direção desta secção, destinada a vós e somente a vós, minhas gentilíssimas leitoras.

Ja vai longe o tempo em que moralistas, (...) davam ao Diabo todas as mulheres doutoras, escritoras e compositoras; mas ainda hoje existe quem, apegado às tradições d’antanho, penso que a mulher se destina exclusivamente a família. (...).

Miriam da Silva.³³

Mesmo que os textos femininos estivessem relacionados ao viver doméstico e demonstrassem limitação e ingenuidade nos pensamentos, era importante a participação feminina, pois era uma forma de desconstruir as barreiras intelectuais existentes e ocupar espaços na sociedade. Visto que os periódicos acreanos do período eram patrocinados pelos seringalistas, imagina-se o quanto foi difícil o exercício da escrita para os homens, quanto mais

para as mulheres que não tinham acesso à educação. Porém, por mais rara que fosse a participação da mulher nos jornais, ela existiu. Com uma vivência circunscrita à vida doméstica, não se poderia esperar que escrevessem sobre assuntos que fugissem a essa realidade. Assim, falava-se do amor, do bem amado, da amizade, do casamento e por mais simplórias que fossem as palavras, era uma forma legítima de participação e de registro de suas idéias.

A mulher sendo notícia

Parto

No Brasil, no meio urbano, a insalubridade, o grande número de pessoas pobres e mal alimentadas, a inflação dos preços dos bens de subsistência e os surtos epidêmicos de doenças como febre amarela (1850) e cólera morbus (1855), aumentaram o índice de mortalidade materna e da população infantil. A atenção à mulher que iria dar à luz se tornava um ato coletivo, devido à dramaticidade do momento. Um parto difícil movimentava mulheres de raças e condições sociais variadas em torno do sofrimento, que enchia de apreensão toda a comunidade. O ato era envolto de significados. “A participação de outras mulheres, a crença e a devoção religiosa, a exclusão de elementos supersticiosos e os recursos domésticos ou médicos revezavam-se para salvar mães e filhos.”³⁴ No passado a experiência do parto era vivida com dor e violência.

No Acre, no início do século XX, as parteiras eram a única referência na hora do parto. No exercício do seu trabalho chegavam aos lugares mais remotos, às vezes enfrentando dias de viagem de barco ou no lombo de animal, atravessando rio a nado, andando horas a pé, para aparar as crianças que estavam para nascer. A maioria das parteiras aprendeu a profissão por meio da mãe, avó ou parteiras antigas na comunidade. Elas preservam as tradições culturais de concepção de vida de forma humanizada, de solidariedade, afeto e de respeito à mulher que está parindo e à vida que está nascendo.³⁵ O trabalho das parteiras era mesmo imprescindível, mas muitas vezes, impossível de ser realizado, pois não havia como atender a todas as mulheres, devido às dificuldades vividas por ambas. É claro que mesmo com toda sabedoria e dedicação, as parteiras tinham suas limitações, especialmente quando havia necessidade de procedimento cirúrgico. Muitas vezes para salvar a parturiente até os médicos recorriam à embriotomia, operação mutiladora realizada na época. Foi o que praticou um homem no distante seringal “Catuaba”, ao ver sua mulher entrar em trabalho de parto, sem conseguir parir naturalmente e sem ter ninguém que pudesse auxiliar naquela hora, ele mesmo:

(...) lança mão de um canivete, e depois de bem

³⁰RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino na medicina: médicas brasileiras no século XIX. *Cadernos Pagu*, nº 15. Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/files/cadpagu/Cad15/n15a09.pdf> Acesso em: 13 mar. 2010.

³¹RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

³²WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta – uma história Alto Juruá, Acre (1890-1945)*, p. 80.

³³Periódico O Estado do Acre, cidade de Sena Madureira de 06/11/1909.

³⁴DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo*. São Paulo: UNESP, 2009, p. 218.

³⁵Revista *Outras Palavras*, Rio Branco, 2000.

amollá-o resolve-se a praticar a extracção da creança, dissecando-a, isto é, tirando aos pedaços, até que, com essa operação selvagem, conseguiu extrair-a toda, e dando passagem a outro feto, pois Alexandrina, tinha duas creanças á nascer!³⁶

Essa história fantástica revela que diante da ausência da parteira, as mulheres ficavam muito mais vulneráveis e sujeitas a toda sorte de acontecimentos. Neste caso a tragédia não foi maior porque, por haverem dois bebês, um foi salvo e a mulher também.

Álcool

“Embragar-se pode ser um prazer; mais frequentemente revela uma dificuldade de viver.”³⁷ Essa é a frase que impacta o início do texto *A permanência renovada do desejo alcoólico* onde Alain Corbin afirma que o alcoolismo e a figura do bebedor solitário surgem no século XIX. No Brasil, desde o início do século XX o consumo de álcool passou a ser objeto de uma intensa intervenção reguladora por parte do Estado. Isso resultou em tratados internacionais, legislações específicas, procedimentos policiais, aumento excessivo do preço e do lucro comercial. As drogas sempre foram os instrumentos mais eficazes para se alcançar prazer ou para aplacar a dor. Não só a dor física, mas a dor da alma.

No Acre, nas colunas policiais, se vê várias notas sobre pessoas alcoolizadas nas ruas e várias delas são mulheres. É possível que o isolamento, a ociosidade na cidade em formação e o fácil acesso à bebida, levassem algumas ao exagero. A incompreensão com o ato e a recriminação sofrida, talvez gerasse a agressividade por parte dessas mulheres, que terminavam por infligir a moral, como no caso abaixo:

Pelo simples fato de ter-se embriagado e afrontado a moral no dia primeiro deste, foi depositada por uma noite, a moleca Maria Bebiana. Coitadina!...38

A vida urbana

A vida urbana no início do século XIX praticamente não existia no Brasil. O estilo de vida da elite que dominava o país recebia influência da aristocracia portuguesa. A chamada família patriarcal, onde o pai era o detentor do poder e comandava a todos, vivia na casa-grande e predominava na senzala. No fim do século XIX e início do XX a capital do país entra num processo de modernização e a idéia de “civilização” torna-se um bem a ser alcançado. Na *Belle Époque* do Rio de Janeiro o lazer foi, segundo Rosa Araújo³⁹, o último acontecimento importante na socialização da mulher. A crescente urbanização levou ao aprimoramento dos meios de transportes e à comunicação e a isso se juntou o avanço educacional, estimulando a

mulher a ocupar o espaço público para divertir-se. Elas participavam dos jogos, feiras, romarias, eventos onde tinha música e dança. “Nos setores populares, as festividades religiosas são também oportunidades de lazer e interação social que se estendem ao longo do ano, de acordo com o calendário católico.” Era uma nova forma de diversão que surgia, agora, fora de casa.

Café Cantante

Onde a população pode divertir-se. Aberto todo dia e toda a noite, onde há bebidas, de diversas qualidades e marcas, charutos, cigarros, comidas frias, etc.⁴⁰

Pela propaganda que as casas noturnas faziam e pela chamada à diversão, percebe-se que já havia a mentalidade da importância da diversão. Abgvar Bastos⁴¹ em seu romance do Acre descreve as festas na cidade de Empreza, aonde ia muita gente dos seringais para aumentar o consumo de fumo e cerveja. Fala da “Carvalho & Filhos”, uma casa de tavolagem muito bem freqüentada onde havia jogos e bebidas. O consumo de cerveja deveria ser bem intenso, pois havia até a fábrica da Cerveja – Lupial Princeza que funcionava em Xapuri desde 1910. As mulheres também participavam de festas, romarias e quermesses, embora fosse trabalho, também pode ser considerado como diversão, já que era uma atividade que fugia à rotina doméstica e uma forma de distração.

No Brasil, no início do século XX a maioria dos núcleos urbanos do interior se caracterizava por uma aparência descuidada, sendo impossível definir os limites entre zona rural e urbana. Frequentemente eram vistos vacas, cavalos e cabras pastando pela cidade, onde o capim crescia nas ruas e praças.⁴² No Acre, não era diferente. Esta desorganização provocava problemas diversos. A ausência de uma administração eficiente e a falta de noções básicas de higiene levavam aos atos mais insanos, como o de enterrar uma vaca em plena rua e ainda deixar a pata de fora.

Enterraram, esta semana, uma vacca morta em plena rua Major Salinas; a cova era tão razea que ficou de fora a mão... da finada.

Depois de muito mau cheiro e muita reclamação dos moradores, os fiscaes fizeram com que o dono da carniça a queimasse, o que não impediu de tresandar até hontem.⁴³

As mulheres que foram para o Acre no final do século XIX e início do XX chegaram movidas por sonhos de uma vida sem tantas dificuldades e privações. Na floresta, criaram formas de conviver com uma natureza tão diferente e adversa. Nas cidades as vivências foram outras. Diferentes atividades, ocupações, serviços, relações, modos de ver e se expressar. Não foram sem conflitos essas

³⁶Periódico O Acre, cidade de Xapury, 18/08/1907.

³⁷CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: ARIÉS Philippe & DUBY Georges. *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à primeira Guerra. 10ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras. 2006, p. 579.

³⁸Periódico Acreano, cidade de Empreza, Coluna: Echo da Polícia, 24/03/1910.

³⁹ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. *A vocação do prazer*. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano. Rio de Janeiro: Rocco, 1993, p. 86

⁴⁰Periódico O Estado do Acre, cidade de Sena Madureira, Coluna: Postaes, 11/03/1909.

⁴¹BASTOS, Abgvar. *Certos caminhos do mundo*. (Romance do Acre). Rio de Janeiro: Hensen, 1927, p. 149.

⁴²COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. Momentos decisivos. São Paulo: UNESP, 2007.

⁴³Periódico Commercio do Acre, cidade de Xapury, Coluna: Varias, 12/09/1915.

vivências. Viveram experiências difíceis. Tratadas como objetos, tiveram que se impor até mesmo por questão de sobrevivência e para alcançar aquilo que foram buscar, simplesmente, uma vida melhor.

Tensões e violência

“Roupa suja se lava em casa” essa era a máxima da sociedade burguesa no século XIX. Segundo Michelle Perrot,⁴⁴ a valorização da auto-imagem e das aparências, o temor à exposição, o desejo de se mostrar uma figura respeitável, faziam com que os conflitos familiares fossem resolvidos no âmbito doméstico. As desavenças eram administradas com a maior diplomacia possível. “Pois sonha-se que os familiares apresentem uma imagem de entendimento mútuo, todos reunidos para uma foto de família, atestado perante outros e as gerações futuras da força e serenidade do clã.”

Já na classe mais empobrecida o acontecimento comum era o crime chamado passional, que na verdade era o exercício do sentimento de posse do homem pela mulher e geralmente cometido para vingar a honra ultrajada. Muitos casos são apenas de mulheres casadas ou solteiras que apresentavam resistência ao homem, por não quererem praticar relação sexual, arrumarem um amante, irem embora ou ainda reclamarem da infidelidade do companheiro ou porque são brutos, fracos ou cruéis. “Essas mulheres estão reivindicando, com uma vitalidade e uma franqueza surpreendentes, seu direito à liberdade de escolha e movimento (...)”.⁴⁵ A mulher era a principal vítima dos mais variados tipos de violência dentro do âmbito familiar e fora também. O direito à vingança privada, de certa forma, admitido pelo júri da época, principalmente nos crimes chamados passionais (em especial os casos de adultério por parte das mulheres), passava a ser cada vez menos admitido pelos especialistas em criminologia do início do século XX que vêem nele um indício de primitivismo e até de insanidade mental.

No Brasil, no final do século XIX e início do XX quando o país passava pelo processo de modernização, as autoridades se esforçaram em impor hábitos civilizatórios à população. Segundo Rachel Soihet,⁴⁶ a família era motivo de preocupação, principalmente nos segmentos populares, no que se referia aos bons costumes, respeito às leis e às regras e convenções. “Especificamente sobre as mulheres recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado (...)”. Na nova sociedade que surgia, era premente a inserção das mulheres, porém nos padrões estabelecidos pela classe dirigente. A nova ordem que se estabelecia tinha o amparo da medicina social, que garantia que a mulher era biologicamente frágil, recatada, as faculdades emotivas predominavam sobre as intelectuais e o instinto sexual esta-

va subordinado ao maternal. Já o homem tinha uma natureza racional, dominadora, ativa e uma sexualidade irreprimível. As características conferidas às mulheres justificavam que se requeressem delas uma atitude de obediência e um comportamento que não comprometessem sua honra. Segundo Mary Del Priore,⁴⁷ no século XIX a mulher era considerada com capacidade de reunir as melhores e as piores características. Essa duplicidade feminina se tornou “um grande tema literário.” Assim, a fidelidade feminina parecia ser a “grande” virtude que se exigia das mulheres, pois elas tinham uma forte tendência para a traição.

O Código Penal, a ação policial e judiciária eram os recursos usados pelo sistema em vigor e tinha por objetivo submeter, controlar e impor normas para as mulheres dos grupos populares. As ações impetradas não eram de instrução, mas sim de coerção e acrescentavam a isso os preconceitos referentes aos seus comportamentos, condições de classe e gênero. Assim, a violência estava sempre presente na vida dessas mulheres.

No Acre, embora as mulheres usufríssem de liberdade, pois se envolviam e trabalhavam nas festas e quermesses da igreja, e ainda como domésticas, cozinheiras, costureiras, comerciantes; havia a exigência de certos comportamentos, como de obediência ao homem. Em 1907 na cidade de Cruzeiro do Sul, desenrolou-se uma história com fim trágico, onde todo o conflito se deu pelo fato da jovem envolvida não acatar as ordens recebidas. O que mais chama a atenção nessa história é a intransigência e violência com que pessoas e autoridades agiram em relação à menina. A matéria do jornal tem como título “Origem de um crime – Como se faz um criminoso”. Uma jovem por nome Rosa vivia em companhia de um casal, mas fugindo, foi presa noutra localidade.

Rosa com seus 14 anos de idade, era uma leviana, uma grande namoradeira, sempre com dois ou três derrços; não lhe faltando concorrentes porque era uma bonita morena, de olhos negros tentadores.⁴⁸

Rosa ficou grávida, e um rapaz, funcionário da Prefeitura foi acusado. Ele se diz inocente. Rosa também afirma que não foi ele o seu “desvirgador”, mesmo assim, ele é demitido e preso.

Arrumaram um “reparador de alheia falta” para casar com Rosa, que não o aceitou, mas mesmo assim foi obrigada a casar com um homem que tinha 4 vezes a sua idade. Rosa detestava o marido.

(...) e para vingar-se da imposição que sofrera, começou a prevaricar, primeiramente com cautela, depois desbragadamente. Varias vezes abandonou a casa e para retel-a Valentim teve ordem do Prefeito de castigar-a e acorrental-a a um esteio.⁴⁹

⁴⁴PERROT, Michelle. Dramas e conflitos familiares. In: ARIÈS Philippe, e DUBY Georges. *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à primeira Guerra. 10ª reimpressão. São Paulo: Cia. das Letras. 2006, p. 273-4.

⁴⁵PERROT, Michelle. Dramas e conflitos familiares, p. 277.

⁴⁶SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 362.

⁴⁷DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2006, p. 187.

⁴⁸Periódico O Cruzeiro do Sul, cidade de Cruzeiro do Sul, 06/01/1907.

⁴⁹Periódico O Cruzeiro do Sul, cidade de Cruzeiro do Sul, 06/01/1907.

Um dia um soldado do exército libertou-a e a levou consigo. O marido teve autorização do prefeito para armar-se de um rifle e procurar a mulher; a polícia, também pôs-se a campo. O soldado é preso e espancado e Rosa é posta novamente na corrente.

“Dá-se a intervenção de várias pessoas.” Um tenente vai a casa, prende o marido, solta-a e leva a jovem à Prefeitura, “desgrinhada, lacrimosa, com a corrente ao pé.” O prefeito censura o oficial, liberta o marido e obriga a jovem a acompanhá-lo. O marido leva-a a força para o seringal, lá continuaram os desentendimentos. Posteriormente, em depoimento, o marido diria que Rosa entregava-se a qualquer pessoa que a procurava, mas nunca a ele. Segundo o autor da matéria “Rosa, porem era insensível as exigências matrimoniais daquele homem.” Numa noite o marido busca a mulher e ela o repele. Ele insiste e ela manifesta-lhe todo o seu desprezo. O marido pega um rifle e mata-a.

Ahi está como se faz um criminoso: o capricho de uma mulher e a fraqueza de uma autoridade foram as causas unicas desse infortunio, que começou em comedia e acabou tragicamente. E ainda há quem suspire pela volta dessa situação de violencias e favoritismo feminino!...⁵⁰

Não causa estranhamento que Rosa fosse tratada como adulta, mesmo tendo apenas 14 anos. Essa era a prática comum no início do século XX. Martha Abreu⁵¹ relata um caso ocorrido no Rio de Janeiro em 1904, onde uma menina de 15 anos foi deflorada por um homem. No julgamento do acusado, o advogado de defesa diz que a mulher [se referindo à menina] é um animal perverso quando vive num meio “viciado” e ainda a chama de “menina perdida” por ter sido deflorada.

O termo “menina perdida” dá um sentido ambíguo e mostra o ínfimo limite entre o estado de ser criança ou ser mulher, diante do ato sexual antes do casamento. Já que a idade define a condição de menoridade da violentada, esta deveria ter assegurada a sua proteção, devido estar na fase anterior à idade adulta, num momento de transição da infância para a adolescência. As meninas ofendidas, quase sempre faziam parte dos setores empobrecidos, eram consideradas e tratadas como mulheres pela maior parte dos juristas e também por seus iguais.

Rosa, sem pai ou mãe, vivia com um casal e insatisfeita, pois fugiu da casa que vivia. Ao perder a virgindade, levou uma grande preocupação aos seus protetores. Claudia Fonseca⁵² ao falar da mulher pobre do final do século XIX diz que havia uma ameaça comum a todas: a de se tornar uma “mulher decaída”. E isso acontecia com a moça ao perder a virgindade. A pureza sexual era imprescindível. Por isso a responsável por Rosa

arrumou-lhe um esposo, pois uma mulher para ser honesta deveria casar, e para casar era preciso ser virgem. Segundo Fonseca “O próprio Código Civil previa a nulidade do casamento quando constatada pelo marido a não-virgindade da noiva.”⁵³ Assim, Rosa conseguindo casar, mesmo estando grávida, poderia se considerar uma mulher de muita sorte. Não foi o que aconteceu, Rosa rejeitou o marido e isso lhe trouxe conseqüências trágicas.

O redator do jornal é bastante rigoroso em seu texto quando diz que a menina era leviana e uma grande namoradeira, mesmo aos 14 anos e parece que quer reafirmar a levandade de Rosa ao citar o depoimento do marido que disse que ela se entregava a todos, menos a ele. E é bastante tolerante com o esposo, pois diz que por Rosa não querer manter relação sexual com o marido é insensível às exigências dele. Para a sociedade da época o dever da mulher era sempre obedecer, porém nem todas estavam dispostas a cumprir este papel.

O estereótipo do marido dominador e da mulher submissa, próprio da família da classe dominante, não parece se aplicar *in totum* nas camadas subalternas. Muitas mulheres assumiam um comportamento negador de tal pressuposto.⁵⁴

Muitas reagiram a atitudes de prepotência e violência do sexo oposto e pagaram caro por isso, algumas com a própria vida. No caso de Rosa, a protagonista da história, houve vários agravos além da rejeição ao marido e da manifestação de desprezo por ele no final, provavelmente com palavras duras e ainda teve a traição, que como relata a matéria se deu com vários homens. E como era comum a infidelidade feminina ser punida com a morte, onde o homicida ainda se beneficiava com a argumentação de que se encontrava em estado de privação dos sentidos ao cometer o crime, quase sempre o assassino era absolvido no julgamento. “Na prática, reconhecia-se ao homem o direito de dispor da vida da mulher.”⁵⁵ Rosa de Araújo⁵⁶ destaca que os crimes de adultério eram legitimados no pensamento popular em nome da defesa da honra.

O [jornal] *Correio da Manhã*, em 1907, comentando um crime, condena a mulher adúltera, que “desceu do seu elevado posto de mulher-esposa, tornando-se mulher-prostituta”. Justifica o crime pelo “desvario” do marido, desafiado em sua honra viril.

Não é só a dificuldade de relacionamento que levava ao conflito e à violência. A ameaça do rompimento da hegemonia do poder masculino era fator que desencadeava o desentendimento. O marido reagia sem culpa ao ver abalado os valores em que acreditava. Daí, acontecia toda sorte de pressões, ofensas, agressões e violência.

No Rio de Janeiro do início do século XX havia

⁵⁰Periódico O Cruzeiro do Sul, 06/01/1907.

⁵¹ABREU, Martha. Meninas perdidas. In: PRIORE Del Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 2007, p. 289.

⁵²FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 528.

⁵³FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre.

⁵⁴SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano, p. 376-7.

⁵⁵SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil Urbano, p. 382.

⁵⁶ARAÚJO, Rosa Maria Barboza de. A vocação do prazer. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano, p. 136.

mais homens do que mulheres, o que afetava o relacionamento entre homens e mulheres, produzindo várias conseqüências como o surgimento de uma rede de solidariedade entre parentes, amigos, compadres, o que muitas vezes levava a interferências externas na vida do casal. Outro fato era a competição entre os homens, pelo fato de existirem menos mulheres. “Todos estes fatos talvez indiquem uma menor durabilidade, e talvez até instabilidade, nas relações homem-mulher entre essas pessoas (...)”.⁵⁷

No Acre esta competição era tão acirrada, que tornava as relações conflituosas, violentas e trágicas. Como mostra a história a seguir.

Tentativa de assassinato Seringal “Victoria”

O amigo chega na barraca do outro, “onde tinha muita intimidade, por ser passagem para a sua barraca” trazendo uma garrafa de vermuth e outra de genebra, ofereceu ao amigo e a sua companheira para abrir o apetite. Enquanto a mulher terminava o almoço os dois beberam quase a garrafa toda. Após o almoço o visitante ficou pensativo e de repente se despediu e saiu, voltou minutos depois reclamando o resto do vermuth que deixara na garrafa. Se retirou novamente, quando Julia, a mulher, sentada em uma rede conversava com seu companheiro, ouviu um estampido de um tiro de rifle e logo em seguida viu tombar seu companheiro com um ferimento na frente direita e ela com um dedo cortado pelo estilhaço da garrafa que tinha na mão, espatifada pela bala. O atirador foi preso. O ferimento foi considerado grave. A causa do criminoso não foi identificada pelas divergências das testemunhas, mas o delegado está inclinado a julgar que a verdadeira causa é a esposa, que segundo informações, não goza de bom nome no seringal. A policia prossegue as diligencias.⁵⁸

Nesse episódio, a motivação para o crime, foi provavelmente, o interesse do amigo em sua mulher, embora não houvesse evidências. Mas, mesmo as testemunhas divergindo de opinião, o julgamento caiu sobre a esposa, que como relata a matéria não gozava de boa reputação. O que teria feito para receber essa avaliação? O que tivesse feito, todos saberiam, pois não se encobre por muito tempo, atos tão reprováveis num seringal. O que parece haver era uma discriminação à figura feminina. Analisou-se: Se houve algum delito que precedeu o crime, provavelmente, deveria ser da mulher.

Algumas notícias mostram que em alguns conflitos o homem também era vítima, é o que nos relata a nota abaixo:

Durante a semana que se findou foram recolhidos ao xadrez da Delegacia de Policia: Policronio Lagos e Antonietta Marques, porque, depois da forte alteração entre ambos, applicou Antonietta

ao pobre do Policronio “chá de umbigo de boi”.⁵⁹

O fato que antecedeu a prisão do casal foi uma surra que Antonietta deu no Policronio. O “chá de umbigo de boi” é feito com o órgão genital do boi, que é colocado pra secar e depois de seco fica aproximadamente do tamanho de um palmo de comprimento ou um pouco menor. Depois é amarrado na ponta de um chicote. Fica como uma lixa. Quando chicoteado nas costas da pessoa, para cada lapada o sangue brota imediatamente. Como se vê, a violência não era característica apenas dos homens, conflitos pessoais com atos extremos como esse, viravam casos de policia.

Diante do fato de haver no Acre muito mais homens que mulheres, a mulher era, como já foi dito, considerada objeto raro e de valor. O que acabava por favorecer a situações um tanto quanto inusitadas, como a do homem que vendeu a própria companheira por um tanto de borracha⁶⁰, porém ao receber o produto viu que ele era de má qualidade e não o aceitou como pagamento. Criou-se a contenda que foi parar no Juiz de Paz. Ouvindo os protestos da mulher, o juiz decidiu que esta não ficaria com nenhum dos dois.

Considerações Finais

Analisar o cotidiano das mulheres no Acre, no início do século XX, por meio de periódicos, não é tarefa fácil. Os periódicos da época eram todos de cunho político, a maioria dos que escreviam buscavam mostrar à região e ao restante do país que o Território do Acre poderia se tornar um Estado da Federação Brasileira. Mas mesmo assim, esses periódicos são uma preciosa fonte documental, pois expõem os discursos dos profissionais e ainda são, mesmo com limitações, abertos à participação da sociedade. Assim, podemos ter uma idéia do dia-a-dia da população: no que trabalhavam, como se divertiam, que dificuldades enfrentavam, os conflitos que viviam em suas relações pessoais, a violência que sofriam e praticavam; a vida em todas as suas dimensões.

Os homens e mulheres ao se dirigirem para a região Amazônica, fugindo da grande seca que assolou o Nordeste em 1877, enfrentaram inúmeros perigos na floresta. Além de sobreviver, desejavam também enriquecer extraindo o látex das seringueiras. Eram pessoas rudes, com pouco estudo, mas repletas de vigor e coragem. Com o declínio da produção da borracha, muitas dessas pessoas saíram da floresta e se estabeleceram em vários povoados, algumas vieram de outros estados e juntos formaram os núcleos urbanos. O sistema que vigorava, tanto nos seringais, quanto nesses núcleos urbanos era o patriarcal. Os homens dominavam e as mulheres se subordinavam. É claro que houve resistências, como já foi visto, mas não era a regra. Nesse contexto de dominação masculina pouco foi escrito sobre as mulheres, o que nos remete aos estudos de Rachel Soihet e Joana Maria

⁵⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho Lar e Botequim*. 3ª reimpressão. São Paulo: Ed. UNICAMP 2008, p. 213.

⁵⁸ Periódico Alto Acre, cidade de Xapury, 23/11/1913.

⁵⁹ Periódico Alto Acre, Coluna: Pela Policia, 23/11/1913.

⁶⁰ História colhida do Periódico O Acre da cidade de Xapury, 20/04/1913.

Pedro quando afirmam que o estudo tardio da “mulher” ou “mulheres como categoria analítica na pesquisa histórica se deveu ao uso da categoria “homem” como sujeito da história. “Acreditava-se que, ao falar dos homens, as mulheres estariam sendo, igualmente, contempladas, o que não correspondia à realidade.”⁶¹ Desde a década de 1970 os estudos sobre a história das mulheres e o conceito de gênero usado por Joan Scott vieram para dar destaque à relação entre mulheres e homens, pois não se poderia compreender o papel social de qualquer um dos dois em separado.

Assim, as mulheres que viveram na região acreana no início do século XX viveram relações conflituosas, mas também de parceria com os homens, e ocuparam seus espaços, talvez de forma tímida, mas não ficaram reclusas em casa cuidando apenas das questões domésticas. Foram professoras e diretoras de escola. Atuaram como médicas, parteiras, professoras de piano, costureiras, cozinheiras, cantoras, atrizes. iam a festas, restaurantes, casas de dança, teatros, cinemas, cassinos. Bebiam e se embebedavam, espancavam seus companheiros, fugiam de casa, eram presas, matavam para defender-se. Recebiam homenagens, escreviam para os jornais, demonstrando suas idéias. Viveram conflitos com maridos, pais, amigos. Foram virgens, cobiçadas, disputadas, vendidas, assassinadas. Assim, os jornais que registraram as diferentes facetas do cotidiano dessas mulheres, revelaram a importância do seu papel na constituição e desenvolvimento daquela sociedade.

Conclui-se que as mulheres no Acre existiram e resistiram. Em meio à grande floresta ou na formação das primeiras cidades, foram agentes históricos de adaptações, transformações e resistências. Dividiram-se em grupos sociais muito distintos; trabalharam, geraram filhos, educaram e produziram junto com os homens a riqueza daquele Estado que nascia. É verdade que houve conflitos, tensões, injustiças e algumas dessas notícias saíam nos jornais, e mesmo que o objetivo maior dos redatores dos periódicos fosse mostrar quão civilizado e preparado para se juntar ao restante do país, como um igual, o Acre estava; as mulheres tiveram participação importante neste intento.

⁶¹SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. Vol. 27, nº 54, p. 284.

Aníbal Mattos: fomentador das artes plásticas na Belo Horizonte do início do século XX

Cláudia Ayer

Bacharel em Ciências Sociais/UFMG e pesquisadora do NECC/UFMG
claudiaayer@gmail.com

Danielle Uchoa

Bacharel em Ciências Sociais/UFMG e pesquisadora do NECC/UFMG
nielerods@gmail.com

Inês Quiroga

Bacharel em Ciências Sociais/UFMG e pesquisadora do NECC/UFMG
inesitaquiroga@hotmail.com

João Ivo Duarte Guimarães

Mestrando em Sociologia/UFMG e pesquisador do NECC/UFMG
joaoivoduarteguimaraes@yahoo.com.br

Raquel Rodrigues

Bacharel em Ciências Sociais/UFMG, pesquisadora do NECC/UFMG
raquel.srodrigues@uol.com.br

Sarah de Barros Viana Hissa

Mestranda em Antropologia/UFMG
sarahhissa@hotmail.com

Resumo: O mundo das artes plásticas na Belo Horizonte do início do século XX é usualmente caracterizado como essencialmente precário, tradicional e acadêmico. Esse artigo investiga esse momento e ambiente, focalizando a figura essencial de Aníbal Mattos e buscando averiguar a validade dessa caracterização recorrente. A atuação do fluminense Aníbal Mattos no fomento artístico e articulação do meio em Belo Horizonte foi decisiva, de modo que a ênfase do artigo envolve algo de sua abrangente trajetória pessoal e institucional nos meios intelectual e artístico da época. Mattos aparece como uma figura dinâmica e fundamental na integração dos artistas e interessados, por meio da promoção de exposições e instituições de ensino, ainda que efêmeras. A caracterização de Mattos como articulador de tal relevância lança dúvidas sobre certas determinações correntes acerca da atuação do artista frente a tentativas modernistas, assim como a tradicional dualidade entre academicismo e modernismo.

Palavras-chave: Aníbal Mattos, artes plásticas, Belo Horizonte.

Abstract: The world of plastic arts in Belo Horizonte in the early 20th century is typically characterised as inherently precarious, traditional and academic. This article investigates this period and environment, using as a focal point the essential figure of Aníbal Mattos, and questions the validity of this recurrent characterization. The authors assert that Mattos' role in the incentivisation and articulation of the artistic environment in Belo Horizonte was decisive, so much so that the emphases of this article also incorporates some observations of his personal and institutional trajectory in the intellectual and artistic environment of the time. Within this article it is argued that Mattos should be seen as a dynamic individual, fundamental to the integration of artists and other interested parties, by promoting exhibitions and education institutions, even if only short lived. This characterization of Mattos as an articulator of such relevance raises doubts concerning certain common assumptions about the artist's actions towards the modernist movement, as well as the popularly perceived duality between academicism and modernism.

Key words: Aníbal Mattos, plastic arts, Belo Horizonte.

Introdução

O mundo das artes plásticas na Belo Horizonte do início do século XX é usualmente caracterizado como essencialmente precário, tradicional e acadêmico. Esse artigo investiga esse momento e ambiente, focalizando a figura central de Aníbal Mattos e buscando averiguar a validade dessa caracterização corrente. Grande parte dos historiadores que se debruçaram sobre o estudo das artes plásticas em Minas Gerais foca suas análises nos eventos que ocorrem a partir de 1940. A partir dessa data é possível observar os indícios mais evidentes da emergência de uma estética de caráter moderno nas artes plásticas. Segundo Ivone Luzia Vieira, “o nível de grandeza da modernidade do período de Kubitscheck na *Prefeitura de Belo Horizonte*, no período de 1940 a 1945, reduziu a historicidade dos acontecimentos modernistas que o antecederam”¹. Dessa forma, em nossa pesquisa diagnosticamos a existência de uma lacuna nos estudos acerca das manifestações artístico-culturais das décadas anteriores. Propomos-nos, então, a revelar o cenário das artes nas décadas de 20 e 30, em Belo Horizonte. Ao adentrar esse período, nos deparamos com a figura de Aníbal Mattos.

A atuação do fluminense Aníbal Mattos em Belo Horizonte, no fomento artístico e articulação do meio artístico, foi decisiva, de modo que enfatizaremos aspectos de sua abrangente trajetória pessoal e institucional no meio intelectual e artístico da época. Mattos aparece como uma figura dinâmica e fundamental na integração dos artistas e interessados, por meio da promoção de exposições e instituições de ensino, ainda que efêmeras. A caracterização de Mattos como articulador de tal relevância lança dúvidas sobre certas determinações correntes acerca da atuação do artista frente a tentativas modernistas, assim como a tradicional dualidade entre academicismo e modernismo.

Iniciaremos a discussão com uma breve revisão bibliográfica de estudos que trataram da arte em Minas Gerais, ressaltando que alguns desses trabalhos pouco mencionam a importância de Aníbal Mattos como promotor cultural. Posteriormente, apresentaremos o cenário cultural do período apontando as principais iniciativas, desde a construção da capital mineira até a chegada e atuação de Aníbal Mattos. Por fim, realizaremos uma reflexão sobre a pessoa de Mattos e as várias atividades desenvolvidas por ele.

Uma breve revisão da literatura

A literatura dedicada à produção artística mineira contempla, sobretudo, a emergência do modernismo nas artes plásticas, enfocando o seu atraso em relação ao movimento modernista literário. Fernando Correia Dias parece ter sido o primeiro a constatar essa defasagem. Segundo

Dias, uma vez que as manifestações do movimento modernista na literatura paulista e na mineira são praticamente contemporâneas, “pode-se perguntar por que motivos não ocorreram em Minas expressões artísticas no campo plástico e musical, ao contrário do que acontece no ambiente paulista”². Para responder essa questão, Dias avança a hipótese de que em São Paulo as artes plásticas contavam com um grau maior de institucionalização, “o que facilitaria a simples mudança de rumo”³. Por outro lado, Belo Horizonte quase não possuía instituições artísticas, tais como museus, galerias, escolas de arte, etc. Além disso, o autor menciona o maior cosmopolitismo no campo intelectual paulistano e a presença, mais significativa do que em Belo Horizonte, de imigrantes estrangeiros: o que teria contribuído para a intensificação do contato com as vanguardas estéticas da Europa.

Segundo a historiadora Cristina Ávila Santos, em *Modernismo em Minas – literatura e artes plásticas: um paradoxo, uma questão em aberto*, enquanto os literatos mineiros engajam-se na revolução modernista (por exemplo, o grupo de escritores liderados por Carlos Drummond de Andrade, que criou *A Revista* em 1925), “as artes plásticas encontram-se totalmente estagnadas, perfeitamente acomodadas ainda à atmosfera acadêmica, com seus artistas sequer ultrapassando a ‘revolução impressionista’”⁴. Segundo a autora, a despeito da “aura de modernidade” presente na implantação da capital, Belo Horizonte era ainda uma cidade bem provinciana nas décadas de 20 e 30. O tradicionalismo de suas elites dirigentes encontrava-se espalhado pela produção intelectual do período. Não obstante esse tradicionalismo, “será nesse meio retrógrado que vão surgir os modernistas da literatura”, e, se os literatos mineiros, mesmo integrados a esse contexto, conseguiram se aperfeiçoar e abraçar um novo panorama estético-ideológico, “seria lógico que haveria possibilidade do surgimento de artistas plásticos que fossem também componentes dessa ‘nova arte’”⁵.

Bem, contrariando essa “lógica”, as artes plásticas daquele período mantiveram-se distantes do modernismo, apegadas a uma arte naturalista, de documentação da realidade, salvo, ressalta Cristina Ávila Santos, a exposição modernista de Zina Aita, em 1920. A artista é considerada por Santos a precursora do modernismo plástico em Minas Gerais. Além da exposição de Zina Aita, a autora menciona também a atuação de Pedro Nava nas artes plásticas. Atuação, no entanto, que se restringe a ilustrações esparsas em livros e alguns trabalhos inseridos na revista *Verde*, de Cataguases. Durante a década de 30, a situação permanece a mesma: no que tange às artes plásticas, a hegemonia acadêmica persiste incontestada. O quadro só começou a mudar na década de 40, quando Kubitscheck, à

¹VIEIRA, Ivone Luzia. *Vanguarda modernista nas artes plásticas*: Zina Aita e Pedro Nava nas Minas Gerais da década de 20. São Paulo: 1994, p.5.

²DIAS, Fernando Correia. Gênese e Expressão Grupal do Modernismo em Minas. In: ÁVILA, Affonso (org.). *O Modernismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1975, p.177.

³DIAS, Fernando Correia. Gênese e Expressão Grupal do Modernismo em Minas, p.117.

⁴SANTOS, Cristina A. *Modernismo em Minas – literatura e artes plásticas: um paradoxo, uma questão em aberto*. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte (1), janeiro/abril 1986, p.174.

⁵SANTOS, Cristina A. *Modernismo em Minas – literatura e artes plásticas: um paradoxo, uma questão em aberto*, p.190.

frente da Prefeitura, reuniu artistas do quilate de Niemeyer, Portinari e Guignard para aqui trabalharem.

A autora avança duas hipóteses para explicar a defasagem das artes plásticas belo-horizontinas naquele período. Uma explicação possível consistiria na inexistência de outros pintores, ou pintoras, à exceção dos já citados Zina Aita e Pedro Nava. Outra possibilidade levantada por Santos é o estudo da personalidade e da influência de Aníbal Mattos em Minas.

O pintor fluminense Aníbal Mattos, desde a sua chegada à capital mineira em 1917, mobilizou todas as manifestações artísticas da cidade. Em 1917, Mattos criou a *Sociedade Mineira de Belas Artes*. Essa instituição patrocinou durante quinze anos consecutivos quinze exposições gerais de belas artes. Nesse mesmo ano, ele fundou a *Escola de Belas Artes* (antiga *Fundação Universitária Mineira de Arte-FUMA*), instituição que passou a receber subvenção federal a partir de 1934. Curiosamente, dado o suposto academicismo de Aníbal Mattos, a exposição de Zina Aita foi patrocinada pela *Sociedade Mineira de Belas Artes*, sob a direção de Mattos (que foi também o curador da exposição, além de divulgar nos dois grandes jornais da época as qualidades artísticas da jovem pintora). Se a sua atuação dinamizou o “frágil ambiente artístico” da época, reteve, por outro lado, “o processo natural de evolução que deveria se dar através do contato com as novidades de fora e o aperfeiçoamento da formação acadêmica mineira”⁶. Segundo Santos, Aníbal Mattos teria impedido o surgimento de manifestações estéticas diversas daquelas que sua suposta ortodoxia aceitava. A *Escola de Belas Artes* fundada em 1917 por Aníbal Mattos representaria a importação dos padrões neoclássicos para a capital mineira.

Para explicar como foi possível Aníbal Mattos ocupar uma posição dominante durante mais de duas décadas, Santos defende a hipótese da existência de um *mecenato estatal*, que durante a República Velha atuou como protetor das artes. Agindo como mecenas das artes e das letras locais, a elite dirigente perremista instalada no governo do Estado de Minas Gerais conseguiu controlar as manifestações artísticas e literárias locais – não se importando com as concepções formais, estéticas, mas sim com a “sua absorção e controle de algum modo, tornando a cultura uma consciente ou inconsciente ‘aderência’ ao sistema”⁷. Dessa forma, tanto Aníbal Mattos, paladino do academicismo nas artes plásticas, quanto “o grupo modernista mineiro” estariam “sofrendo a influência do Estado e agindo como intelectuais orgânicos da classe dominante”⁸.

Ivone Luzia Vieira, em *Vanguarda modernista nas artes plásticas: Zina Aita e Pedro Nava nas Minas Gerais da década de 20*, sustenta que a história da arte moderna em Belo Horizonte divide-se em três

momentos: o contido, o revelado e o explosivo. Na década de 20, prevalece um período de contenção das realidades vanguardistas do modernismo, sendo a exposição de Zina Aita, ocorrida em 1920, representante deste momento. Na década de 30, com a Exposição do Bar Brasil, em 1936, acontece a revelação do modernismo, quando o movimento toma consciência de si mesmo. Finalmente, na década de 40, a Exposição de Arte Moderna de 1944 marca a “explosão da arte modernista para fora da moldura tradicional”⁹. Segundo Vieira, desde os anos 20 havia vanguardas modernistas exercendo pressão pela abertura de espaço no campo das artes plásticas em Belo Horizonte. No entanto, preocupado com o avanço dos movimentos modernistas da Europa, notadamente o futurismo, o governo aciona medidas controladoras dos meios de produção da cultura artística da cidade. Recuperando o argumento do mecenato estatal, a autora atribui ao Estado a responsabilidade por iniciativas visando bloquear o avanço do modernismo. Nesse sentido, o senador Crispim Jacques Bias Fortes, convidou, em 1917, o pintor fluminense Aníbal Mattos, formado pela *Escola Nacional de Belas Artes*, “para criar instituições de belas artes na cidade em conjunção com os valores do sistema”¹⁰. Aceitando o convite, Aníbal Mattos mudou-se para Belo Horizonte em 1917 e passou a coordenar ações vinculadas às artes, produzindo e promovendo, portanto, uma arte “em consonância com o gosto da burguesia dominante”¹¹.

Vale a pena mencionar também o estudo de Fernando Pedro da Silva sobre as artes em Belo Horizonte nos anos 20 e 30. Opondo-se à linha interpretativa mostrada até agora, Silva denuncia a resistência por parte dos estudiosos em adentrar mais a fundo as manifestações artísticas que não pertencem aos cânones modernistas. Essa má vontade dos pesquisadores incide nos conceitos utilizados em seus trabalhos, “muito mais rotuladores do processo que explicativos do mesmo”¹². Aníbal Mattos, de acordo com Silva, teria sido vítima dessa resistência dos pesquisadores, “sendo meramente rotulado por estes como o responsável pelo atraso das artes na Cidade”¹³. Segundo Silva, Aníbal Mattos, desde a sua chegada à capital em 1917, atuou como dinamizador do mercado das artes na cidade, principalmente através da *Sociedade Mineira de Belas Artes*, instituição encarregada pela promoção da vida artística naquele período. Infelizmente, o estudo de Silva não fornece muitos subsídios para as teses que ele propõe, permanecendo como uma proposta de pesquisa a ser aprofundada por novos estudos.

Neste breve passeio pela literatura podemos perceber, apesar dos autores não enfatizarem a figura de Aníbal Mattos, a centralidade do mesmo no campo artístico mineiro nas décadas de 1920 e 1930. De fato, todos os acontecimentos ligados à história da arte em Belo Horizonte estiveram marca-

⁶SANTOS, Cristina A. Modernismo em Minas – literatura e artes plásticas: um paradoxo, uma questão em aberto, p.192.

⁷SANTOS, Cristina A. Modernismo em Minas – literatura e artes plásticas: um paradoxo, uma questão em aberto, p.194.

⁸SANTOS, Cristina A. Modernismo em Minas – literatura e artes plásticas: um paradoxo, uma questão em aberto, p.197.

⁹VIEIRA, Ivone Luzia. *Vanguarda modernista nas artes plásticas: Zina Aita e Pedro Nava nas Minas Gerais da década de 20*, p.7.

¹⁰Bias Fortes fora presidente do Estado de Minas Gerais durante o Governo Provisório instalado após a Proclamação da República. Ele presidiu o Estado de 1890 a 1898. Isto explica por que, em seu texto, Ivone Luzia Vieira trata-o por presidente do Estado. À época da transferência de Aníbal Mattos para Belo Horizonte, o governador em exercício era Delfim Moreira Costa Ribeiro, 1914-1918.

¹¹VIEIRA, Ivone Luzia. Emergência do Modernismo. In: ANDRÉS RIBEIRO, Marília e SILVA, Fernando Pedro. *Um Século de História das Artes Plásticas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, C/Arte, 1997, p.127.

¹²VIEIRA, Ivone Luzia. Emergência do Modernismo, p.129.

¹³SILVA, Fernando Pedro. Aspectos das artes em Belo Horizonte nos 20 e 30. *Revista do Departamento de História*. FAFICH/UFMG. v. 08, p. 47-57, Janeiro de 1989, p.49.

dos pela sua presença: a exposição modernista de Zina Aita em 1920 foi patrocinada pela Sociedade Mineira de Belas Artes, da qual ele foi o fundador e “presidente perpétuo”; em 1936, ocorre a Exposição de Arte Moderna do Bar Brasil, em oposição à hegemonia acadêmica de Aníbal Mattos; os Salões da Prefeitura, exposições anuais patrocinadas pela Prefeitura de Belo Horizonte nos últimos anos da década de 30, concebidos como espaço de expressão dos artistas modernos, foram organizados por Mattos. Finalmente, após a chegada de Guignard, em 1944, uma luta político-ideológica é travada no interior do campo artístico mineiro encontrando-se, de um lado, o método modernista de Guignard, privilegiando a interpretação da realidade e, do outro, o academicismo de Mattos, “que valorizava a pintura figurativa do real”¹⁴. Salvo o estudo de Fernando Pedro da Silva, Aníbal Mattos é considerado o representante do academicismo na capital, responsável pelo bloqueio das manifestações modernistas naquele período. A sua ação conservadora é evocada para explicar a defasagem já mencionada entre a literatura e as artes plásticas, sendo utilizados, para explicar a conjuntura das artes plásticas em Minas Gerais, determinados traços da sua biografia, em especial sua formação acadêmica.

Antes de Aníbal Mattos: o cenário artístico em Belo Horizonte antes de 1917

Conhecida até o ano de 1890 como Curral Del Rei, a capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, se apresentava como um pacato lugar que tinha como ambiente de sociabilidade até então as proximidades da igreja N. Sra da Boa Viagem. Em 17 de dezembro de 1893, fora aprovada na ementa constitucional a mudança da capital de Minas, de Ouro Preto para Belo Horizonte, sendo estabelecido um prazo de quatro anos para a mudança definitiva. Era preciso, no entanto, construir o local que abrigasse a capital, pois Belo Horizonte nesse tempo se limitava a um pequeno povoado sem atrativos econômicos e nenhuma infra-estrutura. Com o tempo, esse aspecto foi se modificando, embora muito lentamente. A vinda de imigrantes, a abertura de alguns estabelecimentos comerciais e a construção de prédios (principalmente administrativos) e casas foram uma constante ao longo do tempo. O engenheiro responsável pelo planejamento da cidade, Aarão Reis, que ficou na chefia de 1894 a 1895, fizera juntamente com Américo de Macedo a planta da cidade, recebendo notáveis elogios pela imprensa nacional.

Belo Horizonte foi escolhida como capital do Estado para abrigar também os propósitos modernizantes de seus idealizadores em meio “aos novos tempos advindos com a Proclamação da República”¹⁵. Como era necessário até mesmo construir suas instituições e a vida social da nova

cidade, assim se encontrava também o incipiente “cenário” cultural, que pelo menos nos seus primeiros anos, se limitava às iniciativas privadas. Os principais eventos e instituições culturais não eram de tutela do Estado, mas sim, espaços quase domésticos resultantes dos interesses particulares. Alguns exemplos são a fundação de uma biblioteca feita por determinados membros da comissão construtora em 27 de agosto de 1894, chamada *Sociedade Literária Belo Horizonte*, e o *Museu Paula Oliveira*, denominado assim em homenagem ao Dr. Francisco de Paula Oliveira. Esse grupo desejava com isso distração e alguma atividade diante de suas permanências no arraial. A cidade, em seus primeiros anos, era habitada por imigrantes estrangeiros e outros advindos de regiões mineiras como Ouro Preto. Eram, em sua maioria, homens letrados que compunham o corpo do funcionalismo público, e por isso tinham certas necessidades culturais. Caberia ao Estado, com o tempo, intervir para fornecer nesta área – cultural, educacional, artística e de lazer – opções para toda a população, se bem que muitos criticavam a atuação dele, trazendo à tona sua ineficiência e visão estreita, principalmente a do *Partido Republicano Mineiro*. Tanto o Estado quanto a iniciativa privada firmavam parcerias para promover estas programações culturais e de lazer. A intenção era incentivar a habitação em Belo Horizonte: “Era preciso criar atrativos para atrair e fixar a população da nova capital”¹⁶. Mas se faz necessário lembrar também que “até a década de 20 o atendimento dessas necessidades culturais por parte do Estado parecia deixar muito a desejar: isso em parte se explica pela extensão dos trabalhos da comissão construtora, só concluídos em 1915, em parte devido à crise econômica decorrente da Primeira Guerra Mundial e do endividamento do Estado”¹⁷.

A imprensa local era bem escassa, mas contava com cinco jornais até a inauguração da cidade, porém todos de curta duração. A primeira publicação se chamava *Revista Geral dos Trabalhos*, que destinava a registrar e descrever os aspectos da construção da capital, que já no segundo fascículo fora extinta. Já os assuntos sobre arte eram negligenciados. Duas revistas, *Vita* e *Vida de Minas*, ambas literárias, dariam uma atenção maior aos artistas e às suas produções. Apesar de marcarem época, não durariam muito.

Por uma iniciativa dos Srs. Aurélio Lobo, Coronel Daniel da Rocha e o Sr. Carlos Monte Verde foi montado em setembro de 1895 um *Teatro Provisório* localizado na Rua Sabará, que segundo as palavras de Abílio Barreto era um “tosco barracão térreo, coberto de zinco, desprovido do menor conforto e sem qualquer vestígio de bom gosto”¹⁸. Nesse local, algumas companhias de teatro se apresentaram, como a companhia de Zarzuelas Felix Amurrio, a

¹⁴SILVA, Fernando Pedro. Aspectos das artes em Belo Horizonte nos 20 e 30, p.49.

¹⁵FÍGOLI, Leonardo H. G. A Paisagem como Dimensão Simbólica do Espaço: o mito e a obra de arte. *Revista Sociedade e Cultura*, v. 10, n.1. jan/jun 2007. Goiás: UFG, p.2006.

¹⁶COELHO, Maria Beatriz; FÍGOLI, Leonardo, H.G.; V.; NORONHA, Ronaldo. *O antigo e o moderno: o campo artístico em Belo Horizonte no início do século XX*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32, 2008, Caxambu. Disponível em: <http://200.152.208.135/anpocs/trab/adm/imprensa/ogt.php?id_grupo=6&publico=S>. Acesso em: 15 dez.2008.

¹⁷S/AUTOR. BH 100 anos: Nossa História. *Jornal Estado de Minas*. Belo Horizonte: 1996, p.21.

¹⁸COELHO, Maria Beatriz; FÍGOLI, Leonardo, H.G.; V.; NORONHA, Ronaldo. *O antigo e o moderno: o campo artístico em Belo Horizonte no início do século XX*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 32, 2008, Caxambu. Disponível em: <http://200.152.208.135/anpocs/trab/adm/imprensa/ogt.php?id_grupo=6&publico=S>. Acesso em: 15 dez.2008.

companhia dramática e de operetas *Cardoso da Mota*, o ilusionista Pismel, e a *Companhia de Operetas Machado* (Careca). Esse local foi demolido em 22 de Julho de 1897. A diversão dos belo-horizontinos na época se restringia a esses espetáculos no *Teatro Provisório* e de vez em quando algumas touradas e cavalhadas, ou também alguns circos de cavalinhos. Nesse tempo houve alguns concertos musicais e o aparecimento do primeiro fonógrafo. O primeiro teatro que a capital teve depois de sua inauguração fora criado pelo Sr. Paulino da Fonseca Saraiva, que adaptou uma casa na Avenida do Comércio, chamando-a de *Variiedades*, que funcionou até 1900. Neste mesmo ano, Francisco Soucasseaux “transformou um barracão que havia no quarteirão entre as ruas da Bahia, Goiás e Avenida Afonso Pena, em confortável teatro a que o povo deu a denominação de teatro Soucasseaux”¹⁹. Decorado pelo pintor Bertolino Machado e inaugurado pela companhia Soares de Medeiros funcionou até 1905. Como descreve Abílio Barreto, o teatro “ficava dentro de um jardim fechado a arame farpado e aí havia um coreto em que bandas de música efetuavam retretas”²⁰.

Quando da interdição desse teatro, outro foi criado improvisadamente. De nome *Teatrinho Paris* e localizado na Rua da Bahia, teve temporadas e um cinematógrafo. Em 1909, o *Teatro Municipal* foi inaugurado pela companhia *Nina Sanzi*, ele funcionou até 1942, promovendo peças teatrais, concertos, recitais, festivais e outros. O terreno foi vendido para a empresa *Cine-teatro*, sendo convertido no cine-teatro MetrÓpole.

Nas primeiras décadas da capital, o lazer era constituído pelos cafés, clubes, teatros, cinemas e pelo *footing*. Ainda que pelos poucos encontrados até então. “As atividades literárias, artísticas e recreativas aconteciam em clubes sociais organizados com essas finalidades”²¹. Era nesses clubes que circulava a ala intelectual da cidade. Esses lugares promoviam palestras literárias, encontros de arte e outras atividades relacionadas. Dentre esses clubes o que se destacava era o *Jardineiros do ideal*, que segundo as palavras de Abílio Barreto “constituíam o núcleo primeiro da nossa intelectualidade”²². Era formado por doze literatos que tinha por objetivo “cultivar e incentivar as letras, as artes e a sociabilidade”²³. Foi a partir das atividades que ocorriam nesses lugares que a literatura e as artes em Belo Horizonte surgiram. Além disso, algumas associações culturais e sociedades recreativas atuavam em Belo Horizonte difundindo e cooperando para a produção e divulgação, mesmo que elementares, das artes. Para citar algumas: *Academia de ciências de Minas Gerais*, *Sociedade brasileira de cultura inglesa*, *Sociedade de cultura Franco-brasileira*, *Academia Belo Horizonte de letras*, *Academia mineira de letras*, *Instituto histórico e geográfico de Minas Gerais*, *Clube Belo*

Horizonte, dentre outras.

Porém, um artigo crítico escrito por José Clemente publicado no jornal *Estado de Minas* aponta Belo Horizonte como um local que abrigava muitos artistas na pintura, na música, no canto. Mas segundo ele “[...] não havia o que apontar como ‘Arte em Belo Horizonte’. Porque faltava comunicação entre os artistas, para assegurar, convincentemente, que ela era uma capital artística”²⁴. Era necessário que os artistas realizassem seus estudos no exterior para receber seu devido reconhecimento. E a imprensa, como já referido neste artigo, descuidava assuntos concernentes às artes. Esta situação só mudaria com a vinda de Aníbal Mattos em 1917:

Foi ele quem chamou esses valores dispersos, encolhidos. Promoveu deles a união, com aquele fogo idealístico que era a marca de Aníbal. Juntou os pintores da capital e do Estado e fez aqui a 1ª Exposição Mineira de Belas Artes e nunca mais parou. [...] Foi indiscutivelmente ele quem deu corpo, por essa conclamação de artistas, à pintura em Belo Horizonte. Acudiram os que estavam desanimados e outros surgiram²⁵.

Aníbal já viera a Belo Horizonte em 1913 “em busca de descanso e do clima ameno”²⁶, mas somente em 1917 iria estabelecer residência fixa na cidade. Ano esse que também é apontado como impulsionador das artes plásticas: “Foi em 1917 que as artes plásticas ganharam impulso”²⁷. Anos mais tarde é a vez de Guignard fixar residência em Belo Horizonte, mas encontrou aqui um “interesse pela pintura já despertado (...) e realizou no terreno aplainado por Aníbal, a sua grande obra”²⁸. José Clemente termina seu argumento afirmando ser, tanto Aníbal Mattos quanto Guignard, dois bandeirantes na pintura em Minas.

Aníbal Mattos: breve biografia

Aníbal Pinto de Mattos, nascido em Vassouras, Rio de Janeiro, a 26 de outubro 1889, teve sua formação inicial em artes no *Liceu de Artes e Ofícios* do Rio de Janeiro e posteriormente na *Escola Nacional de Belas Artes (ENBA)*. Na *ENBA*, a formação de Mattos deu-se sob a influência pedagógica deixada por Grimm e a influência estilística do paisagismo de Batista da Costa. Mattos esteve pela primeira vez na capital mineira em 1913, onde expôs seus trabalhos. Sua transferência definitiva para Belo Horizonte se deu somente em 1917, a convite do então senador Bias Fortes, que o contratou como professor da *Escola Normal Modelo*, residindo na Avenida Araguaia (atual Avenida Francisco Sales), n. 1446. Mattos foi casado com a artista Maria Esther Mattos, com quem realizou várias exposições coletivas e iniciativas de fomento às artes.

A atuação de Aníbal Mattos em Minas Gerais foi ampla, abrangendo as áreas da arqueologia pré-

¹⁹BARRETO, Abílio. *Resumo Histórico de Belo Horizonte (1701 – 1947)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950, p.121.

²⁰BARRETO, Abílio. *Resumo Histórico de Belo Horizonte*, p.232.

²¹BARRETO, Abílio. *Resumo Histórico de Belo Horizonte*, p.232.

²²S/AUTOR. *BH 100 anos: Nossa História*, p.21.

²³BARRETO, Abílio. *Resumo Histórico de Belo Horizonte*, p.274.

²⁴BARRETO, Abílio. *Resumo Histórico de Belo Horizonte*, p.274.

²⁵CLEMENTE, José. *Jornal Estado de Minas*, Belo Horizonte, 13 nov. 197. In: *Coisas da capital já passada*. ANDRADE, Moacyr. *Revista Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1982, p.269-270.

²⁶CLEMENTE, José. *Jornal Estado de Minas*, p.271.

²⁷SANTOS, Cristina Ávila. *Aníbal Mattos e seu Tempo*. Belo Horizonte: Ed. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 1991, p.10.

²⁸S/AUTOR. *BH 100 anos: Nossa História*, p.29.

histórica, da antropologia, da história, da literatura, do teatro, do cinema e do jornalismo, sendo que nas áreas onde não havia se graduado formalmente, foi autodidata, o que demonstra sua flexibilidade de trânsito entre as áreas do conhecimento e a amplitude de seu interesse e influência. Publicou livros em história da arte, focalizando o patrimônio colonial barroco, e também em pré-história, especialmente sobre o homem de Lagoa Santa. Escreveu várias peças teatrais, sendo que uma delas, *Canção da Primavera*, adaptada para o cinema. Além disso, Mattos ocupou diversos cargos administrativos: primeiro vice-presidente da *Academia de Ciências de Minas Geraes* (quando da sua criação em 1936); a presidência (por mais de uma vez entre as décadas de 30 e 40) e a tesouraria da *Academia Mineira de Letras*, assim como diretoria da revista dessa instituição. Foi, ainda, designado representante da *Sociedade Mineira de Bellas Artes* para o estado de Minas; foi patrono da cadeira 96 do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, em 1929; tornou-se membro do *Conselho Nacional de Belas Artes*, desde 1933; foi sócio benemérito da *Sociedade Brasileira de Belas Artes* do Rio de Janeiro, em 1935; representou o Brasil no Congresso Internacional de Antropologia na Filadélfia, 1937; foi presidente do *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, em 1937 e foi presidente do *Rotary club de Belo Horizonte*, em 1948.

Na *Academia Mineira de Letras* (AML), Aníbal Mattos tornou-se membro em 1923, ocupando a primeira sucessão da cadeira 37, cujo patrono é Manoel Basílio da Gama. Na seção de 15 de agosto do referido ano, profere seu discurso de posse, *No limiar da Academia Mineira de Letras*, onde discute a necessidade de engajamento da Academia em problemas sociais relativos à educação, ressaltando em especial o problema do analfabetismo. Mattos foi eleito para a presidência da AML duas vezes, atuando entre os anos de 1931 a 1934, e de 1939 a 1942. Além de participar da presidência da AML, Mattos participou do corpo editorial da *Revista da Academia Mineira de Letras* durante vários anos da década de 20.

Além disso, no campo educacional, lecionou na *Escola Normal Modelo* em 1917; lecionou desenho e artes gráficas no *Ginásio Mineiro de Belo Horizonte* em 1923; desenho figurado e caligrafia na *Escola Normal Modelo* em 1925; gratuitamente na *Escola de Belas Artes*, criada em 1927; desenho, novamente, na *Escola Normal* em 1931 e, finalmente, desenho artístico na *Escola de Arquitetura* da atual UFMG, de 1930 até 1957, quando, então, aposentou-se. Como jornalista, Mattos e José Osvaldo de Araújo criam a revista *Novella Mineira*, em 1922, e Mattos, sob os pseudônimos Fly, Dr. Perlingotes e Braz Fogaça, escreveu para jornais como o *Diário de Minas*. Essa intensa participação de Aníbal Mattos no cenário intelectual mineiro aponta para sua caracterização como um personagem dinâmico,

bem relacionado e aceito no meio, dotado de interesses amplos e poder social abrangente.

No que se refere ao mundo das artes plásticas, Aníbal Mattos atuou de duas maneiras analiticamente distintas no ambiente plástico: empreendedor e artista plástico. No ano de 1917, Mattos se envolve com dois projetos de relativa magnitude para o mundo das artes plásticas da época: a I Exposição Geral de Belas Artes (em que também expôs trabalhos próprios) e a primeira tentativa da década de constituir uma escola de belas artes na cidade. Seu dinamismo e interesse em criar instâncias de fomento às artes, dá início às atividades da *Sociedade Mineira de Belas Artes* (SMBA), em 1918, junto a outros artistas e promotores de arte. Além de Mattos, Osvaldo de Araújo, Celso Werneck, Honório Esteves, Eduardo Frieiro, Olindo Belém, Amílcar Agretti e Maria Esther Mattos, entre outros, participaram dessa iniciativa inovadora, sendo que participaram também da sua primeira diretoria pintores como Francisco Rocha e José Jacinto das Neves. Sua atuação de incentivo e divulgação das artes plásticas passa a ser intimamente associada à atuação dessa associação, através da qual buscou patrocinar exposições individuais e coletivas, palestras e cursos sobre arte, durante as décadas de 20 e 30 do século XX.

Em jornal da época, o objetivo da SMBA é caracterizado como tendo “fim principal levar adiante a idéia de nossas exposições anuais de arte, a propagação do ensino profissional artístico”²⁹, além de caracterizar a associação como de iniciativa de Aníbal Mattos. A *Sociedade Mineira de Belas Artes* participou da realização das Exposições Gerais de Belas Artes e, a partir de 1918, de exposições individuais, como a exposição de Zina Aita em 1920, o I Salão Feminino de Belas Artes, em 1932, e a Primeira Exposição Coletiva de Artistas Mineiros, realizada em SP em 1933.

Aníbal Mattos, antes da criação da SMBA, havia inaugurado a *Escola Prática de Belas Artes* (sob sua direção), em 07 de setembro de 1917, no Palacete Celso Werneck. Após a criação da associação, quando essa primeira tentativa de instituir uma escola especializada já havia sido interrompida, a *Sociedade Mineira de Belas Artes* patrocinou a *Escola de Belas Artes*, em 1928, onde Mattos lecionou gratuitamente por quatro anos. Em 06 de janeiro de 1932, a escola é recriada e passa a ter subsídio estadual, sob o nome de *Escola de Belas Artes de Minas Gerais*, funcionando no Salão Nobre do *Teatro Municipal de Belo Horizonte*. Essa escola prosseguiu como *Fundação Mineira de Arte* (FUMA).

Mattos, durante as décadas de 10 a 30, foi um reconhecido fomentador das artes em Minas Gerais, mencionado com grande relevância nas introspecções sobre o mundo das artes plásticas do período. Eduardo Frieiro o descreve como “principal propugnador”³⁰ de toda iniciativa de caráter artístico da época.

²⁹CLEMENTE, José. *Jornal Estado de Minas*, p. 271.

³⁰S/AUTOR. *Diário de Minas*, 09 de Junho de 1918, p.1.

Aníbal Mattos exibe influências romântistas e impressionistas na sua arte plástica, tanto no traço e nas cores utilizadas, quanto nos temas abordados. As pinturas de Mattos, no decorrer do seu longo período de produção, tematizam paisagens (como *Crepúsculo*, 1940, e *Ipê amarelo*, s/d), retratos (como *O jardineiro*, 1915, e *Figura de mulher*, s/d) e personagens religiosos (como *Judas traidor*, 1910, e *São João Batista*, s/d). Entretanto, apesar da pintura de Mattos apresentar elementos impressionistas e temas acadêmicos, não necessariamente Mattos tenha se posicionado contrariamente à transformação estilística do modernismo. A atuação do pintor fluminense no meio artístico, como discutido até o momento no presente texto, foi de agenciamento de eventos e criação de instituições, fomentadoras também de eventos modernistas, de modo que suas opções estilísticas, talvez conservadoras, não implicam uma rigidez em todas as ramificações da sua atuação.

Cristina Ávila Santos em *Modernismo em Minas – literatura e artes plásticas: um paradoxo, uma questão em aberto* aponta Aníbal Mattos como um dos responsáveis pelo desenvolvimento tardio do modernismo em Minas Gerais. Segundo Santos,

Não vimos em suas exposições [de Aníbal Mattos] e no decorrer de sua função como presidente da Sociedade Mineira de Belas Artes nenhuma manifestação ou alguma tentativa de renovar a arte mineira. Ao contrário, a sua atitude é sempre bastante conservadora, classificando o "impressionismo" como o que há de mais novo em termos estéticos e formais.

A realização da exposição da pintora modernista Zina Aita, de curadoria do próprio Mattos, através da *Sociedade Mineira de Bellas Artes*, e as críticas favoráveis a essa exposição no *Diário de Minas* (tecidas por Mattos sob o pseudônimo de FLY) sugerem tentativas, por parte do pintor, de instigar o interesse do público em geral para as produções artísticas. Esses episódios, por outro lado, não demonstram uma vontade de Mattos de impedir a atuação dessa artista na capital mineira.

A exposição de Zina Aita, realizada no *Palácio do Conselho Deliberativo* em 1920, é identificada como um evento que revela os primeiros traços da modernidade artística em Minas, sendo uma experiência que antecedeu a própria Exposição de Arte Moderna de 1922. Em um momento adverso às manifestações artísticas revolucionárias, considerando o contexto provinciano e conservador de Belo Horizonte, a jovem pintora de 20 anos, de origem italiana e recém chegada de Florença, encontrou em Aníbal Mattos o apoio necessário para realizar sua exposição caracterizada por muitos como "bizarra".

Mattos ainda redigiu crítica favorável a Aita no jornal oficial do *Partido Republicano Mineiro*, o *Diário de Minas*. Nas palavras do próprio Mattos em uma entrevista para o jornal *Folha de Minas* em 31 de

Dezembro de 1944:

A Sociedade Mineira de Belas Artes patrocinou, com seus esforços, a 1ª exposição individual de arte moderna nesta capital e talvez no Brasil. (...) a da artista belorizontina Zina Aita, em uma das salas do conselho deliberativo. As colunas do *Diário de Minas* consagraram a jovem patrícia. A seção de arte do jornal era minha e foi com entusiasmo que incentivei seu esforço completamente novo no ambiente pacado de Belo Horizonte de ontem.

Estas informações, de que Aníbal Mattos promoveu a exposição da jovem Zina Aita e ainda teceu elogios à mesma em sua coluna de crítica de arte, lançam uma nova luz sobre a figura desse relevante promotor cultural das artes mineiras. Os memorialistas que resgatam a história das artes plásticas em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX não deixaram de exaltar a centralidade da figura de Mattos, que realizou numerosos feitos no campo intelectual da cidade, como lembrou Fernando Pedro da Silva. O pintor promoveu várias exposições de Belas Artes, incentivando a atividade artística local, além de ter reservado espaço permanente em seus artigos no jornal *Diário de Minas*, para assuntos inscritos no campo das artes plásticas. A imprensa escrita foi importante para a emergência da crítica de arte e também para o aumento da repercussão dos eventos artísticos que ocorriam em Belo Horizonte, na medida em que atraíam um número cada vez maior de interessados sobre o assunto.

Em um artigo redigido por Carlos Drummond em 1930, sob o pseudônimo de Antonio Crispim, o escritor alude à inexistência de animosidade entre Mattos e o grupo dos modernistas mineiros. Drummond recomenda em um trecho do artigo intitulado *Do artista desconhecido* que se visite a Sétima Exposição Geral de Belas Artes, de curadoria de Mattos:

Observemos ali o belo, tocante esforço mineiro no sentido de realizar qualquer coisa que seja o reflexo de nossas preocupações artísticas em período de câmbio vil e de vida cara, que não são propriamente matéria para alimentar os sonhos.³¹

Considerações Finais

Vista a importância da figura de Aníbal Mattos como intelectual e articulador dos vários campos de conhecimento e prática artística de Belo Horizonte, questiona-se a imagem negativa formulada em torno desse personagem. Vale destacar o papel de promotor cultural exercido por Aníbal Mattos que, à frente de várias instituições, atuou, todo o tempo, em prol da articulação de pintores, ilustradores, caricaturistas, cenografistas e, principalmente, em torno de um único ideal: o de difundir na nova capital a compreensão e o respeito às preocupações estéticas. Em torno da figura

³¹FRIEIRO, Eduardo. "As Artes em Minas". In: *Minas Geraes em 1925*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial: 1926, p.531-562.

poliforme de Aníbal Mattos, várias ambigüidades e polêmicas foram estabelecidas. Acusado de ser uma barreira ao desenvolvimento do modernismo em Minas Gerais, o pintor, por outro lado, pode apenas ter interpretado que a natureza estética da transgressão modernista seria mal recebida pelo mercado da provinciana Belo Horizonte. Em declaração do próprio pintor em entrevista à *Folha de Minas*:

Antes da agitação do problema modernista, que é afinal, uma forma violenta e precipitada da evolução que quer antecipar uma estabilidade positiva normal, nós agasalhamos em nossas exposições temperamentos arrojados³².

No entanto, não deve existir dissenso quanto à importância de Aníbal para o desenvolvimento da cultura belo-horizontina. Caracterizado, pelo jornalista do jornal *Estado de Minas*, José Clemente, em 29 de Junho de 1969, como o sementeiro, o pintor fluminense e sua relevância são sintetizados:

A arte em Belo Horizonte deve-lhe a pamposa existência de hoje. Ele a tirou do caos. Deu forma ao informe. Foi dela, incontestavelmente, comprou a da mente o pioneiro. Foi ele quem deu à capital personalidade da pintura. Antes dele, Belo Horizonte tinha sim seus pintores. A aglutinação, pela força de seu amor, abriu para a capital o mundo novo para ela desconhecido. (...) Em multiplicidade de rumos ninguém mais doou o Espírito entre vós. Viveu muito e fez muito. E porque viveu muito teve a recompensa que nunca falta no mundo daqueles que vivem muito: viu festejado e saboreados os frutos de sua permanente sementeira pelos que se esqueceram ou ignoraram que foi ele o extraordinário sementeiro.³³

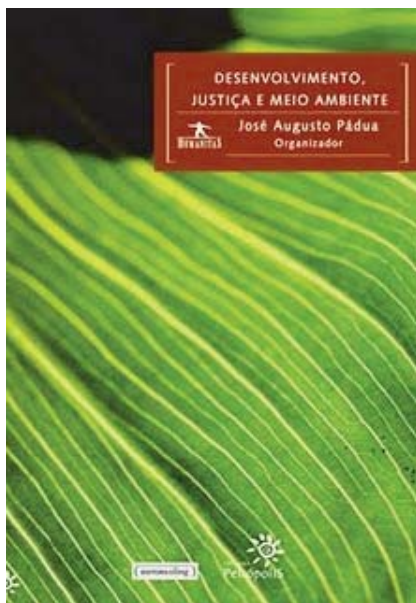
³²MATTOS, Aníbal. *Folha de Minas*, 31 de dezembro de 1944.

³³CLEMENTE, José. Aníbal Mattos, o Sementeiro. *Jornal Estado de Minas*, 29 Jun. 1969 (grifo nosso).

PÁDUA, José Augusto de (org.). *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009, 324 p.

Manuel Amaral Bueno
Graduando em Ciências Econômicas/UFMG
manubueno1@gmail.com

O livro *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*, concebido sob a orientação de Eliezer Batista e do professor Ignacy Sachs, é parte da coleção Humanitas, da Editora UFMG, e foi organizado por José Augusto Pádua, doutor em Ciências Políticas pelo IUPERJ e professor de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordena o Laboratório de História e Ecologia. Pádua é ainda autor de *O que é ecologia* e *Ecologia política no Brasil*, e de vários artigos em livros, periódicos científicos, revistas e jornais publicados no Brasil e no exterior.



O livro reúne dez artigos de autores de diversas áreas do conhecimento – Economia, Direito, Arquitetura, Pedagogia, Relações Internacionais, Filosofia e Ciências Políticas. Entre os autores, há professores universitários, gestores públicos e diplomatas, além de uma promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e um ativista, sócios do Instituto Socioambiental (ISA). A variedade de perspectivas se adequa bem ao eixo central do livro – desenvolvimento e sustentabilidade social e ambiental –, que convida a um olhar trans, multi e interdisciplinar e interessa ao conjunto da sociedade, não apenas a uma ou outra especialidade. Esse olhar se reflete no estilo dos artigos, que podem ser compreendidos por qualquer leitor leigo.

A edição da obra atende a dois objetivos principais: em primeiro lugar, apresenta as referências conceituais do trabalho de educação para a sustentabilidade desenvolvido pelo Espaço Israel Pinheiro, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Além disso, oferece uma contribuição ao debate sobre o desenvolvimento sustentável, talvez o mais relevante de nosso tempo, pois por meio dele vai se definir não apenas nosso modo de vida, mas as formas e possibilidades da continuidade da vida – humana e das demais espécies – no planeta.

O livro se divide em três partes: na primeira, intitulada “Raízes”, discutem-se as matrizes con-

ceituais do debate – a tradição desenvolvimentista no Brasil e aproximações¹ entre a história mineira e a sustentabilidade *avant la lettre* (e também *après la lettre*, por assim dizer); a segunda, “Diagnósticos”, combina elementos das outras duas. Nela, os autores fazem uma reflexão sobre a realidade brasileira, abordando ocasionalmente sua formação histórica e, a partir daí, expõem estratégias para o desenvolvimento e a defesa da natureza junto à opinião pública. Na terceira, nomeada “Caminhos”, os temas desenvolvimento e sustentabilidade são abordados a partir da ótica dos direitos

humanos, das relações internacionais, da educação ambiental e do setor empresarial; busca-se, com isso, delinear um horizonte de aproximações concretas entre desenvolvimento, justiça e meio ambiente no Brasil.

Ao longo do livro, o leitor se depara repetidas vezes com o que parece ser uma fábula de criação daquilo que, segundo Maurício Andrés Ribeiro, está se tornando um “mito unificador”² em nossas sociedades: a idéia de sustentabilidade, “ecodesenvolvimento” ou “desenvolvimento sustentável”. A narrativa pode ser mais ou menos detalhada, recuar mais ou menos no tempo, mas seus elementos básicos são os seguintes: o crescimento econômico do pós-guerra gerou problemas ecológicos sem precedentes. Por causa disso, expandiu-se a preocupação com a preservação do meio ambiente, que encontrou sua expressão máxima, num primeiro momento, na Conferência de Estocolmo, de 1972. Havia, por outro lado, a necessidade do desenvolvimento para superar a pobreza e as desigualdades, em especial nos países do Terceiro Mundo. A tentativa de conciliar essas duas demandas deu origem ao conceito de desenvolvimento sustentável, que consta do chamado Relatório Brundtland, das Nações Unidas, de 1987, e obteve ampla repercussão a partir da Eco-92, no Rio de Janeiro. O livro em questão (a maioria de

¹ Talvez algo anacrônicas.

²PÁDUA, José Augusto de (org.). *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009, p. 67.

seus artigos, pelo menos) coloca-se claramente no paradigma inaugurado por esse processo.

O livro conta com o patrocínio da Fundação Israel Pinheiro, o que parece não ter sido irrelevante para a seleção dos artigos. Israel Pinheiro foi uma personalidade fortemente identificada com o projeto desenvolvimentista no Brasil. Engenheiro e político, presidiu a criação da Companhia Vale do Rio Doce no Estado Novo e, durante os anos JK (auge do desenvolvimentismo no país, segundo o artigo de Ricardo Bielschowsky), comandou a Novacap, órgão responsável pela construção de Brasília. Por outro lado, o livro (mais especificamente, a apresentação e o artigo de Maurício Andrés Ribeiro) argumenta que o político também sempre se preocupou com os impactos ambientais do crescimento econômico. Um depoimento de Eliezer Batista – amigo de Israel Pinheiro desde 1942 – revela que a Companhia Vale do Rio Doce comprou uma área de 23 mil hectares de Mata Atlântica, sob pretexto de usar a madeira para a produção de dormentes da ferrovia, mas com o real objetivo de preservar os recursos hídricos e o “banco de dados botânicos” que a floresta representava. Daí teria surgido o Parque Estadual do Rio Doce.

Assim, não causa espanto que o livro se alinhe, com relativa acriticidade, ao discurso do desenvolvimento sustentável. Excetuando-se talvez o artigo de Vera Lessa Catalão sobre educação ambiental, há nele pouco espaço para questionamentos a respeito do imperativo do desenvolvimento e para distinções entre os conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Não surpreende, ademais, que o livro assuma, no mais das vezes, a perspectiva do Estado e, em menor grau, da iniciativa privada. Os movimentos sociais e o chamado terceiro setor aparecem de forma periférica na obra, quase sempre na sua relação com os Estados nacionais, ainda que se reconheça o importante papel daqueles na história do ambientalismo no mundo (a exceção neste caso é o artigo de Juliana e Márcio Santili sobre o socioambientalismo).

Cabe registrar, por fim, os limites que a estrutura do livro impõe às discussões levantadas pelos autores – formato que limita também o escopo desta resenha. A opção por múltiplas miradas sobre a questão do desenvolvimento, se por um lado dá ao leitor uma ideia da amplitude das questões que o tema suscita, por outro, força uma descontinuidade indesejável do raciocínio. Além disso, como já foi dito, ainda que as visões sejam várias, o posicionamento a respeito do tema central não se diferencia muito nos artigos. Assim, o livro pode não ser a opção mais indicada para intelectuais em busca de uma reflexão mais crítica e aprofundada sobre desenvolvimento e sustentabilidade. Apesar disso, o livro atende seu objetivo de expor as referências do Espaço Israel Pinheiro e serve

como excelente introdução ao assunto. Vale ressaltar que as ideias apresentadas nos artigos, mesmo que nem sempre originais, certamente merecem ser mais discutidas em nossa sociedade, pelo menos do ponto de vista dos que veem pertinência nos conceitos de sustentabilidade, justiça social e desenvolvimento econômico.

No tempo de crise das ideologias e das grandes narrativas em que vivemos, não deixa de ser belo – e politicamente útil – o ideal enunciado pelo professor Ignacy Sachs no prefácio da obra, em que se lê: “o ecodesenvolvimento é sustentado por um duplo conceito ético: de solidariedade sincrônica com todos os passageiros da nave espacial Terra e de solidariedade diacrônica com as gerações futuras”.³ Os brasileiros, mais que muitos outros povos, temos a possibilidade de concretizar essas palavras.

³PÁDUA, José Augusto de (org.). *Desenvolvimento, justiça e meio ambiente*, p. 14.

História e raça: a raça na História

MAGNOLI, Demétrio. *Uma Gota de Sangue: história do pensamento racial*. São Paulo: Contexto, 2009.

Fernando Mattioli Vieira

Doutorando em História/UNESP-Assis

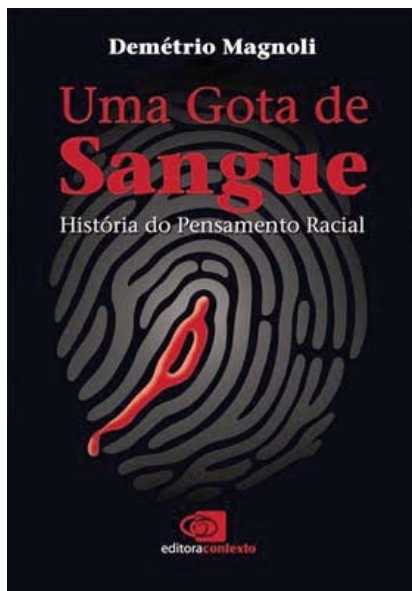
khirbet.qumran@gmail.com

Certamente, não é fácil comentar um assunto tão polêmico quanto apaixonante como esse. As temáticas raciais já há bastante tempo ganharam a mídia e têm influenciado o senso comum de pessoas dos mais diferentes estratos sociais. Grupos de pesquisa e opinião têm propagado o resultado de suas crenças por todos os meios de comunicação, além do papel (um tanto preocupante) desempenhado pelo Estado na promoção desses ideais. Talvez o maior problema dentro dessa perspectiva seja a tentativa de se recriar uma nova História, um tanto tendenciosa, em que os que

pensam diferente assumem o papel de hereges frente aos clérigos que criaram conceitos um tanto dogmáticos. É por esse viés que vejo a obra de Demétrio Magnoli, *Uma gota de sangue*.

A principal intenção do autor ao longo de seu trabalho é mostrar como foram construídas as principais ideias acerca do conceito de “raça” ao longo dos últimos séculos. Partindo sobretudo do homem europeu, tais conceitos foram usados nos séculos XIX e XX para explicar a suposta superioridade do europeu/eurodescendente frente a outros grupos humanos com pele e traços físicos diferentes ao redor do mundo, como o negro africano, o amarelo asiático e o indígena americano. A maneira como esses conceitos nasceram e se desenvolveram ao longo do tempo é, em minha opinião, denominada corretamente pelo autor como “mito”. Esses mitos tiveram papel fundamental no passado para justificar a dominação de um povo sobre outro.

Após apresentar-nos um resumo bem elaborado acerca da criação desses mitos, Magnoli mostra-nos como cada homem ou povo de seu tempo tentou aplicar o mito da raça dentro de sua sociedade – não deixando de levar em consideração as peculiaridades geográficas, políticas, culturais e históricas. Assim, cada caso, como o dos EUA das leis Jim Crow ou Hitler e a “Solução Final” são analisados individualmente. Depois de retratar os acontecimentos ocorridos em cada exemplo sem perder a linha temporal dos fatos, o autor chega até décadas



recentes mostrando como diversas lideranças civis e instituições lutaram para derrubar políticas opressoras baseadas nos mitos de cor/raça. Porém, – e aí se encontra o problema – ao invés de romper definitivamente com políticas baseadas em tais mitos, em muitos casos o que ocorreu foi uma “reconstrução” do mito da raça.

Com o fim dos horrores causados pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), caem por terra as bases científicas do mito da raça (apesar de EUA e África do Sul resistirem por mais tempo). A partir de

então, a maior parte desses países que sofreram com problemas raciais criaram políticas de compensação pela situação à qual sua “raça” esteve submetida anteriormente. E no Brasil?

Magnoli faz uma análise historiográfica muito interessante sobre os autores brasileiros que trataram do tema. Um dos grandes ícones no assunto foi o sociólogo Gilberto Freyre. Freyre teve contato com intelectuais reconhecidos a nível mundial, como o americano Franz Boas. Conheceu bem os EUA e o problema que este possuía nas questões raciais. Entendia a maneira pela qual uma nação formada por uma maioria branca, de religião protestante e de tradição segregacionista tratava escravos e seus descendentes daquela maneira, criando leis raciais e empurrando a população negra à margem da sociedade. Diferentemente disso, no Brasil, como demonstrou em sua consagrada obra *Casa-Grande e Senzala*, tivemos uma configuração bastante diferente dos americanos do norte. Para Freyre, ao invés de uma segregação racial, a maior marca do povo brasileiro foi a mestiçagem entre as matrizes branca, negra e indígena. Tomo emprestada a citação que Magnoli utiliza de Freyre: “*Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta do indígena e do negro*” (p. 150).

Recordo-me que em uma de minhas aulas de História do Brasil, minha professora disse (um tanto contradita): “*Casa-Grande e Senzala* é um

livro muito bom, mas...”. Esse “mas”, representa toda uma corrente formada por intelectuais e grupos racialistas de discriminação reversa que procuram colocar Freyre e os pensadores anti-racistas numa prisão ideológica por suas teses não se alinharem aos modelos raciais e de discriminação reversa importados basicamente dos EUA, como tanto insiste Magnoli. Fatos históricos que reforcem a ideia de mestiçagem ou assimilação também são deixados de lado ou no mínimo reinterpretados (cf. pp. 322-327). A pesquisa de Peter Fry citada no final do livro também se encaixa nesse parâmetro, já que contraria o que muitas entidades racialistas pregam (p. 382). Mostrou que uma grande parcela de negros admitiu nunca terem se sentido vítimas de preconceito racial (64%). Recordo ter visto há alguns anos atrás uma pesquisa similar realizada em São Paulo, que chegava a uma conclusão semelhante (embora em números na casa dos 70%). Quando a entrevistada responsável por comentar a pesquisa deu sua opinião, mais uma vez se fez presente a conjunção adversativa “mas”.

Como historiador, aprendi que é impossível corrigir o que alguns chamam por aí de “erro histórico”. Aos judeus do Holocausto não será dada a vida. De muitos dos indígenas das Américas só nos resta um lampejo de sua cultura. Grupos humanos de vários lugares do planeta simplesmente desapareceram às mãos de outros sem que nos sobrasse sequer algum registro. Duvido muito que qualquer um de nós, que tivesse nascido no espaço/tempo passados e se enquadrasse entre os que hoje consideramos como “opressores” fizesse diferente. Enxergar o passado com o olhar do século XXI e tratá-lo como se fôssemos “juizes da História” pode resultar em grandes equívocos. O que certamente podemos fazer é encarar os fatos do passado como exemplos do que fazer e do que não fazer. Pena que para alguns, por motivos políticos e ideológicos muito fortes isso não seja possível.

Freyre foi excomungado. Seu sacrilégio foi pensar que a sociedade brasileira aprendeu a lidar melhor com a mestiçagem do que os EUA. Isso vai de encontro à ideia formulada algumas décadas atrás e alimentada por alguns pensadores atuais, de que existe um “racismo à brasileira”; uma forma muito pior do que o racismo americano com seus linchamentos, ataques de turbas e leis segregacionistas. O “racismo à brasileira” seria caracterizado por “dar as caras” apenas em situações-limites, e é tão enraizado na sociedade brasileira que os próprios negros o incorporam sem dificuldade. (cf. p. 159) Prega ainda que, nossa sociedade, de forma subterrânea, promove um “genocídio silencioso” desde os tempos da escravidão (cf. p. 350).

As ONGs racialistas e suas lideranças passaram a enxergar o Brasil única e exclusivamente pelo prisma da cor/raça, deixando de lado qualquer outro viés como a política, a cultura e a religião. Magnoli aponta que a maneira como essas lider-

anças vêm construindo seu leque ideológico no Brasil remete aos mesmos artifícios utilizados na construção do mito da raça de uma Alemanha nazista ou da elite *wasp* estadunidense, como a supervalorização da cor/raça, forte papel das instituições acadêmicas, políticas governamentais e até a ciência. Além disso, colocam de lado qualquer indício que recorde a mestiçagem no Brasil, separando-o em duas nações: uma branca (ainda exploradora) e uma negra (ainda explorada).

Em momento algum Magnoli nega que tenha havido ou há racismo no Brasil. Também não nega que a pobreza de muitos negros está associada ao fato histórico escravidão (cf. p. 363). No entanto, defende que políticas baseadas na cor/raça geram mais controvérsias do que benefícios, colocando brancos e negros em posições apartadas dentro da sociedade e os estigmatizando. Por diversas vezes tive de trabalhar com essa temática em minhas aulas, abarcando com alunos de diferentes escolas, classes sociais e origens diferentes. Antes de iniciá-los nas discussões, procuro saber de antemão suas opiniões sobre as políticas de preferência baseadas na cor. Uma parte significativa entre todos os que já tiveram contato com o tema por algum veículo de comunicação acredita que tais políticas possuem apenas efeito paliativo em nossa sociedade, destacando que os problemas brasileiros não têm que ver com cor da pele ou origem, antes, são econômicos. Similar a opinião destes jovens e adultos, imagino que se trocarmos o foco, poderemos enxergar melhor nossos maiores problemas.

Por fim, acredito que essa seja uma obra que traz uma mensagem importante àqueles que têm interesse em se aprofundar no tema, ampliando o debate dentro da nossa sociedade. Não me parece que em algum momento o autor vise esgotar o tema – seria desonesto achar que certos assuntos deveriam ser ainda mais aprofundados. Entretanto, não acredito que *Uma Gota de Sangue* esteja isento de algum erro ou que não seja passivo de revisão em algum ponto (talvez as intenções da Fundação Ford seja um exemplo), mas acho que o objetivo final foi encontrado pelo autor, ou seja, se há de se valorizar alguma “raça”, que seja a raça humana.

Absolvida pela loucura: a mulata Rita e o furto dos brincos de uma imagem sagrada (Vila Rica, 1760)

Daniel Precioso

Doutorando em História/UFF
daniel.precioso@gmail.com

Em 1760, Vila Rica foi palco de um inusitado crime, atribuído pelas suas testemunhas a uma “mulata” por nome Rita. Em um dos dias do mês de agosto daquele ano, a mulata teria adentrado a capela de São José dos Bem Casados dos Homens Pardos, situada no Morro de São Sebastião da Freguesia do Ouro Preto, e roubado os brincos de ouro “grinados” com diamantes de uma imagem de Nossa Senhora do Parto, “alocada” em um dos altares laterais da capela. No ato do furto, com um instrumento pontiagudo – talvez o mesmo utilizado para retirar os brincos da orelha da Santa –, teria feito um “buraquinho” na testa e deixado umas “arranhaduras” abaixo da orelha esquerda da imagem, supostamente realizadas ao forçar a retirada do brinco.

O conteúdo narrado acima foi extraído de um *auto de devassa* aberto no Juízo Ordinário do Senado da Câmara de Vila Rica, que se encontra atualmente arquivado no Anexo III do Museu da Inconfidência de Ouro Preto/Casa do Pilar.¹ Embora não tenhamos encontrado outras fontes que permitam vislumbrar a repercussão do evento, seguramente, um episódio de semelhante natureza teria sido, poderíamos conjecturar, repudiado com ardor pelos moradores da vila. Em uma atmosfera religiosa, conformada pelo imaginário cristão setecentista, não nos admiraria encontrar relatos coevos condenando um delito que atentara contra uma imagem divina. E o mais agravante, que fora realizado no interior de uma capela, local sagrado. No entanto, esse caminho de análise – dedutivo, por essência – nos faria cair numa armadilha, qual seja, a de enquadrar acontecimentos isolados no interior de uma estrutura mental de que conhecemos *a priori*. Assim o afirmamos, pois os testemunhos coletados pelos agentes judiciais responsáveis pela abertura do auto para o inquérito do ocorrido, que transcrevemos a seguir, não execraram a figura da mulata Rita, antes a “desobrigaram” do castigo pelo delito,² construindo, para tanto, uma versão para o crime que a caracterizava como louca e desajuizada e, portanto, destituída de malícia.³

Antes de apresentarmos hipóteses e abordagens para o trato desse interessante registro documental, permita-nos o leitor, uma breve incursão sobre as noções de justiça e lei no século XVIII, bem como uma sumária apresentação dos agentes

judiciais envolvidos no feito da devassa.

No Antigo Regime, o Direito era definido como o “moralmente justo”, tomando como ponto de partida a metáfora da constituição da monarquia portuguesa como um “corpo social” articulado, no qual o rei ocupava o ápice (cabeça) e harmonizava com os outros membros do organismo. Nessa concepção corporativa de império, a justiça afigurava-se como a primordial atribuição do rei, consistindo no mecanismo principal de regulação das suas relações com os vassallos. Assim, o cumprimento da justiça se confundia com a manutenção da ordem social e política do império português, e o sentido de justiça articulava-se à aplicação da “lei”. Não existia, portanto, uma visão dissociada da justiça, da lei e do castigo, que se apresentavam como partes de uma mesma função desempenhada pelo monarca no exercício de sua função fundamental de “cabeça” do corpo social. Desse modo, a Coroa procurava eliminar as tensões e solucionar os possíveis conflitos que viessem a colocar em xeque o “caráter natural da constituição social”, visando garantir a “paz”.⁴

No século XVIII, a prática jurídica era regulada por um corpo de leis, normas e preceitos condensados nas chamadas *Ordenações Filipinas* (1603). Enquanto arcabouço geral por meio do qual se definia o Direito português, as ordenações constituíram-se em peças fundamentais da prática político-administrativa do império português e o “[...] seu conhecimento por parte dos oficiais da Coroa, especialmente os magistrados, era pressuposto essencial para o governo do império”.⁵ Como observou Sílvia Lara, “na administração do império português, a estrutura judicial confundia-se, na maior parte das vezes, com a burocracia colonial”.⁶

Na América portuguesa, as instâncias regionais de justiça das capitânicas subdividiam-se segundo as divisões jurídicas (comarcas) e eram encabeçadas pelas Ouvidorias. “A justiça secular, portanto, tinha como base o Juízo Ordinário, tribunal de primeira instância localizado nas câmaras municipais”.⁷ Aos juizes ordinários – homens letrados formados em universidades ou leigos –, cabia julgar os processos cíveis e investigar os crimes que lhes chegavam ao conhecimento. Abaixo deles, encontravam-se o procurador e o juiz de vintena, o carcereiro, o

¹“Furto dos Brincos da Imagem de N.ª Sr.ª do Parto da Capela de São José (1760)”, Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (AHMI), Devassa, 1.º ofício, cód. 459, auto 9727.

²“Obrigado na devassa, na jurisprudência portuguesa, vem a ser o mesmo que culpado nela”. BLUTEAU, D. Rapahel. *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712, p. 20, tomo VI.

³A “incapacidade dos loucos”, assim como o desenvolvimento mental incompleto (menoridade), figurava entre os argumentos de falta de malícia nos delitos. Os menores de 17 anos de idade, por exemplo, não poderiam ser julgados com pena capital. Cf. TÍTULO CXXXV. Quando os menores serão punidos pelos delitos que fizerem. ORDENAÇÕES Filipinas. Rio de Janeiro: Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870, p. 1311, Livro V.

⁴Cf. HESPAÑA, António Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. A representação da sociedade e do poder. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal: O Antigo Regime* (1620-1807), vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 114-116.

⁵“As ordenações articulavam-se com outros textos normativos editados pela Coroa, a exemplo das leis extravagantes, assim chamadas porque extravasavam o código maior. Faziam-no “por fora”, suprimindo lacunas ou provendo soluções mais específicas para assuntos já tratados nas ordenações. Eram formadas por diferentes tipos de leis: cartas de lei ou cartas patente, alvarás com força de lei, decretos, cartas régias, provisões, resoluções, portarias, avisos, enfim, uma plêiade de instrumentos a um só tempo administrativos e legislativos. Já as leis pragmáticas eram decisões régias, com valor de lei [...]”. GOUVÊA, Maria de Fátima. Ordenações. In: VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, p. 436.

⁶LARA, Sílvia H. Introdução. In: LARA, Sílvia H. (org.). *Ordenações Filipinas*. Livro V. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 25.

⁷SILVEIRA, Marco Antonio. Governo, mercado e soberania na Capitania de Minas Gerais. *Cadernos da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte, v. 8, n. 3, p. 113-150, jan./dez. 2005, p. 139.

alcaide e o meirinho das execuções e, por último, o escrivão da vara dos alcaides.⁸ Em algumas localidades, como na Leal Cidade Mariana, o Senado da Câmara era presidido por um funcionário indicado diretamente pelo rei, chamado juiz de fora. Em posição superior na hierarquia judicial encontravam-se os ouvidores, que encabeçavam cada uma das comarcas das capitanias e eram, geralmente, indicados pela Coroa.⁹

Os livros de notas do primeiro e segundo ofício de Vila Rica, abertos durante o século XVIII, estão abarrotados das chamadas devassas. Uma miríade de crimes cotidianos está fartamente documentada nesses registros.¹⁰ A presente transcrição comentada reporta a um desses registros documentais lavrado em termo datado de 1760, que chama atenção pelo motivo de sua abertura e pelo desfecho do seu inquérito. Conforme observamos, trata-se de uma investigação policial de um crime cometido no interior de uma capela e contra uma imagem de Nossa Senhora.

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* (1707), em conformidade com as disposições do Concílio Tridentino, proibiam “todas as pessoas de qualquer estado, grau ou condição” de usurparem os “bens, censos, dízimos, frutos, ofertas, oblações ou quaisquer outros direitos, bens de raiz, adros ou móveis de alguma Igreja Secular, Regular ou de outro algum lugar pio”.¹¹ Procurava-se, assim, “impedir a escandalosa cobiça daqueles, que com grande ofensa de Deus e detrimento do Divino culto e ministérios das Igrejas”, procurassem “usurar seus bens, não perdoando nem ainda ao limite dos próprios adros delas, incluindo-os nos pastos e fazendas”. Em relação às “santas imagens”, precisamente, as *Constituições primeiras* ordenavam o tratamento delas com zelo e cuidado, de modo que não fosse notada “indecência nos rostos e vestidos”, “o que com muito mais cuidado se guardará nas imagens da Virgem Nossa Senhora”, porque “depois de Deus não tem igual em Santidade e honestidade”. Assim, convinha que a imagem da Virgem, “sobre todas”, fosse “mais fartamente vestida e ornada”.¹²

Voltando ao crime de 1760, os agentes judiciais envolvidos no feito da devassa o qualificaram como um “execrável sacrilégio”. Segundo as *Constituições primeiras*, o sacrilégio era considerado um “crime grave e atroz, e como tal foi sempre reprovado pela Igreja Católica e castigado com graves penas”.¹³ Embora houvesse variados modos de cometer crimes sacrílegos, os doutores da Igreja os reduziam a três espécies: o primeiro compreendia todos os atos que ofendiam alguma pessoa sagrada ou dedicada ao culto divino; a segunda relacionava-se às ofensas das igrejas e lugares sagrados; e a terceira, àqueles que ofendiam as coisas sagradas, bentas ou dedicadas ao culto

divino. Portanto, o crime de que trata a devassa em questão compreende as duas últimas caracterizações do crime de sacrilégio, pois foi feito em lugar sagrado e em uma imagem divina. Perante a Cúria Metropolitana, aqueles que furtassem cálices, custódias, lâmpadas, castiçais e mais coisas desta qualidade dedicadas ao culto divino e próprias das igrejas, incorreriam em “excomunhão maior” e seriam “castigados com penas pecuniárias e degredo”.¹⁴ No entanto, conforme observamos, o inquérito não foi realizado pelo Juízo Eclesiástico, mas pelo secular, ou seja, a devassa foi aberta no cartório de Vila Rica e realizada por agentes judiciais da Câmara.¹⁵

Assim como outros delitos cíveis e criminais passíveis de exame em “foro judicial”, foi confeccionado um *auto de devassa* para averiguar a culpa do(s) envolvido(s) no crime cometido contra a imagem de Nossa Senhora do Parto de um dos altares laterais da Capela de São José dos Bem Casados. De acordo com as Ordenações Filipinas, trata-se de uma *devassa especial*, na medida em que se conhecia o crime, mas não o seu autor.¹⁶ Portanto, tendo em vista a natureza do fato investigado, a devassa examinada foi tirada pelo juiz ordinário em *ex officio* de justiça, isto é, “por dever do (seu) cargo, a partir das notícias do delito que chegavam ao conhecimento [...] e de acordo com sua inclusão nos casos de devassas previstos nas Ordenações”.¹⁷ Procurar-se-á, em termos jurídicos, reconstituir o inquérito sumariamente.

No dia 31 de outubro de 1760, chegou ao conhecimento do juiz ordinário com alçada no civil e crime, Lapa Barroso Pereira, a “notícia” do delito abominável cometido em “um dos dias do mês de agosto” daquele ano. Respeitando a seqüencialidade do processo, por “mandato vocal”, o tabelião Luiz de Abreu Lobato se dirigiu à casa do juiz ordinário a fim de dar início a um inquérito judicial para a punição do(s) criminoso(s) que roubaram os brincos e fizeram um buraquinho na testa e arranhaduras ao pé da orelha esquerda da imagem da Virgem. No mesmo dia, o tabelião, acompanhado pelo alcaide da vila, Manuel José de Faria, procedeu a um exame de corpo de delito na imagem da Virgem.¹⁸

Decorridos, aproximadamente, dois meses do furto, foram interrogadas as testemunhas, ouvidas nos dias oito e 17 de novembro de 1760. Foram coletados trinta depoimentos, sem contar a acareação sofrida pela parda forra Josefa da Silva, que foi questionada sobre o seu “referimento” no depoimento da trigésima testemunha, Manuel da Costa Ramos.¹⁹ Eram 24 homens e seis mulheres: 15 pardos forros, 11 brancos,²⁰ três crioulos forros e um preto forro. Todas as testemunhas residiam em Vila Rica e, a maioria, na Ladeira de S. José, ou seja, nos arredores da capela do mesmo Santo,

⁸VENÂNCIO, Renato Pinto. Estrutura do Senado da Câmara. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 1998, p. 139.

⁹Acima das ouvidorias havia as Relações, que, ao período do feito da devassa de que nos ocupamos nessa transcrição comentada, encontrava-se na Bahia e no Rio de Janeiro, esta criada em 1751. As Relações eram instâncias apelativas, somente sobrepujadas pela Casa da Suplicação de Lisboa, instância máxima da justiça no império português. SILVEIRA, Marco Antonio. *Cadernos da Escola do Legislativo*, p. 139-40.

¹⁰Cf. LEMOS, Carmem Silvia. *A justiça local, os juizes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*. Belo Horizonte: Dissertação (Mestrado em História) - FAFICH/UFMG, 2003.

¹¹Cf. TÍTULO V. Que ninguém usurpe os bens das Igrejas, lugares pios, ou pessoas Eclesiásticas. In: VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra: No Real Collegio das Artes da Comp. De JESUS, M. DCCXX, p. 253.

¹²VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*, p. 269.

¹³VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*, p. 344-5.

¹⁴VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*, p. 344-5.

¹⁵Não havia, porém, uma bipartição efetiva entre a Justiça Eclesiástica e a Justiça Secular, pois as Ordenações Filipinas vigoraram, na América portuguesa setecentista, atreladas às *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Entremeadando-se entre uma e outra esfera judicial na tarefa de doutrinar a população segundo os ditames de Trento, não raro, crimes de sacrilégio suscitavam dúvidas acerca da jurisdição entre juizes eclesiásticos e seculares. PIREZ, Maria do Carmo. *Juizes e Infratores*. O Tribunal Eclesiástico do Bispado de Mariana (1748-1800). São Paulo: Annablume, 2008, p. 32, 34 e 36.

¹⁶Existiam, ainda, as devassas gerais, abertas em casos de “delitos incertos”. TÍTULO 65. Dos Juizes ordinários e de fora. In: ORDENAÇÕES Filipinas, p. 139, Livro I.

¹⁷LEMOS, Carmem Silvia. *A justiça local, os juizes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*, p.19.

¹⁸“Furto dos Brincos da Imagem de N.ª Sr.ª do Parto da Capela de São José (1760)”, AHM, Devassa, 1.º ofício, cód. 459, auto 9727, fls. 2. Segundo Carmen Lemos, ao lado do levantamento de provas e da inquirição de testemunhas, o auto de corpo de delito constituía uma das etapas para se pronunciar ou não o(s) culpado(s). LEMOS, Carmem Silvia. *A justiça local, os juizes ordinários e as devassas da Comarca de Vila Rica (1750-1808)*, p. 19.

local do crime. Quanto aos depoimentos, 16 testemunhas nada disseram²¹ e, as que fizeram acusações, sem exceções, atribuíram a autoria do crime à mulata Rita.²²

Na fala das testemunhas, as mesmas expressões foram utilizadas para a qualificação da suposta autora do crime. As mais recorrentes foram “douda”, “demente” e “louca que fazia desatinos de quem não tem juízo”. Em três testemunhos foram mencionadas atitudes da acusada que ajudam a entender melhor o que seriam os tais “desatinos”. O pardo forro Inácio de Araújo Malho, por exemplo, afirmou que Rita “andava douda e louca por dizer que os tais brincos eram seus”. Já Manuel Gonçalves Santiago, pardo forro, qualificou Rita de “demente” porque ela andava “douda pellas Ruas fazendo desatinos de quem nam’ tem Juizo como fora Huma ves despindoSe nua na Rua”. José Gomes de Almeida constatou que a “mulata” era “louca” porque “entrava Sempre e Sahia da dita Capella a ouvir missa e beijando altares”.²³ Observa-se, pois, que os sentidos da loucura expressos na devassa aparecem atrelados a um desvio da conduta normal. Como asseverou Michel Foucault, em meados do século XVIII, “[...] a loucura não era sistematicamente internada, e era essencialmente considerada como uma forma de erro ou ilusão”, sendo a natureza o lugar terapêutico, pois consistia na “forma visível da verdade”.²⁴ Portanto, a loucura não era motivo para reclusão, ficando os “doudos” à solta ou, mais raramente, medicados em hospitais.²⁵

É certo que, para a mulata Rita, a loucura funcionou como uma espécie de absolvição. De acordo com o despacho final feito pela pena do ouvidor José Pio Pereira Souto, em 17 de agosto de 1761, a devassa não “obrigou” ninguém a pagar pelo crime. Concluía-se, assim, o insólito processo.

“Furto de Brincos da Imagem de Nossa Senhora do Parto da Capela de São José”, AHMI, Devassa, 1760, Vila Rica, códice 459, auto 9727, 1º ofício.

[f. 1] “M.co 3 n.o 2 / 1760 a. / Auto de Devassa que mandou fa- / zer Ex ofício o Doutor Juiz ordina- / rio Lapa Barrozo Pr.a pello furto / de Huns Brincos das orelhas da lma- / gem de N. Snr.a do Parto cita na ca- / pella de Sam Joze fillial da freguezia de ouro preto desta v.a / Anno do Nascimento de Nosso Se- / nhor Jesus christo de mil Setesse- / ntos e sessenta aos trinta e hum di- / as do mes de outubro do dito anno / nesta Villa Rica de Nossa Senhora / do Pillar de ouro preto em Cazas de / morada do Doutor Lapa Barrozo / Pereyra Juiz ordinario com alssa- / da no civil e crime o presente an- / no por Eles como na forma da lei / nesta dita Villa e seu termo on- / de eu Tabelliam ao diante nomi- / ado vim e sendo ahi por elle que / ter juiz ordinario me foi dito que / pello

teste de corpo de delicto ao dia- / nte junto lhe viume a noticia que / em hum dos dias do mes de Agosto do / presente anno na capella do Pa- / triarca Sam Jozeph dos Homens / pardos fillial da freguezia de No- / ssa Senhora do Pillar de ouro pre- / to em a coal se acha allocada / a Imagem de Nossa Senhora do / Parto em seu Altar proprio / ahi furtaram âdita Senhora hu- / m par de brincos de ouro grina- / do de Diamantes em cujo fur- / to tam bem fizeram Huma aRa- / nhadura logo abaixo da orelha / esquerda da dita Senhora na testa / da coal tam bem se acha visto Hu- / m burraquinho ocoal Soponho / de tam bem ser feito no acto do / dito furto cujo cazo como igno-” [f. 1v.] “como ignoram Exacravel Sa- / crilligo (sic) por ser feito em templo / Sagrado e na Imagem da dita Se- / nhora Hera de Devassa e em ra- / zam de seu Cargo lhe pertencia / prosseder a ella e para assim o fa- / zer me mandou fazer este auto / para por elle devassamente prog / untar testemunhas e Se virão / conhecimento do delinquente ou / delinquentes que para odito fur- / to concorreram com ajuda con- / selho ou favor e serem castiga- / dos com todas as pennas crimis e / civeis que em semilhante ca- / zo sam’ em postas pellas Leis / cujo Auto Logo o Recebem fi- / z em coanto na forma da nos- / ssa Lei e o assynou comigo Lu- / is de Abreu Lobato Tabelliam que / o Escrevi e assyno / Barrozo / Luis de Abreu Lobato” [f. 2] “1760 / Auto de Corpo de delicto feito na / Imagem de Nossa Senhora do Par- / to cita na Capella do Patriarca / Sam Jozeph dos Homens pardos fi- / lial da matris de N. Snr.^a do Pi- / llar de ouro preto desta V.^a / Anno do Nascimento de Nosso / Senhor Jesus christo de mil se- / tessentos e sesenta aos trinta e / Hum dias de outubro do di- / to anno nesta Villa Rica de Nossa / Senhora do Pillar de ouro preto em / a Capella do Patriarca Sam Jo- / zeph fillial da matris de Nossa Se- / nhora do Pillar do ouro preto o- / nde eu Tabelliam ao diante / nomiado vim com o Alcayde / desta dita Villa Manoel Joze- / ph de Faria para efeito de fa- / zer acto de corpo de delicto e Ex- / ame na Imagem de Nossa Se- / nhora do parto collocada nes- / ta dita Capella e sendo ahi logo / pello dito Alcayde foi mandado vir / Huma Escada e posta esta ao pé / do Altar da dita Senhora do par- / to pella coal Subindo eu Tabe- / lliam e Rezando ao pé da mesma / Senhora e vendoa e Examina- / ndoa com toda eSencia neSeSa- / ria â âchey Sem brincos alguns nas / orelhas e logo por baixo da Esquer- / da com Hum risco ou aranhadu- / ra em devezivel que só ao pé se / preSebe do comprimento de meya / pollegada e na testa da mesma / Imagem Hum buraquinho que pa- / rece ser feito com ponta de Al- / finete e mais nada cujo auto de / corpo de delicto faSo por manda- / to vocal do Doutor Juis ordina- / rio Lapa Barrozo Pereyra por lhe / ter vindo a noticia Haver Se fur- / tado das orelhas da

²¹Sobre a nomeação das testemunhas em processos judiciais, Cf. o “TITULO LVI. Que pessoas não podem ser testemunhas” das Ordenações Filipinas, que diz: “Todo homem pode geralmente ser testemunha, e será perguntado em todo caso, que for nomeado por testemunha, posto que lhe seja posta contradita, antes que seja perguntado, salvo nestes casos, que se seguem: o pai, ou mai o irmão, o escravo salvo nos casos per Direito especialmente determinados, o Judeu e o Mouro, o desajuzado sem memória, os menores de quatorze anos, o inimigo capital e o preso”. ORDENAÇÕES Filipinas, p. 647-8, Livro 3.

²²Nesse rol, encontram-se aqueles que não receberam qualquer designação.

²³Das seis mulheres que prestaram depoimentos, quatro afirmaram nada saber.

²⁴As testemunhas que acusaram Rita o afirmaram pelo “ouvir dizer”, sendo que uma delas também respaldou seu depoimento pelo “ser público e notório”.

²⁵Furto dos Brincos da Imagem de N.a Snr.a do Parto da Capela de São José (1760)”, Arquivo Histórico do Museu da Inconfidência (AHMI), Devassa, 1º ofício, cód. 459, auto 9727.

²⁶FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 121.

²⁷FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, p. 101-2. “No começo do século XIX foram instaladas as grandes estruturas asilares, estas justificadas pela maravilhosa harmonia entre as exigências da ordem social que pedia proteção contra a desordem dos loucos, e as necessidades da terapêutica, que pediam o isolamento dos doentes”. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, p. 126.

dita Senhora / Huns brincos de diamantes em Hum dos dias do mes de Agosto deste pre- / zente anno e com o dito furto fa- / zerem os endessentes risco ou a-” [fls. 2 v.] “ou aranhadura que retro fico- / u contado e Se vir orefeido na / forma referida dou minha fé / Judicial e faSo este auto de cor- / pó de delicto em que assinei jun- / to com o dito Alcaide eu Luis de Ab- / reu Lobato Tabelliam que o escre- / vi e assinei / Luis de Abreu Lobato / M.^l Joze de Faria” [fls. 3] “Sumario / Aos oito dias do mes de Novembro de mil / e SeteSentos e SeSenta annos nes- / ta Villa Rica de Nossa Senhora do Pi- / llar de ouro preto em casas de morada / do Doutor Lapa Barrozo Pereyra Juis / ordinario com allsada no civil e cri- / me e prezente anno por Ele como na for- / ma da lei nesta dita villa e seu ter- / mo onde eu Tabelliam ao adiante no- / miado e Sendo ahi por elle dito Juis / foram Inquiridas e proguntadas / as testemunhas ao diante nomiasdas / e assynadas que pello Alcaide des- / ta dita Villa Manoel Jozeph / de Faria foram apresentados cu- / jos nomes cognomes moradas Idades / uzos costumes e ditos Sam’ os que ao / diante Se Seguem e os pre- / gun- / tou e Inquiriu comigo Luis de Ab- / reu Lobato Tabelliam que o Escre- / vi. / I / Vicente Moreyra de oliveyra morador / digo moreyra pardo forro e morador / nesta Villa que vive de Ser Escre- / vente no cartorio eclesiastico de / Idade que diSe ser de trinta e sete / annos pouco mais ou menos teste- / munha a quem o dito Doutor Ju- / is ordi- / nario deferiu juramen- / to dos Santos evangelhos em Hum / Livro delles em que pós sua mam’ / direita Sobcarga do coal lhe em- / carregou Jurasse a verdade de que / Soubesse e lhe fosse pergunta- / do e recebido por elle o dito Jura- / mento assim o prometeu fa- / zer. / E perguntado elle testemunha pe- / llo contheudo no auto da devassa de- / vassamente disse nada nem dos / costumis que todo lhe foi lido e De- / clarado por elle dito Doutor Juis or- / dinario com quem assignou / eu Luis de Abreu Lobato Tabe-” [fls. 3 v.] “Tabelliam que o Escrevy. / Barrozo Per.^a / Vicente Mor.^a de olivr.^a / 2 / Bonifacio Alves da Rocha pardo forro / morador nesta Villa que vive de seu / officio de Alfaiate de Idade que di- / sse ser de trinta annos pouco mais / ou menos testemunha a quem o Dou- / tor Juis ordinario deferiu Jura- / mento dos Santos evangelhos com Hum / Livro delles em que pós sua mam’ / direita Sobcarga do coal lhe em- / carregou Jurasse a verdade de que / Soubesse e lhe fosse perguntado / e recebido por elle o dito Juramen- / to assim o prometeu fazer. / E perguntado elle testemunha pello / contheudo no auto da devassa deva- / ssamente disse nada que todo lhe foi / lido e declarado por elle dito doutor / Juis ordinario com quem assynou / eu Luis de Abreu Lobato Tabelli- / am que o Escrevi. / Barrozo Per.^a / Bonifacio Alz’ da Rocha. / 3 / O Alferes Jozeph Antonio Ribe- / ro Guimaraes morador nesta villa /

que vive de ser Escrevam da Cama- / ra desta Villa de Idade que disse / ser de coarenta annos pouco mais / ou menos testemunha a quem o / dito doutor Juis ordinario de- / feriu juramento dos Santos e- / vangelhos em Hum livro delles em que pós Sua mam’ direita / Sobcarga do coal lhe emcarregou / Jurasse a verdade de que Soube- / sse lhe fosse perguntado e re- / cebido por elle o dito Juramen- / to assim o prometeu fazer. / E perguntado elle testemunha pello” [fls. 4] “pello contheudo no auto da devassa / devassamente disse nada que todo / lhe foi lido e declarado por elle dito / Doutor Juis Ordinario com quem a- / ssynou eu Luis de Abreu Lobato Ta- / belliam que o Escrevy. / Barrozo Per.^a / Joze An.^{to} Rib.^{ro} Guim.^{es} / 4 / Manoel Correia do Espirito Santo / pardo forro morador nesta Villa que / vive de ser Sam cristam da capella / dos Homens pardos digo da capella de / Sam Jozeph dos Homens pardos desta / dita Villa de Idade que disse ser de / SeSenta annos pouco mais ou menos / testemunha a quem o dito doutor Juis / ordinario deferiu Juramento do Sa- / ntos evangelhos em Hum livro delles / em que pós Sua mam’ direita Sob- / cargo do coal lhe emcarregou Jurasse / a verdade de que Soubesse e lhe fosse / perguntado e recebido por elle o dito / Juramento assim o prometeu fa- / zer. / E perguntado elle testemunha pe- / llo contheudo no auto de devassa de- / vassamente disse que sabe pello / ouvir dizer a Manoel da Costa Ra- / mos crioulo forro procurador de / Nossa Senhora das MerSes que que- / m furtara os brincos de Nossa Senho- / ra do Parto de que o auto trata fora / Huma parda por nome Rita e mais n- / am disse do dito auto nem dos costu- / mis que todo lhe foi lido e declarado / por elle dito Doutor Juis ordinario / com quem assynou depois deste re- / ferido e declarado por elle dito / digo lido e o achar conforme ao que / depós eu Luis de Abreu Lobato Tabe- / lliam que o Escrevi. / Barrozo Per.^a / M.^{el} Corr.^a do esp.^{to} santo / 5 / Ignacio de Araujo Malho morador nes-” [fls. 4 v.] “morador nesta villa que vive de seu / officio de Alfaiate e pardo forro de / Idade que disse ser de coarenta / e dois annos pouco mais ou menos / testemunha a quem o dito doutor Juis / ordinario deferiu o Juramento do S- / antos evangelhos em Hum livro de- / lles em que pós sua mam’ direita so- / be Cargo do coal lhe emcarregou Ju- / rasse a verdade de que Soubesse / lhe fosse perguntado e recebido po- / r elle o dito Juramento assim o / prometeu fazer. / E perguntado elle testemunha / pello contheudo no auto de devassa / devassamente disse que sabe pe- / llo ouvir dizer a Fillipe de tal par- / do Thizoureiro da Irmandade de / Sam Jozeph dos Homens pardos desta / Villa que já sabia quem tinha tira- / do os brincos a Nossa Senhora do par- / to de que o auto trata e preguntan- / dolhe elle testemunha quem forao / o dito Fellipe lhe respondera que fo- / ra Huma mullata chamada Rita / que

andava douda e loca por dizer / a mesma que os tais brincos Eram / Seus e elle testemunha conheceu m- / uito bem a dita parda e sabe pe- / llo ver e Ser notorio que anda Lo- / uca e demente Há muito tempo / e já de antes do dito Suceso gritan- / do pellas Ruas e fazendo outros deza- / tinos e mais não disse do dito auto / nem dos costumes que lhe foi / lido e declarado por elle dito Doutor / Juis ordinário com quem assynou / depois deste lhe ser lido e o achar co- / nforme ao que tinha deposto eu Luis / de Abreu Lobato Tabelliam que / o Escrevi. / Barrozo Per.^a / Ign.^{cio} de Ar.^o Malho / 6 / Manoel Gonçalves Sam Thiago par- / do forro e morador nesta villa que / vive de seu officio de cauceteiro” [fls. 5] “de cauceteiro de Idade que disse ser / de trinta annos pouco mais ou menos / testemunha a quem o dito Doutor Ju- / is ordinario deferiu o Juramento do Sa- / ntos evangelhos em Hum livro delles / em que pós Sua mam’ direita sob cargo / do qual lhe encarregou jurasse a ver- / dade de que soubesse e lhe fosse apre- / zentado e recebido por elle o dito Ju- / ramento assim o Prometeu fa- / zer. / E perguntado elle testemunha pello / contheudo no auto de devassa deva- / ssamente disse que ouvira dizer / a peSoa de que senam’ lembra que / Huma parda chamada Rita tirara / os brincos de Nossa Senhora do Par- / to de que no auto se trata a coal / parda demente antes do dito fur- / to anda douda pellas Ruas faze- / ndo desatinos de quem nam’ tem Ju- / izo como fora Huma ves despin- / doSe nua na Rua como Hé publi- / co e mais nam’ disse do dito auto / nem costumes que todo lhe foi / Lido e declarado por elle dito Dou- / tor Juis ordinario com quem assi- / gnou depois deste lhe ser lido e o / achar com forme ao que tinha de- / posto eu Luis de Abreu Lobato Ta- / belliam que o Escrevi. / Barrozo Per.^a / Man.^{el} Gonçalves Santiago / 7 / Joanna Ferreira parda forra mo- / radora na ladeira de Sam Joze- / ph desta villa que vive de sua cos- / tura de Idade que disse ser de vi- / nte sete annos pouco mais ou / menos teste- munha a quem o dito / Doutor Juis ordinario deferiu / Juramento do Santos evange- / lhos em hum Livro delles em que / pos sua mam’ direita Sobcar-” [fls. 5 v.] “Sobcargos do coal lhe encarregou Ju- / rasse a verdade do que soubesse e / lhe fosse perguntado e recebido po- / r ella o dito Juramento assim pro- / meteu fazer. / E perguntado ella testemunha pello / contheudo no auto da devassa deva- / ssamente disse nada e assinou / por ella o dito Doutor Juis ordina- / rio depois de lhe ser lido e dito / auto por elle dito Juiz eu Luis de Ab- / reu Lobato Tabelliam que o Escrevi. / Lapa Barrozo Per.^a / 8 / Marta Maria da Gama parda forra / moradora na ladeira de Sam Joseph / desta villa que vive de sua costu- / ra de Idade que disse ser de trin- / ta e coatro annos pouco mais ou m- / enos testemunha a quem o dito Dou- / tor Juis ordinario deferiu Jura- / mento a Santos evangelhos em

Hu- / m livro delles em que pós sua / mam’ direita Sobcargos do coal lhe / encarregou jurasse a verdade / do que soubesse e lhe fosse pergun- / tado e recebido por elle o dito / Juramento assim o prometeu fa- / zer. / E apresentado ella testemunha pe- / llo contheudo no auto da devassa de- / vassamente disse nada que to- / do lhe foi lido e declarado por elle / dito Doutor Juis ordinario o co- / al assynou por ella dizer de que dou / fé nam sabia Escrever eu Luis / de Abreu Lobato Tabelliam que o es- / crevy. / Lapa Barrozo P.^{ra} / 9 / Lourença Rodrigues de queirós preta fo- / rra e moradora na ladeira de Sam / Joseph desta Villa que vive de” [fls. 6] “que vive de lavar Sua Roupa de / Idade que disse Ser de trinta e oi- / to annos pouco mais ou menos tes- / temunha a quem o dito Doutor Juis / ordinario deferiu o juramento do Santos / evangelhos em hum livro delles / em que pós sua mam’ direita so- / bcargos do coal lhe encarregou jura- / sse a verdade do que soubesse e lhe fo- / se perguntado e recebido por ella o / dito juramento assim o prome- / teu fazer. / E perguntado ella testemunha pe- / llo contheudo no auto de devassa / devassamente disse nada que / todo lhe foi lido e declara- do por e- / lle dito Doutor Juis ordinario o / coal assynou por ella dizer de / que com fé nam sabia Escrever / eu Luis de Abreu Lobato Tabelli- / am que o Escrevy. / Lapa Barrozo P.^{ra} / 10 / Joam’ Martins Maia pardo forro / morador no ouro preto desta villa / que vive de seu officio de [torneiro] / de Idade que disse ser de trinta e se- / te annos pouco mais ou menos tes- / temunha a quem o dito Doutor Juis / ordinario deferiu o juramento do / Santos evangelhos em Hum’ livro de- / lles em que pós Sua mam’ direita so- / bcargos do coal lhe encarregou jurasse / a verdade de que soubesse e lhe fosse perguntado e recebido por elle o di- / to juramento assim o prometeu fa- / zer. / E perguntado elle testemunha pello / contheudo no auto de devassa devassama- / mente disse nada que todo lhe / foi lido e declarado por elle dito Dou- / tor Juis ordinario em que assynou / eu Luis de Abreu Lobato Tabelliam / que o Escrevy. / Barrozo P.^{ra} / João Martins Maya” [fls. 6 v.] “I I / Fillipe Rodrigues da Silva pardo for- / ro morador no monte Sam Joseph / desta villa que vive de seu officio / de Alfayate de Idade que disse Ser de / trinta annos pouco mais ou menos / testemunha a quem o dito Doutor / Juis ordinario deferiu o jurame- / nto do Santos evangelhos em Hu- / m livro delles em que pós Sua ma- / m’ direyta sobcargos do coal lhe em ca- / rregou jurasse a verdade de que sou- / besse e lhe fosse perguntado e rece- / bido por elle o dito Juramento assi- / m o prometeu fazer. / E pergun- tado elle testemunha pe- / llo contheudo no auto da devassa / devassamento disse que sabe / pello ouvir dizer a Pedro da Sil- / va Leitam pardo forro que quem ti- / nha furtado os brincos de Nossa Senho- / ra do parto de que o auto trata fora Huma mulla-

ta chamada Rita a / coal elle testemunha Conhece e sabe / pello ver e ser publico que anda pe- / llas Ruas como douda fazendo varios / [dizatinos] de quem nam tem Juízo / e assim mesmo andava já no tempo que Sucedeu a falta dos ditos brin- / cos e mais nam' disse do dito auto. / E sendo preguntado pello referi- / mento que nelle testemunha foi l- / gnacio de Araujo Malho disse por Ser / na virdade pello ter dito a elle tes- / temunha o referido Pedro da Sil- / va e mais nam' disse do dito referim- / ento que tudo lhe foi lido e decla- / rado por elle dito Doutor Juis ordi- / nario com quem assynou depois de lhe / ser lido e achar tendo conforme ao / que tinha deposto eu Luis de Abre / Lobato Tabelliam que o Escrevy. / Barrozo P.^{ra} / Felipe Roiz' da S.^a / Aos oito dias do mes de Novembro de mil e / Setessentos e setenta annos nesta villa / Rica de Nossa Senhora do Pillar de ou-” [fls. 7] “do Pillar do ouro preto em cazas de mora- / da do Doutor Lapa Barrozo Pereyra Ju- / is ordinario com a assada no civil e cri- / me o presente anno por Eles como na / forma da lei nesta dita Villa e seu ter- / mo ahy onde eu Tabelliam ao diante / nomiado fui vindo e sendo ahy por elle / dito Juis devassamente fossem Inqui- / ridas e preguntados estas testemunhas a- / o diante nomiadas e assynadas que / pello Alcaide desta dita villa Manoel / Joseph de Faria foram apresentados / cujos nomes cognomes moradoras Idades / uzos e costumes e ditos Sam os que ao / diante se seguem e as preguntou / e Inquiriu comigo Luis de Abreu / Lobato Tabelliam que o Escrevy. / 12 / Pedro da Silva Leitam pardo forro / e morador na rua Sam Joseph des- / ta Villa que vive de seu officio de / Alfayate de Idade que disse ser de tr- / inta e hum annos pouco mais ou me- / nos testemunha a quem o dito Doutor / Juis ordinario deferiu Juramento / do Santos evangelhos com hum livro / delles em que pós sua mam' direyta / sobcarga da coal lhe emcarregou / Jurasse a verdade do que soubesse / e lhe fosse preguntado e recebido / por elle o dito Juramento assim / o prometeu fazer. / E preguntado elle testemunha pello contheudo no auto de devassa de- / vassamente disse que sabe pello ouvir dizer a Manoel da Costa Ra- / mos crioulo forro oficial de pedrey- / ro morador no ouro preto que quem / furtou os brincos de Nossa Senhora / do Parto de que o auto trata em o te- / mpo que o mesmo declara cujos brincos / Eram de ouro porem elle testemunha / nam esta certa se teriam ou nam pe- / dra de Diamante fora Rita parda / cujo sobrenome elle testemunha Igno- / ra e só sim que Hé forra sem o ser per- / to que foi moradora nesta Villa e de pre- / zente se acha fora della e dizem foi / para as partes das Congonhas ou Paraopeba” [fls. 7 v.] “ou Paraopeba e He publico e notório Ser a / dita parda mulher douda naum só de / presente mas já antes de desaparese- / rem os ditos brincos e mais nam disse / do contheudo no auto. / E preguntado elle testemunha pello / con-

theudo no referimento que ne- / lle foi testemunha Fellipe Rodri- / gues da Silva disse que Hera verdade / Haver lhe dito que quem havia furta- / do os ditos brincos fora a sobredita / parda douda e que foi pello ouvir / dizer ao mesmo Manoel da Costa Ra- / mos e mais nam' disse do dito referim- / ento que como auto tudo lhe foi Li- / do e declarado por elle dito Doutor / Juis ordinario com quem assynou / eu Luis de Abreu Lobato Tabelli- / am que o Escrevy. / Barrozo P.^{ra} / Pedro da S.^a Leitam / 13 / Antonio Rodrigues Braga morador / na Rua de Sam Joseph desta villa / que vive de sua venda de molha- / dos de Idade que disse ser de trinta / annos pouco mais ou menos teste- / munha a quem o dito Doutor Juis ordi- / nario deferiu Juramento do Sa- / ntos evangelhos em Hum livro delles com que pós Sua mam' direyta sobca- / rgo do qual lhe emcarregou jurasse / a verdade do que soubesse e lhe fosse / preguntado e recebido por elle o dito / Juramento assim prometeu fa- / zer. / E preguntado elle testemunha pello / contheudo no auto de devassa devassa- / mente disse nada nem dos costumes / que tudo lhe foi lido e declarado por e- / lle dito Doutor Juis ordinario com que- / m assynou eu Luis de Abreu Loba- / to Tabelliam que o Escrevy / Barrozo P.^{ra} / An.^{to} Roiz' Braga / 14 / Manoel Gomes morador na Rua de Sam / Joseph desta Villa que vive de seu / officio de sapateiro de Idade que di- / sse ser de coarenta nove annos pouc-” [fls. 8] “annos pouco mais ou menos testem- / unha a quem o dito Doutor Juiz ordi- / nario deferiu o juramento do San- / tos evangelhos em Hum' livro delles / com que pós Sua mam' direyta subcar- / go do coal lhe emcarregou jurasse a / verdade do que soubesse e lhe fosse pre- / guntado e recebido por elle o dito Jura- / mento assim o prometeu fazer. / E preguntado elle testemunha pello / contheudo no auto da devassa devassa- / mente disse que sabe pello ouvir / dizer publicamente que se tinham / furtado os brincos das orelhas de Nossa / Senhora do parto a que o auto trata mais / que nam' sabe elle testemunha que- / m fizera tal furto e mais nam di- / sse do dito auto nem do costume que / tudo lhe foi lido e declarado por elle / dito Doutor Juis ordinario com / quem assynou eu Luis de Abreu Lo- / bato Tabelliam que o Escrevy / Barrozo P.^{ra} / Manuel Gomes / 15 / Maria Manoel Crioulla forra moradora na Rua de Sam Joseph / desta Villa que vive de sua quita- / nda de Taboleyro de Idade que disse / Ser de trinta e Sete annos pouco m- / ais ou menos testemunha a quem o / dito Doutor Juis ordinario defe- / riu o Juramento do Santos evan- / gelhos em Hum livro delles em que / pós Sua mam' direyta sobcarga / do coal lhe emcarregou diseSe / a verdade do que Soubesse e lhe fo- / sse preguntado e recebido por ella / o dito Juramento assim o prome- / teu fazer. / E preguntado ella testemunha pe- / llo contheudo no auto da devassa / devassamente disse nada que tudo / lhe foi lido e declara-

do por elle / dito Doutor Juis ordinário o coal” [fls. 8 v.] o coal assynou por ella dizer de que / com fé nam’ sabia Escrever di- / go Escrever eu Luis de Abreu Lobato / Tabelliam que o Escrevy/ Lapa Barrozo P.^{ra} / 16 / Leonel Jozeph de Menezes morador na Rua / de Sam Joseph em caza de Antonio / Nunes Gusmam que vive de suas Cobr- / anSas de Idade que disse ser de tri- / nta e oito annos pouco mais ou menos / testemunha a quem o dito Doutor Ju- / is ordinario deferiu Juramento do Sa- / nto evangelhos em Hum’ livro delles / em que pós Sua mam’ direyta subcar- / go do coal lhe emcarregou lhe fosse / preguntado e recebido por elle o dito Ju- / ramento assim o prometeu fazer / E preguntado elle testemunha pello co- / ntheudo no auto de devassa devassa- / mente disse nada que todo lhe foi / Lido e declarado por elle dito Doutor / Juis ordinário com quem assynou / eu Luis de Abreu Lobato Tabelliam / que o Escrevy / Barrozo P.^{ra} / Leonel Joze de Meneses / 17 / Pedro Afonso do Rego morador na / Rua nova que vai para o Rosario que / digo para Rosario desta villa de ou- / ro preto que vive de seu officio de / Alfaiate de Idade que disse ser de / Coarenta e oyto anno pouco ma- / is ou menos testemunha a quem o di- / to Doutor Juis ordinario deferiu o / Juramento do Santos evangelhos / em Hum livro delles em que pós / Sua mam’ direyta sobcarga do co- / al lhe emcarregou Jurasse a verda- / de que Soubesse e lhe fosse pregu- / ntado e recebido por elle o dito Jura- / mento assim o prometeu fazer. / E preguntado elle testemunha pe-” [fls. 9] “pello contheudo no auto de devassa / devassamente disse nada que tudo lhe / foi Lido e declarado por elle dito Dou- / tor Juis ordinario com que assynou / eu Luis de Abreu Lobato Tabelliam / que o Escrevy / Barrozo P.^{ra} / Pedro Afonso do Rego / 18 / Joam da Ponte Espiga morador na Rua / de Sam Joseph desta villa que vive / de sua venda de molhados de Idade / que disse Ser de trinta e Seis annos / pouco mais ou menos testemunha / a quem o dito Doutor Juis ordinario / deferiu o Juramento do Santos eva- / ngelhos em Hum’ livro delles em que / pós Sua mam’ direyta sobcarga do / coal lhe emcarregou Jurasse a ver- / dade do que Soubesse e lhe fosse pre- / guntado e recebido por elle o dito Ju- / ramento assim o prometeu fazer. / E preguntado elle testemunha pello / contheudo no auto da devassa deva- / ssamente disse que sabe pello ouvir / dizer publicamente que em Hum dos / dias do mes de Agosto de que o auto tra- / ta furtaram das orelhas de Nossa Se- / nhora do Parto Hums brincos de diam- / antes mas que nam sabe elle teste- / munha que fes semelhante ma- / lleficio nem quem com corresse para / elle e mais nam’ disse do dito auto que / todo foi digo auto nem do costume / que tudo lhe foi lido e declarado po- / r elle dito Doutor Juis ordinario / com quem assynou Luis de Ab- / réu Lobato Tabelliam que o Escrevy/ Barrozo P.^{ra} /

João da Ponte Espiga / 19 / Antonio Tavares morador nesta vi- / lla na rua de Sam Joseph que vive / de sua venda de molhados de Idade / que disse Ser de coarenta e oito an- / nos pouco mais ou menos testemu- / nha a quem o dito Doutor Juis or-” [fls. 9 v.] “Juis ordinario deferiu Juramento / do Santos evangelhos em Hum’ livro de- / lles em que pós Sua mam’ direyta so- / bcargo do coal lhe em carregou Jura- / sse a verdade de que Soubesse e lhe fo- / sse perguntado e recebido por elle o / dito Juramento assim o prometeu / fazer. / E pergunta- do elle testemunha pello / contheudo disse nada nem dos costu- / mis que tudo lhe foi lido e declar- / ado / por elle dito Doutor Juis ordinario / com quem assynou eu Luis de Abreu / Lobato Tabelliam que o Escrevy. / Barrozo P.^{ra} / An.^{to} Tavares Moraes / 20 / Joseph Gonçalves do Reis morador na / rua de Sam Joseph desta Villa que / vive de Sua venda de molhados de / Idade que disse Ser de Sincoenta / e coatro annos pouco mais ou me- / nos testemunha a quem o dito Dou- / tor Juis ordinario deferiu Jura- / mento do Santos evangelhos em Hu- / m Livro delles em que pós Sua m- / am’ direyta Sobcarga do coal lhe / em carregou Jurasse a ver- / dade / de que soubesse e lhe fosse pregu- / ntado e recebido por elle o dito Ju- / ramento assim o prometeu fazer. / E preguntado elle testemunha pello / contheudo no auto de devassa devassa- / mente disse nada nem dos costumes / que tudo lhe foi lido e declarado por / elle dito Doutor Juis ordi- / nario com / quem assynou eu Luis de Abreu Loba- / to Tabelliam que o Escrevy. / Barrozo P.^{ra} / Joze Gonçalves do Reis / 21 / Thereza Rodrigues de Jesus parda forra / moradora na Rua do sacramen- / to des- / ta villa que vive de sua costura / de Idade que disse Ser de Coarenta / annos poucos mais ou menos testemu-” [fls. 10] “testemunha a quem o dito Doutor Juis / ordinario deferiu o Juramento do San- / tos evangelhos em Hum’ livro delles / em que pós Sua mam’ direyta sobcarga / do coal lhe em carregou Jurasse a ver- / dade do que Soubesse e lhe fosse pregu- / ntado e recebido por ella o dito Ju- / ramento assim o prometeu fazer. / E pergunta- do ella testemunha pello co- / ntheudo no auto da devassa devassa- / mente disse que sabe por ser publico e no- / torio e ouvir dizer a varios Hirmaos’ / da Irmandade de Sam Joseph dos Ho- / mens par- / dos desta Villa que no tem- / po que declara o Auto faltaram os / brincos de que o mesmo trata das ore- / lhas da Imagem de Nossa Senhora do / Parto da dita Capella e que quem / os Havia tirado ou furta- do fora / Huma mulher parda por nome Rita / a quem nam’ sabe o cognome e que a / mesma Hé douda com Hé publico / nam só no tempo em que faltaram / os ditos brincos mas já antes disso e de / presente dizem andar para as par- / tes da Paroupeba e que a razam’ que / a mesma tem para tirar ou furta- / r os ditos brincos da mesma Senhora foi / porque ella mesmo lhos Havia dado / com o

pretexto do Reverendo Padre / Hipollito lhe dar outros como lhe Ha- / via prometido por Serem aquelles / mayores porem que como lhe fal- / tou com elles Se animara a Hir fur- / tar os que Havia dado a mesma Se- / nhora em cujo acto fizera o risco / ou aranha dura de que trata o mesmo / auto e mais nam disse do contheudo / nelle que todo digo nelle nem dos cos- / tumis que todo lhe foi lido e decla- / rado por elle dito Doutor Juis ordi- / nario que assynou somente por e- / lla testemunha Ser mulher e nam' / Saber Escrever de que dou fé eu Luis / de Abreu Lobato Tabelliam que o / Escrevy. / Lapa Barrozo P.^{ra}” [fls. 10 v.] “22 / Joaquim Pereyra Dutra morador / na Rua de Sam digo Dutra crioulo / forro e morador na Rua de Sam' Jô- / seph desta Villa que vive de seu o- / ficio de Alfayate de Idade que di- / sse Ser de vinte e seis annos pouco / mais ou menos testemunha / a quem o di- / to Doutor Juis ordinario deferiu Ju- / ramento do Santos evangelho em Hu- / m livro delles em que pós a Sua ma- / m direyta sobcarga do coal lhe em- / carregou Jurasse a verdade de que / Soubesse e lhe fosse preguntado e re- / cebido por elle o dito Juramento a- / ssim o prometeu fazer. / E preguntado elle testemunha pello / contheudo no auto da devassa deva- / ssamente disse nada nem dos costu- / mis que todo lhe foi lido e decla- / rado por elle dito Doutor Juis ordi- / nario com quem assynou eu Luis de / Abreu Lobato Tabelliam que o Escre- / vy. / Barrozo P.^{ra} / Joaquim Pr.^a / 23 / Manoel Antonio da Encarnassam' / pardo forro e morador na Rua / de Sam Joseph desta villa que vive de seu / officio de Alfayate de Idade que disse / Ser de trinta e sete annos pouco ma- / is ou menos testemunha a quem o / dito Doutor Juis ordinario de- / feriu Juramento de Santos evan- / gelhos em Hum' livro delles em que / pós Sua mam' direyta sobcarga do / coal lhe em carregou Jurasse a / verdade de que Soubesse fo- / sse preguntado e recebido por elle / o dito Juramento assim o prome- / tem fazer. / E preguntado elle testemunha pello co- / ntheudo no auto da devassa devassa- / mente disse nada nem dos costumes / que todo lhe foi lido e declarado po- / r elle dito Doutor Juis ordinario com / quem assynou eu Luis de Abreu Lo- / bato Tabelliam que o Escrevy” [fls. 11] “Tabelliam que o Escrevy. / Barrozo P.^{ra} / Manoel An.^{to} da Em.^{am} / 24 / Marcos Coelho Neto pardo forro morador / na rua de Sam Joseph desta Villa que / vive de seu officio de Alfayate de I- / dade que disse Ser de dezanove annos / pouco mais ou menos testemunha a / quem o dito Doutor Juis ordinario defe- / riu Juramento do Santos evangelho / em Hum' livro delles em que pós Sua / mam' direyta Sobcarga do coal lhe em- / carregou Jurasse a verdade de que Sou- / besse e lhe fosse preguntado e recebi- / do por elle o dito Juramento assim / o prometeu fazer. / E preguntado elle testemunha pello co- / ntheudo no auto da devassa devassa- / mente disse nada nem dos cos-

tumis / que todo lhe foi lido e declarado po- / r elle dito Doutor Juis ordinario / com quem assynou eu Luis de Abr- / eu Lobato Tabelliam que o Escrevy. / Barrozo P.^{ra} / Marcos Coelho Neto / 25 / Gregorio Alves da Silva morador na / Rua de Sam Joseph desta Villa que / vive de Sua Arte de Boticario de / Idade que disse Ser de trinta ann- / os pouco mais ou menos testemunha / a quem o dito Doutor Juis ordina- / rio deferiu Juramento do Santos / evangelhos em Hum' livro delles em / que pós Sua mam' direyta Sobcar- / go do coal lhe em carregou Jurasse / a verdade de que Soubesse e lhe fosse / preguntado e recebido por elle o dito / Juramento assim o prometeu fa- / zer. / E preguntado elle testemunha pello / contheudo no auto da devassa deva- / ssamente disse nada nem dos costu- / mis que todo lhe foi lido e declara- / do por elle dito doutor Juis ordi-” [fls. 11 v.] “Juis ordinario com quem assynou eu / Luis de Abreu Lobato Tabelliam que / o Escrevy. / Barrozo P.^{ra} / Gregorio Alz' da S.^a / 26 / Clara Violante dos Céus parda / forra e moradora na ladeira de Sam / Joseph desta Villa que vive de Sua / costura de Idade que disse Ser de / vinte e Sinco annos pouco mais ou / menos testemunha a quem o dito Dou- / tor Juis ordinario deferiu Jura- / mento do Santos evangelhos em Hu- / m Livro delles em que pós Sua ma- / m' direyta Sobcarga do coal lhe em- / carregou Jurasse a verdade de que / Soubesse e lhe fosse preguntado / recebido por elle o dito Juramen- / to assim o prometeu fazer. / E preguntado ella testemunha pe- / llo contheudo no auto de devassa / devassamente disse que ouvira / dizer publicamente que no tempo que / declara o Auto Se furtaram' os brin- / cos de que Se trata das relhas da lma- / gem de Nossa Senhora do parto cita / na Capella de Sam Joseph dos Homens / pardos fillial da freguezia de No- / ssa Senhora do Pillar de ouro preto / que no acto do dito furto fizeram / a aranhadura de que o mesmo auto / trata abaixo da orelha da Imagem / da dita Senhora porem que nam sa- / be nem a ouvira dizer quem fes o dito / furto e mais nam' disse do dito auto / nem dos costumis que todo lhe foi / lido e declarado por elle dito Dou- / tor Juis ordinario que somente a- / ssynou por ella testemunha Ser mu- / lher e dizer de que dou fé nam' saber / Escrever eu Luis de Abreu Lobato / Tabelliam que o Escrevy / Lapa Barrozo P.^{ra}” [fls. 12] “Aos dezasseis digo aos desassete dias do mes / de Novembro de mil Setessentos e sesen- / ta annos nesta villa rica de Nossa Sen- / hora do Pillar do ouro preto em Cazas de / morada do Doutor Lapa Barrozo Pereyra / Juis ordinario com alssada no civil e / crime o presente anno por Ele e / em na forma da lei nesta dita vi- / lla e Seu termo e sendo ahy onde eu / Tabelliam ao diante nomiado e assi- / gnado fui vindo por elle dito Doutor / Juis ordinario foram' Inquiridos / e preguntados devassamente as tes- / temunhas ao diante nomiados e a- / ssynados

que pello Alcaide desta / dita villa Manoel Joseph de Fa- / ria foram apresentados cujos nomes / cognomes moradas Idades uzos cos- / tumis e ditos sam' os que ao dian- / te Se Seguem e os preguntou e Inqui- / riu comigo Luis de Abreu Lobato Ta- / belliam que o Escrevy. / 27 / Diogo Joseph da Silva Saldanha / morador na Rua de Sam Joseph des- / ta Villa que vive de Suas cobra- / nças de Idade que disse Ser de trin- / ta e oito annos poucos mais ou menos / testemunha a quem o dito Doutor / Juis ordinario deferiu Juramen- / to do Santos evangelhos em Hum' li- / vro delles em que pós Sua mam' / direyta Sobcarga do coal lhe em- / carregou Jurasse a verdade do que / Soubesse e lhe fosse preguntado / e recebido por elle o dito Juramen- / to assim o prometeu fazer. / E preguntado elle testemunha pello / contheudo no auto de devassa deva- / ssamente disse nada nem dos costu- / mis que todo lhe foi lido e declara- / do por elle dito Doutor Juis ordi- / nario com quem assynou eu Luis / de Abreu Lobato Tabelliam que o / Escrevy. / Barrozo P.^{ra} / Diogo Jozé da S.^a Sald.^a” [fls. 12 v.] “28 / Leandro Soares pardo forro e mora- / dor na rua do Caquende desta villa / que vive de seu officio de carpin- / teiro de Idade que disse Ser de vin- / te e Sinco annos pouco mais ou me- / nos testemunha a quem o dito Doutor / Juis ordinario deferiu Juramen- / to do Santos evangelhos em Hum' livro / delles em que pós Sua mam' direyta / Sobcarga do Coal lhe em carregou / Jurasse a verdade do que Soubesse / e lhe fosse preguntado e recebido / por elle o dito Juramento assim o / prometeu fazer. / E preguntado elle testemunha / pello contheudo no auto da devassa / devassamente disse nada nem dos / costumis que todo lhe foi lido e de- / clarado por elle dito Doutor Juis / ordinario com quem assynou eu / Luis de Abreu Lobato Tabelliam / que o Escrevy. / Barrozo P.^{ra} / Leandro Soares / 29 / Joseph Gomes de Almeida morador nes- / ta Villa que vive de Suas cobran- / ças de Idade que disse Ser de co- / arenta annos pouco mais ou me- / nos testesmunha a quem o dito Dou- / tor Juis ordinario deferiu o Jura- / mento do Santos evangelhos em Hum' / Livro delles em que pós Sua mam' di- / reyta Sobcarga do coal lhe enca- / rregou Jurasse a verdade de que / Soubesse e lhe fosse preguntado / e recebido por elle o dito Jura- / mento assim o prometeu fazer. / E preguntado elle testemunha pe- / llo contheudo no auto da devassa / devassamente disse que sabe pe- / llo ouvir dizer a peSoa de que se- / nam lembra que no tempo que de- / clara o auto faltaram os brincos de / que o mesmo trata das orelhas da l- / magem de Nossa Senhora do parto / cita na capella do Patriarca Sam” [fls. 13] “Sam Joseph dos Homes' pardos fillial / da freguesia de Nossa Senhora do Pillar / de ouro preto em cujo furto fizerem a / aranhadura de que o mesmo auto faz / mençam abaixo da orelha Esquerda da / mesma Imagem e que quem fizera / o dito furto

fora Huma mullata / louca que entrava Sempre e Sahia / da dita Capella a ouvir missa e bei / jando altares cujo nome elle teste- / munha Ignora e mais nam' disse / do contheudo no auto nem dos costu- / mis que todo lhe foi lido e declarado / por elle dito Doutor Juis ordina- / rio com quem assynou depois des- / te lhe Ser Lido e o achar com forme / ao que tinha deposto eu Luis de Ab- / reu Lobato Tabelliam que o Escre- / vy. / Barrozo Per.^{ra} / Jozé Gomes de Alm.^{da} / 30 / Manoel da Costa Ramos preto digo Ramos / crioulo forro e morador no ouro preto / desta villa que vive de Seu officio de Re- / bocador de Idade que disse Ser de Si- / ncoenta e coatro annos pouco mais ou / menos testemunha a quem o dito Dou- / tor Juis ordinario deferiu Ju- / ramento do Santos evangelhos em / Hum livro delles em que pós Sua / mam' direyta sobcarga do coal lhe / em carregou Jurasse a verdade do / que Soubesse e lhe fosse pregun- / tado e recebido por elle o dito Ju- / ramento assim o prometeu fazer. / E pregun- / tado elle testemunha pello / contheudo no auto da devassa deva- / ssamente disse que a elle testemun- / ha dissera Huma mulher chamada / Josefa a quem nam' sabe o sobre- / nome cazada com Lucas de que elle / tambem nam' sabe o sobrenome / moradora em caza do capitam mor / Antonio Ramos dos Reis que Huma mu- / llata chamada Rita a douda tinha ti- / rado os brincos de que o auto trata a / Nossa Senhora do Parto cita na capella / dos Homens pardos fillial de Nossa / Senhora do Pillar do ouro preto ou / tro Sim disse que conhesia a dita mo-” [fls. 13 v.] “mullata a coal He Douda e já o Hera / no tempo que furtaram' os ditos Bri- / ncos e mais nam disse do dito auto ne- / m dos costumis. / E preguntado elle testemunha pello / referimento que nelle foi a teste- / munha Manoel Correya do Espiri- / to Santo disse passar na ver- / dade e o / ter dito por lho dizer a referida Jo- / zefa que por Sobrenome nam' perca / e da mesma sorte Hera verdade ter ta- / m bem dito o mesmo ao testemunho que / Refere Pedro da Silva Leitam e m- / ais nam disse dos ditos referimentos / que todos lhe foram lidos e declara- / do por elle dito doutor Juis ordi- / nario com quem assynou de todo / eu Luis de Abreu Lobato Tabelliam / que o Escrevy. / Barrozo P.^{ra} / Manoel da Costa Ramos / Jozefa da Sylva parda forra e ca- / zada com Lucas de Souza com quem / vive moradora no morro de Ramos / desta villa de Idade que disse Ser de / vinte e Sete annos pouco mais ou / menos testemunha a quem o dito Dou- / tor Juis ordinario deferiu Jura- / mento do Santos evangelhos em Hum' / Livro delles em que pós Sua mam' di- / reyta sobcarga do coal lhe emcarre- / gou Jurasse a verdade do que Sou- / besse e lhe fosse preguntado e rece- / bido por ella o dito Juramento a- / ssim o prometeu fazer. / E preguntado ella testemunha pello / referimento que nelle foi testem- / unha Manoel da Costa Ramos criou / llo forro disse que Hera falSo

pois / ella testemunha nunca lhe dissera / que a parda chamada Rita tirara / os Brincos de que se trata e mais n- / am disse do dito referimento n- / em dos costumes que todo lhe foi / lido e declarado por elle dito Dou- / tor Juis ordinario com quem assi-” [fls. 14] “assinou depois deste referido e o / achar conforme ao que depos eu Luis / de Abreu Lobato Tabelliam que o Escre- / vi. / Barrozo P.^{ra} / Jozefa da silva / E logo foi esta devassa comcluzo / ao Doutor Juis ordinario Lapa Ba- / rrozo Pereyra para deferir de que pa- / ra constar fasso este termo de conclu- / zam eu Luis de Abreu Lobato Tabe- / lliam que o Escrevy. / Cl.^a / Como as t.^{as} dizem que huã par- / da chamada Rita furtara os brin- / cos jura de Ouvida referindoze hú- / as e outras, e a ultima referida / nega haver dito iSo, e tambem lhe prova abundan-^{te} q. a d.^a / Parda Hera no tp.^o do JuiSo como / ainda He hoje douda e dezatinada / p.^r tudo não obriga esta devaça / a pessoa algua V.^a R.^a a 17 de 9bro de 1760 a. / Barrozo P.^{ra} / Data / Aos dezaSete dias do mes de Novembro / de mil e Setessentos e sessenta an- / nos nesta villa Rica de Nossa Sen- / hora do Pillar de ouro preto em ca- / zas de morada do Doutor Juis ordi- / nario Lapa Barrozo Pereyra onde eu / Tabelliam vim e sendo ahi por e- / lle dito me foi dada esta devassa / com o seu despacho Supra em / que não obriga a pessoa alguma / de que para constar fasso este” [fls. 14] “fasso este termo de data eu Luis de / Abreu Lobato Tabelliam que o es- / crevy./ Secr.^o do Escr.^{am} / Aut. ---75/ Roza --- 5640 / assent. --- 300 / Corpo delicto --- 600 / definit. -- - 170 / Carta ---- 150 / = 693.5 / V.^a R.^{ca} a 17 de Ag.^o de 1761 / Vallença / Visto Concorr.^{am} de / 1761 / Souto / V.^{ta} oz desp.^{os} do ouvidor / Joze Pio Per.^a Souto.”